



Um ano azul na FUNCEF

Relatório Anual
de Informações

2025



DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Ricardo Pontes

DIRETORES

Rogério Vida

Fabiano Nogueira (exercício)

Jair Ferreira

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Maria Salete Cavalcanti (presidente)

Lucius Fabiani de Vasconcelos Sousa

Adauto Eloi Pereira Junior

Ana Fatima de Brito

Selim Antonio de Salles Oliveira

Marcos Leite de Matos Todt

SUPLENTES

Pedro Jorge Santana

Henrique José Santana

Juliana Grigol Fonsechi

Fabiano Nascimento da Silva

Helaine Coutinho Cardoso

Fabiana Cristina Meneguele Matheus

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Sâmio Cássio de Carvalho Melo

Gilson Tavares Costa

Maria Eliza Nogueira da Silva

Geisa Celina Vieira

SUPLENTES

Tamara Siqueira dos Santos

Paulo Germano da Costa Alves

Mariano Moreira Júnior

Leonardo Alves Dias Oliveira

COORDENAÇÃO E

PRODUÇÃO EDITORIAL

Comunicação Social da FUNCEF

PROJETO GRÁFICO, INFOGRAFIA E DIAGRAMAÇÃO

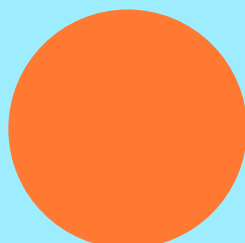
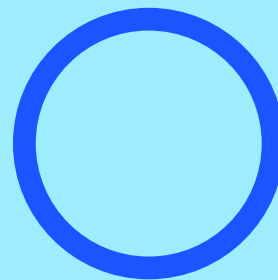
CT Comunicação

FOTOS

Adobe Stock, Istock

SCN Qd. 2, Bloco A, Edifício
Corporate Financial Center
Brasília-DF, CEP 70712-900

www.funcef.com.br





Sobre a FUNCEF

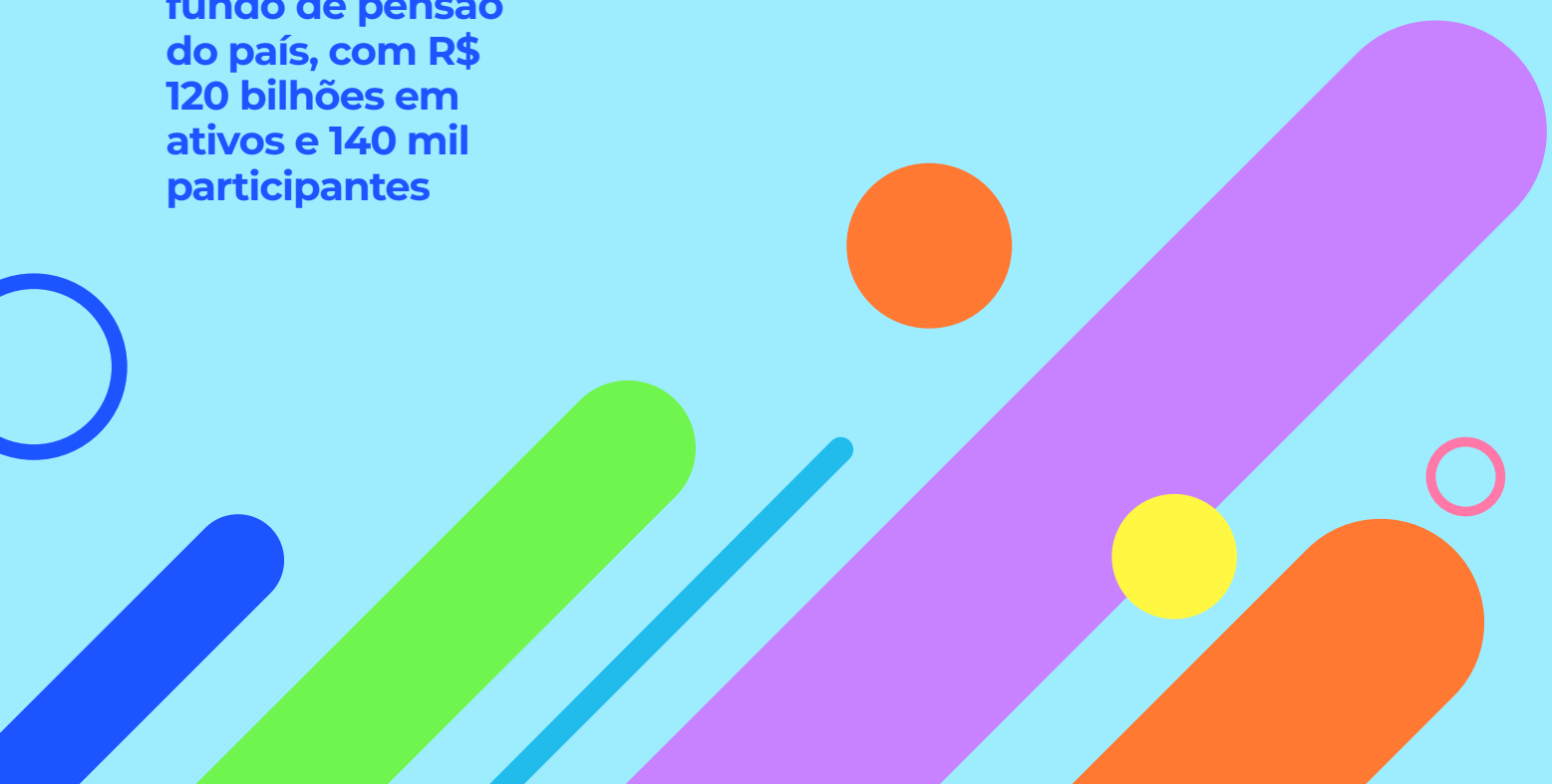
Terceiro maior fundo de pensão do país, com mais de R\$ 120 bilhões em ativos e 140 mil participantes, a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) é uma entidade fechada de previdência e seus participantes são empregados da CAIXA. Tem entre seus valores o foco no participante, inovação, sustentabilidade e transparência.

O foco de sua atuação está em garantir a seus participantes e assistidos o pagamento de seus benefícios. Para isto, investe de maneira criteriosa seus recursos, em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e ocorrem sempre de acordo com a sua Política de Investimentos.

Criada em 1977, a FUNCEF tem a CAIXA como única patrocinadora. A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão.

A FUNCEF foi o primeiro fundo de pensão do país a aderir ao Código Stewardship. O código reúne um conjunto de princípios e recomendações de governança para investidores institucionais – os stewards, no jargão de mercado –, responsáveis por administrar recursos de terceiros. Ainda sem tradução em português, Stewardship resume o conceito de dever fiduciário: a obrigação assumida por esses investidores em atuar no melhor interesse de seus clientes/investidores.

**Terceiro maior
fundo de pensão
do país, com R\$
120 bilhões em
ativos e 140 mil
participantes**





Missão

Contribuir para a dignidade e tranquilidade dos participantes, promovendo ética, inovação e segurança previdenciária



Visão

Ser referência em previdência complementar inspirando confiança, transformando vidas e construindo futuros com dignidade e responsabilidade



Propósito

Cuidar do presente e do futuro dos participantes, contribuindo de forma ativa, na promoção da qualidade de vida

Valores



COMPROMETIMENTO



COOPERAÇÃO



EXCELÊNCIA



FOCO NO PARTICIPANTE



GOVERNANÇA



INOVAÇÃO



INTEGRIDADE



SUSTENTABILIDADE



TRANSPARÊNCIA

Sumário

SOBRE A FUNCEF	03	RELATO DE SUSTENTABILIDADE	246
INTRODUÇÃO	06	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	278
Destaques de 2025	10	Relatório do auditor independente	279
Grandes Números de 2025	17	Parecer do Conselho Deliberativo	282
Rentabilidade por Segmento	18	Parecer do Conselho Fiscal	283
MEDIDAS DE GESTÃO	19	Consolidado	284
Governança Corporativa	20	Balanzo Patrimonial	285
Gestão Administrativa	39	Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	286
Gestão de Benefícios	52	Demonstrativo da Mutaçao do Patrimônio Social	287
INVESTIMENTOS	78	Novo Plano	288
Política de Investimentos	103	Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	289
PLANOS	113	Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	290
Consolidado	114	Demonstrativo da Mutaçao do Ativo Líquido	291
Demonstrações dos Investimentos	120	REB	292
REG/Replan	131	Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	293
Demonstrações dos Investimentos	149	Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	294
Parecer Atuarial	156	Demonstrativo da Mutaçao do Ativo Líquido	295
Novo Plano	182	REG/Replan	296
Demonstrações dos Investimentos	190	Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	297
Parecer Atuarial	196	Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	298
REB	207	Demonstrativo da Mutaçao do Ativo Líquido	299
Demonstrações dos Investimentos	217	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	300
Parecer Atuarial	224		
PGA	236		
Demonstrações dos Investimentos	243		



INTRODUÇÃO



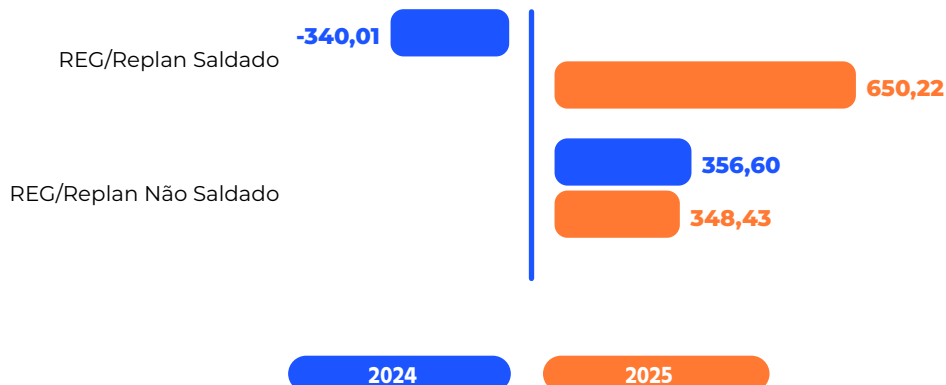
FUNCEF tem forte desempenho em 2025 e alcança melhor saúde financeira dos últimos oito anos

O ano de 2025 foi azul na FUNCEF. Todos os planos da Fundação superaram as metas com tranquilidade e foram além: fecharam o ano equilibrados, com patrimônio de cobertura suficiente para honrar os compromissos, atuais e futuros, de pagamento de aposentadorias e pensões.

O chamado equilíbrio técnico ajustado (ETA) é um importante indicador da saúde financeira dos planos de Benefício Definido (BD). Nesta perspectiva, o resultado da Fundação é o melhor desde 2017.

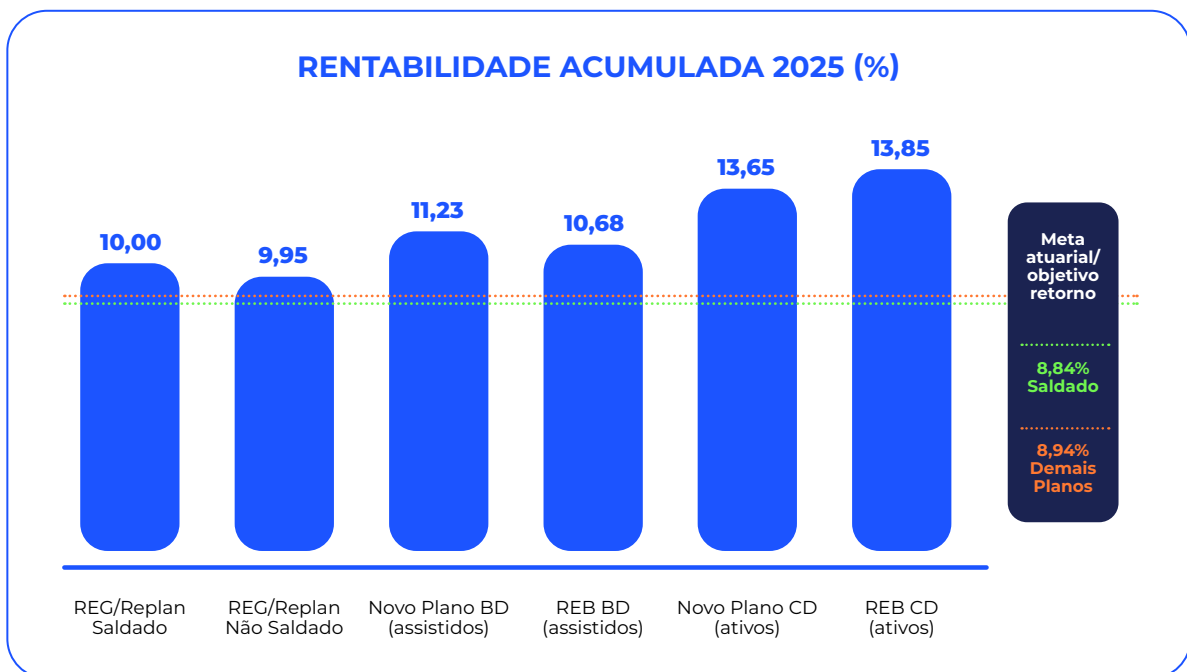
Novo Plano e REB CD lideraram em rentabilidade e planos BD alcançam equilíbrio técnico ajustado positivo

EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO (R\$ MILHÕES)



Esse desempenho positivo permitiu mais uma grande conquista: a partir de 2026, os 53 mil participantes do REG/Replan Saldado não pagarão mais taxas de equacionamento sobre o 13º/abono. E os valores descontados em fevereiro serão devolvidos na folha de abril.

Para o Novo Plano e REB CD, 2025 trouxe ganhos expressivos. Os dois planos bateram o objetivo de retorno em mais de 50%. Além disso, a Fundação aproveitou oportunidades no mercado para rebalancear a carteira do Novo Plano e REB CD. Na prática, isso significa resultados mais previsíveis com boas expectativas de rentabilidade.



“Os números que estamos entregando são fruto de um planejamento estratégico construído e executado com persistência nos últimos três anos. A FUNCEF hoje está mais preparada do que nunca para o futuro, posicionada para replicar o resultado positivo de 2025 nos próximos anos”, afirmou o presidente da Fundação Ricardo Pontes.

Outro dado importante de 2025 é que a FUNCEF, mais uma vez, realizou o pagamento recorde de benefícios, que somou R\$ 6,6 bilhões. A título de comparação, todo o segmento de previdência complementar aberta e seguradoras pagou R\$ 4,8 bilhões no mesmo período.

Podcasts dos resultados FUNCEF 2025

Nossos diretores trazem contexto e profundidade aos principais números e iniciativas do ano.

PLANOS CD



PLANOS BD



Destques

2025



R\$ 121 bilhões

em recursos **garantidores** dos planos de benefícios



R\$ 12,3 bilhões

Resultado dos **investimentos**, alta de **68%** em relação a 2024



11,34%

Rentabilidade **consolidada**, contra uma meta de **8,94%**



R\$ 17 bilhões

Adquiridos em **títulos públicos de longo prazo**, taxa média de **7,47%**



162

Acordos judiciais realizados pelo Quero Conciliar



14%

do orçamento investido em **transformação digital**



R\$ 129 milhões

Crédito recuperado no **Credplan**, alta de 40% em relação a 2024



118 mil

Seguidores nas **redes sociais**



34%

Rentabilidade da carteira de **renda variável**



445,2 mil

Atendimentos aos nossos participantes em todos os canais



2025 em 5 pontos

Planos de Benefício Definido (BD)

- 1** Rentabilidade **acima da meta** em todos os planos
- 2** **Anúncio** do fim do equacionamento sobre o 13º/abono
- 3** **Recebimento** dos R\$ 3,1 bi da patrocinadora para o REG/Replan Saldado
- 4** Venda de **R\$ 556 milhões** em ativos imobiliários
- 5** **Proteção da carteira** pela estratégia de imunização e casamento de fluxo de pagamentos





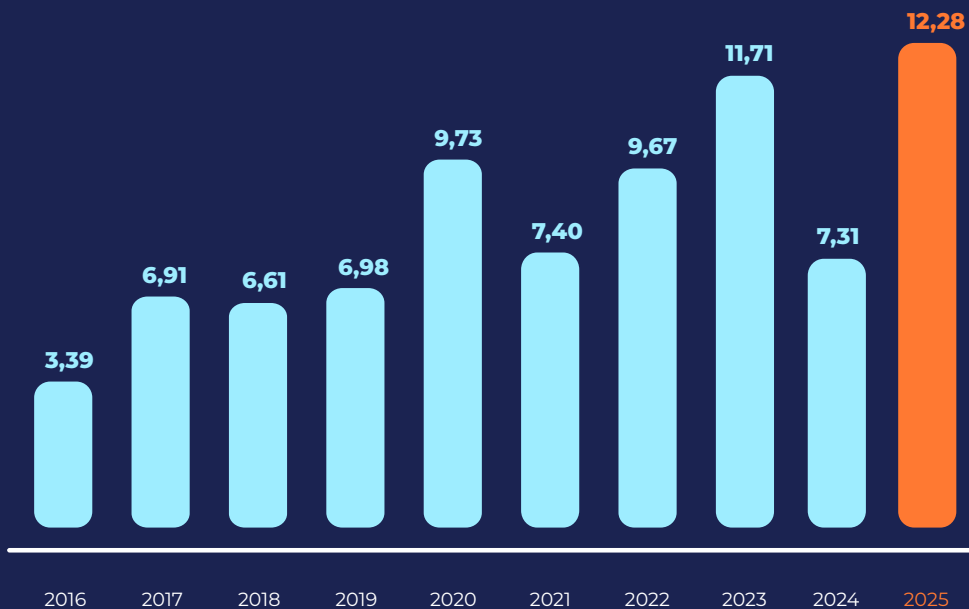
2025 em 5 pontos

Planos de Contribuição Definida (CD)

- 1** Rentabilidade **superior** aos objetivos de retorno
- 2** **R\$ 1,3 bilhão** em títulos públicos remarcados, que serão levados ao vencimento (CNPJ 61/2024)
- 3** **Rebalanceamento** da carteira, visando reequilibrar a relação retorno x risco
- 4** Aquisição de **R\$ 8,5 bilhões** em títulos públicos de longo prazo que serão levados até o vencimento
- 5** **Desempenho elevado** da renda variável, com rentabilidade de 34%

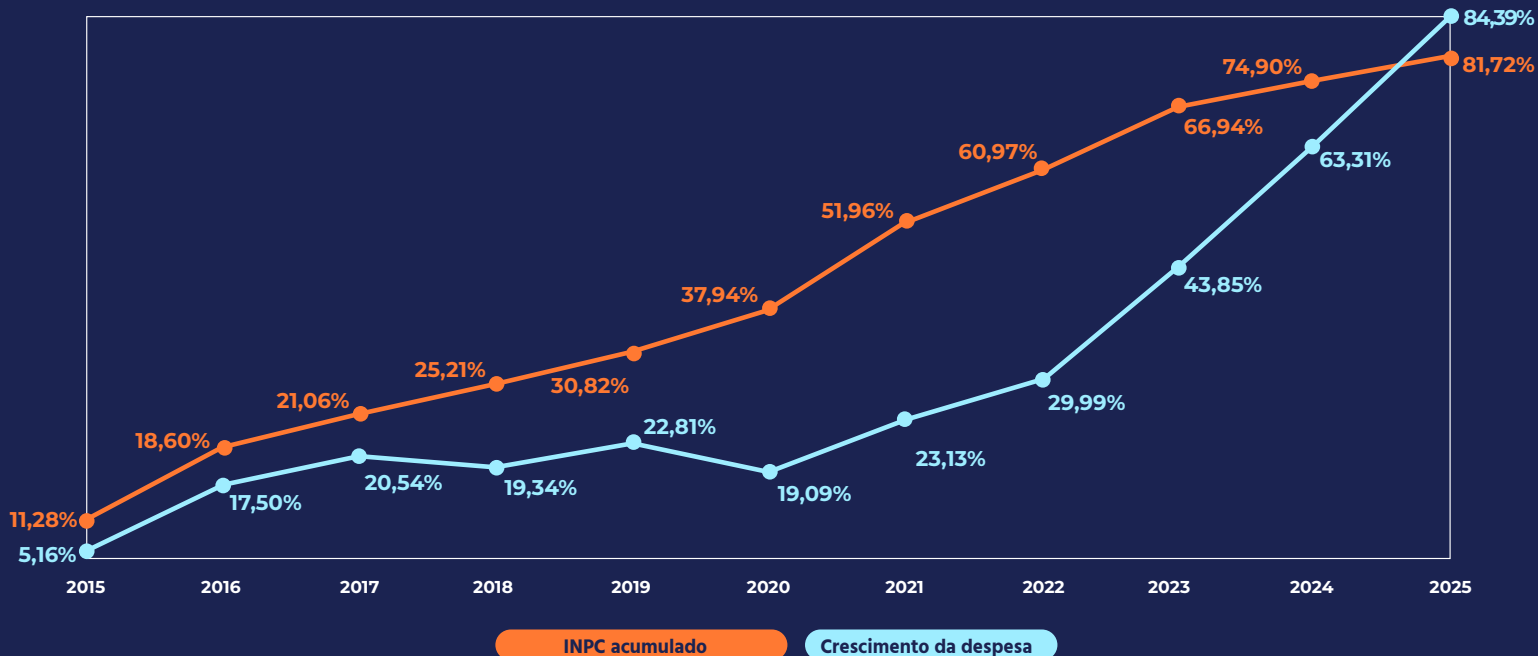


RESULTADO CONSOLIDADOS DOS INVESTIMENTOS (R\$ BILHÕES)



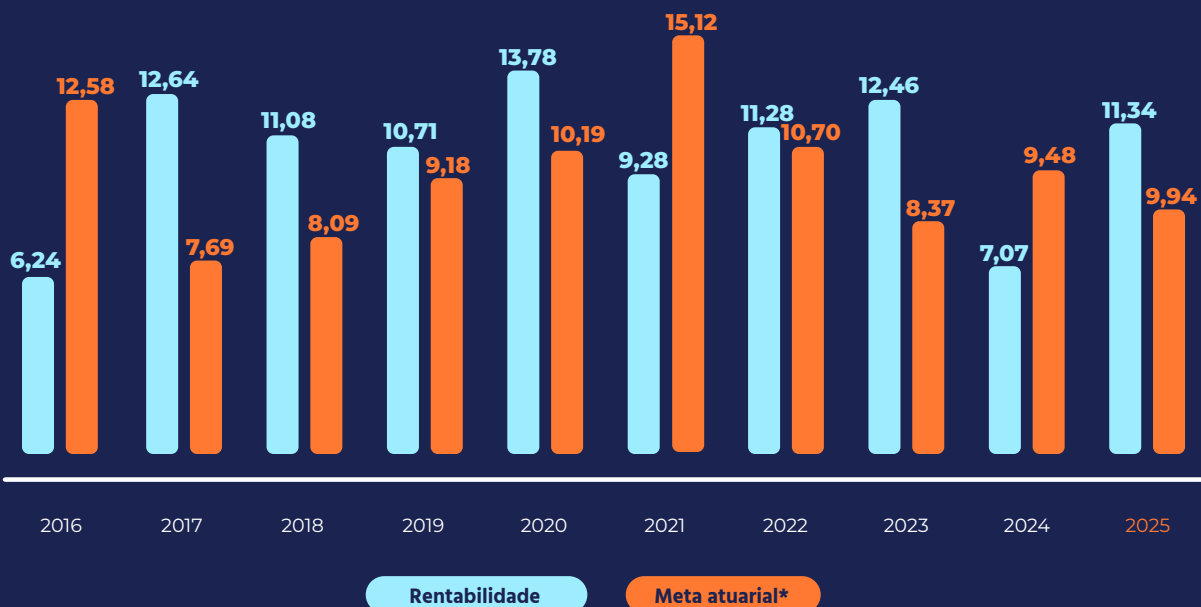
DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Variação acumulada da despesa administrativa x inflação (INPC)



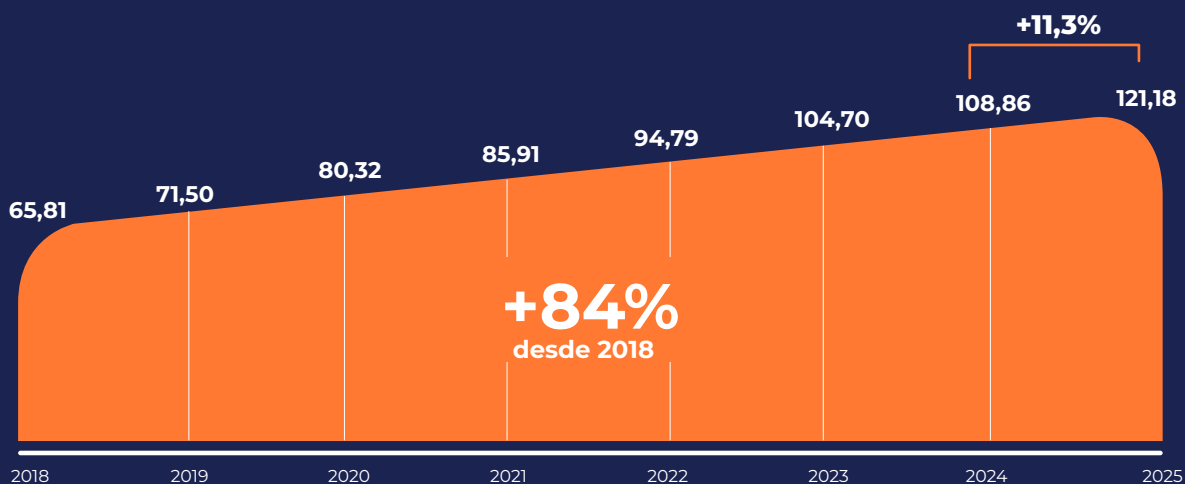
RENTABILIDADE X META ATUARIAL

Consolidado FUNCEF



* A partir de 2015, comparada à meta do maior plano

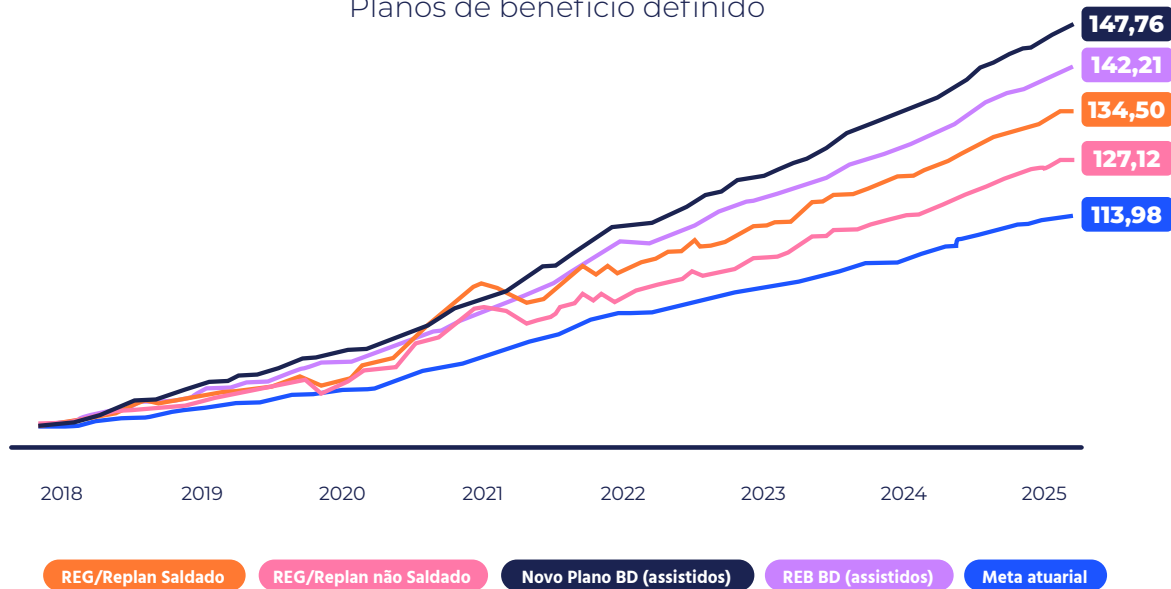
EVOLUÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES (R\$ BI)





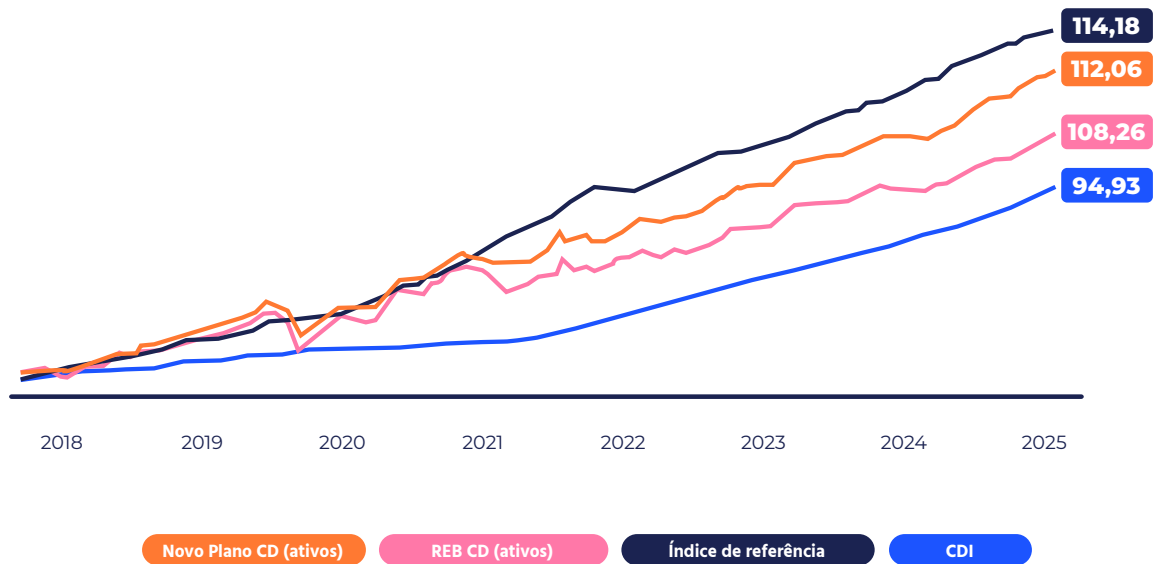
RENTABILIDADE ACUMULADA (%)

Planos de benefício definido



RENTABILIDADE ACUMULADA (%)

Novo Plano e REB CD



CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Trajectoria de queda das taxas de carregamento (%)



* Taxa cobrada sobre os benefícios do REB. No caso de Novo Plano e REG/Replan Saldado, é paga de forma paritária pela CAIXA.

** Taxas já aprovadas pelo Conselho Deliberativo.



4,9 bilhões
em **contribuições**
recebidas



6,6 bilhões
pagos em
benefícios

Grandes números 2025

A FUNCEF é o

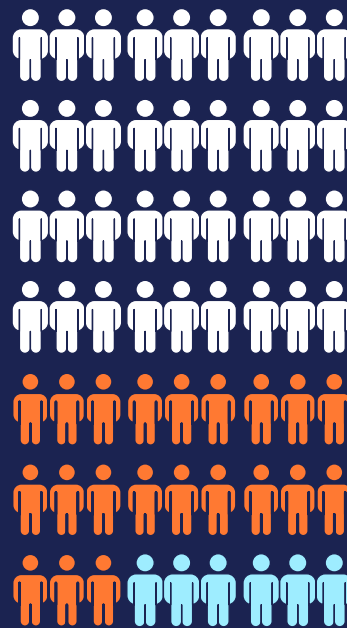
3º maior

fundo de pensão do país, com

9,2%

dos ativos totais do setor,
segundo a Previc*

* Dados referentes a set/25



84.040
ATIVOS

47.199
APOSENTADOS

8.713
PENSIONISTAS

139.952
TOTAL



Rentabilidade por Segmento



Renda fixa

Regras de remuneração definidas

11,28%



Investimentos exterior*

Fundos de ações e renda fixa em mercados globais

0,05%



Outros investimentos

1,76



Renda variável

Investimento em ações

24,22%



Investimentos imobiliários

Negociar e alugar imóveis comerciais, galpões e shoppings

14,17%



Investimentos estruturados

Investir em empresas com potencial de crescimento e vender a participação anos depois

0,12%



Operações c/ participantes

Empréstimos

11,26%

Acima da meta atuarial

Abaixo da meta atuarial

Meta atuarial

Taxa de juros + INPC

8,84%

Saldado

8,94%

Demais Planos

*Apenas o Novo Plano e REB CD, em fase de acumulação, têm diversificação no exterior

MEDIDAS DE GESTÃO



Governança Corporativa

A FUNCEF está construindo uma estrutura de governança cada vez mais robusta para sustentar a trajetória crescente de resultados nos últimos anos.

Ano a ano, a Fundação aprimora e reforça o conjunto de regras e iniciativas que rege as suas decisões e norteia a gestão.

O foco é assegurar que os esforços de todos sejam canalizados para materializar a visão de futuro da FUNCEF: ser referência em previdência complementar inspirando confiança, transformando vidas e construindo futuros com dignidade e responsabilidade.

A boa governança almejada pela Fundação preconiza uma estrutura organizacional enxuta, coerente e ágil, comprometimento coletivo com resultados, linhas sólidas e uma cultura de gestão pautada não pelo corte de gastos em si, mas pela eficiência e produtividade.



Destaques de governança

Planejamento estratégico

A FUNCEF realizou uma importante atualização do planejamento estratégico 2024-2027, a partir de revisão bianual realizada em 2025, conforme previsto nos normativos internos.

Essa revisão contemplou a atualização dos norteadores estratégicos (propósito, missão, visão e valores), a reformulação de objetivos e a reorganização de projetos, com foco na excelência da gestão, na sustentabilidade institucional e na entrega de valor aos participantes, que são a razão da Fundação existir.

O novo planejamento estratégico foi construído com a escuta de mais de 100 empregados da Fundação, sendo acompanhado por grupo de trabalho com dois representantes das diretorias e do Conselho Deliberativo.

NORTEADORES ESTRATÉGICOS DA FUNCEF



Missão

Contribuir para a dignidade e tranquilidade dos participantes, promovendo ética, inovação e segurança previdenciária



Visão

Ser referência em previdência complementar inspirando confiança, transformando vidas e construindo futuros com dignidade e responsabilidade



Propósito

Cuidar do presente e do futuro dos participantes, contribuindo de forma ativa, na promoção da qualidade de vida

VALORES



COMPROMETIMENTO



COOPERAÇÃO



EXCELÊNCIA



FOCO NO PARTICIPANTE



TRANSPARÊNCIA



GOVERNANÇA



INOVAÇÃO



INTEGRIDADE



SUSTENTABILIDADE

Transformação digital

A FUNCEF trabalha na modernização dos sistemas para dar mais eficiência e segurança à sua operação e ao atendimento dos participantes.

A iniciativa faz parte do processo de transformação digital em curso da Fundação, baseada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2025-2027 e alinhada ao planejamento estratégico.

Essa transformação envolve a criação de novos protocolos, a revisão de softwares e o aperfeiçoamento constante da infraestrutura tecnológica.

PRINCIPAIS AVANÇOS DE 2025



Desenvolvimento do Nexus

A Fundação batizou o novo sistema previdenciário de Nexus. A nova plataforma, que está em desenvolvimento, trará ganhos significativos na gestão do cadastro dos participantes e pagamento de benefícios da FUNCEF.



Normatiza AI

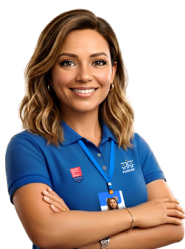
Inteligência artificial

A FUNCEF deu dois passos importantes na jornada de transformação digital com o lançamento de dois assistentes de inteligência artificial.

O primeiro foi o **Normatiza AI**, ferramenta de uso interno desenvolvida pela Gerência de Tecnologia. Ele facilita a busca por temas nos principais normativos institucionais, promovendo agilidade, precisão e autonomia na consulta de informações.

O segundo é a **SofIA**, atendente virtual no WhatsApp lançada já em 2026, pronta para ajudar a qualquer hora do dia.

Com respostas rápidas para envios de extrato de empréstimos, contribuição, dúvidas sobre regras do plano ou orientações sobre cadastro, entre outros temas, ela realizou mais de 2,7 mil atendimentos apenas na primeira semana.



SofIA

Melhores empresas para trabalhar

A FUNCEF obteve a certificação das Melhores Empresas para Traba-
lhar (GPTW na sigla em inglês), em dezembro de 2025.

O selo foi concedido após um diagnóstico do clima organizacional da empresa, a partir da análise das respostas que os colegas deram à pesquisa do GPTW. Grandes organizações do Brasil, como Petros, Itaú e Bradesco, já têm o título.

Para que o GPTW se tornasse possível, todos os empregados da Fundação foram convidados a responder um questionário sobre o trabalho na FUNCEF. O retorno positivo passou dos 80%, muito acima do mínimo exigido de 70%.

Plano Família

A Fundação lançou, em junho de 2025, uma pesquisa para conhecer o interesse e expectativas sobre um novo produto de previdência.

O objetivo do plano família é estender as vantagens e a proteção de um plano da Fundação para proteção aos demais membros da família e entes queridos.

A pesquisa contou com a participação de 16,5 mil respondentes, volume sete vezes superior ao necessário para esse tipo de enquete, evidenciando o elevado nível de engajamento dos participantes. O resultado forneceu subsídios imporrantes para o estudo de viabilidade do projeto, atualmente em análise pela alta gestão da FUNCEF.

INDICADORES QUE COMPROVAM A EXCELÊNCIA



84%

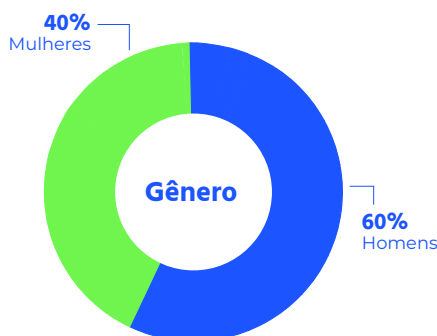
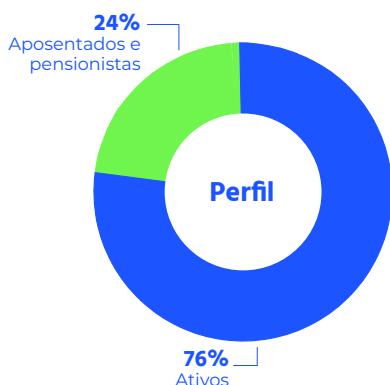
Adesão à pesquisa
(acima da média
nacional de 77%)



92%

dos colaboradores
afirmaram: "Este é um
excelente lugar para
trabalhar"

QUEM RESPONDEU À PESQUISA DO PLANO FAMÍLIA





Acordos Mulheres Pré-1979

Em 2025, a FUNCEF ampliou as condições de acordos para a soluções para as demandas judiciais das Mulheres Pré-1979.

A principal novidade foi a possibilidade de incorporar a parcela proposta no acordo, que passará a compor definitivamente o benefício previdenciário mensal da assistida.

Como resultado, a Fundação fechou 156 acordos sobre o tema durante o ano.



156 acordos

fechados em 2025

Protagonismo no debate da reforma tributária

Os participantes da FUNCEF e demais fundos de pensão obtiveram uma importante vitória, em 2025, com a sanção da lei que regulamenta a reforma tributária.

O texto final manteve a isenção para os fundos de pensão, reafirmando o caráter social e mutualista do regime de previdência complementar no país.

A Fundação foi protagonista nesta discussão, que mobilizou todo o segmento, juntamente com as entidades representativas, a exemplo da Abrapp, Fenae e Anapar.

A decisão representou uma dupla conquista para a Fundação e o setor. Em primeiro lugar, a FUNCEF terá uma economia anual de R\$ 13 milhões referente ao PIS/Cofins recolhido atualmente.

Essa tributação impacta diretamente nas taxas de carregamento cobradas sobre contribuições e benefícios dos participantes ativos, aposentados e pensionistas, e sobre as taxas de administração que incidem nos investimentos dos planos de benefícios.

Além disso, há um segundo ponto importante. Pelo texto original da reforma, os fundos de pensão seriam enquadrados como serviços financeiros e passariam a pagar CBS, que substituirá o PIS/Cofins.

Isso poderia elevar para R\$ 74,9 milhões o volume de tributos anuais a ser pago pela Fundação, uma alta de 470%, ampliando o impacto negativo sobre o custo administrativo da fundação.



Frente Parlamentar Mista

A FUNCEF marcou presença no lançamento da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Empresas Fechadas de Previdência Complementar, em agosto. O fórum já conta com 207 parlamentares, entre deputados e senadores.

Na avaliação da Fundação, a parceria com frente fortalece o setor ao mostrar à sociedade a importância do sistema de previdência complementar, que, somado à aposentadoria do INSS, dá mais qualidade de vida a milhares de trabalhadores no país.



Avanços nas linhas de gestão de risco em 2025

O modelo das três linhas é um pilar fundamental da governança corporativa, gestão integrada de riscos e confiabilidade dos controles internos da FUNCEF.

Esse modelo estabelece, de forma clara e coordenada, papéis, responsabilidades e níveis de independência entre as funções que executam, supervisionam e avaliam a gestão de riscos, promovendo maior transparência, eficiência e segurança na tomada de decisão.

A presença efetiva e bem estruturada das três linhas promove a redução de riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade, ao mesmo tempo em que reforça a cultura de responsabilidade, integridade e prestação de contas.

1ª LINHA GESTÃO OPERACIONAL

Gestores e equipe técnica das áreas de negócio, que identificam, avaliam e tratam os riscos em suas rotinas diárias. Exemplo: a área de investimentos, que monitora a carteira de ativos e adota medidas para reduzir riscos de mercado e de crédito.

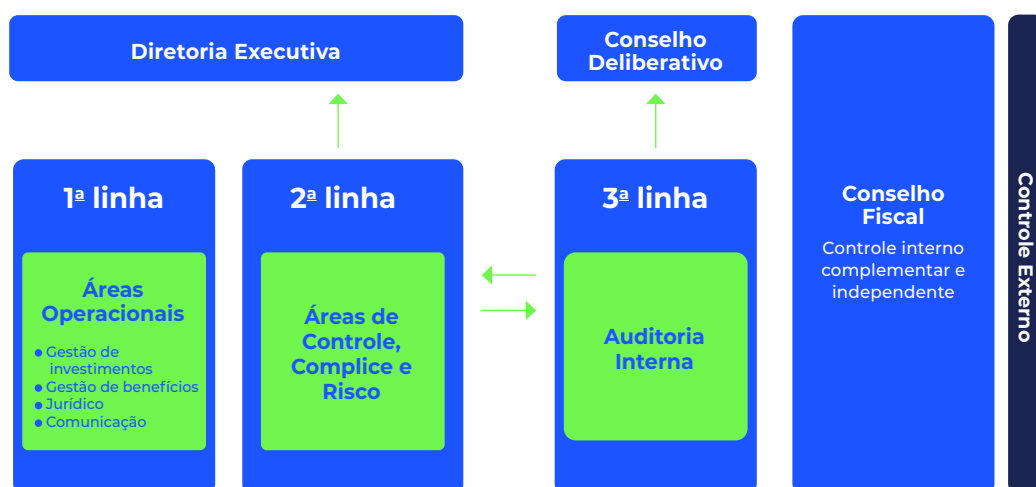
2ª LINHA FUNÇÕES DE CONTROLE

Engloba funções como gestão de riscos, compliance e controles internos, áreas que supervisionam e orientam a 1ª linha, garantindo que os riscos estejam sendo gerenciados de forma adequada. Exemplo: a área de gestão de riscos, que define metodologias de apetite a risco, valida os modelos e acompanha a exposição aos principais riscos da Fundação.

3ª LINHA AUDITORIA INTERNA

Auditoria interna que se reporta diretamente ao Conselho Deliberativo, avaliando, de forma independente, a eficácia dos controles das duas primeiras linhas. Exemplo: cabe à auditoria interna revisar os processos de concessão de benefícios para verificar a conformidade com as normas internas e legais.

MODELO DAS TRÊS LINHAS



SEGUNDA LINHA

Alterações no REG/Replan

A Previc aprovou as alterações no regulamento do REG/Replan. A nova versão faz os ajustes nos institutos previdenciários que são obrigatórios, conforme as novas regras contidas nas resoluções CNPC 50/2022 e Previc 23/2023 e regramentos anteriores.

Antes disso, a proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da FUNCEF, pelo Conselho de Administração da CAIXA, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

Os institutos do benefício englobam quatro alternativas oferecidas aos participantes que se desligam da patrocinadora, mas não solicitam a aposentadoria na Fundação.

As novas regras ampliam a gestão do participante sobre o seu plano, ao mesmo tempo em que trazem maior previsibilidade sobre o passivo atuarial, o que é positivo para todos.

**Nova versão
do regulamento
traz ajustes
nos institutos**



Nova versão da matriz de risco

A governança da FUNCEF ganhou um importante reforço, com a aprovação da nova versão da matriz de risco dos planos de benefícios. Aprovada pelo Conselho Deliberativo, essa nova matriz incorporou a Declaração de Apetite a Risco.

A matriz de risco ajuda os gestores da Fundação a estabelecerem e monitorarem os fatores de risco que possam comprometer a capacidade dos planos em cumprir os compromissos futuros.

Essa análise permite criar estratégias de redução e gestão desses riscos mapeados, considerando o apetite definido para cada plano da Fundação, que tem suas próprias características.

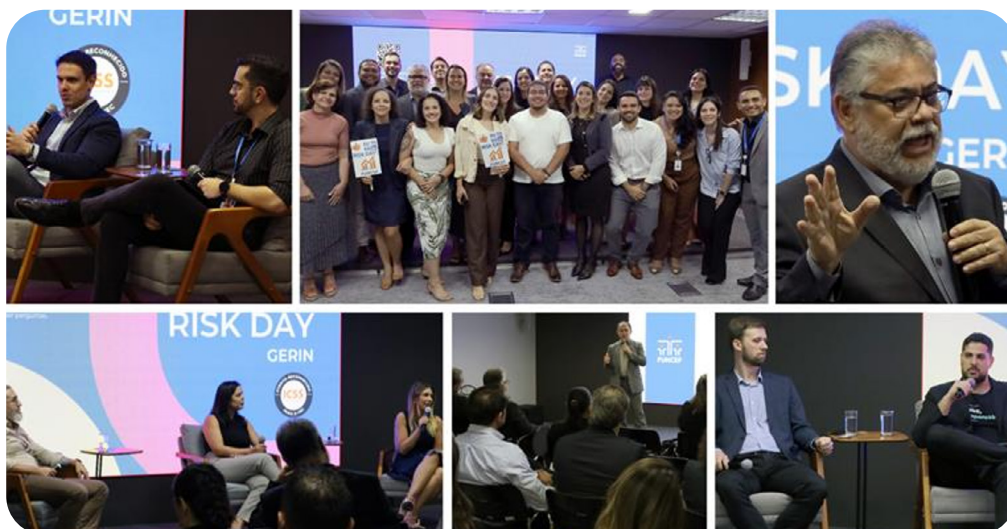
Um dos avanços é uma abordagem visual e estruturada, que facilita a identificação dos riscos mais relevantes e apoia os Órgãos Colegiados na tomada de decisões preventivas e corretivas.



Risk Day

A FUNCEF promoveu uma verdadeira imersão nas melhores práticas da gestão de risco em outubro de 2025, na primeira edição do evento Risk Day. A iniciativa inédita busca consolidar esta cultura na Fundação e conscientizar cada empregado sobre o papel fundamental que todos desempenham na mitigação dos riscos.

Os tópicos incluíram gestão de risco de investimentos e segurança da informação, além de um panorama do mercado de crédito bancário.



Privacidade de dados

No 2º semestre de 2025, a FUNCEF promoveu uma capacitação estratégica em fundamentos de privacidade, alcançando mais de 150 empregados das áreas de TI, RH, Benefícios e Governança.

O treinamento focou na conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), consolidando uma cultura interna de diligência e cuidado.

A iniciativa reafirma a proteção de dados como um pilar essencial da governança e da segurança institucional da Fundação.

Prevenção à lavagem de dinheiro

A Prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa é um assunto tratado com seriedade pela Fundação e que envolve os colegas de todas as diretorias.

Essa mensagem resume o episódio do IntegridadeCast, conduzido pela COCIC, que abordou a Política de PLD/FTP e outros padrões de *compliance* adotados pela FUNCEF para proteger o patrimônio de milhares de participantes.



Cultura da Integridade

A Fundação promoveu, em julho de 2025, painel com representantes da CAIXA e da Controladoria Geral da União (CGU) para discutir a cultura da integridade.

O encontro discutiu os pilares fundamentais da Integridade nas corporações, como comprometimento da alta administração, avaliação de riscos, código de conduta e políticas de compliance, treinamentos e comunicação, canais de denúncia e medidas disciplinares, monitoramento e melhoria contínua.

Comunicação com os participantes

Pioneira nas redes sociais entre os maiores fundos de pensão do país, a Fundação superou a marca de 118 mil seguidores nos seus perfis em 2025.

Esse crescimento consistente, com destaque para o Instagram, está relacionado a uma estratégia digital para entregar conteúdo relevante, esclarecedor e informativo aos participantes nos canais de sua preferência.

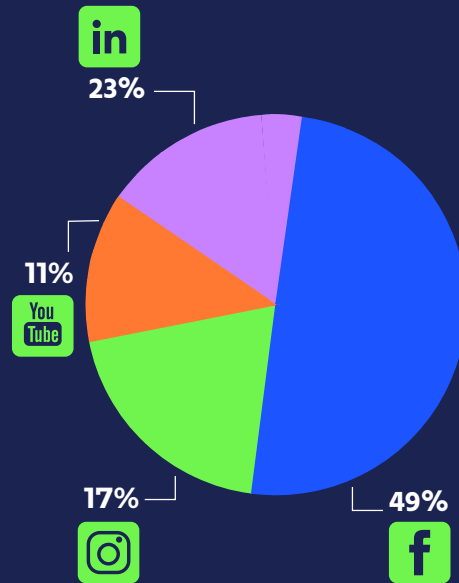
O objetivo é oferecer diálogo imediato e interativo, quando e onde os participantes quiserem, especialmente empregados CAIXA da ativa, que representam 60% do público.

Além disso, o site da Fundação manteve uma média de 140 mil visualizações mensais nas páginas de notícias.

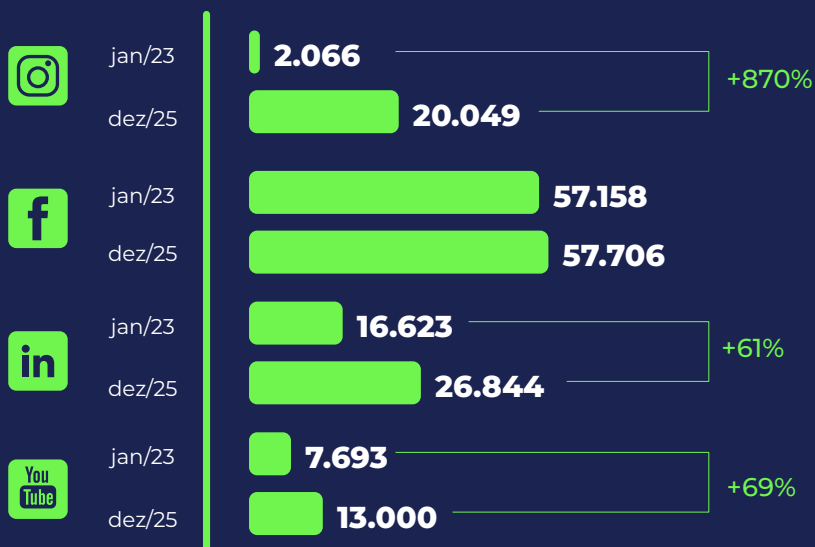


FUNCEF nas redes

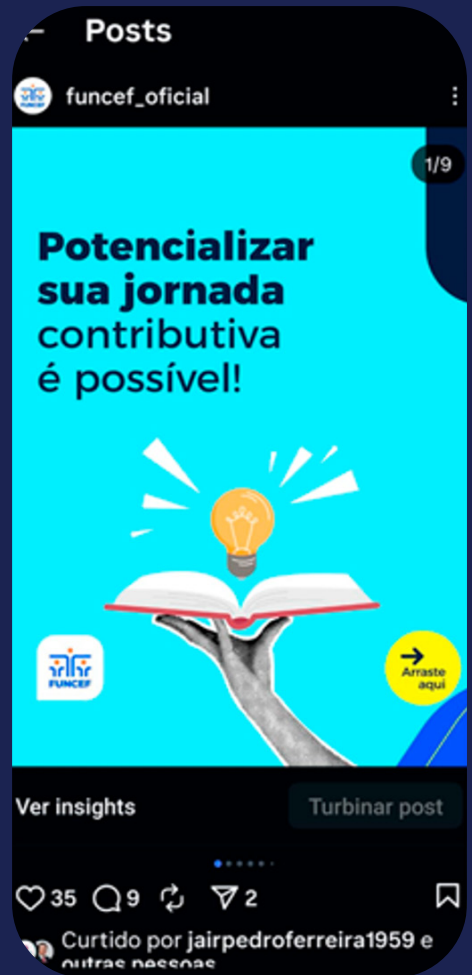
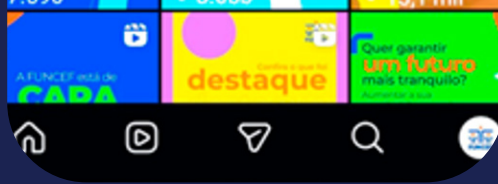
SEGMENTAÇÃO POR PLATAFORMA



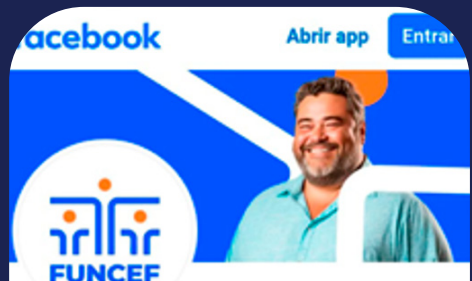
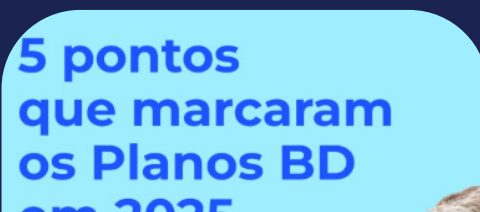
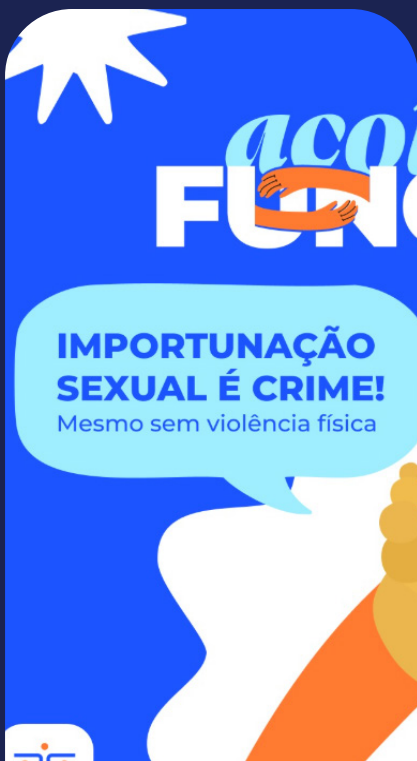
CRESCIMENTO NAS REDES



No BBB, todo mundo tem uma estratégia. E na vida, qual é a sua?



SEGMENTAÇÃO DE PÚBLICO



Nossa produção nas redes



INSTAGRAM

1.160

posts + reels +
stories



FACEBOOK

346

posts + stories



LINKEDIN

76

posts



YOUTUBE

70

vídeos +
shorts + lives



SITE

127

matérias



E-MAIL MKT

190

disparos

15,31 milhões



foi o volume recorde de
visualizações nos nossos
canais em 2025

+13,7 mil

Novos seguidores
nas redes

79%

Crescimento de
seguidores no
Instagram

Novo site

O site da FUNCEF foi totalmente repaginado em 2025 para facilitar a navegação em computadores, celulares e tablets.

O visual foi renovado com uma estética que valoriza as cores e a nova identidade visual da Fundação. O site ganhou novas seções, como a Central de Resultados, e teve o seu conteúdo revisado para ajudar o participante a encontrar as informações mais rapidamente.

A nova arquitetura do site torna a experiência do usuário mais agradável, dá mais conforto na leitura, reforçando nosso compromisso com a transparência dos dados e informações.



86 mil

Visualizações mensais nas páginas de notícias

35% do total de acessos

O QUE MUDOU NO SITE?



Visual renovado

O site segue a paleta de cores da nova marca da Fundação



Tecnologia atualizada

Navegação com mais segurança e desempenho



Navegação responsiva

Mesma experiência no computador ou no celular



Mais conteúdo

Novas seções, como a Central de Resultados, e conteúdo revisado para facilitar a busca de informações



Novo sistema

Redução de custos e atualização mais rápida



CAMPANHAS DE 2025



Podcasts FUNCEF



Sem Economês

Explica de maneira descomplicada como funciona a dinâmica da economia global e a importância estratégica do trabalho de análise de cenários da FUNCEF



Café com Previdência

Debate decisões importantes que temos de tomar para alcançar uma aposentadoria com qualidade de vida



13 episódios

de podcasts
lançados em 2025

Gestão administrativa

A gestão eficiente das despesas é um desafio constante e um fator fundamental para garantir um modelo de gestão sustentável no longo prazo.

Na FUNCEF, isso significa projetar 40 anos à frente, sem ignorar o fato de que decisões sobre custos terão impacto direto no bolso dos participantes hoje.

Para garantir a qualidade dos serviços prestados, cobrindo despesas decorrentes da administração dos planos, como os salários dos empregados da Fundação e manutenção de sistemas, a FUNCEF utiliza um modelo de custeio com taxas de carregamento e de administração.

A primeira é descontada das contribuições individuais e benefícios pagos. Já a taxa de administração incide sobre os recursos garantidores, o montante acumulado que será utilizado para cobrir o pagamento de aposentadoria e pensões futuras.



O esforço contínuo para aprimorar ano a ano a gestão administrativa e financeira pode ser visto de maneira bem clara na trajetória de queda das taxas de carregamento da Fundação.

A combinação entre maior eficiência operacional, transformação digital e controle de gastos permitiu que a Fundação cortasse a taxa seis vezes na última década. Em 2024, o Conselho Deliberativo da FUNCEF aprovou a manutenção dos patamares atuais até 2027, reforçando o compromisso com o controle eficiente de despesas.

As taxas do Novo Plano e REB, que chegaram a ser de 15% no passado, caíram a 2,95%. Para assistidos, essa alíquota diminuiu para 1,10% sobre os benefícios do REB e para 0,55% no Novo Plano e REG/ Replan Saldado, em que metade do custo é pago pela patrocinadora – não há cobrança no REG/Replan Não Saldado.

Taxa de carregamento foi reduzida seis vezes em 10 anos



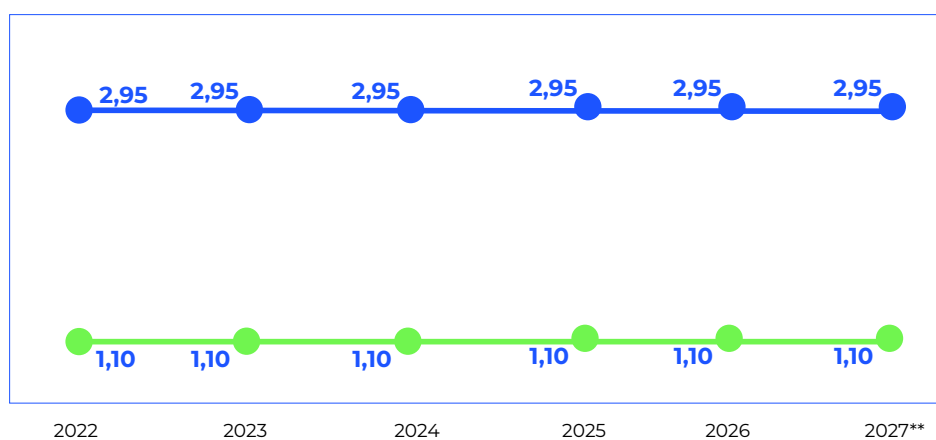
A redução acumulada soma 32,2% para os ativos e 45% para aposentados e pensionistas desde 2015.

Isso faz com que a FUNCEF tenha as menores taxas de custeio entre os maiores fundos de pensão do país. E por ser uma fundação sem fins lucrativos, torna-a ainda mais competitiva quando comparada a fundos de previdência aberta.

Se a Fundação adotasse o modelo apenas de taxa de administração, a alíquota seria algo entre de 0,25% a 0,35% ao ano, alinhada com a média dos fundos de pensão, que era de 0,28% no 3º trimestre de 2025, sendo 4,6 vezes menor do que o percentual de 1,3% do segmento aberto¹.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Trajetória estável das taxas de carregamento (%)



Ativos

Aposentados e pensionistas*

* Taxa cobrada sobre os benefícios do REB. No caso de Novo Plano e REG/REPLAN Saldado, é paga de forma paritária pela CAIXA.

** Taxas já aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

¹ Relatório Gerencial de Previdência Complementar (RGPC) do 3T25, publicado pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar, ligado ao Ministério da Previdência Social

Despesas administrativas

Uma das maneiras de reduzir as taxas de carregamento é captar novas adesões que sejam suficientes para aumentar as receitas e diluir os custos. Esse não é o caso da FUNCEF, uma entidade madura, que apresenta número estável na casa dos 140 mil participantes nos últimos anos, embora tenha seus custos corrigidos pela inflação.

A fórmula da Fundação é o controle rigoroso das despesas administrativas, que incluem pessoal e encargos, viagens, treinamento, serviços de terceiros e tributos.

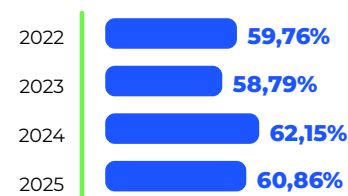


Gestão de gastos com pessoal

A FUNCEF não faz gestão de custos simplesmente com cortes lineares de despesas. A política da Fundação é renegociar permanentemente contratos, substituir prestadores de serviço e, especialmente nos últimos três anos, atuar fortemente na gestão de pessoal, item de maior peso nas despesas administrativas.

O número de empregados tem se mantido estável nos últimos anos. O mesmo vale para o custo da folha de pagamento (pessoal e encargos), que representa em torno de 60% das receitas da gestão administrativa.

DESPESAS COM PESSOAL/ RECEITAS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

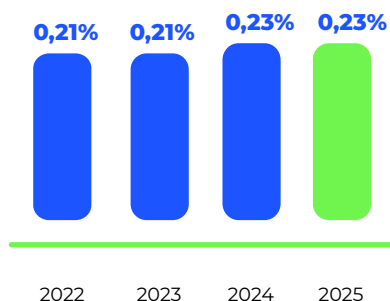


Tamanho da estrutura

Um indicador importante para avaliar a eficiência de gastos da FUNCEF é o volume despesas administrativas em relação aos recursos administrados pela Fundação para pagamento de benefícios (RGPB).

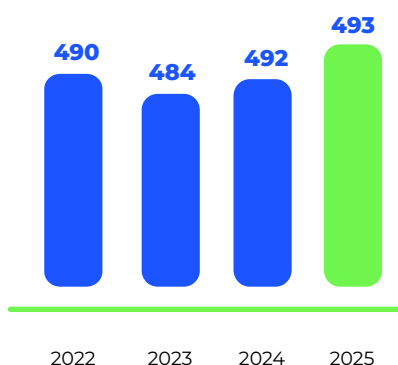
Esse indicador mostra que o tamanho da estrutura da Fundação se manteve estável em 2025, próximo ao menor patamar histórico (0,21%).

DESPESA ADMINISTRATIVA/ RECURSOS GARANTIDORES (RGPB)*



* Corresponde ao ativo de investimento adicionado do disponível, menos passivo operacional e contingencial de investimento

QUADRO FUNCIONAL*



Fonte: RIC FUNCEF
*Exclui estagiários e temporários

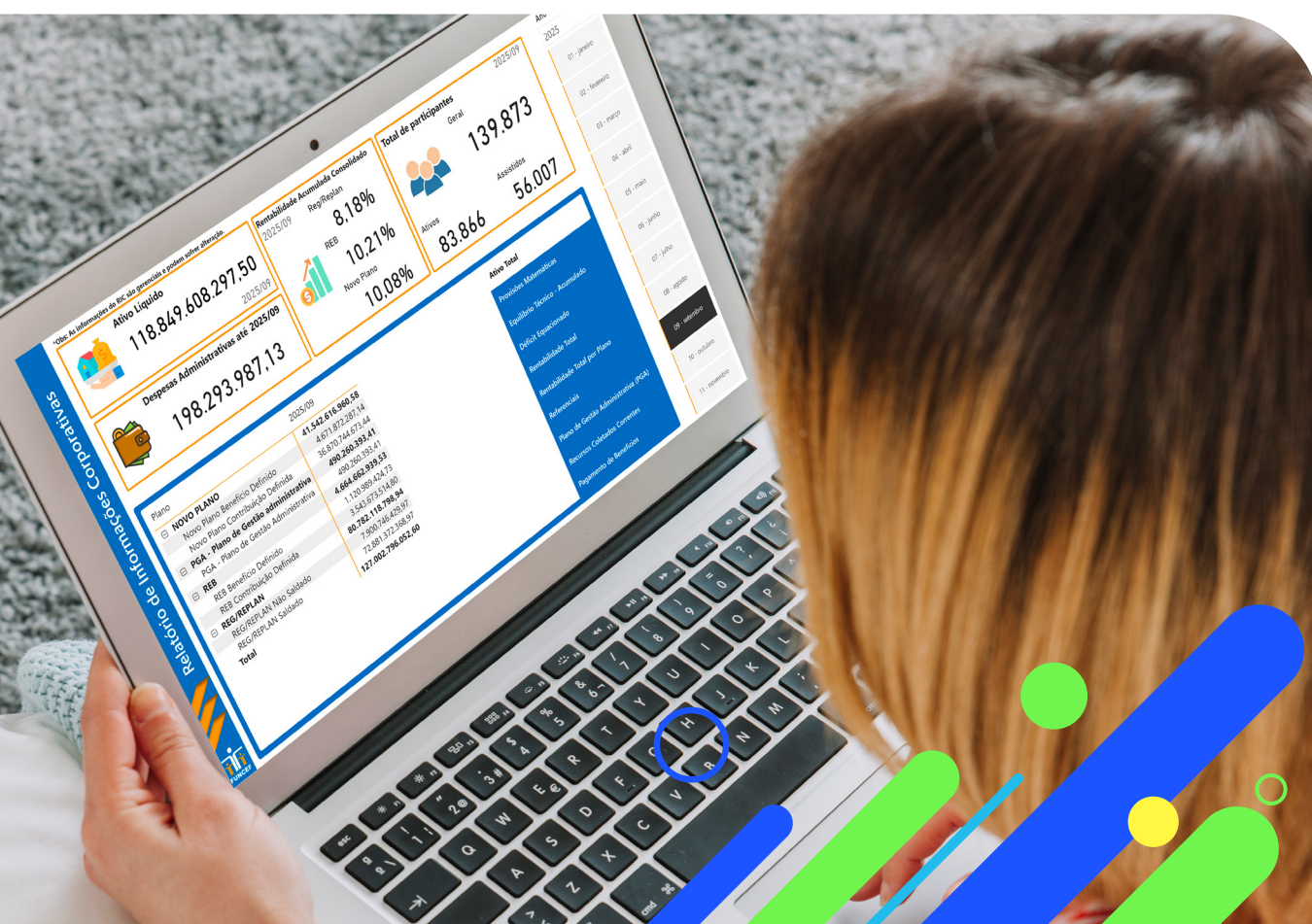
Visibilidade das informações

Para a Fundação, a transparência é um valor e um compromisso. Por conta disso, os participantes podem acessar esses e outros dados de maneira rápida e simples.

Desde 2022, os participantes da FUNCEF têm uma ferramenta on-line para acompanhar os principais números da Fundação de modo conciso e compreensível. O Relatório de Informações Corporativas (RIC), em formato de painel dinâmico, está disponível na área de prestação de contas do site, sem nenhuma restrição de acesso.

Com apoio de uma plataforma de visualização de dados, o RIC é alimentado sistematicamente. Nele, encontraram-se dados patrimoniais consolidados e por plano de benefícios, receitas e despesas previdenciárias e administrativas, a posição das carteiras de investimentos.

O objetivo é dar a devida visibilidade a um conjunto importante de informações gerenciais da Fundação. Trata-se, em grande parte, da mesma informação utilizada pelos dirigentes e conselheiros da FUNCEF. [Clique aqui para acessar o RIC](#)

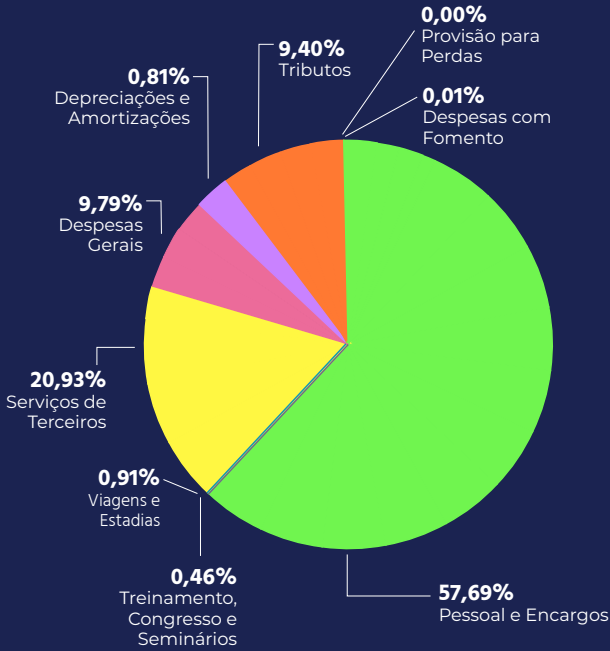


Indicadores das despesas Administrativas

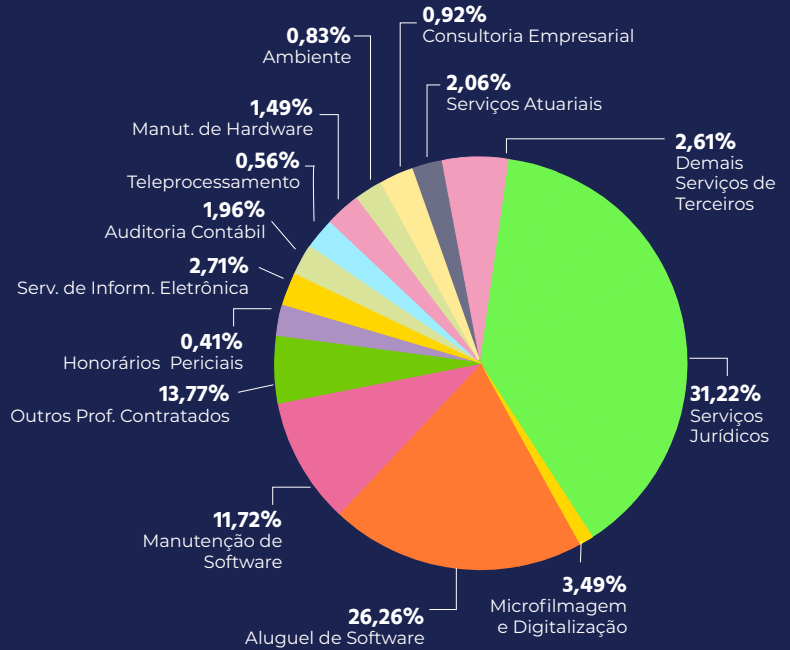
Indicadores da Despesas Administrativa	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesa administrativa por participante e assistido	R\$ 1.347,19	R\$ 1.356,94	R\$ 1.424,36	R\$ 1.600,36	R\$ 1.797,70	R\$ 2.022,41
Despesa administrativa em relação ao Ativo Total	0,22%	0,19%	0,19%	0,19%	0,21%	0,22%
Execução orçamentária	90,60%	93,67%	93,22%	91,93%	94,37%	93,34%
Despesa administrativa por Receita administrativa	91,97%	90,74%	90,02%	96,92%	96,11%	103,74%
Despesa com serviço de terceiros sobre as despesas totais	12,15%	16,49%	14,00%	17,42%	20,75%	20,93%
Despesas com pessoal e encargos sobre as despesas totais	68,01%	68,33%	67,63%	64,12%	61,24%	57,69%
Expectativa de duração dos recursos do PGA em relação a despesa administrativa (Meses)	14	14	17	17	18	17
Taxa de administração em relação ao custeio administrativo total	0,25%	0,24%	0,24%	0,22%	0,24%	0,23%
Taxa de carregamento em relação ao custeio administrativo total	2,31%	2,46%	2,37%	2,26%	2,43%	2,45%
Evolução do Fundo Administrativo	9,45%	10,74%	16,64%	15,91%	9,09%	11,23%

Despesas em 2025

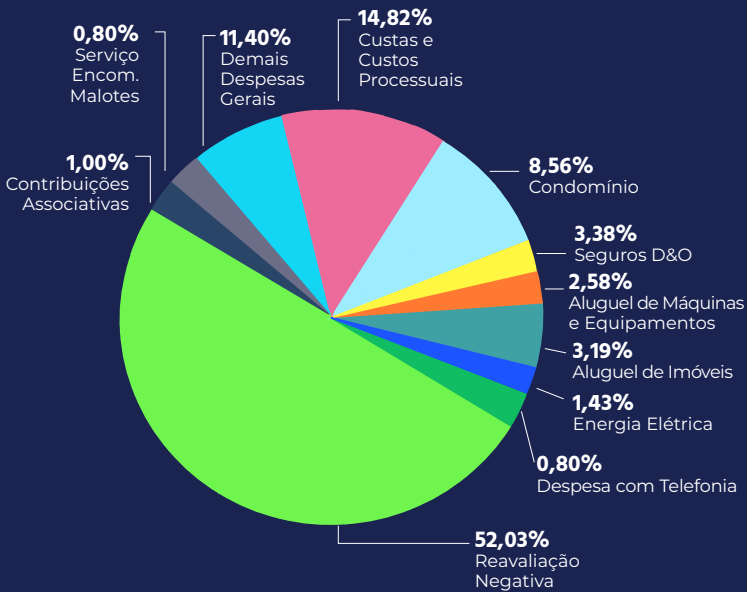
DESPESAS POR GRUPO



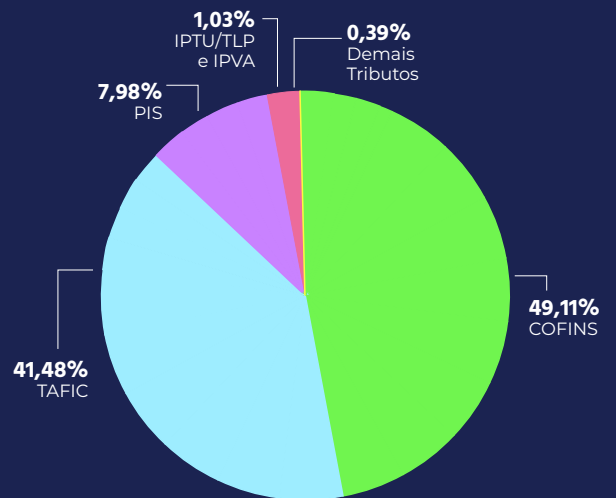
SERVIÇOS DE TERCEIROS



DESPESAS GERAIS



DESPESAS COM TRIBUTOS



Despesas Administrativas

Despesas Administrativas	2025	2024	2023	2022	2021
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	283.040.226	250.679.025	220.898.910	199.529.566	189.002.630
PESSOAL E ENCARGOS	163.284.574	153.516.028	141.590.291	134.939.113	129.151.006
CONSELHEIROS	889.971	768.819	829.728	758.160	711.043
DIRIGENTES	4.174.324	6.327.747	4.576.320	5.477.582	6.925.356
PESSOAL PROPRIO	151.588.070	137.788.998	125.937.321	121.569.516	119.177.259
PESSOAL CEDIDO	5.465.653	7.277.744	9.197.502	6.568.590	1.837.181
ESTAGIARIOS	429.079	431.699	295.697	268.098	199.676
COMITÊ DE AUDITORIA	460.411	630.042	602.351	297.167	300.490
PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA	277.064	290.978	151.373		
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINARIOS	1.301.129	1.315.794	1.667.923	675.240	404.861
VIAGENS E ESTADIAS	2.579.434	2.246.046	1.835.693	1.149.889	229.429
SERVICO DE TERCEIROS	59.228.381	52.026.429	38.603.145	27.938.611	31.164.933
SERVIÇOS JURÍDICOS	18.490.026	15.853.160	14.361.592	10.111.837	14.147.135
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	23.870.053	22.386.017	15.772.701	12.185.345	11.744.901
OUTROS PROFISSIONAIS CONTRATADOS	8.153.208	5.674.035	2.632.022	1.694.672	937.855
SERVICOS DE INFORMACOES ELETRONICAS	1.604.050	1.256.701	1.491.578	1.046.727	910.407
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	550.452	467.778	440.869	359.383	862.170
SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	3.036.357	2.655.662	1.470.694	973.899	847.487
AUDITORIA CONTÁBIL	1.159.687	963.299	641.492	692.172	804.667
RECURSOS HUMANOS	211.005	123.266	288.910	166.469	662.878
CONSULTORIA EMPRESARIAL	546.055	1.798.766	655.541	569.906	129.705
DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.607.489	847.746	847.746	138.199	117.728

Despesas Administrativas	2025	2024	2023	2022	2021
DESPESAS GERAIS	27.701.474	14.430.310	11.648.611	12.065.013	7.371.843
ALUGUEIS	1.675.491	1.507.774	1.765.495	1.782.211	2.411.315
CONDOMINIO	2.371.781	2.809.749	1.120.234	1.170.423	1.323.151
CUSTA E CUSTOS PROCESSUAIS	4.104.669	5.210.794	4.519.276	3.694.672	859.040
DESPESA COM TELEFONIA	220.788	359.881	313.499	298.736	704.119
ENERGIA ELETRICA	397.273	548.246	500.759	592.003	556.275
MULTAS E PENALIDADES	344	275	24	3.704	472.397
EVENTOS	2.041.242	1.551.288	1.161.158	529.592	281.806
CONTRIBUICOES ASSOCIATIVAS	275.764	252.020	237.416	315.524	273.877
BENS DE PEQUENO VALOR	221.999	363.219	310.228	134.357	159.893
REAVALIAÇÃO NEGATIVA	14.414.134	260.379	153.839	3.006.891	0
DEMAIS DESPESAS GERAIS	1.977.987	1.566.685	1.566.685	536.901	329.970
DEPRECIACOES E AMORTIZACOES	2.296.423	2.892.755	2.931.032	2.641.544	2.017.447
DEPRECIACOES	1.998.104	1.916.041	1.699.877	1.305.846	1.391.995
AMORTIZACOES	298.319	976.714	1.231.154	1.335.698	625.451
TRIBUTOS	26.612.864	24.251.663	22.619.623	20.109.593	18.646.066
COFINS	13.070.102	11.434.904	10.641.104	9.933.126	8.707.137
TAFIC	11.040.000	10.690.000	9.990.000	8.215.000	8.215.000
PIS	2.123.892	1.858.172	1.729.179	1.614.133	1.414.910
IPTU/TLP E IPVA	275.097	264.228	254.980	241.563	257.678
DEMAIS TRIBUTOS	103.773	4.360	4.360	105.772	51.341
OUTRAS DESPESAS	0	0	2.592	10.563	17.046
PROVISÃO PARA PERDAS	0	0	2.592	10.563	17.046
DESPESAS COM FOMENTO	35.948	0	0	0	0

Receitas administrativas

Receitas administrativas	2025	2024	2023	2022	2021
Gestão Previdencial	160.678	151.162	142.652	131.412	125.537
Investimentos	112.002	109.640	85.163	90.230	82.735
- Custeio Investimento	97.568	93.934	75.606	85.690	80.113
- Taxa Adm Empréstimos	14.435	15.707	9.558	4.540	2.623
Outras Receitas	540	319	12	63	7

Limite de transferência dos planos de benefícios para o PGA

Limite de transferência dos planos de benefícios para o PGA	Reg Replan		REB	Novo Plano	Total
	Não Saldado	Saldado			
(A) Contribuições Correntes	114.748	1.231.655	161.218	2.908.538	4.416.158
(B) Benefícios	548.014	5.742.342	69.293	331.667	6.691.316
(C) Custeio Administrativo Previdencial	819	63.940	5.786	90.132	160.678
(D) Custeio Administrativo de Investimentos	6.477	54.685	3.655	32.751	97.568
(E) Taxa Administrativa de Empréstimos	375	5.408	695	7.957	14.435
% transferido $((C+D+E)/(A+B))$ ¹	1,16%	1,78%	4,40%	4,04%	2,45%

¹A Resolução CNPC nº 62/2024 define que o limite de transferência de recursos dos planos de benefícios para o PGA é de 1% sobre os Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício. A FUNCEF aprovou para o exercício de 2025 o limite de 4,50% incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios do exercício de 2025, e ao final foi realizado a transferência de 2,45%.

Fundo Administrativo

	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
A) Fundo Administrativo - Saldo Anterior	407.253	373.318	322.072	276.118	249.339	227.813	219.821	202.206	174.790
1. Custeio da Gestão Administrativa	327.072	285.780	266.028	248.384	217.678	203.880	202.264	206.748	212.695
1.1. Receitas	327.072	285.780	266.028	248.384	217.678	203.880	202.264	206.748	212.695
Taxa de Carregamento	160.678	151.162	142.652	131.412	125.537	123.657	117.766	123.324	137.689
Receitas Diretas	371	310	0	56	3	0	1.371	1.977	101
Resultado Positivo dos Investimentos	53.852	24.658	38.200	26.680	9.396	5.105	9.990	9.799	12.313
Taxa de Administração de Investimentos	97.568	93.934	75.606	85.690	80.113	71.314	65.631	60.085	56.055
Taxa Administrativa de Empréstimos	14.435	15.707	9.558	4.540	2.623	3.798	7.497	11.554	6.527
Doações e Outras Receitas	168	10	12	6	7	7	9	10	10
2. Despesas Administrativas	283.040	250.679	220.814	199.530	189.003	182.799	188.517	183.188	185.034
2.1 - Administração Previdencial	283.040	250.679	220.814	199.530	189.003	95.889	102.970	101.182	104.619
Pessoal e encargos	163.285	153.516	141.590	134.939	129.151	62.287	65.432	61.445	64.518
Treinamentos/congressos e seminários	1.301	1.316	1.668	675	405	161	379	456	393
Viagens e estadias	2.579	2.246	1.836	1.150	229	214	1.081	1.115	1.433
Serviços de terceiros	59.228	52.026	38.460	27.939	31.165	10.895	12.079	13.185	13.837
Despesas gerais	27.701	14.430	11.673	12.065	7.372	8.232	8.689	9.579	9.456
Depreciações e amortizações	2.296	2.893	2.931	2.642	2.017	897	1.739	1.964	1.707
Tributos	26.613	24.252	22.656	20.110	18.646	13.202	13.506	13.439	13.275
Outras Despesas	0	0	0	11	17	0	65	0	0
Despesa com Fomento	36								

	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
2.2 - Administração dos Investimentos					0	86.910	85.547	82.005	80.416
Pessoal e encargos						62.044	60.165	55.231	54.141
Treinamentos/congressos e seminários						185	454	406	332
Viagens e estadias						287	1.717	1.744	2.080
Serviços de terceiros						11.314	10.606	11.014	12.264
Despesas gerais						8.843	7.693	8.685	7.869
Depreciações e amortizações						887	1.462	1.672	1.192
Tributos						3.350	3.395	3.253	2.539
Outras Despesas						0	54	0	0
3. Contencioso	(1.692)	1.164	(6.033)	2.901	1.897	(445)	5.756	5.945	244
4. Resultado Negativo dos Investimentos									
5. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4)	45.724	33.937	51.246	45.954	26.779	21.527	7.992	17.615	27.416
6. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	45.724	33.937	51.246	45.954	26.779	21.527	7.992	17.615	27.416
B) Fundo Administrativo - Saldo Atual (A+6)	452.977	407.253	373.318	322.072	276.118	249.339	227.813	219.821	202.206

Gestão de benefícios

A FUNCEF entende a previdência como um projeto de vida, um pacto de confiança entre gerações e um instrumento de liberdade e dignidade real para seus participantes.

É a partir dessa compreensão que a Fundação estrutura a gestão de benefícios, assegurando que cada contribuição ao longo da vida laboral de seus 84 mil participantes ativos se transforme em proteção, previsibilidade e qualidade de vida no futuro.



**R\$ 6,6
bilhões**

Recorde de benefícios
pagos em 2025



**139,9
mil**

participantes



**36
pessoas**

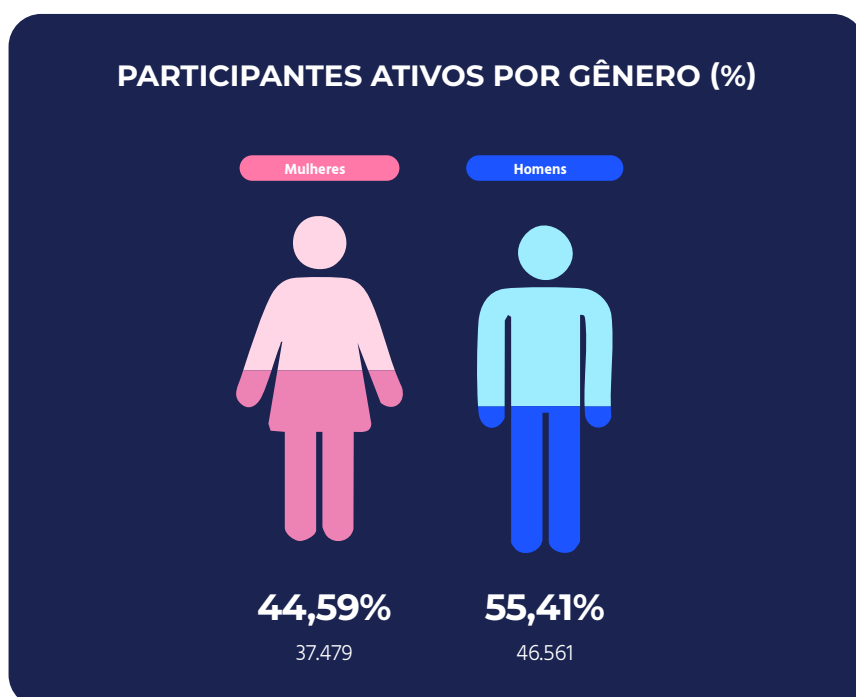
com mais de 100
anos de vida



Futuro que já é realidade para 55,9 mil aposentados e pensionistas em todo o país, para quem a FUNCEF pagou mais de R\$ 8,7 bilhões em benefícios, considerando o convênio com o INSS, incluindo 36 participantes com mais de 100 anos de idade.

Cuidar do presente, protegendo a vida laboral, formando reservas para preservar a renda e o consumo dos aposentados, pagando os benefícios de aposentadorias, pensões e pecúlios são os instrumentos com os quais a FUNCEF promove a qualidade de vida dos participantes.

O tamanho da escala operacional da Fundação pode ser medido em uma comparação. Sozinha, a FUNCEF pagou mais aposentadorias e pensões do que todo o segmento de previdência complementar aberta e seguradoras, que creditou R\$ 4,8 bilhões no mesmo período.



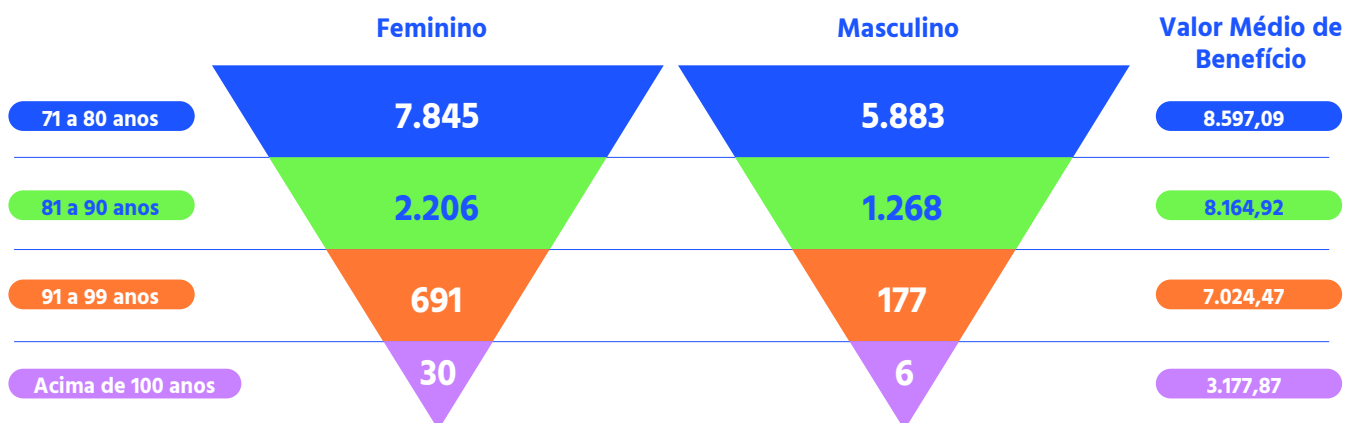
Previdência como pacto de confiança e dignidade

Cada aposentadoria concedida, cada pensão paga e cada benefício de risco ativado representa a conversão concreta de anos de trabalho e contribuição em segurança financeira e autonomia.

A aposentadoria vitalícia, com reajustes anuais pelo INPC, assegura a preservação do poder de compra e a manutenção do padrão de vida após o encerramento da jornada profissional.

Ao mesmo tempo, os benefícios de risco (invalidez, pensão e auxílio-funeral ou pecúlio) ampliam essa proteção aos participantes ativos e suas famílias, garantindo amparo financeiro em momentos sensíveis e reforçando o papel social da previdência complementar.

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES 70+



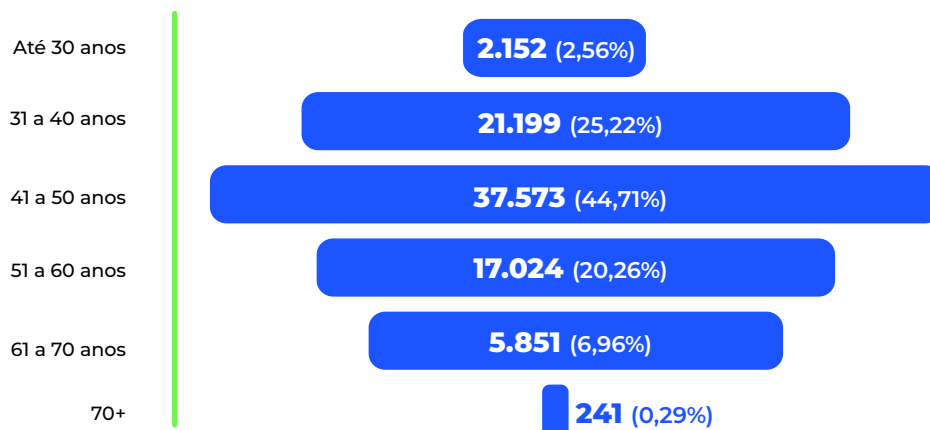
Perfil dos Planos

A FUNCEF acompanha participantes em diferentes fases da vida, com planos estruturados para atender perfis distintos, sem perder de vista a responsabilidade fiduciária e o cuidado com o futuro.

Entre os participantes ativos estão empregados das patrocinadoras CAIXA e FUNCEF e aqueles que optaram por permanecer vinculados aos planos após o desligamento da vida laboral, seja como autopatrocinados, seja na condição de Benefício Proporcional Diferido (nome técnico para quem posterga a decisão de se aposentar ou aguarda estar elegível para receber os benefícios).

Diferentes trajetórias, um mesmo compromisso institucional

PARTICIPANTES ATIVOS POR FAIXA ETÁRIA



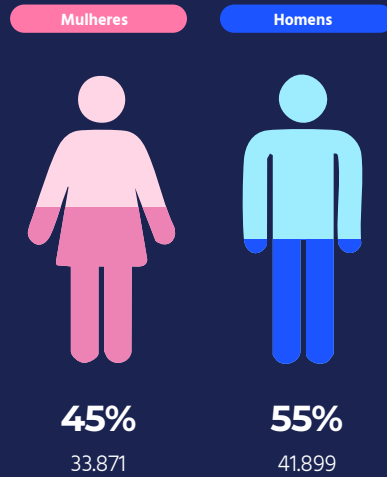
NOVO PLANO

No Novo Plano, o único plano de benefícios aberto aos empregados CAIXA, o participante médio está na fase intermediária da vida laboral.

Em 2025, a parcela expressiva de 47% deles já contribuía pelo teto máximo de paridade da patrocinadora (12% do salário) ou mais.



PARTICIPANTES ATIVOS POR GÊNERO (%)

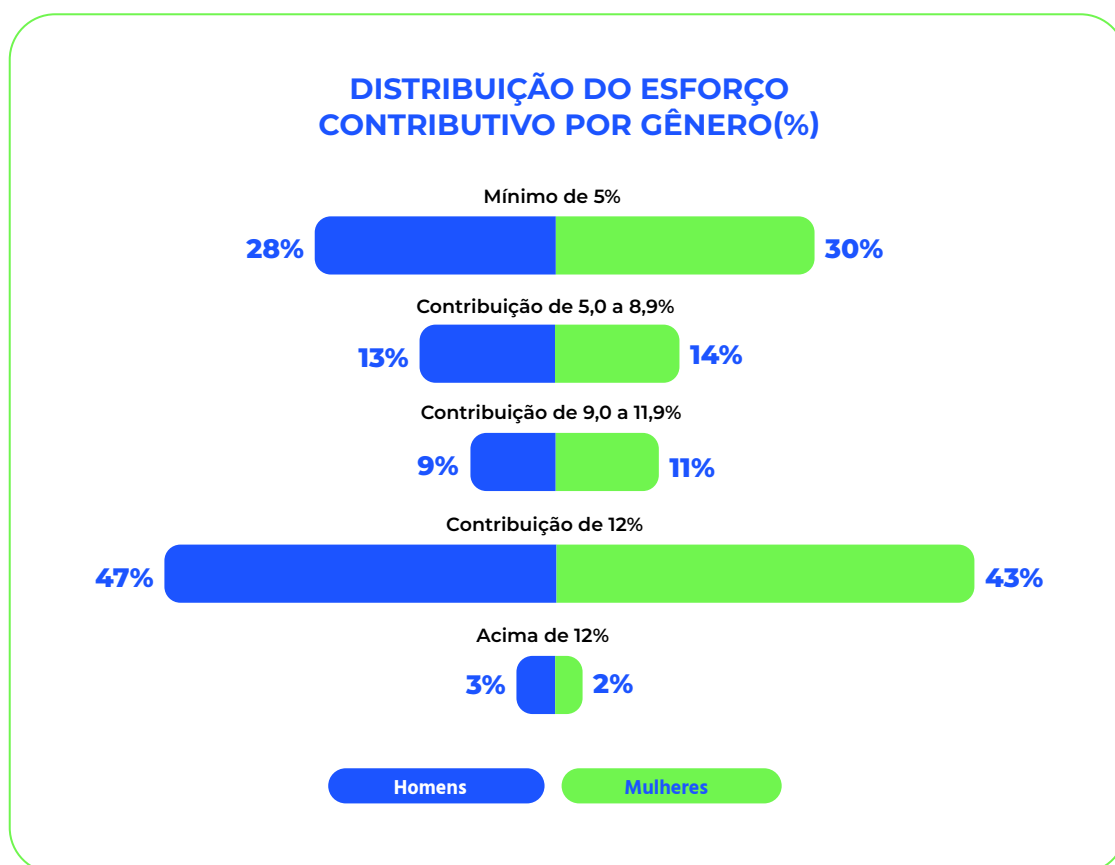


DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DO NOVO PLANO PELA FAIXA DE CONTRIBUIÇÃO (%)



Esse comportamento é potencializado pela maneira como o plano é estruturado. No longo prazo, o saldo em conta acumulado decorre da contribuição da patrocinadora e da rentabilidade dos investimentos, reforçando o valor da permanência e da consistência.

A escolha do percentual tem forte impacto no valor da aposentadoria futura. Quem contribui pelo mínimo de 5% faz um aporte anual equivalente a 1,3 salário, enquanto os participantes que optam pelo teto de 12% acumulam 3,12 salários anuais apenas em contribuição.



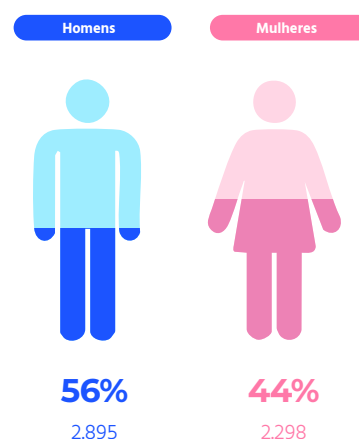
REB

O REB está no processo de ser incorporado pelo Novo Plano, considerando como princípio a equalização das regras para ambos os planos, o que garante a proteção previdenciária e assegura os direitos adquiridos e acumulados, conforme prevê a legislação.

Isso significa que o regulamento e a gestão do REB e do Novo Plano serão unificados, oferecendo as regras mais benéficas para os participantes.

Todo participante do REB terá mantida a sua condição no Novo Plano. Ou seja, aos ativos será assegurada a incorporação do saldo de conta do REB ao Novo Plano. Aposentados e pensionistas receberão os mesmos valores de benefício do REB.

PARTICIPANTES ATIVOS POR GÊNERO (%)



Saiba mais no site da Fundação

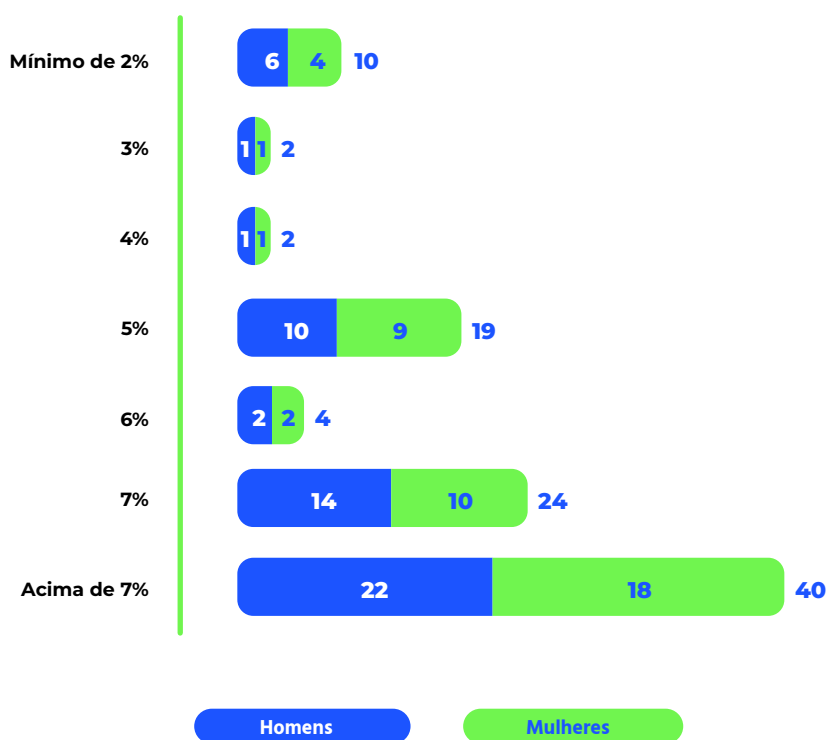
ETAPAS DA INCORPORAÇÃO DO REB



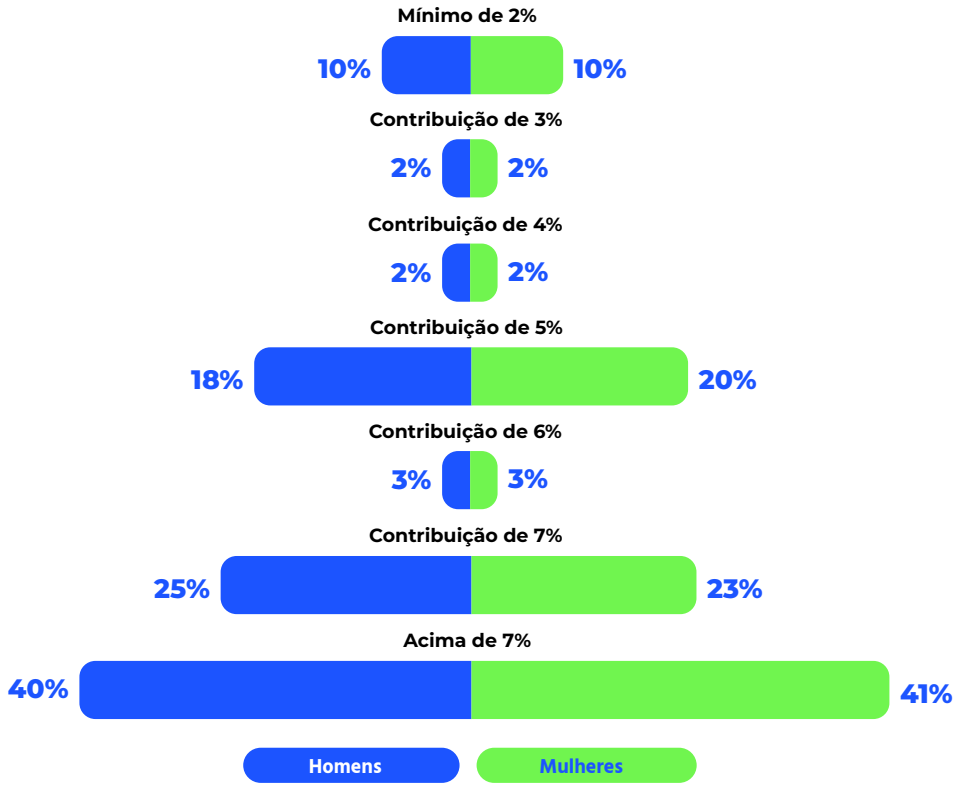
Outro ponto importante será o ganho de escala: um plano com maior número de participantes tem impacto positivo no compartilhamento dos benefícios de risco e reforça a garantia de pagamento de aposentadorias e pensões concedidas.

A incorporação do REB está na reta final de análise pela Previc, órgão fiscalizador dos fundos de pensão, que é a última etapa do processo.

DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DO REB PELA FAIXA DE CONTRIBUIÇÃO (%)



DISTRIBUIÇÃO DO ESFORÇO CONTRIBUTIVO POR GÊNERO(%)




REG/REPLAN

No REG/Replan, plano considerado maduro pela predominância de aposentados, a gestão de benefícios reflete o compromisso da FUNCEF com a responsabilidade, o diálogo e a busca permanente de soluções equilibradas.

Em fevereiro de 2025, a implementação de um conjunto de medidas, aprovado pelos participantes e homologado pela Previc, permitiu que as taxas de equacionamento do REG/Replan Saldado fossem reduzidas de 19,16% para 10,80%.

A queda expressiva de 43% representou alívio financeiro imediato e reforçou a confiança no processo de governança compartilhada.



**Equilíbrio
atuarial
com foco no
participante**

Além disso, o forte resultado de 2025 ainda tornou possível zerar a alíquota de contribuição extraordinária sobre o abono anual/13^o, bem como promover uma redução de 0,50 ponto percentual da alíquota mensal pelo período de 12 meses, que passou a 10,30%, a partir de abril de 2026.

Essa iniciativa evidencia a atuação da Fundação em consonância com sua visão de ser uma entidade previdenciária que inspira confiança, transforma vidas e constrói futuros com dignidade e responsabilidade.

REDUÇÃO DE 43% SOBRE A TAXA DE EQUACIONAMENTO MENSAL

Salário ou benefício	Alíquota anterior*	Contribuição extraordinária anterior	Nova alíquota reduzida**	Contribuição Extraordinária reduzida	Dinheiro extra no bolso do participante
R\$ 5.000		R\$ 958		R\$ 540	R\$ 418
R\$ 10.000	19,16%	R\$ 1.916	10,80%	R\$ 1.080	R\$ 836
R\$ 15.000		R\$ 2.874		R\$ 1.620	R\$ 1.254

REDUÇÃO DE 83% NA TAXA DE EQUACIONAMENTO SOBRE O 13^o/ABONO

Salário ou benefício	Alíquota anterior*	Contribuição extraordinária anterior	Nova alíquota reduzida**	Contribuição Extraordinária reduzida	Dinheiro extra no bolso do participante
R\$ 5.000		R\$ 958		R\$ 155	R\$ 803
R\$ 10.000	19,16%	R\$ 1.916	10,18%	R\$ 310	R\$ 1.606
R\$ 15.000		R\$ 2.874		R\$ 465	R\$ 2.409

*Planos de equacionamento de 2014, 2015 e 2016

** Plano de equacionamento unificado



Benefícios FUNCEF

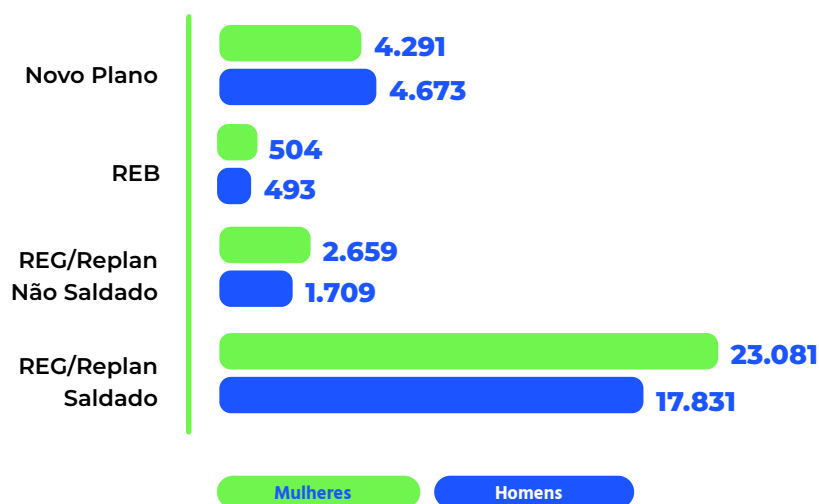
Aposentadorias

Em 2025, o volume de aposentadorias concedidas refletiu mudanças no perfil dos participantes, especialmente por conta de programas de desligamento da CAIXA, sem comprometer a regularidade e a segurança dos pagamentos.

A FUNCEF acompanha de perto da transição dos participantes para a aposentadoria, oferecendo educação previdenciária e consultoria individualizada que contribuem para a tomada de decisão consciente.

Proteção nos
momentos
decisivos

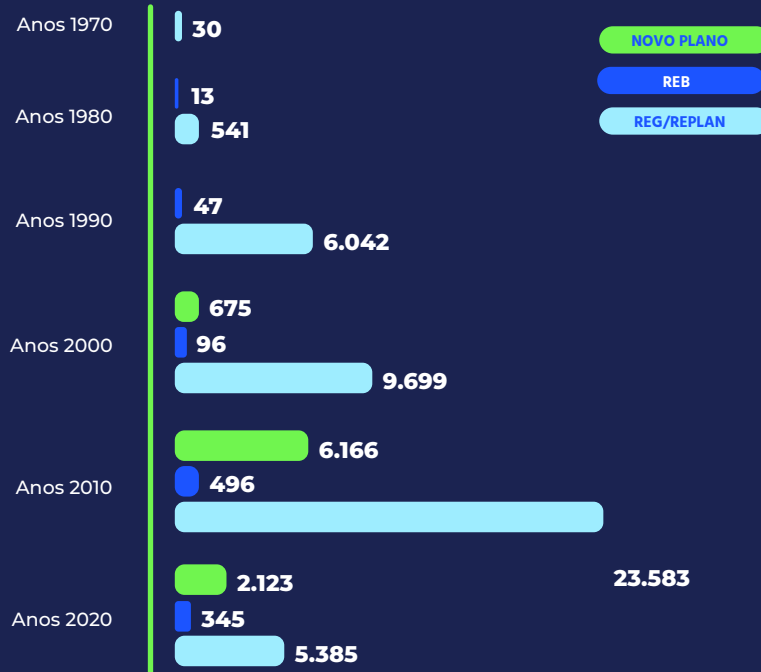
APOSENTADOS POR PLANO DE BENEFÍCIO



CONCESSÕES DE APOSENTADORIA POR DÉCADA



CONCESSÕES DE APOSENTADORIA POR PLANO



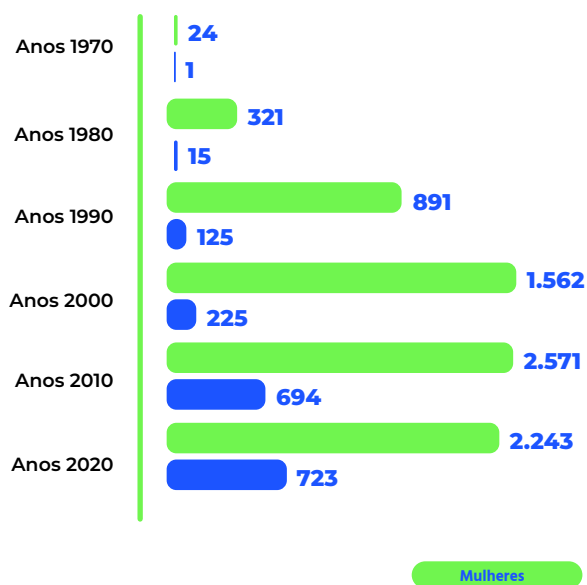
* Foram considerados somente aposentados com benefícios ativos.

Pensões e pecúlios

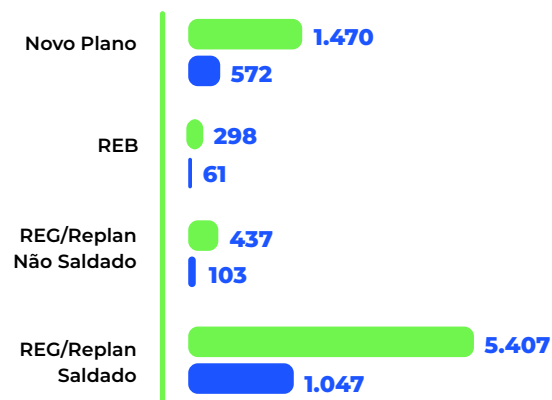
As pensões e os pecúlios reforçam a dimensão protetiva da previdência complementar, preservando o equilíbrio financeiro familiar e garantindo suporte em situações de perda, em linha com o compromisso da FUNCEF com a dignidade e o bem-estar social dos participantes.

Para que os familiares estejam sempre protegidos, é fundamental que o participante mantenha o cadastro atualizado em todas as fases da vida e eventos marcantes: casamento, nascimento de filhos, separação ou perda de um ente querido.

CONCESSÕES DE PENSÃO POR DÉCADA



CONCESSÕES DE PENSÃO POR PLANO*



* Foram considerados somente pensionistas com benefícios ativos.

Pagamento mensal

O pagamento mensal de benefícios é um dos principais momentos de relacionamento entre a FUNCEF e seus participantes. Em 2025, a Fundação pagou R\$ 6,6 bilhões em benefícios próprios com pontualidade e regularidade, o que representa um acréscimo de R\$ 562 milhões em relação ao ano anterior.

Considerando o convênio que permite incluir o benefício do INSS no contracheque FUNCEF, a folha total administrada alcançou R\$ 8,7 bilhões.

Dentro do convênio, os benefícios FUNCEF correspondem a 76,5% do total da folha FUNCEF+INSS. Isso significa que o valor das aposentadorias e pensões pagas para Fundação é três vezes maior que o valor do benefício da Previdência, sendo a principal renda para os participantes FUNCEF.

**Pontualidade,
escala e
confiança**



Em 2025, a Fundação antecipou pagamentos em abril, julho, setembro, novembro e dezembro, meses em que o dia 20 caiu em um feriado ou fim de semana.

A folha de pagamento da FUNCEF é maior do que a de muitas empresas no Brasil, envolvendo uma operação mensal de elevada complexidade, um volume expressivo de benefícios pagos mensalmente, múltiplas rubricas, rigorosos requisitos legais e tributários e integrações com diversos órgãos externos.

Pagamentos FUNCEF em 2025

	Benefícios FUNCEF (R\$ mi)	Participantes	Benefício INSS (R\$ mi)	Segurados*	Valor Total (R\$ mi)
janeiro	516,20	55.867	157,22	32.170	673,42
fevereiro	774,01	56.041	157,43	32.175	931,44
março	512,41	55.984	157,73	32.138	670,14
Abril	512,93	56.095	236,74	32.232	749,68
Maio	515,37	56.129	236,23	32.217	751,60
Junho	512,31	56.097	158,24	32.216	670,55
Julho	511,81	56.076	157,33	32.175	669,15
agosto	514,26	56.047	157,43	32.132	671,68
setembro	512,25	56.050	157,64	32.144	669,89
outubro	511,63	56.021	157,23	32.081	668,86
novembro	767,08	55.998	157,14	32.070	924,22
dezembro	509,24	55.885	157,49	32.036	666,73
Total	6.669,52	-	2.047,86	-	8.717,38

Relacionamento com os participantes

A gestão de benefícios também se expressa na forma como a FUNCEF se relaciona com seus participantes. Programas permanentes de educação previdenciária e financeira, atendimento multicanal e políticas responsáveis de crédito reforçam a atuação da Fundação como parceira ao longo de toda a trajetória previdenciária.

Educação previdenciária e financeira

A equipe de Relacionamento da Fundação marcou presença em eventos promovidos por entidades representativas por todo o país em 2025. No total, quase 15 mil atendimentos foram realizados, com foco no planejamento previdenciário.

Entre 2022 e 2025, a FUNCEF realizou 671 iniciativas de educação previdenciária, entre ações, eventos e campanhas, que alcançaram de 50 mil empregados ativos da CAIXA. O foco está na ampliação do conhecimento, estímulo ao planejamento de longo prazo e fortalecimento do vínculo com a Fundação.

Um destaque importante é a atuação da equipe de relacionamento no âmbito nacional. Seja na modalidade virtual ou presencial, as ações de educação previdenciária da FUNCEF foram levadas para todos os estados do Brasil, sendo concebidas de forma integrada, considerando os diferentes momentos da vida laboral e previdenciária dos empregados, desde o ingresso na CAIXA até a fase de preparação para a aposentadoria.

A adoção de uma abordagem segmentada, aliada à personalização dos conteúdos e dos formatos de comunicação, potencializou o alcance e a efetividade das ações, contribuindo para maior engajamento dos públicos e conscientização previdenciária, especialmente entre aqueles que ainda não haviam iniciado seu planejamento para a aposentadoria.

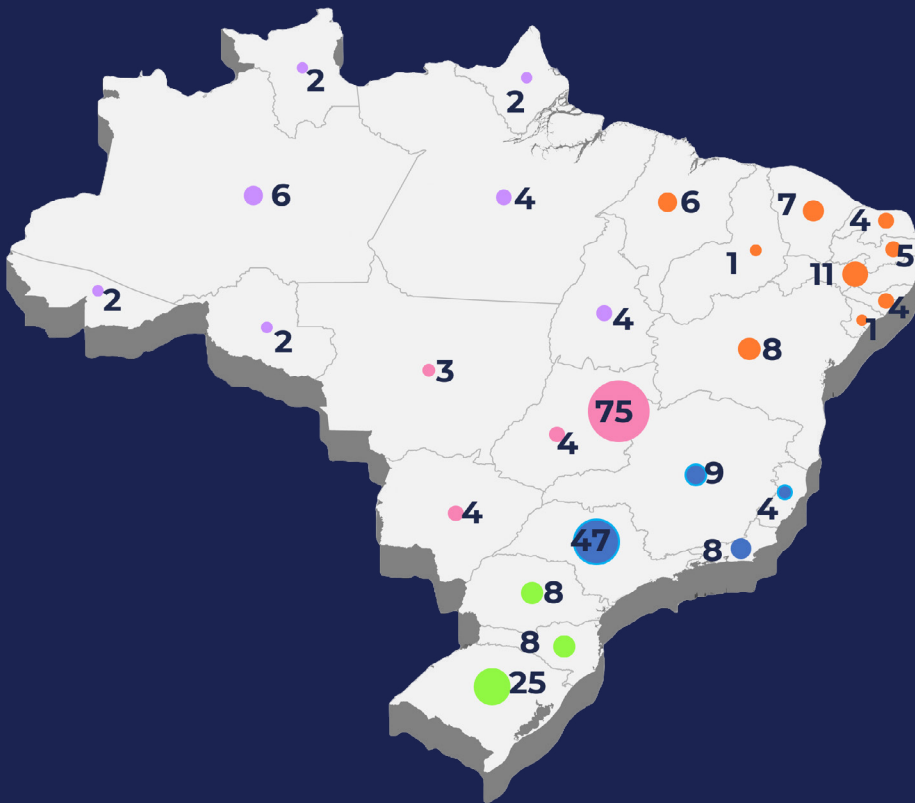


+50 mil

empregados ativos
da patrocinadora
alcançados entre
2022 e 2025

Ações pelo Brasil

Resultados que transformam vidas



Estado	Ações	Estado	Ações
AC	2	PB	5
AL	4	PR	8
AP	2	PE	11
AM	6	PI	1*
BA	8	RJ	8
CE	7	RN	4
DF	75	RS	25
ES	4	RO	2
GO	4	RR	2
MA	6	SC	8
MT	3	SP	47
MS	4	SE	1
MG	9	TO	4
PA	4		

TOTAL
263

*Participação em evento do Dia do Aposentado

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA PELO PAÍS

	Ações educação previdenciária	Eventos	Campanhas	Total
2022	17	1	1	19
2023	118	9	8	135
2024	171	36	4	211
2025	250	48	8	306

Atendimento digital e humanizado

Para tornar o atendimento ao participante cada vez mais personalizado e eficiente, a FUNCEF investiu na modernização do atendimento por meio de plataforma tecnológica que integra todos os seus canais de relacionamento.

A ferramenta conta com inteligência artificial aplicada ao atendimento, capaz de absorver demandas de baixa complexidade e otimizar a jornada do participante, reduzindo tempo de resposta e aumentando a resolutividade.

Em 2025, o fortalecimento dos canais digitais, somado ao atendimento humanizado, permitiu que a elevada taxa de resolução no primeiro contato fosse de 95,8%.



96%

consideraram o atendimento excelente ou ótimo



Dentro do modelo multicanal da Fundação, o WhatsApp se consolidou como o canal preferido dos participantes. Entre as questões mais pesquisadas ou solicitadas, destacam-se empréstimos, Cadastro e Folha de Pagamento. No geral, essas demandas estiveram relacionadas a aspectos financeiros e ajustes de dívidas, proteção da família e esclarecimentos sobre valores de benefícios.

Para melhoria contínua dos serviços, a FUNCEF tem como ferramenta essencial a pesquisa de satisfação com o atendimento. Em 2025, quase 54% dos atendimentos foram avaliados, sendo que 96% dos participantes considerando a interação “excelente” ou “ótima”.

A plataforma de um canal de escuta ativa que contribui para a construção de uma relação de confiança e respeito entre a Fundação e seus participantes.



96%

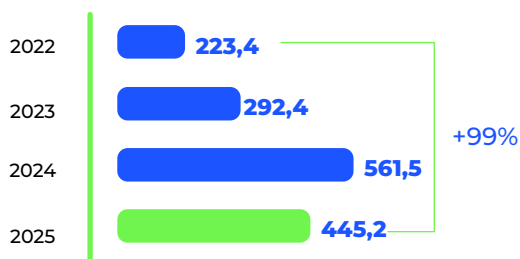
atendimentos
resolvidos no
primeiro contato



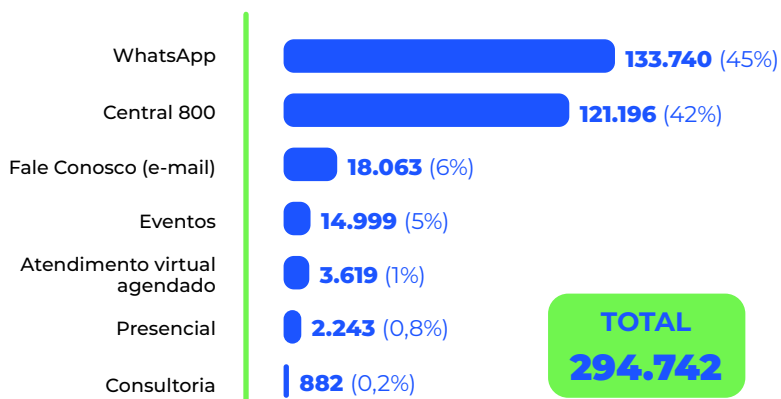
8,2%

redução de
demandas na
Ouvidoria

ATENDIMENTOS (MILHARES)



ATENDIMENTOS DE 2025 POR CANAL



Compromisso com acolhimento

A FUNCEF se tornou pioneira no avanço do Relacionamento com seus participantes, aprovando o Protocolo de Atuação e Proteção de Relacionamento, documento que incentiva a promoção de ambiente seguro para o quadro funcional e demais participantes.

A iniciativa estabelece diretrizes baseadas no respeito, cordialidade, transparência e valorização, a serem seguidas, tanto pelos empregados como pelos participantes da FUNCEF.



Homenagem aos Aposentados 2025

Em comemoração ao Dia dos Aposentados, celebrado em 24 de janeiro, a FUNCEF esteve presente em 24 estados e no Distrito Federal, homenageando mais de 2 mil aposentados e aposentadas da CAIXA, reconhecendo sua trajetória de dedicação, compromisso e contribuição para a construção da história da instituição e do país.



Experiência do participante

Em setembro de 2025, a Coordenação de Planejamento Previdenciário, ligada à Gerência de Relacionamento e Atendimento, foi reformulada para contemplar a experiência do participante.

O objetivo é mapear e aprimorar a jornada ao longo da sua parceria com a FUNCEF, promovendo a melhoria contínua de interfaces, produtos e serviços e garantindo que as soluções atendam plenamente às necessidades e objetivos reais dos participantes.

Empréstimos aos participantes

Os planos administrados pela FUNCEF oferecem linhas de crédito exclusivas e mais baratas aos seus participantes. Gerida pela Diretoria de Benefícios, a carteira de empréstimos possui 79,5 mil contratos ativos, distribuídos entre 61,3 mil participantes, totalizando um saldo devedor de R\$ 4,5 bilhões, que representa 3,64% dos recursos garantidores dos planos.

Em 2025, em torno de 40 mil participantes efetuaram a contratação de 86,6 mil empréstimos, correspondendo a um valor bruto de R\$ 3,49 bilhões, ou R\$ 1,54 bilhão, se descontado o saldo de contratos anteriores renovados.

O CredPlan tem como política o crédito consciente aos participantes, o que significa apoiar projetos de vida com baixo custo e evitar o endividamento dos tomadores. Em 2025, 39,8 mil contrataram empréstimos em uma das três linhas de crédito disponíveis.



Cada plano de benefício da Fundação tem uma Política de Investimento própria, que define as regras e padrões dos empréstimos, evitando inadequações ou qualquer ingerência. Isso também garante que as operações sejam rentáveis pela perspectiva do plano, protegendo o seu patrimônio.

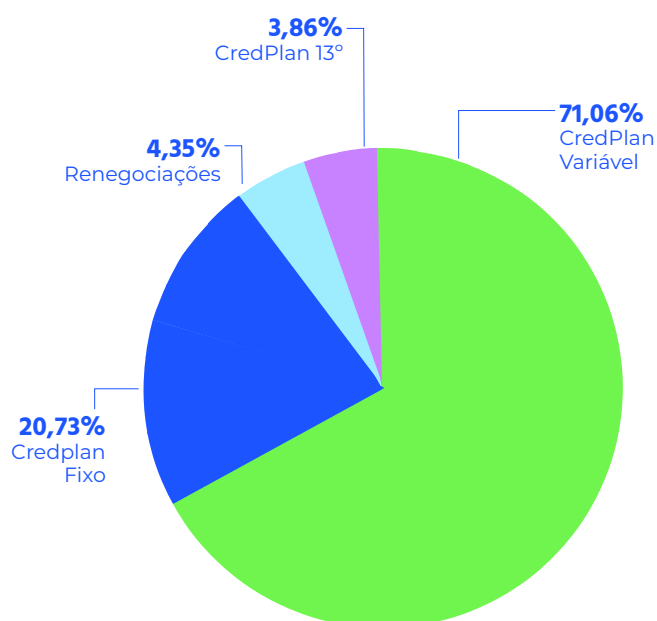
Com regras prudenciais, a FUNCEF limita os empréstimos por meio de margens consignáveis, estabelecendo um custo de oportunidade que considera meta atuarial, risco de inadimplência observado na própria carteira, taxa de administração para custear as despesas da carteira e Fundo Garantidor de Quitação dos Contratos (FGQC) para a cobertura dos riscos inerentes.

No CredPlan, a Fundação não cobra nenhuma outra tarifa dos participantes além da taxa de administração e o FGQC. Como em todos os empréstimos, a Fundação recolhe o IOF, que é repassado à Receita Federal.

CREDPLAN EM 2025



VALORES DISTRIBUÍDOS POR TIPO DE CONTRATO (%)



Custos cobrados dos empréstimos

O Fundo Garantidor para Quitação de Crédito (FGQC) é um mecanismo de proteção da carteira de empréstimos da FUNCEF, destinado a assegurar a liquidação do saldo devedor das operações de crédito em caso de falecimento do participante durante a vigência do contrato.

O fundo preserva o equilíbrio financeiro da carteira e protege os recursos garantidores, fazendo com que a inadimplência decorrente do óbito não gere impacto negativo ao mútuo de participantes.

Para custeio e composição do FGQC, é realizada cobrança mensal junto aos mutuários, calculada com base no saldo devedor dos empréstimos e alíquotas diferenciadas por faixa etária. Essas alíquotas refletem o nível de risco associado à idade do participante.

ALÍQUOTAS DE CUSTEIO DO FGQC*

Faixa etária	Alíquota
Até 34 anos	0,0036%
35 a 49 anos	0,0101%
50 a 59 anos	0,0285 %
60 a 74 anos	0,1350 %
75 a 84 anos	0,5244 %
Acima de 84 anos	1,4244 %

*A Fundação concedeu um desconto de 80% sobre a taxa em 2023, que permanece ativo. Não houve alterações em 2025

Já a taxa de administração custeia as atividades operacionais e de gestão. A cobrança ocorre no ato da contratação do empréstimo, calculada sobre o saldo devedor.

Em setembro de 2025, a Fundação reduziu a taxa de administração de 0,46% para 0,30%, refletindo ganhos de eficiência. A medida contribuiu para redução do custo efetivo total das operações, gerando um benefício direto aos participantes.

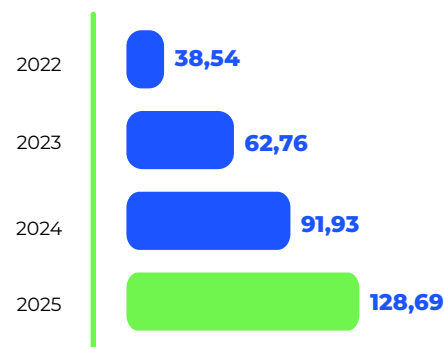
Recuperação de crédito

A FUNCEF tem um trabalho contínuo de gestão e regularização da carteira de crédito, com a adoção de ações estruturadas de cobrança, negociação e acompanhamento dos contratos em atraso.

A evolução dos valores recuperados demonstra a efetividade dessas ações e o esforço permanente de gestão ativa da carteira de empréstimos.

Como resultado da gestão da carteira e do desempenho das operações de crédito, a carteira de empréstimos registrou rentabilidade de 6,88% em 2025, evidenciando a relevância do produto tanto para os participantes quanto para os planos de benefícios administrados pela FUNCEF.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO (R\$ MILHÕES)



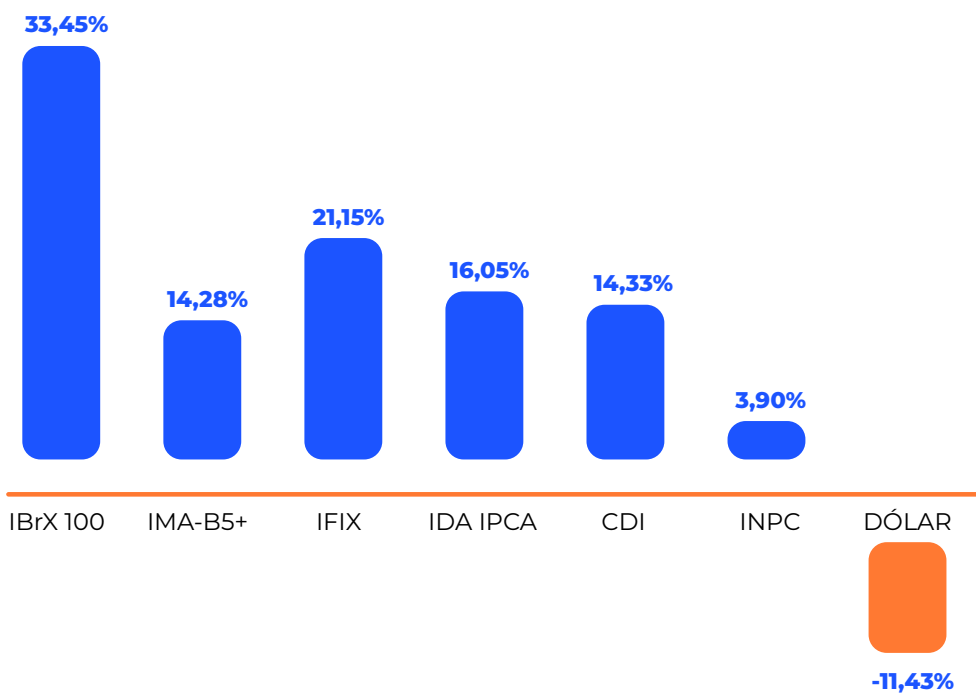
INVESTIMENTOS



A FUNCEF ultrapassou, em 2025, os R\$ 120 bilhões em ativos sob gestão. Essa marca expressiva foi alcançada pela entrega consistente de retornos acima do objetivo de retorno (inflação mais ganho real de 4,75 pontos percentuais para o REG/Replan Saldado e de 4,85 p.p. para os demais planos).

A carteira consolidada de investimentos da Fundação obteve o forte resultado de R\$ 12,3 bilhões em 2025, alta de 68% em relação ao ano anterior.

CENÁRIO DE INVESTIMENTOS 2025



IBrX 100 - índice de referência de renda variável, representa as 100 maiores empresas listadas na Bolsa

IMA-B5+ - parâmetro de rentabilidade de títulos públicos atrelados à inflação (NTN-Bs) com vencimento acima de cinco anos

IFIX - índice que reflete o desempenho dos fundos imobiliários (FIIs) negociados na Bolsa de Valor

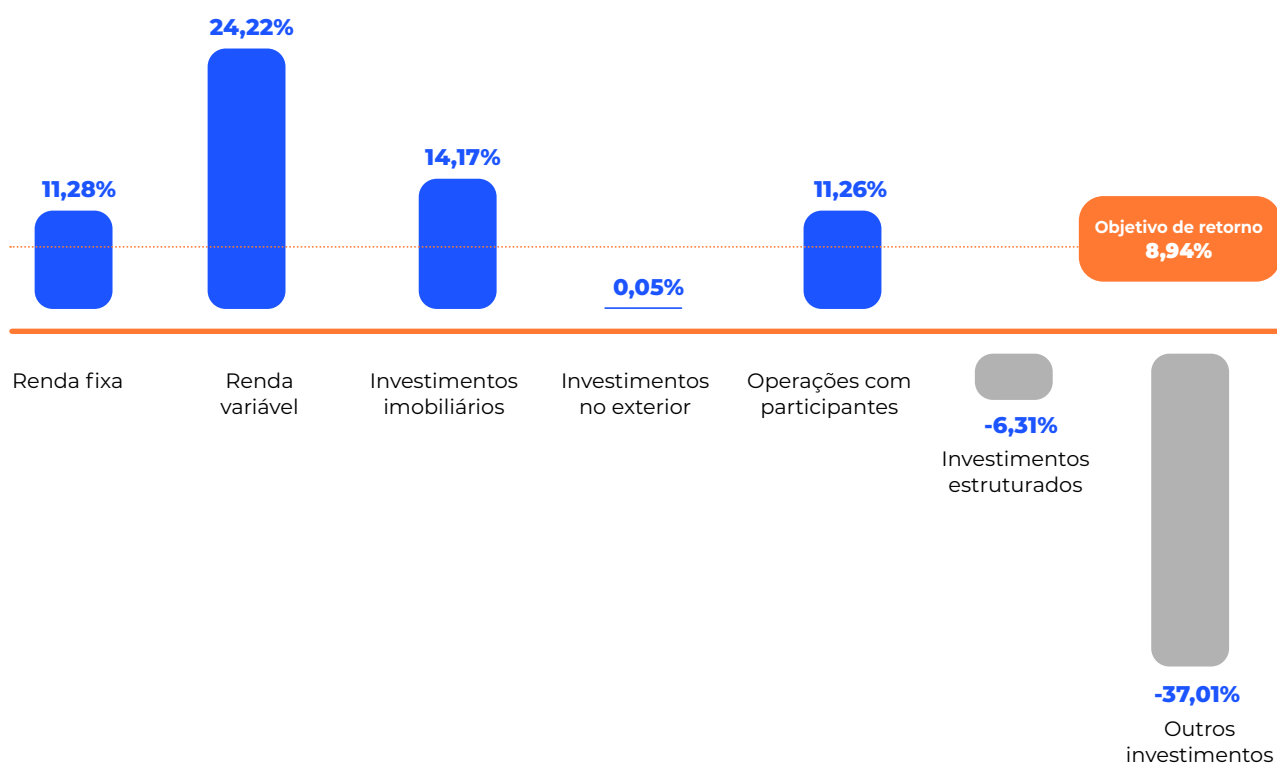
IDA IPCA - índice de referência para títulos de dívida privada (debêntures)

CDI - índice de referência para o mercado financeiro brasileiro, usado para definir o rendimento de aplicações de renda fixa, como CDBs, LCIs e LCAs. Baseia-se na Selic, a taxa básica de juros

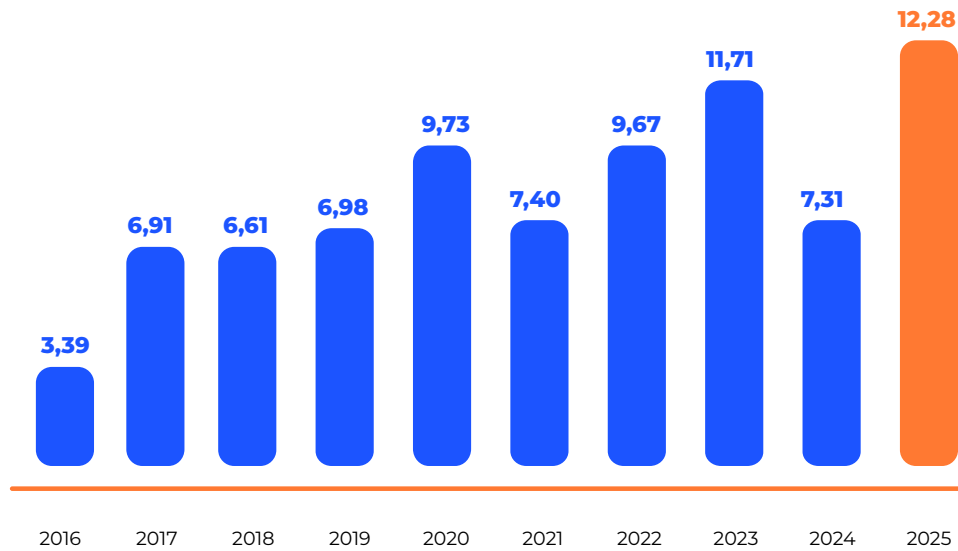
A rentabilidade consolidada foi de 11,34%, bem superior à meta atuarial de 8,94%, puxada pelo forte desempenho das três principais carteiras: renda fixa, renda variável e ativos imobiliários.

Em relação à estratégia, ao longo de 2025, a Diretoria de Investimentos realizou movimentos no Novo Plano e REB CD para reduzir significativamente o nível de risco do portfólio destes planos preservando a capacidade de gerar a rentabilidade necessária para alcançar os objetivos de retorno.

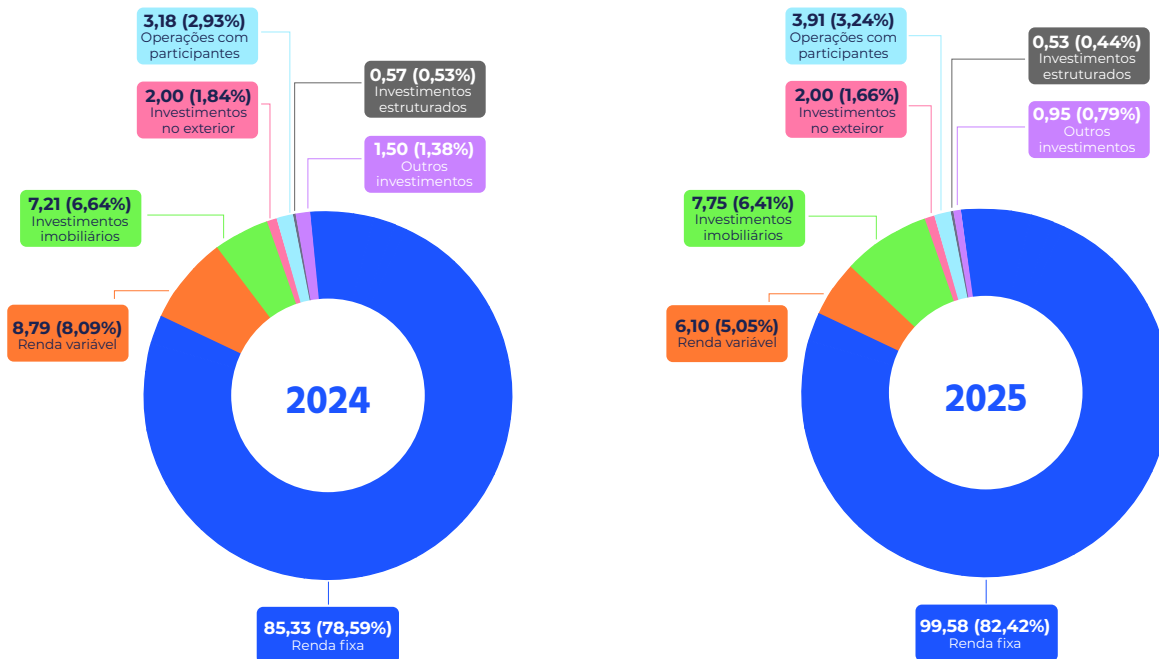
RENTABILIDADE POR SEGMENTO (%)



RESULTADO CONSOLIDADO DOS INVESTIMENTOS (R\$ BI)



CARTEIRA CONSOLIDADA DA FUNCEF (R\$ BILHÕES)



Além disso, as estratégias de investimentos permitiram que os planos capturassem oportunidades que irão sustentar resultados positivos no longo prazo, gerando menos dependência dos ciclos do mercado financeiro.

Renda Fixa

O ano de 2025 foi muito positivo para os investimentos em renda fixa da FUNCEF, que alcançaram rentabilidade consolidada de 11,28% para uma meta de 8,94%. A parcela da carteira da Fundação nesta classe de ativos aproximou-se dos R\$ 100 bilhões, crescendo 17% em relação ao ano anterior.

A FUNCEF aproveitou a janela de oportunidade criada pelo ciclo da taxa Selic e das altas taxas dos títulos de longo prazo para comprar R\$ 17 bilhões em títulos públicos longos atrelados ao IPCA (NTN-Bs), sem risco de mercado e com ganho real médio (acima da inflação) de 7,47%, muito superior à meta atuarial de 4,85%.

Esses títulos, que oferecem proteção contra a inflação, cupons semestrais e baixíssimo risco, serão mantidos na carteira até o vencimento, que pode chegar a 2060.



O destaque do ano foi o reposicionamento estratégico da carteira realizado no Novo Plano e REB CD por meio de três grandes movimentos:

1

Reclassificação contábil de R\$ 1,3 bilhão em NTN-Bs, eliminando a sua oscilação de preço, por conta de mudança na legislação (leia mais no quadro a diferença entre marcação na curva e a mercado).

2

A venda de títulos com vencimento de curto prazo para a compra de títulos mais longos, que serão mantidos até o vencimento (marcados na curva)

3

Realização de lucros com a venda de parte da carteira de ações após forte valorização da Bolsa. Os recursos foram replicados em títulos públicos marcados na curva.

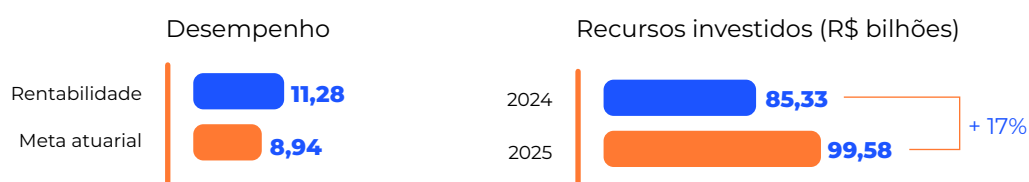
No total, a Fundação adicionou R\$ 8,5 bilhões em títulos públicos de longo prazo nas carteiras do Novo Plano e REB CD, que encerraram 2025 com parcela de renda fixa na casa dos 75%, maior patamar histórico.

O reposicionamento repetiu a estratégia adotada nos últimos anos para os planos de Benefício Definido (BD).

As aquisições de títulos públicos foram feitas já prevendo um ciclo de redução de taxa de juros, que terá um impacto mínimo nos resultados dos próximos anos.

Como resultado, mais de 80% da carteira consolidada da FUNCEF está alocada em renda fixa, o que permite prever, com segurança, ganhos sistematicamente acima dos objetivos de retorno.

CARTEIRA DE RENDA FIXA EM 2025 (%)



Imunização da carteira

Especialmente nos planos maduros, como o REG/Replan, a Fundação manteve estratégia de melhora da saúde financeira, envolvendo duas técnicas utilizadas na gestão profissional de ativos.

A primeira técnica é a imunização da carteira, que visa proteger a carteira de investimentos dos efeitos da variação das taxas de juros e inflação. Esse movimento se tornou viável porque o cenário econômico criou uma janela de oportunidade em que as NTN-Bs alcançaram taxas de retorno superiores ao objetivo de retorno do plano.

A segunda é o casamento entre os fluxos de recebimento dos títulos públicos e os compromissos de pagamento de benefícios aos aposentados e pensionistas, chamada de *cash flow matching*.





FUNCEF DESCOMPLICA: A DIFERENÇA ENTRE MARCAÇÃO NA CURVA E A MERCADO

A marcação de um título de renda fixa é uma questão contábil, mas não é um mero detalhe técnico: ela tem um impacto direto no resultado apurado e na variação das cotas do Novo Plano CD e do REB CD.



MARCAÇÃO NA CURVA

Na chamada marcação na curva, o foco está no valor que será recebido lá no final e não nas variações diárias de preço, uma vez que já se sabe qual será o valor do título na data de vencimento.

Pense no seguinte exemplo: você decide fazer uma viagem para uma cidade próxima, a 100 quilômetros de distância, sem paradas. Pode ser que o trajeto tenha subidas e descidas, mas como o foco está no destino final, se não parar, o valor que você espera ganhar com a viagem (ou seja, chegar ao destino) está mantido.

No contexto dos títulos de renda fixa, a marcação na curva é como ignorar os “solavancos” de preço no meio do caminho e seguir o plano até o fim.



MARCAÇÃO A MERCADO

Já a marcação a mercado ajusta o valor do título diariamente de acordo com o preço no mercado. Esse preço flutua por várias questões, como taxa de juros, inflação e resultado fiscal, entre outros.

Imagine que você comprou uma ação na Bolsa e decide acompanhar o valor dela todos os dias. Quando muitos investidores querem comprar a ação, o preço do papel sobe. Se for o contrário, o preço cai. Neste caso, você pode vender a qualquer momento a ação, mas receberá pelo valor de mercado naquele dia.

Marcar o título a mercado funciona da mesma forma: o valor registrado é atualizado conforme o preço que seria possível obter se ele fosse vendido hoje.



SITUAÇÃO DA CARTEIRA DA FUNCEF

Na carteira da FUNCEF há um grande volume de títulos de renda fixa marcados na curva nos planos de Benefício Definido (BD), o REG/Replan Saldado e Não Saldado. A taxa de retorno no vencimento é bastante superior à meta atuarial e não sofre variação.

Até o fim de 2024, todos os títulos adquiridos para o Novo Plano e REB CD eram marcados a mercado, por exigência da legislação.

Em dezembro daquele ano, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNP) aprovou a Resolução nº61 permitindo que determinados títulos públicos com vencimento maior do que cinco anos fossem marcados na curva pelos planos CD, o que foi feito pela Fundação.

Essa mudança nas regras contribuiu para o forte desempenho de 2025.

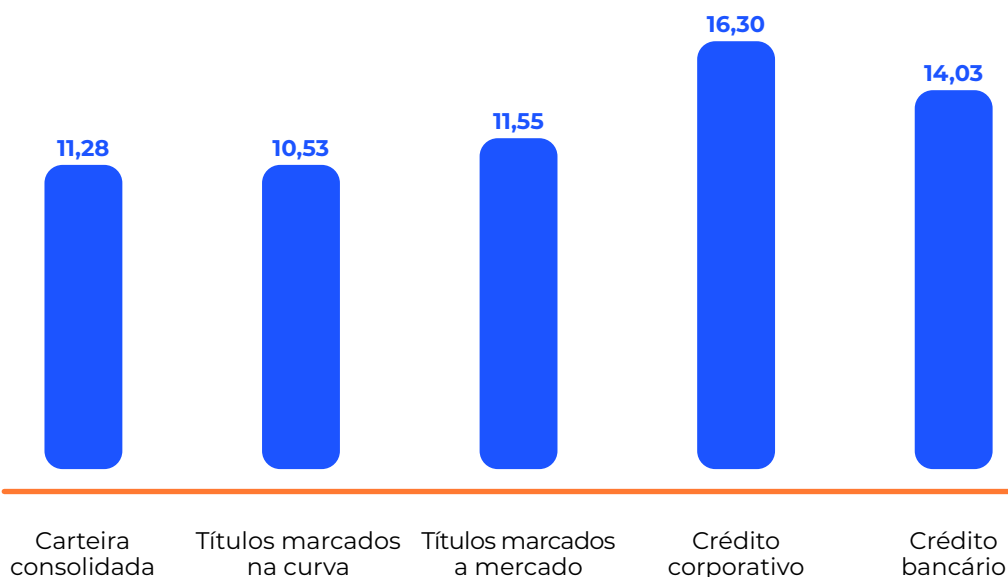
Diversificação em renda fixa

A FUNCEF implementou, em 2025, a diversificação da carteira de renda fixa do Novo Plano e REB CD, planos em fase de acumulação e consequente apetite ao risco.

O objetivo com a diversificação é buscar a melhor combinação entre uma série de ativos financeiros para alcançar uma carteira mais balanceada, com a maior rentabilidade possível sem elevar o nível de risco assumido.

A Fundação selecionou gestores terceiros que têm como missão buscar oportunidades no mercado de crédito corporativo, investindo em títulos de dívida emitidos por empresas sólidas e bem avaliadas.

RENTABILIDADE DA CARTEIRA DA FUNCEF DE RENDA FIXA POR TIPO DE ATIVO EM 2025 (%)



MOVIMENTOS RELEVANTES 2025

RENDA FIXA



R\$ 13,3 bi

Novos títulos públicos que serão levados até o vencimento



0,30 p.p.

Aumento da taxa média dos títulos públicos



R\$ 4,3 bi

Recebidos e juros e amortizações de títulos públicos



R\$ 1,3 bi

Títulos públicos remarcados no Novo Plano CD e REB CD



R\$ 1,3 bi

Recebidos em juros e amortizações crédito privado

RENDA VARIÁVEL



34%

Rentabilidade da carteira, que foi readequada



0,9 p.p.

Resultado acima do IBrX 100



12,7%

Rentabilidade da carteira em dólar



6,7 p.p.

Resultado superior ao *Benchmark* da classe

EXTERIOR

IMÓVEIS

Desinvestimentos



R\$ 556 mi

Venda de ativos imobiliários

Renda de Imóveis



R\$ 358 mi

Renda líquida*



12,9%

Lucro patrimonial

NOSSA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS

PLANOS BD

- Imunização de carteira e casamento de fluxo de caixa
- Desinvestimento dos ativos de risco para trazer liquidez e adequar perfil da carteira ao perfil maduro dos planos

PLANOS CD

- Migração da renda variável para títulos públicos visando a reestruturação da carteira
- Manutenção de parte da carteira em classes diversificadas, buscando proteção e captura de boas oportunidades no mercado

* Renda de aluguéis descontada das despesas do período. Não considera alienações

Renda Variável

A rentabilidade de 24,22% do segmento de renda variável, em 2025, foi a maior para a classe de investimentos desde 2009. A FUNCEF aproveitou o ano para reposicionar o portfólio dos planos CD, que lideraram os retornos.

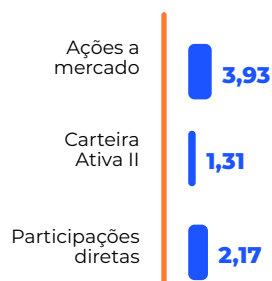
A equipe técnica da Fundação criou um indicador que apontou as melhores janelas para a venda de parcela da carteira de ações durante movimentos simultâneos de alta da Bolsa e das taxas de retorno pagas por títulos públicos de longo prazo.

O resgate total foi superior a R\$ 3 bilhões, sendo grande parte deste montante a realização de lucros do portfólio de ações. Os recursos foram inteiramente realocados em títulos públicos de longo prazo atrelados à inflação sem risco de mercado (títulos na curva).

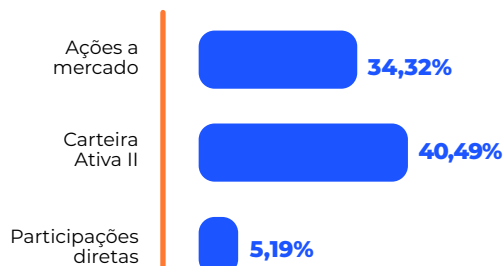
Essa movimentação reduziu a participação em renda variável de 17,5% para o alvo próximo de 9%, em um cenário em que os títulos públicos de longo prazo apresentam taxas atrativas de retorno sem risco de mercado.

CARTEIRA CONSOLIDADA DE RENDA VARIÁVEL

RECURSOS APLICADOS (R\$ BI)



RENTABILIDADE



Carteira de ações

O reposicionamento também envolveu concentração da carteira de ações em companhias consolidadas, de forte geração de caixa e solidez operacional.

Na gestão ativa, a equipe técnica da Fundação analisou fundamentos das empresas para selecionar papéis com potencial de retorno superior ao IBrX 100, índice de referência que acompanha as 100 maiores empresas listadas na Bolsa e encerrou o ano com alta de 33,45%, depois de registrar mais de 30 máximas históricas e registrar o melhor desempenho desde 2016

A estratégia de *stock picking* trouxe ganho excedente de 0,9 ponto percentual.

RENTABILIDADE (%)



AÇÕES SEM COTAÇÕES EM MERCADO

Empresa	Saldo em 2024 (R\$ mi)	Resultado (R\$ mi)	Saldo em 2025 (R\$ mi)	Varição (%)	Precificação
Invepar	285,17	-100,17	180,00	-36,88	
Hmobi	475,35	99,32	574,49	20,86	Fluxo de caixa descontado
Norte Energia	820,60	-190,06	630,53	-23,16	
Total	1.581,11	-196,10	1.581,11	-12,40	

Investimentos Imobiliários

A gestão eficiente dos ativos imobiliários tem contribuído consistentemente para os resultados positivos dos planos da FUNCEF. A carteira imobiliária foi um dos destaques de 2025, superando em 59% a meta atuarial e encerrando o ano com R\$ 7,75 bilhões em ativos sob gestão.

Dentro do plano de desinvestimento em imóveis, a Fundação realizou vendas de ativos que somaram R\$ 556 milhões e geraram um lucro contábil de 12,9%, o equivalente a R\$ 63 milhões. Esse desempenho positivo beneficiou especialmente o REG/Replan.

Todos os ativos imobiliários na carteira da FUNCEF foram submetidos a uma matriz de riscos desenvolvida pela equipe técnica de investimentos.

Os ativos negociados demandam investimentos expressivos em requalificação, apresentam elevado custo de manutenção e/ou baixa atratividade comercial. Essas características os tornam pouco compatíveis com o perfil de investidores institucionais.



556

milhões de reais
em imóveis vendidos



PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES DE 2025

SAÍDAS



Vila Galé Eco Resort do Cabo (PE)

Localizado na região de Cabo de Santo Agostinho, vendido por R\$ 62 milhões, com ganho de 13,25% em relação ao valor de mercado estimado por empresa independente



Novotel Barra da Tijuca (RJ)

Venda da participação de 80% no empreendimento por R\$ 58 milhões, integralmente pagos à vista, com ganho de 21% sobre o valor de mercado



Terreno em Santo André (SP)

Venda do ativo de 200 mil metros quadrados no ABC Paulista por R\$ 132,18 milhões. Oferecido ao mercado desde 2021, apresentava custos relevantes de manutenção, cerca de R\$ 1,5 milhão ao ano, pressionando negativamente a rentabilidade da carteira



14 agências bancárias

Venda dos ativos, distribuídos por quatro estados e oito cidades, ao fundo imobiliário (FII) TRXF11. A FUNCEF recebeu R\$ 140 milhões em cotas do fundo

INVESTIMENTOS



Shopping Pátio Paulista

A Fundação ampliou a sua participação no empreendimento da capital paulista, na qual é sócia desde 1988, com investimento total de R\$ 244,5 milhões. O Pátio Paulista é um dos ativos um dos mais relevantes do portfólio imobiliário. Nos últimos cinco anos, o seu retorno médio anual foi de IPCA + 15,50%

COMO FUNCIONA O PROCESSO DE VENDA DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

A Fundação tem um normativo interno que vem sendo rigorosamente seguido

1

Avaliação do imóvel

- Contratação de laudos, realizados por avaliadores especializados e independentes, com vigência máxima de 180 dias
- Validação técnica dos laudos pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura e a Gerência de Conformidade

2

Análise de proposta

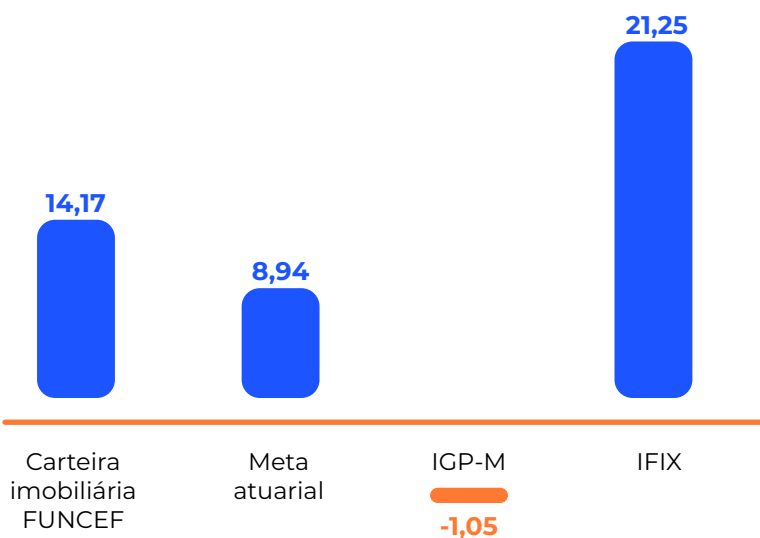
- Avaliação do negócio e dos compradores pela Gerência Jurídica
- Risco e conformidade pela Diretoria de Planejamento e Controladoria
- Alocação eficiente de recursos pela Diretoria de Investimentos
- Avaliação econômico-financeira da Diretoria de Participações Imobiliárias e Societárias

3

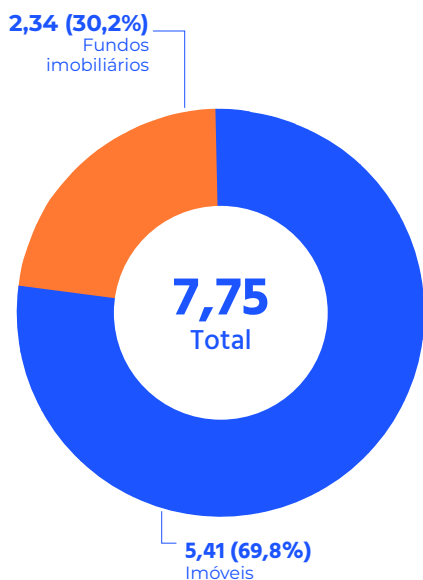
Aprovação da venda

- Deliberação da alçada competente
- Recebimento dos valores e escrituração

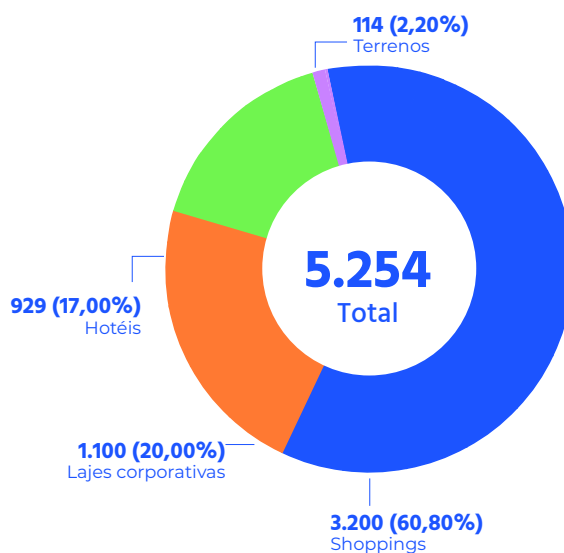
RENTABILIDADE DA CARTEIRA IMOBILIÁRIA EM 2025 (%)



CARTEIRA IMOBILIÁRIA DA FUNCEF (R\$ BILHÕES)



CARTEIRA DE IMÓVEIS POR SEGMENTO (R\$ MILHÕES)



Fundos imobiliários (FIIs)

A carteira de fundos imobiliários, concentrada no Novo Plano e REB CD, teve um desempenho excepcional em 2025, com retorno na casa dos 20%.

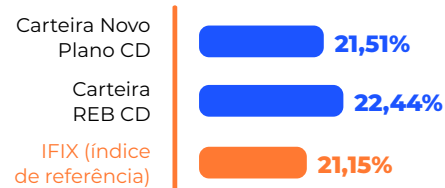
Os investimentos da Fundação acompanharam o índice de referência do setor, o IFIX, que registrou valorização de 21,15% e atingiu máximas históricas no ano.

Na estratégia de investimentos da Fundação, os fundos imobiliários ocupam um papel complementar importante dentro da carteira de imóveis. Os FIIs aplicam em diversos ativos ao mesmo tempo, cada qual com diversos inquilinos, e utilizam estratégias especializadas, o que possibilita diluir o risco.

Também trazem agilidade e maior liquidez em um mercado cíclico, afetado diretamente por fatores como juros, inflação e crescimento econômico, uma vez que as cotas são negociadas na Bolsa, com comercialização diária.

Além dos ganhos com valorização dos ativos, que se refletem nas cotas, outro fator positivo dos fundos imobiliários é a possibilidade de receber rendimentos mensais em forma de dividendos, que equivalem aos aluguéis recebidos quando o investimento é feito diretamente em imóveis.

RENTABILIDADE DA CARTEIRA DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS (FIIS)



Investimentos no exterior

Os investimentos no exterior, que funcionam como uma proteção da carteira, apresentaram uma boa performance em dólar (+12,7%), superando em 6,7 pontos percentuais o seu índice de referência. O resultado foi afetado pela forte desvalorização da moeda americana no ano (-11,43%).

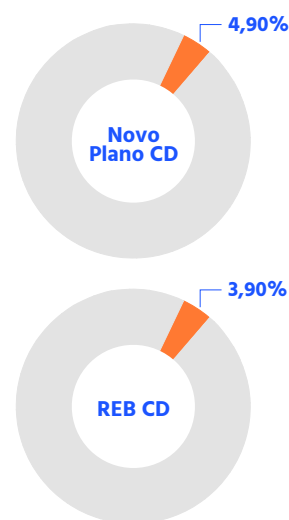
O investimento é feito pelo fundo Sirius FIC FIM, gerido pela equipe de investimentos da FUNCEF, que aloca em quatro fundos exclusivos geridos por 4 diferentes gestores.

Esses gestores estão entre os maiores do mundo e possuem experiência com fundos de pensão do Brasil e do exterior. Suas estratégias vão além do mercado de ações e incluem renda fixa e ativos reais, o que garante maior estabilidade mesmo em períodos de alta volatilidade.

O Sirius FIC FIM, que começou com aportes somados de R\$ 1,2 bilhão no terceiro trimestre de 2023, alcançou um patrimônio líquido superior a R\$ 2 bilhões no fechamento de 2025.

PESO DOS INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Participação na carteira (%)



Os ativos no exterior têm cumprido o seu papel de diversificar a carteira do Novo Plano CD e REB CD, planos em fase de acumulação.

O objetivo fundamental da estratégia de investimento nesta classe de ativos é reduzir o risco global do portfólio por meio da diversificação.

Até então, 100% dos ativos no portfólio da Fundação estavam no Brasil, o que fazia com que o retorno da carteira dependesse integralmente do desempenho da economia brasileira. Com esta estratégia é possível capturar ganhos de outras economias mundiais e, ainda, se proteger de uma eventual desvalorização do real.

O REG/Replan, o Novo Plano BD e o REB BD não têm nenhuma exposição aos investimentos no exterior, por serem planos maduros, que estão na fase de pagamento de benefícios.

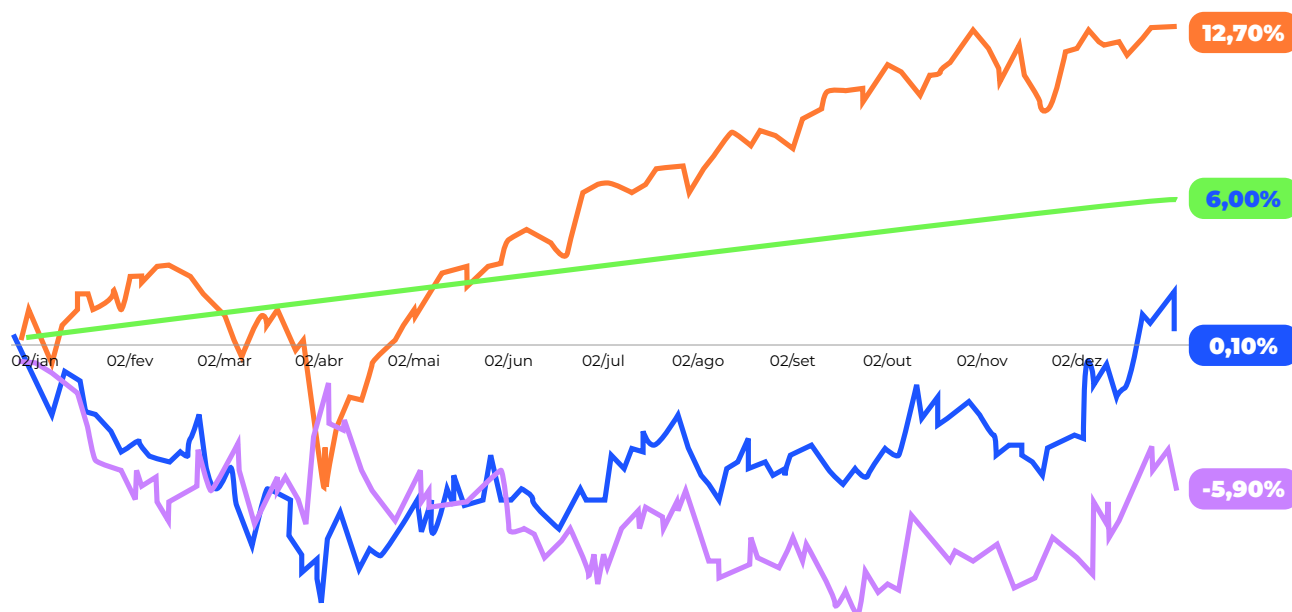
Substituição de gestor

Em 2025, a FUNCEF substituiu um dos quatro gestores terceirizados, que encerrou as operações no Brasil. O processo envolveu mais de 30 casas e o vencedor foi o banco americano Morgan Stanley, que tem US\$ 8,2 trilhões sob gestão. A instituição financeira recebeu o mandato de R\$ 480 milhões da Fundação.



Resultado de 2025

RENTABILIDADE ACUMULADA DOS INVESTIMENTOS NO EXTERIOR EM 2025



Meta Carteira

Sirius FIC FIM (em dólar)

Índice de referência

Sirius FIC FIM (em real)

Saiba mais

Sirius FIC FIM: fundo gerido pela equipe de investimentos da FUNCEF, que aloca em quatro fundos exclusivos geridos por 4 diferentes gestores.

Índice de referência: é a meta de retorno para a carteira de investimentos no exterior, equivalente à variação cambial (R\$/US\$) mais um ganho real de 6%.

Objetivo de retorno: referência para os planos em fase de acumulação (CD) da Fundação.

BENEFÍCIOS DA DIVERSIFICAÇÃO COM ATIVOS NO EXTERIOR



Geográfica

- Em eventos globais, que afetam todos os mercados, ativos brasileiros tendem a se mover com mais intensidade do que os dos mercados mais defensivos.
- Ativos no exterior são impulsionados por aspectos completamente diferentes, incluindo questões específicas dos países em que estão inseridos.



Ciclos econômicos

- Empresas situadas em países diferentes estão sujeitas a ciclos econômicos diferentes. Isso possibilita que a expansão de um país amortença a retração de outro.



Setorial

- O mercado americano, por exemplo, conta com mais de 11,3 mil ações listadas¹ segregadas em 211 setores². Já o mercado brasileiro soma pouco mais de 500 ações listadas² segregadas em 124 setores³.



Moedas

- Moedas refletem dinâmicas complexas de ciclos econômicos, taxa de juros e poder de compra dos seus respectivos países. A diversificação cambial ajuda a preservar o valor do portfólio durante eventos adversos pontuais.



Classes de ativos

- O mercado internacional fornece uma gama maior de classes de ativos, o que permite agregar à carteira aqueles que oferecem diferentes reações aos mais diversos eventos.

¹Fonte: Bloomberg.

²Fonte: Economática.

³Sistema de Classificação da Indústria Norte-Americana (NAICS).

Estruturados

Como a FUNCEF não realiza novos aportes desde 2014, e diversos desinvestimentos foram realizados nos últimos anos, a fatia de investimentos estruturados vem caindo gradualmente no portfólio da Fundação. Em 2024, ela representava 0,53% do total, o que equivale a R\$ 571,5 milhões.

PRINCIPAIS FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO (PRIVATE EQUITY)

Fundo	Patrimônio líquido (R\$ milhões)	Varição em 2025 (%)
FMIEE BBI Financeiro I	24,8	-61,4
FIQ FIP Pátria Infraestrutura III	31,6	-22,6
FIP Brasil Equity	-4,6	17,93
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	-	31,31
FIP 2B Capital	46,8	13,75
Demais fundos	429,4	-
Total	528.087	0,12%

Gestão de investimentos

Fundo sistemático

A FUNCEF segue inovando para acompanhar as tendências e melhores práticas de mercado. Em 2025, a equipe técnica de investimentos implementou estratégia de renda variável com fundo sistemático.

Os fundos sistemáticos utilizam modelos para tomar decisões de compra e venda de ativos quando condições específicas de mercado são atendidas. Isso reduz consideravelmente a influência dos vieses comportamentais e garante que a estratégia seja executada de forma consistente ao longo do tempo.

O uso de IA e aprendizado de máquina tem impulsionado a adoção desta estratégia na Fundação, visando ampliar as estratégias das carteiras da Fundação e otimizar a relação risco-retorno.



No caso da FUNCEF, o fundo sistemático foi formado por ativos que representam segmentos com fluxo de caixa estável e negócios perenes, como energia elétrica, saneamento, rodovias, distribuição de gás, telecomunicações e shoppings.

A estratégia foi previamente testada com dados históricos (*backtesting*) para verificar se geraria resultados positivos no passado, antes de ser aplicada efetivamente. O resultado do *backtest* foi uma performance média 2,5 vezes superior ao índice Ibovespa.

Essa é uma estratégia em constante evolução. O ponto central é alinhar o rigor técnico sistematizado sem abrir mão da supervisão humana, que segue sendo necessária. Isso minimiza riscos e tende a melhorar a previsibilidade de retorno.

Conselheiros nas empresas investidas

A Fundação realizou processo seletivo para compor banco de profissionais habilitados a atuar como conselheiros de Administração e conselheiros fiscais das empresas investidas no período 2026-2027.

A Fundação tem direito a ocupar, atualmente, cinco assentos em Conselhos de Administração e cinco em Conselhos Fiscais, além de seis suplências.



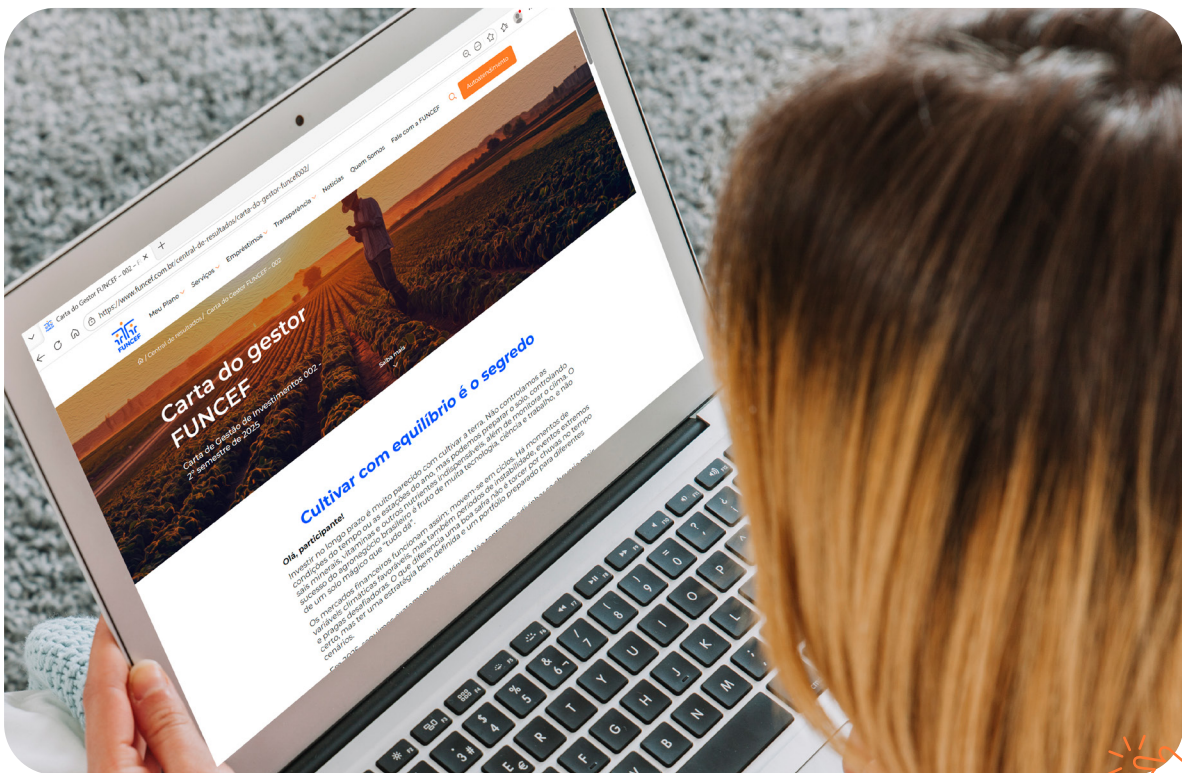
Carta do Gestor

A FUNCEF lançou, em 2025, a Carta do Gestor, um documento semestral que apresenta, de forma clara e acessível, os principais resultados e estratégias dos planos de benefícios.

A carta, enviada a todos os participantes por e-mail e disponível no site, tem como objetivo aproximar a Fundação dos participantes, fortalecendo a transparência e o entendimento sobre o cenário econômico e o desempenho dos planos.



Acesse a Carta do Gestor

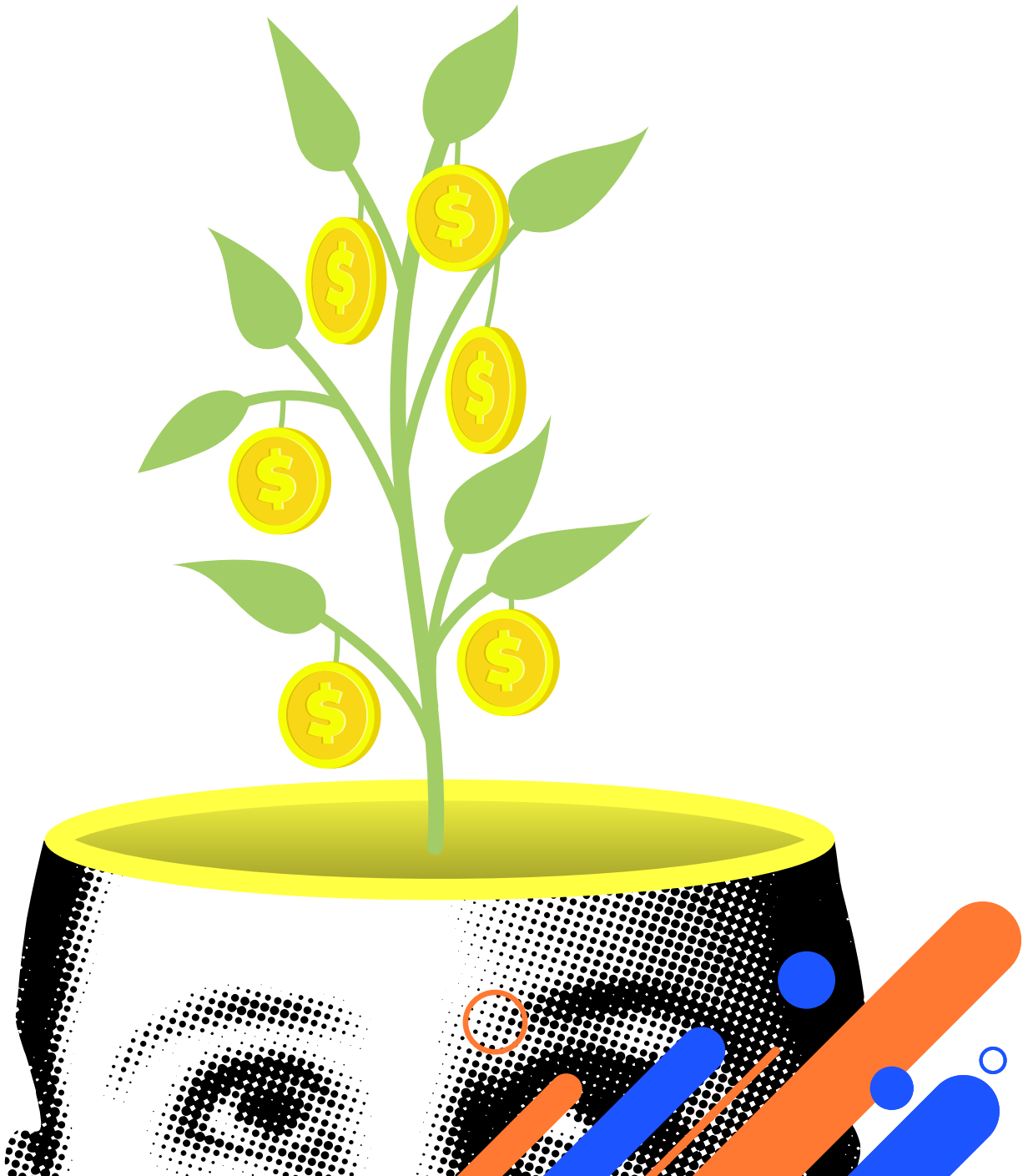


Perfis de investimento no Novo Plano

A FUNCEF realizou, em 2025, pesquisa on-line para conhecer melhor o perfil de investimentos dos participantes ativos do Novo Plano.

O questionário foi enviado por e-mail e avaliou a percepção dos participantes sobre o vai e vem dos preços no mercado, objetivos e horizontes de investimento.

O objetivo da equipe de investimentos é considerar os resultados na avaliação de estratégias atuais e futuras da FUNCEF.



Política de investimentos

A Política de Investimentos é um dos principais instrumentos utilizados pela FUNCEF na gestão de longo prazo do patrimônio de seus milhares de participantes.

O documento define os objetivos e as estratégias de aplicação de recursos que irão orientar a equipe técnica para os próximos cinco anos, considerando as características e necessidades específicas de cada plano. As diretrizes são revistas todos os anos e aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Como o objetivo final da Fundação é garantir o pagamento de benefícios aos participantes, a missão não se resume apenas a buscar maiores rentabilidades, mas a de proteger os recursos dos participantes tendo como parâmetros o nível de risco adequado dos investimentos e a necessidade de recursos em caixa.

Neste sentido, a política determina qual é a melhor distribuição dos recursos geridos pela Fundação dentro das classes de investimentos permitidos aos fundos de pensão, conforme previstos pela Resolução CMN nº 5.202/2025: renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários, operações com participantes, investimentos estruturados e investimentos no exterior.

O processo de elaboração, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva, é conduzido por analistas dedicados à projeção de indicadores macroeconômicos e de mercado. Eles avaliam a necessidade de ajustes nas carteiras dos planos de forma defensiva ou com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado.

Mas a política de investimentos não seleciona ativos específicos. Em vez disso, o documento aponta a melhor composição possível da carteira tendo como principal finalidade obter o máximo retorno, minimizando o risco por meio da diversificação.

A PI busca a melhor composição possível da carteira para alcançar a meta dentro de certos parâmetros de risco e retorno

O objetivo fundamental é a alocação estratégica de ativos, baseada em metas de investimentos de longo prazo, apoiada por estudos acadêmicos que indicam que cerca de 90% do retorno das carteiras é atribuído à distribuição entre as classes de ativos.

Para tanto, a FUNCEF simula milhares de cenários econômicos possíveis para avaliar o comportamento das carteiras de investimentos e das obrigações dos planos diante de oscilações financeiras e econômicas, tanto no curto quanto no longo prazo.

A tarefa de microgestão cabe aos gestores de cada classe de ativos. Eles tomam decisões de investimento e desinvestimento baseados em critérios técnicos e estudos específicos, seguindo todo o rito determinado pelos normativos internos da FUNCEF.

OBJETIVO E ÍNDICE DE REFERÊNCIA DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

	Objetivo	Meta Atuarial	Benchmark
Novo Plano CD	Maximizar a relação risco e retorno (índice de Sharpe)	4,85% a.a.	INPC + 4,85% a.a.
REB CD			
Novo Plano BD	Minimizar o risco com retorno que supere a meta atuarial acumulada no horizonte da Política de Investimentos	4,85% a.a.	INPC + 4,85% a.a.
REB BD			
REG/Replan Saldado	Minimizar o risco com retorno superando a meta atuarial acumulada com adicional de 0,90 ponto percentual no horizonte da Política de Investimentos	4,75% a.a.	INPC + 5,70% a.a.
REG/Replan Não Saldado	Minimizar o risco com retorno superando meta atuarial acumulada com adicional de 0,30 ponto percentual no horizonte da Política de Investimentos	4,85% a.a.	INPC + 5,16% a.a.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Entenda como funciona o processo de elaboração e aprovação



MELHOR DISTRIBUIÇÃO

A PI determina qual é a melhor distribuição dos recursos geridos pela Fundação dentro dos segmentos permitidos aos fundos de pensão: renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários, operações com participantes, estruturados e investimentos no exterior

REVISÃO ANUAL

As diretrizes das políticas de investimentos são revistas todos os anos para garantir que as projeções sejam confiáveis e aderentes ao cenário econômico nacional e internacional. A aprovação cabe ao Conselho Deliberativo



PROCESSO DE ELABORAÇÃO

O processo de elaboração, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva, é conduzido por analistas dedicados à projeção de indicadores macroeconômicos e de mercado

MILHARES DE CENÁRIOS

Todos os anos, a FUNCEF simula milhares de cenários (em torno de 20 mil) possíveis para avaliar o comportamento das carteiras e das obrigações dos planos diante de oscilações financeiras e econômicas, no curto e longo prazo



AVALIAÇÃO DE AJUSTES

Os analistas da FUNCEF avaliam a necessidade de ajustes nas carteiras dos planos de forma defensiva ou com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado

DIRETRIZ PARA OS GESTORES

A PI não seleciona ativos específicos. Essa tarefa cabe aos gestores de cada classe de ativos. São eles que tomam decisões de investimento e desinvestimento baseados em critérios técnicos, seguindo o rito determinado pelos normativos internos da FUNCEF



ONDE ACESSAR

A política de investimentos está disponível na [seção Investimentos do site](#) e no Portal da Transparência dentro do Autoatendimento

Principais diretrizes da política de investimentos 2026-2030

Em linhas gerais, as Políticas 2026-2030 mantêm as estratégias atuais. Para o Novo Plano e REB CD, planos que reúnem os participantes ativos, o foco é proporcionar a composição com a melhor relação risco/retorno para a carteira de investimentos.

No caso dos planos de Benefício Definido, com grande volume de aposentados e pensionistas, a Fundação seguirá com a estratégia combinada de imunização da carteira e casamento de fluxo de caixa (*saiba mais adiante*), buscando garantir a liquidez necessária para pagar os benefícios de seus participantes.



Destaques por plano

Novo Plano CD e REB CD (ativos)

Para os planos em fase de acumulação de recursos, são duas as diretrizes fundamentais.

A primeira é alocação adequada às necessidades dos planos, essencial para a gestão adequada dos riscos. Além disso, a Fundação mantém a estratégia de diversificação, ou seja, a exposição a diferentes classes de ativos para minimizar efeitos de um eventual cenário adverso.

A estratégia seguirá ancorada na renda fixa, que deverá permanecer como a principal classe de ativos da alocação. Mas a Fundação manterá acompanhamento contínuo das condições de mercado para identificar oportunidades pontuais e seletivas em outras classes de investimentos.

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO DE ATIVOS

NOVO PLANO				
	Mínimo	Média	Máximo	CMN 5.202/2025
Renda Fixa	56,75%	87,46%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	4,00%	14,30%	70,00%
Estruturados	0,00%	1,04%	5,49%	20,00%
Exterior	0,00%	2,54%	8,12%	10,00%
Imobiliário	0,00%	2,10%	11,15%	20,00%
Op. Participantes	0,00%	2,87%	6,08%	15,00%

	REB			CMN 5.202/2025
	Mínimo	Média	Máximo	
Renda Fixa	52,93%	86,80%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	4,25%	14,55%	70,00%
Estruturados	0,00%	0,00%	4,21%	20,00%
Exterior	0,00%	2,14%	7,34%	10,00%
Imobiliário	0,00%	3,67%	15,96%	20,00%
Op. Participantes	1,20%	3,14%	5,59%	15,00%

Novo Plano e REB BD (aposentados e pensionistas)

Esses planos são constituídos em sua totalidade por participantes assistidos. Por isso, a estratégia adotada desde 2018 é de manutenção de carteira composta majoritariamente (90%) de títulos públicos marcados na curva, isto é, que serão mantidos até o vencimento com baixo nível de volatilidade.

A carteira atual do Novo Plano e REB BD é formada por títulos com taxas de retorno superiores a 6% ao ano + inflação (IPCA), valores bem superiores à meta atuarial. Isso se traduz em estabilidade, previsibilidade e manutenção dos superávits registrados nos últimos anos.

A imunização da carteira e a correspondência de fluxos de caixa, estratégias já concluídas, são fatores que contribuem para os excelentes resultados históricos e projetados desses planos.

REG/REPLAN

As atuais diretrizes seguem mantidas, o que significa que novos aportes de recursos no REG/Replan Saldado e Não Saldado serão aplicados exclusivamente no segmento de renda fixa.

O movimento faz parte de estratégia implementada pela Diretoria de Investimentos e Participações para melhorar a saúde financeira do plano, considerando o seu perfil maduro, ou seja, com volume de aposentados e pensionistas muito maior do que o de empregados na ativa.

Iniciada nos últimos anos, essa estratégia envolve duas frentes. A primeira é chamada imunização, ou seja, a proteção da carteira de investimentos dos efeitos da variação das taxas de juros e inflação por meio da aquisição de títulos públicos de longo prazo atrelados à inflação (NTN-Bs) com taxas de retorno superiores à meta atuarial.



A segunda é o casamento entre os fluxos de recebimento dos títulos públicos e os compromissos de pagamento de aposentadorias e pensões, chamada de *cash flow matching*.

Este movimento é especialmente relevante à medida que cresce significativamente o volume de pagamento de benefícios. A premissa é minimizar riscos e manter uma carteira mais líquida para atender às obrigações do plano.

A abordagem tem se mostrado bastante acertada, contribuindo para uma forte redução do risco estimado para o mesmo patamar de rentabilidade.

No REG/Replan Saldado e Não Saldado, para um retorno médio esperado de 6,1% + inflação (INPC) em 2026, o risco dos planos se manterá próximo de 1,5%, bem abaixo dos níveis históricos.

REG/REPLAN				
	Mínimo	Média	Máximo	CMN 5.202/2025
Renda Fixa	72,72%	88,24%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	2,14%	5,30%	70,00%
Estruturados	0,00%	0,48%	3,28%	20,00%
Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	0,00%	6,58%	13,95%	20,00%
Op. Participantes	0,79%	2,56%	4,92%	15,00%

Cenários macroeconômicos

Seminário FUNCEF

Em agosto de 2025, a Fundação realizou a maior edição do já tradicional Seminário FUNCEF – Perspectivas para o Cenário Global.

Durante dois dias, a equipe técnica da Fundação e mais 100 convidados participaram de sete painéis com nomes importantes do mercado financeiro brasileiro.

O evento fez parte da agenda de elaboração Política de Investimentos 2026-2030, contribuindo com perspectivas diferentes sobre ativos locais e internacionais.



Acerto nas projeções econômicas

A Fundação se destacou pelo elevado grau de acerto nas projeções macroeconômicas em 2025, figurando 11 vezes no Top 5 da Pesquisa Focus do Banco Central nas categorias Selic, IPCA e taxa de desocupação do país.

Foi a maior presença da FUNCEF no ranking nos últimos anos, que acabou premiada pelo Top 5 anual no IPCA (Longo Prazo Anual - Ano Corrente).

O ranking do Banco Central reconhece o trabalho da equipe de cenários qualificada e comprometida da Fundação. A presença constante da FUNCEF no ranking, ao lado de instituições renomadas, demonstra a consistência das projeções utilizadas para as políticas de investimentos.

A pesquisa Focus divulga semanalmente as expectativas de cerca de 150 instituições sobre inflação, taxa de câmbio e taxa Selic no curto, médio e longo prazos, dentre outros indicadores.

Podcast

Em 2025, saiu a segunda temporada Sem Economês. O podcast explica de maneira descomplicada como funciona a dinâmica da economia global e a importância estratégica do trabalho de análise de cenários da FUNCEF.

Todos os episódios do Sem Economês estão disponíveis no YouTube e no Spotify da Fundação.



11

vezes no Top 5
da Pesquisa Focus

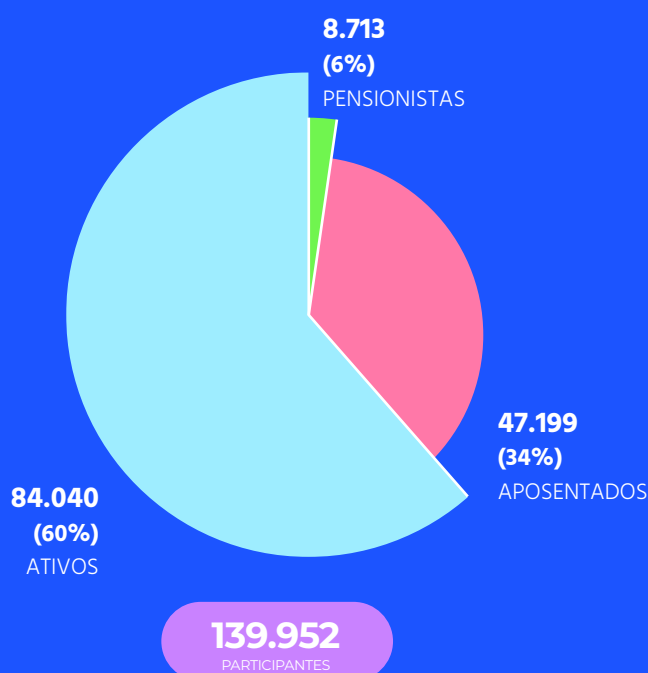




PLANOS



CONSOLIDADO



RECURSOS GARANTIDORES (R\$ bi)

2024	108,86
2025	121,18



6,69 bilhões
de reais em **benefícios pagos**



R\$ 4,92 bilhões
de reais em **contribuições recebidas**



O ano de 2025 foi um marco positivo na FUNCEF. Todos os planos da Fundação fecharam o ano equilibrados, com patrimônio de cobertura suficiente para honrar os compromissos, atuais e futuros, de pagamento de aposentadorias e pensões.

A saúde financeira dos planos está em seu melhor nível desde 2017, o que tem permitido à FUNCEF atender uma das principais demandas históricas: o fim das taxas do equacionamento sobre o 13^o/abono de 53 mil participantes do REG/Replan Saldado.

Esse resultado mostra que a FUNCEF está no caminho certo, cumprindo com orgulho a missão de contribuir para a dignidade e tranquilidade dos participantes, promovendo ética, inovação e segurança previdenciária.

A Fundação pagou o recorde de R\$ 6,6 bilhões em benefícios em 2025, superando sozinha o valor desembolsado por todo o segmento de previdência complementar aberta e seguradoras do país, que está na casa dos R\$ 4,8 bilhões anuais.

Mas esse orgulho não está apenas nos grandes números. A FUNCEF encerrou 2025 com 36 centenários entre seus 55,9 mil participantes aposentados e pensionistas.

**Equilíbrio
em todos
os planos**



Resultados consistentes

Para garantir a sustentabilidade dos planos no longo prazo, a Fundação entregou, mais uma vez, resultados consistentes.

A rentabilidade dos planos de Benefício Definido (BD), que estão na fase de pagamento de aposentadorias e pensões, bateu com folga as metas atuariais e segue uma trajetória de estabilidade nos próximos anos.

Já no Novo Plano e no REB CD houve uma reversão do resultado desafiador de 2024. Os dois planos apresentaram um forte desempenho em 2025, com rentabilidades de 13,78% e 14,13% respectivamente, superando em mais de 55% o objetivo de retorno de 8,94%.

Estratégia de investimentos

Nos planos de Benefício Definido, a Fundação manteve, em 2025, a estratégia combinada de imunização de carteira e casamento de fluxo de caixa.

A compra de títulos públicos de longo prazo atrelados à inflação (NTN-Bs) elevou a parcela de renda fixa do REG/Replan para o patamar de 85%. Ao mesmo tempo, a equipe técnica da Fundação sincronizou os fluxos de recebimento dos títulos públicos e os compromissos de pagamento de benefícios aos aposentados e pensionistas do plano.



85%

é a parcela
de renda fixa
no REG/Replan



CONSOLIDADO

Além disso, a FUNCEF realizou a venda de R\$ 556 milhões em imóveis, com lucro contábil de 12,9%, a fim de trazer liquidez e adequar perfil da carteira ao perfil maduro do REG/Replan.

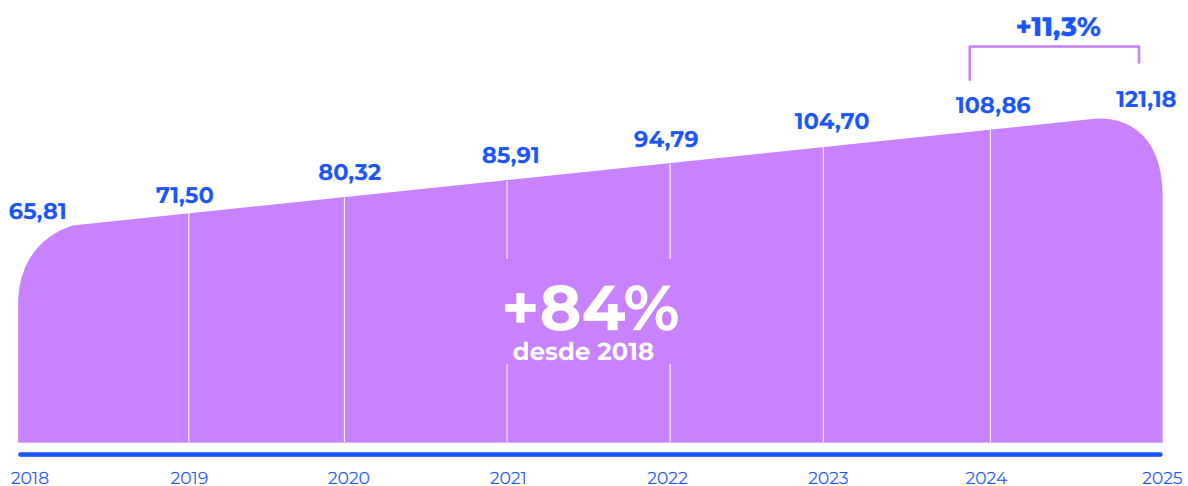
A grande novidade do ano foi o processo de reposicionamento das carteiras de investimentos do Novo Plano e REB CD para reduzir à exposição à renda variável.

A equipe técnica da Fundação criou um indicador que apontou as melhores janelas para a venda de parcela da carteira de ações durante movimentos simultâneos de alta da Bolsa e das taxas de retorno pagas por títulos públicos de longo prazo.

O resgate total foi superior a R\$ 3 bilhões, sendo grande parte deste montante a realização de lucros do portfólio de ações. Os recursos foram inteiramente realocados em títulos públicos de longo prazo atrelados à inflação (NTN-Bs).

Essa movimentação reduziu a participação em renda variável de 17,5% para o alvo próximo de 9%, em um cenário em que os títulos públicos de longo prazo apresentam taxas atrativas de retorno sem risco de mercado.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES (R\$ BI)



CONSOLIDADO

Equacionamentos

O ano de 2025 trouxe mais avanços históricos rumo ao fim do equacionamento do REG/Replan Saldado. Em maio, a Fundação implementou a redução de 43% das contribuições extraordinárias mensais, que caíram de 19,16% para 10,80%.

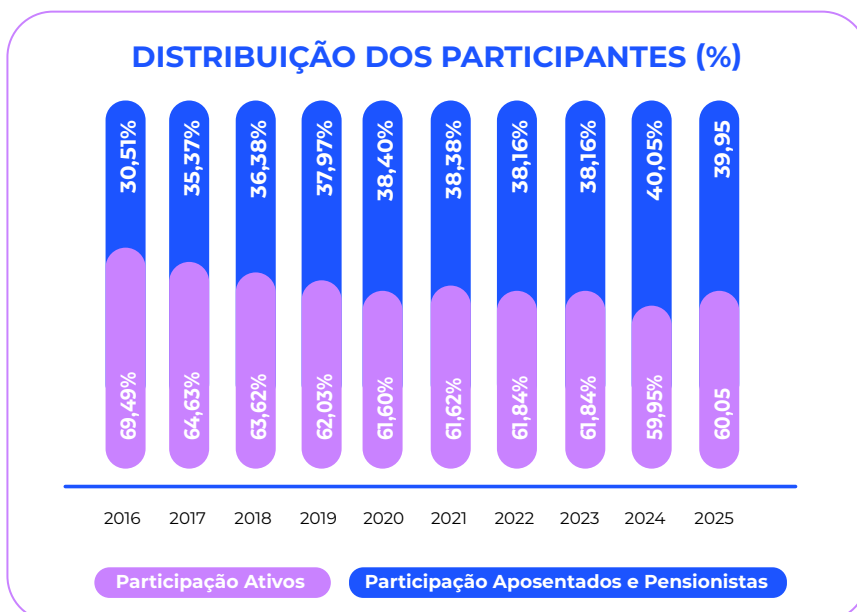
Além disso, os presidentes da FUNCEF, Ricardo Pontes, e da CAIXA, Carlos Vieira, anunciaram novo corte na taxa de equacionamento cobrada sobre o 13^o/abono, que foi a 3,10%.

Mas as boas notícias não pararam por aí. O resultado de 2025 consolidou o equilíbrio técnico ajustado de R\$ 945 milhões do REG/Replan Saldado, depois de 13 anos.

A Fundação utilizou R\$ 340 milhões desse resultado para zerar a taxa de equacionamento do 13^o/abono a partir de abril de 2026, uma antiga demanda dos participantes. E os R\$ 7,6 milhões pagos na primeira parcela do 13^o/abono em fevereiro foram devolvidos.

Além disso, a FUNCEF aprovou a redução temporária de 0,5 ponto percentual nas contribuições extraordinárias mensais, transformando os resultados positivos em benefício concreto aos participantes ativos, aposentados e pensionistas.

A alíquota será de 10,30% entre abril de 2026 e março de 2027. Esse corte será analisado a cada avaliação atuarial anual, podendo ser ajustado de acordo com os resultados do plano.



Cuidado com os participantes

A FUNCEF respondeu a mais de 445 mil solicitações em seus canais de relacionamento em 2025, uma média de 34,5 mil mensais, com 96% dos atendimentos resolvidos no primeiro contato.

O WhatsApp se consolidou como o principal canal de relacionamento com participantes, respondendo por 45% das interações.

Já a Ouvidoria FUNCEF, vinculada diretamente ao Conselho Deliberativo, tem atuado com autonomia e isenção. Ao longo de 2025, a área realizou iniciativas que contribuirão para fortalecer a transparência e a escuta qualificada dos participantes.

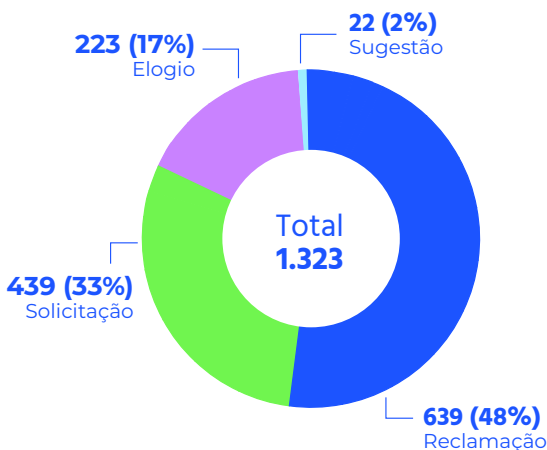
Uma dessas iniciativas que se destacam foi a presença em eventos promovidos por entidades representativas com a finalidade de estreitar o relacionamento institucional.

A proximidade com os participantes teve efeito positivo. Em 2025, o volume de reclamações na Ouvidoria FUNCEF caiu 40% em relação ao ano anterior, reduzindo de 1.068 para 639.

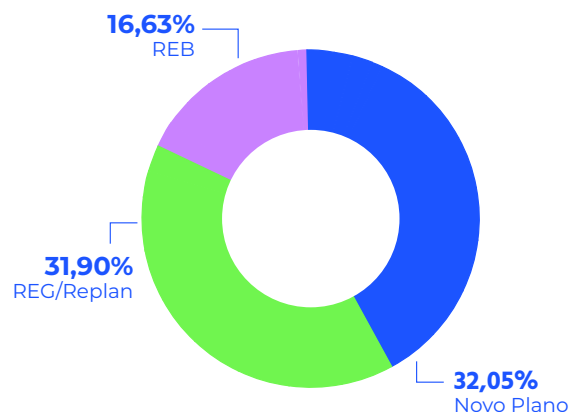
PRINCIPAIS ASSUNTOS	
	Manifestações
Empréstimos	330
Benefício FUNCEF	219
Ação de relacionamento Ouvir	179
Imposto de Renda	118
Institutos	101

Ouvidoria em 2025

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS



DEMANDAS POR PLANO



CONSOLIDADO

Demonstrações dos Investimentos

FUNCEF CONSOLIDADO

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	99.575.808.605,45	82,20711%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	(13.841,06)	-0,00001%
Fundos de Investimentos	99.575.822.446,51	82,20712%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	6.099.154.570,17	5,03530%
Ações	2.172.691.313,33	1,79372%
Fundos de Investimentos	3.926.463.256,84	3,24158%
Estruturado	528.087.412,01	0,43597%
Fundos de Investimentos	528.087.412,01	0,43597%
Imobiliário	7.749.582.598,22	6,39785%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	2.336.481.326,80	1,92894%
Imóveis	5.413.101.271,42	4,46891%
Investimento no Exterior	2.002.733.999,34	1,65340%
Operações com Participantes	4.387.264.481,67	3,62201%
Disponível	7.046.681,45	0,00582%
Outros	948.425.203,35	0,78299%
Contencioso de Investimentos	-170.130.171,85	-0,14045%
Total RGPB Consolidado FUNCEF	121.127.973.379,81	98,34660%

Fonte: GECON - Balancete

RELAÇÃO DE GRUPOS DE INVESTIMENTOS POR PLANO DE BENEFÍCIO

	NOVO PLANO	NOVO PLANO ASSISTIDO	PGA	REB	REB ASSISTIDO	REG/REPLAN NÃO SALDADO	REG/REPLAN SALDADO
GESTÃO PRÓPRIA (I)	33.575.443.000,50	4.705.196.106,48	392.625.674,75	3.150.714.734,07	1.118.466.495,13	7.189.092.041,03	64.263.309.524,57
ATIVOS MOBILIÁRIOS	31.182.562.624,10	4.672.439.483,80	392.631.815,03	2.913.227.772,89	1.088.621.290,78	6.486.415.169,24	56.830.713.549,27
AÇÕES	2.161.148.238,62	0,00	12.312.533,71	230.314.960,91	0,00	204.358.050,17	1.876.940.173,63
AÇÕES - ALUGUEL	1.240.513.841,54	0,00	4.095.483,53	100.250.767,73	0,00	0,00	0,00
COTAS DE FUNDOS	30.412.992,11	0,00	0,00	3.681.449,69	0,00	0,00	0,00
DEBÊNTURES	452.167.856,98	0,00	59.187.465,69	31.902.814,64	0,00	92.928.252,57	362.389.188,72
LETRA FINANCEIRA	4.420.270.347,08	0,00	16.649.861,86	333.532.676,62	0,00	502.645.102,38	4.082.355.463,10
LETRA FINANCEIRA DO TESOURO	239.684.335,45	61.282.077,89	56.134.866,81	19.634.165,31	16.653.751,96	45.442.004,13	462.011.208,86
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - LTN-O	1.032.223.489,11	199.566.603,76	183.397.308,08	90.586.245,64	54.105.087,14	162.331.562,87	1.701.627.289,38
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-B	21.572.532.276,41	4.410.057.306,24	60.245.260,94	2.105.808.196,04	991.692.441,75	5.317.513.096,74	46.612.534.182,00
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-C	9.929.718,19	1.601.812,95	0,00	0,00	26.191.972,00	174.280.857,83	1.875.421.661,80
CONTAS A PAGAR E RECEBER - FUNDOS DE INVEST.	34.043.016,13	-69.592,17	315.728,42	1.064.637,05	-23.029,49	-2.711.433,27	-32.673.179,60
TESOURARIA - FUNDOS DE INVESTIMENTOS	2.116.212,07	1.275,13	293.306,00	132.097,19	1.067,42	426.436,28	1.304.231,60
(-) PROVISÃO PARA PERDAS - PDD Debêntures	-12.479.699,59	0,00	0,00	-3.680.237,94	0,00	-10.798.760,46	-111.196.670,22
ATIVOS IMOBILIÁRIOS	345.682.172,77	0,00	0,00	74.651.434,11	0,00	491.288.786,19	4.580.923.793,33
HOTEL	9.595.165,35	0,00	0,00	10.899.355,63	0,00	88.126.426,08	822.948.052,93
PATROCINADORA (ALUGUEL)	1.401.534,47	0,00	0,00	1.598.233,94	0,00	12.922.674,22	120.678.566,35
RENDA (ALUGUEL À TERCEIROS)	9.106.822,56	0,00	0,00	10.367.474,76	0,00	83.809.284,43	782.828.244,00

Clique sobre o ícone ► para acessar informações detalhadas da posição do fundo em 31/12/2024

	NOVO PLANO	NOVO PLANO ASSISTIDO	PGA	REB	REB ASSISTIDO	REG/REPLAN NÃO SALDADO	REG/REPLAN SALDADO
SHOPPING CENTER	315.328.092,87	0,00	0,00	48.815.082,20	0,00	281.522.292,86	2.628.930.166,96
TERRENO	9.455.200,76	0,00	0,00	2.102.055,07	0,00	17.898.062,26	160.060.970,75
USO PRÓPRIO	36.153,10	0,00	0,00	41.066,98	0,00	332.045,96	3.100.733,96
RECEBÍVEIS DE ALIENAÇÃO (II)	1.588.966,01	0,00	0,00	1.809.642,35	0,00	14.613.700,02	136.482.735,39
PERDAS ESTIMADAS	-829.762,35	0,00	0,00	-981.476,82	0,00	-7.935.699,64	-74.105.677,01
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.022.357.741,43	32.762.296,09	0,00	148.189.537,79	22.388.383,24	133.418.225,17	2.028.148.297,95
OUTROS	24.840.462,20	-5.673,41	-6.140,28	14.645.989,28	7.456.821,11	77.969.860,43	823.523.884,02
GESTÃO TERCEIRIZADA	3.058.385.166,31	0,00	10.828.539,89	377.810.373,14	0,00	363.326.047,45	2.741.744.360,98
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	3.058.385.166,31	0,00	10.828.539,89	377.810.373,14	0,00	363.326.047,45	2.741.744.360,98
FUNDOS DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO, MULTIMERCADO ESTRUTURADO, RENDA FIXA E REFERENCIADO	1.239.254.614,29	0,00	450.876,66	106.247.011,88	0,00	145.417.831,81	570.371.676,57
ASA NORTE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO RESPONSABILIDADE LIMITADA	140.223.770,65	0,00	0,00	11.594.729,68	0,00	0,00	0,00
BEM FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES TPF	19.325,86	0,00	0,00	19.837,70	0,00	109.037,61	1.130.886,66
BURITI FIF MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO - RESPONSABILIDADE LIMITADA	34.637.043,69	0,00	133.007,24	6.924.872,91	0,00	56.005.445,10	171.989.013,65
CAIXA FUNCEF HABITACIONAL FIF RENDA FIXA - RESPONSABILIDADE LIMITADA	8.366.359,03	0,00	0,00	591.788,55	0,00	2.170.048,97	20.855.617,42

	NOVO PLANO	NOVO PLANO ASSISTIDO	PGA	REB	REB ASSISTIDO	REG/REPLAN NÃO SALDADO	REG/REPLAN SALDADO
▶ COLUMBIA FIF MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO - RESPONSABILIDADE LIMITADA	405.064,04	0,00	0,00	56.657,90	0,00	125.274,10	605.861,25
▶ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO BÁLTICO II - CRÉDITO PRIVADO	9.895.254,02	0,00	0,00	2.316.087,44	0,00	1.175.009,24	2.384.512,14
▶ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO W3 CRÉDITO PRIVADO	61.768.702,38	0,00	97.603,34	3.539.122,62	0,00	26.874.139,66	161.191.407,93
▶ GANGES FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	2.147.065,24	0,00	0,00	902.463,90	0,00	1.392.488,85	4.564.549,06
▶ GENOA CAPITAL RADAR ADVISORY CIC DE CLASSE DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - RESO LIMITADA	44.622.891,29	0,00	0,00	3.389.688,11	0,00	0,00	0,00
▶ IPE DO CERRADO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO RESPONSABILIDADE LIMITADA	36.611.505,38	0,00	0,00	3.901.392,02	0,00	0,00	0,00
▶ JARDIM BOTÂNICO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO - RESP LIMITADA	140.352.503,94	0,00	0,00	12.034.701,28	0,00	0,00	0,00
▶ KAPITALO K10 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	44.742.608,54	0,00	0,00	3.398.782,18	0,00	0,00	0,00

	NOVO PLANO	NOVO PLANO ASSISTIDO	PGA	REB	REB ASSISTIDO	REG/REPLAN NÃO SALDADO	REG/REPLAN SALDADO
MONUMENTAL FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO - RESPONSABILIDADE LIMITADA	138.960.770,74	0,00	0,00	13.049.565,54	0,00	0,00	0,00
ONIX FIF MULTIMERCADO RESPONSABILIDADE LIMITADA	203.783.222,17	0,00	0,00	13.323.971,16	0,00	14.437.883,64	52.106.861,01
PLATINA III FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO - RESPONSABILIDADE LIMITADA	20.517.227,70	0,00	0,00	254.102,45	0,00	7.284.729,35	17.061.992,09
PLATINA IV FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO - RESPONSABILIDADE LIMITADA	50.797.457,52	0,00	220.266,08	11.220.880,60	0,00	14.488.105,72	61.407.566,72
SAFIRA FIF MULTIMERCADO RESPONSABILIDADE LIMITADA	301.403.842,10	0,00	0,00	19.728.367,84	0,00	21.355.669,57	77.073.408,64
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	1.012.516.726,99	0,00	285.113,38	112.388.138,68	0,00	0,00	0,00
BARRA FIF EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA	67.133.191,91	0,00	0,00	8.314.517,32	0,00	0,00	0,00
FAROL FIF AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA	93.443.774,63	0,00	0,00	8.948.547,00	0,00	0,00	0,00
FEBE FIF AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA	125.349.761,54	0,00	0,00	18.146.425,59	0,00	0,00	0,00
GENIPABU FIF EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA	60.581.636,99	0,00	0,00	8.819.649,20	0,00	0,00	0,00
IPANEMA FIF AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA	109.032.553,37	0,00	0,00	18.017.441,54	0,00	0,00	0,00
KEPLER FIF AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA	102.654.729,96	0,00	0,00	6.273.119,46	0,00	0,00	0,00

	NOVO PLANO	NOVO PLANO ASSISTIDO	PGA	REB	REB ASSISTIDO	REG/REPLAN NÃO SALDADO	REG/REPLAN SALDADO
▶ PARATY FIF AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA	117.423.807,40	0,00	0,00	16.973.090,15	0,00	0,00	0,00
▶ PITUBA FIF AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA	152.525.490,73	0,00	0,00	9.074.398,28	0,00	0,00	0,00
▶ VENUS FIF AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA	99.296.565,11	0,00	285.113,38	6.854.170,10	0,00	0,00	0,00
▶ VINHEDO FIF EM AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA	85.075.215,35	0,00	0,00	10.966.780,04	0,00	0,00	0,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
▶ VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA	2.063.744,05	0,00	0,00	108.954,04	0,00	1.688.881,97	1.197.089,41
(-) PROVISÃO PARA PERDAS - PDD	-2.063.744,05	0,00	0,00	-108.954,04	0,00	-1.688.881,97	-1.197.089,41
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	687.913.812,76	0,00	10.092.549,85	123.364.136,55	0,00	64.415.791,73	667.557.778,93
▶ BANDEIRANTES MERCADO IMOBILIARIO FIC DE CLASSE DE FIF MULTIMERCADO CP - RESP LIMITADA	403.948.113,33	0,00	10.092.549,85	95.369.621,92	0,00	0,00	0,00
▶ FII GEO GUARARAPES	1.688,10	0,00	0,00	3.580,57	0,00	25.739,22	274.228,00
▶ FII MEMORIAL OFFICE	18.467,85	0,00	0,00	39.203,04	0,00	281.808,42	3.002.616,42
▶ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII TORRE NORTE	3.273.748,53	0,00	0,00	6.943.873,43	0,00	49.916.253,55	531.812.217,09
▶ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO CAIXA CEDAE	3.693.961,92	0,00	0,00	677.675,68	0,00	1.259.656,63	11.703.253,76

	NOVO PLANO	NOVO PLANO ASSISTIDO	PGA	REB	REB ASSISTIDO	REG/REPLAN NÃO SALDADO	REG/REPLAN SALDADO
▶ PLANALTO MERCADO IMOB FIC DE CLASSE DE FIF MULTIMERCADO CP - RESP LIMITADA	275.570.396,01	0,00	0,00	18.731.311,51	0,00	0,00	0,00
▶ TRX REAL ESTATE FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RESPONSABILIDADE LIMITADA	1.407.437,02	0,00	0,00	1.598.870,40	0,00	12.932.333,91	120.765.463,66
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - MULTIELSTRATÉGIA E EMPRESAS EMERGENTES	118.700.012,27	0,00	0,00	35.811.086,03	0,00	153.492.423,91	1.503.814.905,48
▶ 2BCAPITAL - BRASIL CAPITAL DE CRESCIMENTO I - FIP MULTIELSTRATÉGIA	12.287.738,69	0,00	0,00	1.536.134,93	0,00	3.130.378,17	29.890.497,52
▶ ANGRA INFRA MULTIELSTRATÉGIA FIP	26.923.905,36	0,00	0,00	4.014.509,88	0,00	18.130.648,24	127.992.160,76
▶ BRASIL EQUITY PROPERTIES FIP MULTIELSTRATEGIA	-568.445,77	0,00	0,00	-91.687,66	0,00	-367.571,84	-3.595.916,26
▶ DGF FIPAC 2 FIP - FIP MULTIELSTRATÉGIA	178.978,14	0,00	0,00	548.047,48	0,00	557.990,73	4.563.943,03
▶ FIP MULTIELSTRATÉGIA BRASIL PETROLEO1	9.327,12	0,00	0,00	838,10	0,00	3.348,08	6.660,94
▶ FIP MULTIELSTRATÉGIA KINEA PRIVATE EQUITY II	6.113.220,82	0,00	0,00	764.233,68	0,00	1.557.370,55	14.870.679,89
▶ FIP MULTIELSTRATÉGIA RG ESTALEIROS	-965,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-487,68	-3.585,81
▶ FIP TERRA VIVA - FIP MULTIELSTRATÉGIA	73.612,80	0,00	0,00	48.704,04	0,00	642.542,13	1.864.916,65
▶ FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS FIP MULTIELSTRATÉGIA II	11.243.322,94	0,00	0,00	862.202,81	0,00	663.995,29	12.006.421,99
▶ FUNDO FINHEALTH I - FIP EM EMPRESAS EMERGENTES INOVADORAS	9.364.369,95	0,00	0,00	979.799,11	0,00	16.758.291,05	36.863.991,18

	NOVO PLANO	NOVO PLANO ASSISTIDO	PGA	REB	REB ASSISTIDO	REG/REPLAN NÃO SALDADO	REG/REPLAN SALDADO
INDUSTRIAL ▶ PARKS BRASIL FIP MULTIESTRATÉGIA	1.965.490,76	0,00	0,00	457.588,86	0,00	302.954,35	3.125.987,97
INVESTIDORES ▶ INSTITUCIONAIS FIP MULTIESTRATÉGIA	6.495,10	0,00	0,00	14.740,84	0,00	98.129,36	1.055.942,51
INVESTIDORES ▶ INSTITUCIONAIS II - FIP MULTIESTRATÉGIA	3.746,20	0,00	0,00	10.846,02	0,00	54.921,50	523.426,21
INVESTIDORES ▶ INSTITUCIONAIS III - FIP MULTIESTRATÉGIA	125.477,45	0,00	0,00	203.707,72	0,00	56.486,43	292.078,42
▶ MULTINER FIP MULTIESTRATÉGIA	-22.560,42	0,00	0,00	-4.639,14	0,00	-16.591,22	-168.360,86
▶ MZEL VENTURE CAPITAL - FIP - MULTIESTRATÉGIA	53.128,46	0,00	0,00	129.588,00	0,00	804.107,85	8.609.376,48
▶ NORDESTE II FIP - EMPRESAS EMERGENTES - EM LIQUIDAÇÃO	-2.635,32	0,00	0,00	-6.428,08	0,00	-39.867,48	-426.855,28
▶ OLEO E GAS FIP MULTIESTRATEGIA	-76.259,20	0,00	0,00	-26.707,51	0,00	-137.825,29	-1.271.876,60
▶ ÓRIA TECH 1 INOVACAO FIP MULTIESTRATEGIA	15.301.716,74	0,00	0,00	3.212.660,22	0,00	1.860.256,99	21.086.018,07
▶ PATRIA INFRAESTRUTURA III (+100) FIC DE FIP	5.369.616,78	0,00	0,00	1.673.853,89	0,00	1.290.985,03	23.307.358,16
(-) PROVISÃO PARA PERDAS - PDD (III) / (+) A RECEBER DE FIP	30.350.730,83	0,00		21.483.092,84	0,00	108.142.361,67	1.223.222.040,51
TOTAL GERAL	36.633.828.166,81	4.705.196.106,48	403.454.214,64	3.528.525.107,21	1.118.466.495,13	7.552.418.088,48	67.005.053.885,55

Fonte: GECON/COCIP

OBSERVAÇÕES - EXERCÍCIO 2025

(I) Consideramos como ativos de gestão própria a carteira administrada própria e os fundos de investimentos exclusivos em que a FUNCEF figure como gestora.

(II) Os Recebíveis de Alienação compreendem todos os contratos da carteira, inclusive o da modalidade de Valor Geral de Vendas - VGV, que correspondem ao empreendimento; Terreno de Cabo do Santo Agostinho, além da desapropriação do Terreno Avenida Nazaré nº 48 e alienações parceladas dos imóveis, Rua Dr. Paterson nº 096, loja, sobreloja e subsolo, Eco Resort do Cabo de Santo Agostinho e Terreno Auto Shopping Global.

(III) Provisões para perdas referentes aos teste de imparidade (impairment) de Fundo de Investimentos em Participações em 2025 (FinHealth I - FIP Empresas Emergentes Inovadoras).

Informações das Despesas Externas* - Consolidado por Despesa

DESCRIÇÃO DA DESPESA	NOVO PLANO	NOVO PLANO ASSISTIDO	PGA	REB	REB ASSISTIDO	REG/ REPLAN NÃO SALDADO	REG/REPLAN SALDADO	TOTAL
Auditoria	172.773,27	7.681,46	1.524,08	28.942,92	6.212,99	26.031,79	142.825,15	385.991,66
Cartório	0,65	-	-	1,37	-	9,07	97,46	108,55
Consultoria	463.132,59	-	-	111.826,56	-	107.349,57	1.107.226,40	1.789.535,12
Correios	2,44	-	-	5,54	-	36,88	396,82	441,67
Corretagem/ Emolumentos	11.849.640,89	-	71.827,66	1.431.103,30	-	227.759,78	1.373.318,80	14.953.650,43
Despesas Jurídicas	96.705,15	-	-	21.417,18	-	37.593,48	387.612,26	543.328,08
Honorários Advocaticios	24.534,32	-	8,79	20.554,12	-	13.764,22	58.247,24	117.108,70
Taxa Administração	2.274.523,56	177.962,56	15.019,82	229.262,86	40.256,53	387.330,36	3.414.065,11	6.538.420,80
Taxa ANBIMA	108.684,54	7.198,83	1.271,58	16.936,62	6.454,37	12.219,15	42.862,39	195.627,48
Taxa CBLC	394.371,56	2,79	624,24	31.308,25	0,59	20.126,63	82.379,57	528.813,65
Taxa CETIP	3.471.778,56	445.202,04	50.248,04	368.428,57	148.790,47	604.967,01	1.891.158,05	6.980.572,72
Taxa Custódia	325.957,37	14.379,48	2.918,34	51.361,69	12.883,95	37.538,98	175.605,27	620.645,08
Taxa CVM	9.036,28	-	-	1.999,96	-	5.902,56	58.882,42	75.821,21
Taxa de Escrituração	6.345,30	-	-	1.014,72	-	1.119,43	10.711,50	19.190,95
Taxa de Gestão	17.017.225,61	-	46.966,32	1.998.898,37	-	198.322,93	1.090.143,35	20.351.556,58
Taxa de Performance	3.995.484,04	-	1.534,73	447.678,39	-	143.859,59	529.755,67	5.118.312,43
Taxa SELIC	547.714,64	142.174,97	10.215,70	65.815,55	33.853,60	174.374,10	849.259,74	1.823.408,30
Demais Despesas	72.789,04	2.303,80	484,26	11.274,72	2.056,36	15.986,83	132.863,90	237.758,90
Total de Despesas	40.830.699,81	796.905,93	202.643,57	4.837.830,70	250.508,86	2.014.292,35	11.347.411,10	60.280.292,32

Fonte: GECON/COICIP

Despesas relativas ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025. OBS.: No exercício de 2025 15 administradores não informaram as despesas de 25 fundos.

Despesas Externas * => Custos considerados para efeito de determinação do valor das cotas dos fundos de investimento.

Rentabilidade

SEGMENTO	NOVO PLANO	NOVO PLANO ASSISTIDO	PGA	REB	REB ASSISTIDO	REG/REPLAN NÃO SALDADO	REG/REPLAN SALDADO
RENDA FIXA	11,95%	11,22%	14,28%	12,17%	10,78%	11,06%	10,96%
RENDA VARIÁVEL	30,87%	0,00%	37,30%	28,48%	0,00%	5,95%	11,30%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7,32%	0,00%	0,00%	0,94%	0,00%	-16,01%	-1,18%
INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS	20,03%	0,00%	26,83%	20,75%	0,00%	12,63%	12,57%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	0,05%	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	9,85%	12,85%	0,00%	10,32%	8,84%	9,74%	12,78%
OUTROS INVESTIMENTOS	-25,18%	0,00%	0,00%	-35,60%	1,76%	-37,12%	-37,28%
VARIAÇÃO ACUMULADA	13,78%	11,23%	15,50%	14,13%	10,68%	9,95%	10,00%
TAXA MÍNIMA ATUARIAL	8,94%	8,94%	8,94%	8,94%	8,94%	8,94%	8,84%

Fonte: SEGER/COPEF

Justificativas dos Eventuais Desenquadramentos ou Inobservância à Resolução CMN n.º 4.994/2022 - Dezembro/2025

REFERÊNCIA	ATIVO	EMISSOR	MÁXIMO PERMITIDO	PERCENTUAL (%)	PLANO
Res. CMN n.º 4994/2022	AÇÕES DE CIAS CAPITAL ABERTO E SEM LISTAGEM NA B3	NORTE ENERGIA	NÃO PERMITIDO SEGUNDO A RESOLUÇÃO	N/A	CONSOLIDADO
Res. CMN n.º 4994/2022	FUNDO DE INVESTIMENTO	FIDC PETTRA	25,00%	38,82%	CONSOLIDADO

AÇÕES DE COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO – NORTE ENERGIA

Nos termos da Resolução CMN nº 4.994/2022, de 24 de março de 2022, ações de companhias de capital fechado com propósito específico não se enquadram entre os ativos permitidos para aplicação por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Em razão da entrada em vigor da referida Resolução, as ações da empresa Norte Energia passaram à condição de ativo desenquadrado.

Conforme estabelece o art. 37 da mencionada norma, a EFPC deve verificar, na data de entrada em vigor da Resolução, o enquadramento de cada plano em relação aos requisitos e limites nela previstos. Para os casos em que houver desenquadramento nessa data, é permitida a manutenção dos respectivos investimentos até a data de seu vencimento ou alienação.

Adicionalmente, nos termos do § 1º do art. 37, a EFPC fica vedada de realizar novas aplicações que agravem os excessos verificados, até que seja restabelecido o enquadramento às disposições previstas na Resolução.

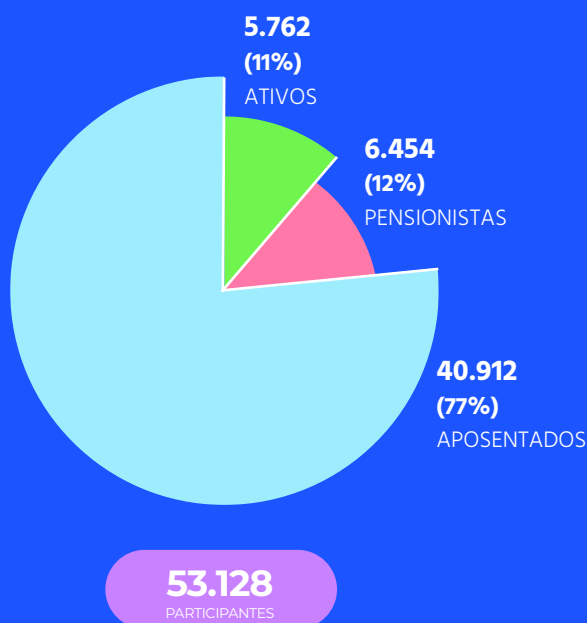
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC PETTRA

Em conformidade com o art. 28 da Resolução CMN nº 4.994/2022, a EFPC deve observar o limite de concentração por emissor de até 25% do patrimônio líquido de cada classe de FIDC, considerando, para esse fim, a soma dos recursos por ela administrados.

Na data-base de dezembro de 2025, a participação da EFPC no FIDC Pettra correspondia a 51,42% do patrimônio líquido da respectiva classe, superando o limite regulamentar estabelecido e, consequentemente, caracterizando situação de desenquadramento.

Informamos que o referido fundo foi reenquadrado em 25/02/2026, passando, a partir dessa data, a observar os limites estabelecidos na Resolução CMN nº 4.994/2022.

REG/REPLAN SALDADO



RECURSOS GARANTIDORES (R\$ bi)

2024	60,76
2025	65,50



R\$ 9.407,51

Benefício médio



5,74 bilhões

de reais em **benefícios**
pagos



1,91 bilhão

de reais em **contribuições**
recebidas

Plano mais maduro e com maior volume de ativos da Fundação, o REG/Replan Saldado entregou o terceiro superávit consecutivo em 2025.

A notícia não poderia ser melhor: pela primeira vez desde 2010, a modalidade voltou ao azul no equilíbrio técnico ajustado (ETA), que fechou 2025 em R\$ 605 milhões.

O ETA é um importante indicador da saúde financeira dos planos de Benefício Definido (*saiba mais no quadro abaixo*). Estar com equilíbrio positivo significa que o Saldado tem, hoje, patrimônio de cobertura suficiente para honrar os compromissos, atuais e futuros, de pagamento de aposentadorias e pensões.

ESSE DESEMPENHO POSITIVO PERMITIU MAIS TRÊS GRANDES CONQUISTAS



A partir de 2026, os 53 mil participantes do REG/Replan Saldado não pagarão mais taxas de equacionamento sobre o 13^o/abono.



Os R\$ 7,6 milhões descontados na primeira parcela do 13^o/abono em fevereiro foram devolvidos na folha de abril.

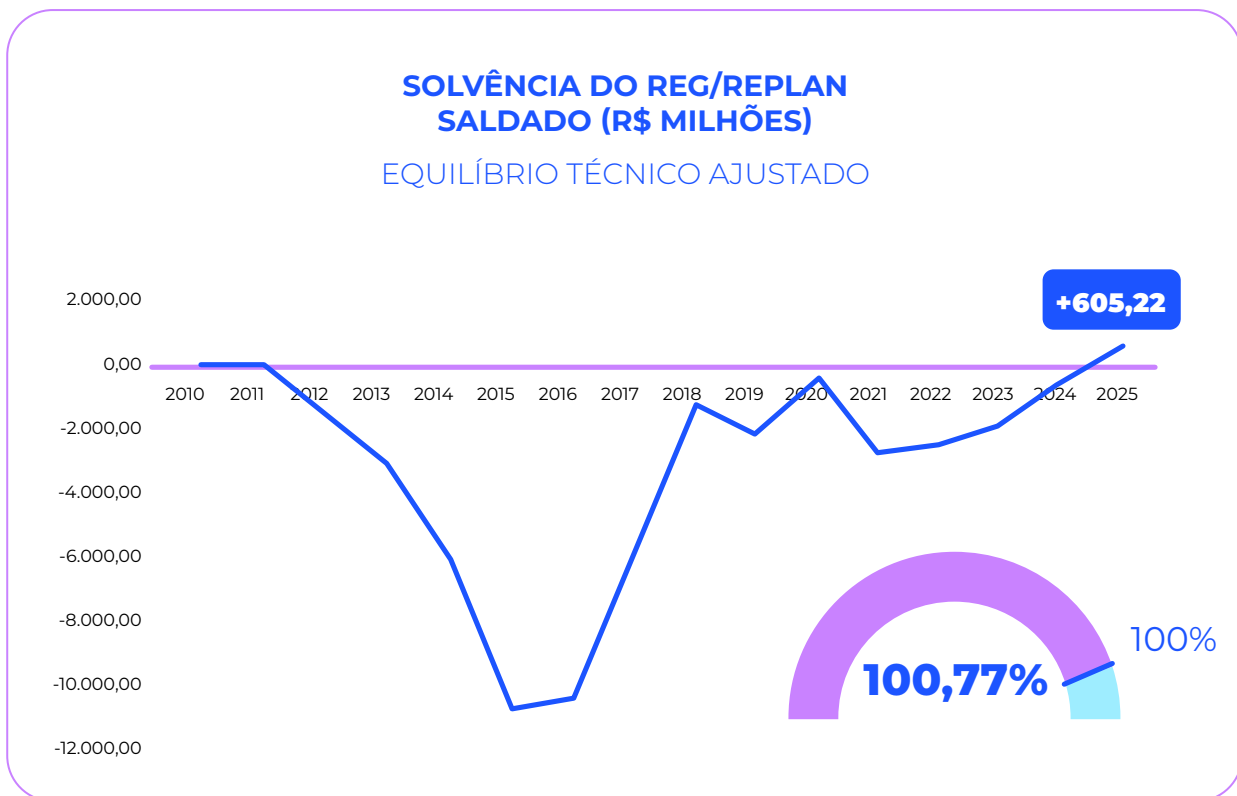


As contribuições extraordinárias mensais foram reduzidas de 10,80% para 10,30% pelo período de 12 meses compreendido entre abril de 2026 e março de 2027. Esse corte será analisado a cada avaliação atuarial anual, podendo ser ajustado de acordo com os resultados do plano.

EQUILÍBRIO TÉCNICO REG/REPLAN SALDADO

R\$ mil

Descrição	Saldado
Equilíbrio Técnico Acumulado 2024	-4.731.995
Resultado acumulado 2025	184.638
Amortização do equacionamento*	-340.000
Equilíbrio Técnico Acumulado 2025	-4.887.357
Ajuste de Precificação	5.492.576
Equilíbrio técnico ajustado	605.219

*Eliminação das contribuições extraordinárias sobre o 13^o/abono

FUNCEF descomplica: equilíbrio técnico ajustado

O Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA) é um importante indicador da saúde financeira de planos de Benefício Definido, como o REG/Replan. Para entender melhor o que é e como é calculado o ETA, confira a lista de perguntas e respostas a seguir.

1

O que significa o equilíbrio técnico para um plano de benefício definido?

Estar em equilíbrio significa que o plano tem patrimônio de cobertura suficiente para honrar as suas obrigações, atuais e futuras, como pagamento de aposentadorias e pensões.

2

Por que o REG/Replan Saldado tem um déficit que não entrou nos planos de equacionamento vigentes?

Um déficit ocorre quando o patrimônio de cobertura é insuficiente para cobrir as obrigações do plano de benefícios. De forma simples, a legislação estabelece um limite para o déficit, uma espécie de “cheque especial”, usando aqui uma comparação. Quando o desequilíbrio ultrapassa esse limite, é necessário criar um plano de equacionamento para retomar o equilíbrio.

3

O que quer dizer o termo ajustado em equilíbrio técnico ajustado?

Significa que, ao resultado do plano (superávit ou déficit), foi adicionado ou subtraído o valor referente a uma diferença de rentabilidade futura entre os títulos públicos em carteira e a meta atuarial do plano.

4

De forma simples, como funciona o ajuste de precificação?

A lógica é simples e envolve apenas títulos públicos federais, de longo prazo, atrelados à inflação, chamados de NTN-Bs, que a FUNCEF manterá na carteira do plano até o seu vencimento.

Esses títulos pagam, na data de vencimento, o equivalente à inflação do período mais uma taxa de retorno.

Já a meta atuarial é o objetivo de rentabilidade que o fundo de pensão precisa atingir ao longo do tempo para assegurar o pagamento dos benefícios de aposentadoria. Ela é composta por dois elementos principais: a taxa de juros real (o retorno acima da inflação) e o índice de correção pela inflação,

que assegura a preservação do poder de compra dos benefícios.

No caso ao lado, é fácil de perceber visualmente que o retorno dos títulos está acima da meta atuarial. O ajuste de precificação é exatamente essa diferença para dar uma visão mais realista da saúde financeira do fundo.

No caso do REG/Replan Saldado, a diferença do retorno futuro contratado das NTN-Bs em carteira em relação à meta atuarial ultrapassou os R\$ 5,1 bilhões no 1S25. Esse valor é somado ao patrimônio de cobertura, que é maior do que as obrigações futuras estimadas em R\$ 213 milhões.

REG/Replan Saldado

Ganho real (descontada a inflação)

Meta atuarial do plano

4,85% ao ano

Retorno médio dos títulos públicos adicionados em 2025

7,47% ao ano

5

Que títulos públicos podem entrar no ajuste de precificação?

O ajuste de precificação considera apenas os títulos públicos federais atrelados a índices de preços mantidos em carteira própria ou em fundos de investimento exclusivos até a data de vencimento. As regras são muito claras e rígidas e os números aparecem na Demonstração do Ativo Líquido (DAL).

6

Por que isso é importante para o participante?

Em primeiro lugar, porque demonstra a saúde financeira e solidez do REG/Replan Saldado. Os números de 2025 mostram que não há nenhum risco de novos equacionamentos no horizonte, muito pelo contrário. Além disso, o resultado positivo que for acumulando poderá ser utilizado para abater ainda mais o pagamento das contribuições extraordinárias do REG/Replan Saldado, como ocorreu em 2026.



Clique aqui para saber mais sobre como ler os dados do balanço da Fundação

Resultado de 2025

Graças à estratégia de imunização executada nos últimos três anos, o REG/Replan Saldado segue entregando resultados consistentes. A rentabilidade de 10,00% superou com tranquilidade a meta atuarial de 8,84%.

As duas principais carteiras do plano tiveram bom desempenho, com destaque para os ativos imobiliários. Puxada pelo plano de desinvestimento, essa classe teve rentabilidade superior a 12% em 2025.

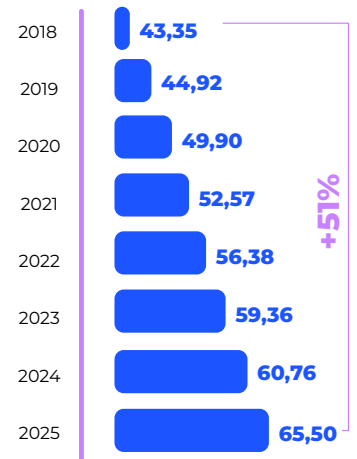
A Fundação realizou vendas de imóveis que somaram R\$ 556 milhões e geraram um lucro contábil de 12,9%, o equivalente a R\$ 63 milhões. Esse desempenho positivo beneficiou especialmente o REG/Replan.

Os principais negócios incluem o Novotel Barra da Tijuca (RJ), um terreno em Santo André e 14 agências bancárias, que foram vendidas ao Fundo Imobiliário (FII) TRXF11.

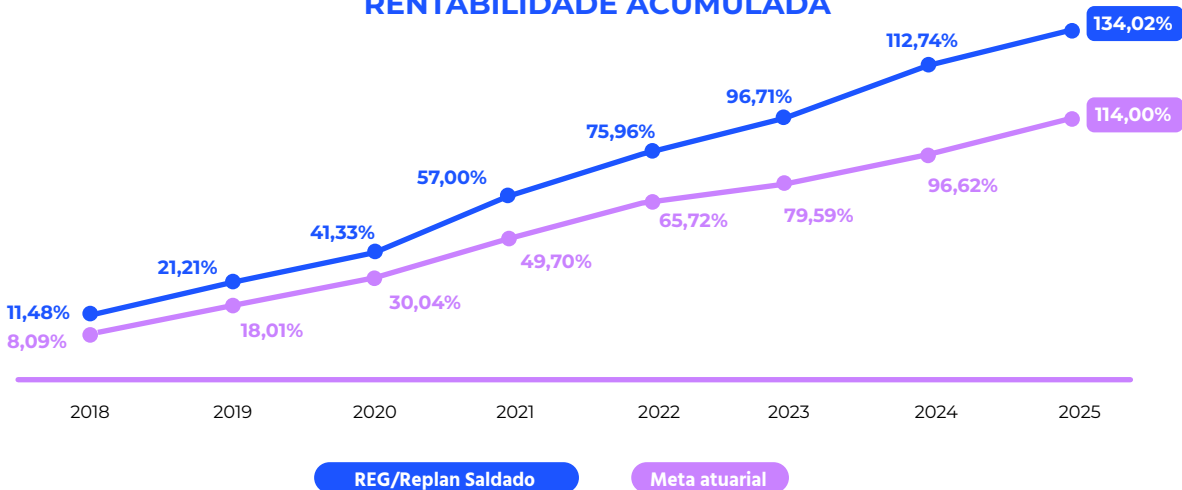
O resultado bruto do ano, de R\$ 824 milhões, foi afetado pela revisão dos ativos em carteira e a medida prudencial de separar R\$ 494 milhões referentes a possíveis reversões do acordo de leniência na Justiça. Mesmo assim, o Saldado apresentou um superávit de R\$ 185 milhões.

No desempenho acumulado desde 2018, o Saldado bate a meta atuarial em 10 pontos percentuais, como mostra o gráfico a seguir.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES (RGPB) - R\$ BI



RENTABILIDADE ACUMULADA



Trajetória de redução do equacionamento

Medidas já anunciadas para o REG/Replan

FUNCEF anuncia fim do equacionamento no REG/Replan Não Saldado

Resultado de 2023 permitiu a quitação integral do déficit da modalidade a partir de abril

Março de 2024

Fundação anuncia o fim das contribuições extraordinárias para os 5,6 mil participantes do Não Saldado, 14 anos antes do prazo previsto

FUNCEF anuncia redução de 83,82% na taxa de equacionamento do 13º

Desconto reduzirá a alíquota de 19,16% para 3,10% e passará a valer este ano

Maio de 2025

Redução histórica do equacionamento sobre o abono (13º) do Saldado

Redução de 43% das taxas de equacionamento será implantada com efeito retroativo a janeiro de 2025

Diferença nas contribuições extraordinárias de janeiro, fevereiro e da primeira parcela do 13º será paga nesta sexta-feira (28/12)

Fevereiro de 2025

Aprovação da redução das taxas do Saldado em 43% garantindo efeitos retroativos a janeiro, incluindo devolução de valores aos participantes

FUNCEF aprova redução de dois anos no equacionamento

Estudos técnicos atuariais mostram que impacto positivo das medidas para reduzir contribuições extraordinárias supera as projeções iniciais

Maio de 2025

O conselho Deliberativo aprova a repactuação que diminui em dois anos o prazo do equacionamento do Saldado, ampliando os benefícios já alcançados com a redução das taxas

Março de 2026

FUNCEF encerra taxa de equacionamento sobre o 13º abono do Saldado e anuncia devolução

FUNCEF reduz de 10,80% para 10,30% as taxas mensais de equacionamento por 12 meses

Alterações no regulamento do REG/Replan

Medidas para reduzir o equacionamento

O REG/Replan Saldado teve alterações de regulamento aprovadas pela Previc, em fevereiro de 2025. O ajuste permitiu a operacionalização da redução das taxas de equacionamento.



Clique aqui para saber mais sobre a medida

Valor Pensão por Morte	Mínimo de 60% do benefício do titular, mais 10% por dependente até o limite de 80% do regulamento
Temporalidade do pagamento da pensão por morte	Segue as regras do Regime Geral da Previdência Social. Cônjuge ou companheiro(a) terá ao benefício vitalício se, na data de falecimento do titular, tiver, no mínimo, 45 anos de idade. Se a idade for inferior, a duração do benefício respeitará a tabela de temporalidade.
Pensão para filhos	Pagamento até os 21 anos de idade
Pecúlio por morte	Pago apenas no falecimento do titular, equivalente a um benefício. O pagamento mínimo será de R\$ 5 mil e teto chegará a R\$ 25 mil
Fundo de Acumulação de Benefício (FAB)	Início da acumulação quando o participante começar a receber a aposentadoria do INSS ou atingir a idade mínima de 53 anos, no caso dos homens, e de 48 para as mulheres

Institutos previdenciários

O regulamento do REG/Replan também foi alterado, em 2025, para incorporar ajustes nos institutos previdenciários que são obrigatórios, conforme as novas regras contidas nas resoluções CNPC 50/2022 e Previc 23/2023 e regramentos anteriores da Previc.



Essa alteração passou pela aprovação do Conselho Deliberativo da FUNCEF, Conselho de Administração da CAIXA, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e Previc.

Os institutos do benefício englobam quatro alternativas oferecidas aos participantes que se desligam da patrocinadora, mas não solicitam a aposentadoria na Fundação.

As novas regras ampliam a gestão do participante sobre o seu plano, ao mesmo tempo em que trazem maior previsibilidade sobre o passivo atuarial, o que é positivo para todos.

PRINCIPAIS MUDANÇAS

BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO (BPD)

O que é

Opção em que o participante não elegível à aposentadoria permanece no plano, sem precisar fazer novas contribuições, até o requerimento do benefício decorrente desta opção

Principais mudanças

- A fixação do valor do benefício passa a ocorrer na data da opção pelo BPD. Esse valor será atualizado pelo índice do plano até a solicitação de aposentadoria ou pensão
- Exclusão da possibilidade de contribuições voluntárias, uma vez que o plano está fechado a novos participantes

PORTABILIDADE E RESGATE

O que são

A **portabilidade** é a transferência do valor acumulado pelo participante para outro plano, sem sofrer tributação. O contrário também pode acontecer, caso o participante queira trazer o valor acumulado em outro plano de previdência para dentro do REG/Replan.

Já o **resgate** é o instituto que permite o saque, à vista ou parcelado, das contribuições realizadas pelo participante, de acordo com as regras do plano

Principais mudanças

- Possibilidade de portabilidade dos recursos trazidos para a FUNCEF, mesmo sem desligamento da CAIXA ou cumprimento de prazo mínimo (carência)
- Possibilidade de resgate das parcelas correspondentes às contribuições do participante provenientes de recursos portados de outros fundos de pensão realizadas desde 1º de janeiro de 2023, desde que cumprida a carência de 36 meses
- Estabelecimento de critérios para o cálculo do valor devido para resgate e portabilidade, que passa a contemplar o desconto de débitos existentes com o plano, como empréstimos. Em caso de portabilidade, o novo regulamento também prevê o desconto de eventuais contribuições extraordinárias e resultados deficitários não equacionados, conforme legislação previdenciária
- Suspensão do contrato de trabalho em decorrência de invalidez passa a ser equiparada à quebra do vínculo para fins de resgate

AUTOPATROCÍNIO

O que é

Alternativa em que o participante opta por manter o vínculo com o plano nas mesmas condições após a perda de remuneração ou desligamento da CAIXA. Além de contribuir com sua parte, ele assume a parte da patrocinadora

Principal mudança

O novo regulamento esclarece que as contribuições feitas pelo autopatrocinado devem ser entendidas, em quaisquer circunstâncias, como contribuições do participante

Perfil do plano

Criado em 1977 juntamente com a FUNCEF, o REG/Replan foi o primeiro plano de previdência complementar dos empregados da CAIXA, recebendo participantes até agosto de 1988. Trata-se de um plano de Benefício Definido (BD), com custeio atuarial programado para garantir a concessão e manutenção até o fim da vida do participante.

O REG/REPLAN foi saldado em 2006, quando passou a ter duas modalidades. A Saldada, para os participantes que fizeram esta opção durante as três aberturas do processo (2006, 2008 e 2010), e a Não Saldada, para aqueles que preferiram manter as regras do regulamento anterior, preservando as condições para aposentadoria e a proteção dos dependentes legais.

A principal característica do REG/Replan é o mutualismo. As contribuições de participantes ativos, aposentados e pensionistas e patrocinadora são direcionadas para um fundo mútuo – o Recurso Garantidor do Plano de Benefícios. Esse fundo é responsável por honrar todos os benefícios previamente contratados.



Veja o regulamento completo do plano no site

PRINCIPAIS REGRAS/REPLAN SALDADO

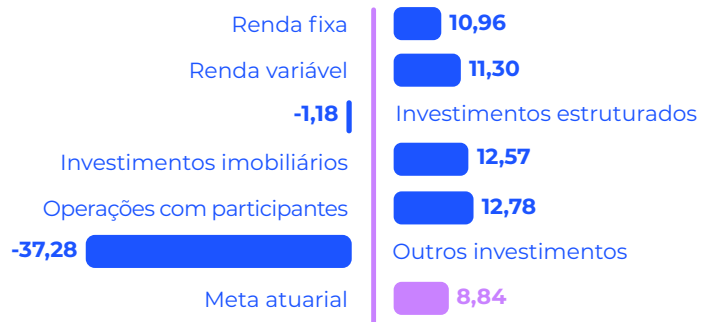
Elegibilidade ao benefício pleno	<p>Rescisão com a patrocinadora</p> <p>Idade mínima: 48 anos para mulheres e 53 anos para homens ou estar aposentado pelo INSS</p> <p>Tempo de contribuição: 10 anos</p>
Benefícios	<p>Benefício programado: definido em 31/08/2006 e atualizado pelo INPC</p> <p>Benefícios de risco: proteção financeira em caso de pensão ou morte</p> <p>Pensão por morte: 60% do benefício do titular, mais 10% por dependente até o limite de 80%</p> <p>Pecúlio por morte do aposentado: um benefício, observando o pagamento mínimo de R\$ 5 mil e teto de R\$ 25 mil</p>
Dependentes	Dependentes reconhecidos pelo INSS têm direito a pensão por morte, enquanto essa condição for mantida pelo órgão
Contribuições e limites	% de contribuição: não há contribuições normais desde o saldamento, em 2006

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS EM 2025 (%)

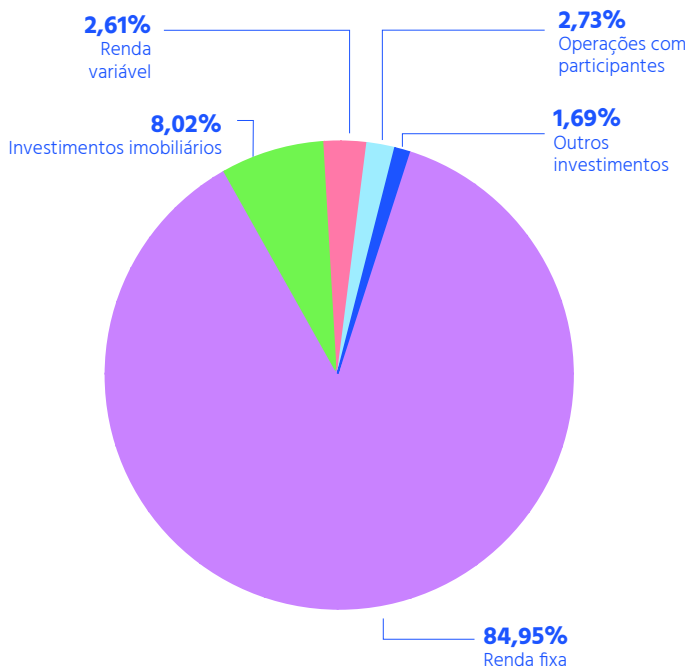
RENTABILIDADE (%)



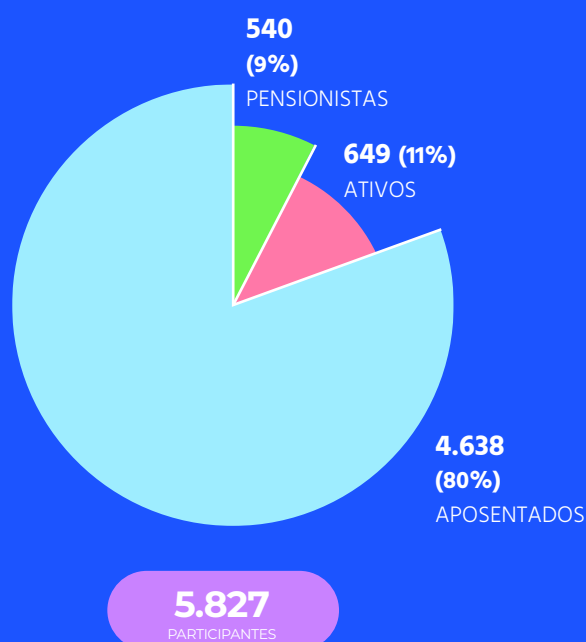
RENTABILIDADE POR CLASSE DE INVESTIMENTO (%)



ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (%)



REG/REPLAN NÃO SALDADO



RECURSOS GARANTIDORES (R\$ bi)

2024	7,06
2025	7,40



R\$ 8.434,62

Benefício médio



548,0 milhões

de reais em **benefícios pagos**



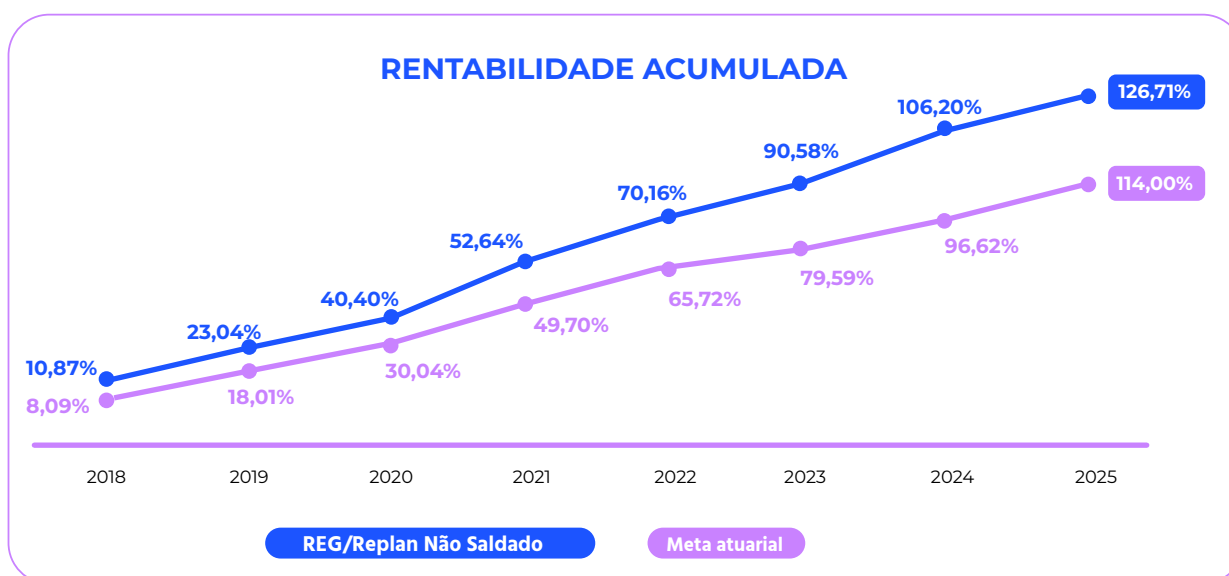
107,4 milhões

de reais em **contribuições recebidas**

Menor plano da FUNCEF em número de participantes, o Não Saldado tem um perfil maduro, com 89% de seus participantes aposentados ou pensionistas.

Graças à estratégia de imunização executada nos últimos três anos, o REG/Replan Não Saldado segue entregando resultados consistentes. Em 2025, a rentabilidade chegou a 9,95%, superando com tranquilidade a meta atuarial 8,94% para o período.

Considerando um horizonte mais longo de tempo, a tendência se mantém. No desempenho acumulado desde 2018, o Não Saldado bate a meta oito pontos percentuais, como mostra o gráfico abaixo.



As duas principais carteiras do plano tiveram bom desempenho, com destaque para os ativos imobiliários. Puxada pelo plano de desinvestimento, essa classe teve rentabilidade superior a 12% em 2025.

A Fundação realizou vendas de imóveis que somaram R\$ 556 milhões e geraram um lucro contábil de 12,9%, o equivalente a R\$ 63 milhões. Esse desempenho positivo beneficiou especialmente o REG/Replan.

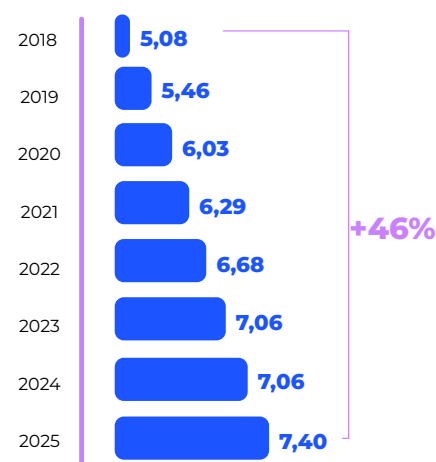
Os principais negócios incluem o Novotel Barra da Tijuca (RJ), um terreno em Santo André e 14 agências bancárias, que foram vendidas ao Fundo Imobiliário (FII) TRXF11.

O resultado bruto de 2025 foi um superávit de R\$ 42 milhões. Mas o impacto da revisão de ativos e provisionamento fizeram com que a modalidade encerrasse o ano com déficit de R\$ 33 milhões, plenamente absorvido pelos resultados acumulados.

O equilíbrio técnico ajustado (ETA) do plano encerrou 2025 positivo em R\$ 348,4 milhões. O ETA é um importante indicador da saúde financeira dos planos de Benefício Definido.

Estar com equilíbrio positivo significa que o REG/Replan Não Saldado tem, hoje, patrimônio de cobertura suficiente para honrar os compromissos, atuais e futuros, de pagamento de aposentadorias e pensões.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES (RGPB) - R\$ BI



EQUILÍBRIO TÉCNICO REG/REPLAN NÃO SALDADO

Descrição	Não Saldado
Equilíbrio Técnico Acumulado 2024	-124.435
Resultado acumulado 2025	-32.637
Amortização do equacionamento	-
Equilíbrio Técnico Acumulado 2025	-157.072
Ajuste de Precificação	505.500
Equilíbrio técnico ajustado	348.428

Alterações no regulamento do REG/Replan

O regulamento do REG/Replan foi alterado em 2025. A nova versão trouxe ajustes nos institutos previdenciários que são obrigatórios, conforme as novas regras contidas nas resoluções CNPC 50/2022 e Previc 23/2023 e regramentos anteriores da Previc.

Essa alteração passou pela aprovação do Conselho Deliberativo da FUNCEF, Conselho de Administração da CAIXA, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e Previc.

Os institutos do benefício englobam quatro alternativas oferecidas aos participantes que se desligam da patrocinadora, mas não solicitam a aposentadoria na Fundação.

As novas regras ampliam a gestão do participante sobre o seu plano, ao mesmo tempo em que trazem maior previsibilidade sobre o passivo atuarial, o que é positivo para todos.



PRINCIPAIS MUDANÇAS

BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO (BPD)

O que é

Opção em que o participante não elegível à aposentadoria permanece no plano, sem precisar fazer novas contribuições normais, até o requerimento do benefício decorrente desta opção

Principais mudanças

- A fixação do valor do benefício passa a ocorrer na data da opção pelo BPD. Esse valor será atualizado pelo índice do plano até a solicitação de aposentadoria ou pensão
- Exclusão da possibilidade de contribuições voluntárias, uma vez que o plano está fechado a novos participantes

PORTABILIDADE E RESGATE

O que são

A **portabilidade** é a transferência do valor acumulado pelo participante para outro plano, sem sofrer tributação. O contrário também pode acontecer, caso o participante queira trazer o valor acumulado em outro plano de previdência para dentro do REG/ Replan.

Já o **resgate** é o instituto que permite o saque, à vista ou parcelado, das contribuições realizadas pelo participante, de acordo com as regras do plano

Principais mudanças

- Possibilidade de portabilidade dos recursos trazidos para a FUNCEF, mesmo sem desligamento da CAIXA ou cumprimento de prazo mínimo (carência)
- Possibilidade de resgate das parcelas correspondentes às contribuições do participante provenientes de recursos portados de outros fundos de pensão realizadas desde 1º de janeiro de 2023, desde que cumprida a carência de 36 meses
- Estabelecimento de critérios para o cálculo do valor devido para resgate e portabilidade, que passa a contemplar o desconto de débitos existentes com o plano, como empréstimos. Em caso de portabilidade, o novo regulamento também prevê o desconto de eventuais contribuições extraordinárias e resultados deficitários não equacionados, conforme legislação previdenciária
- Suspensão do contrato de trabalho em decorrência de invalidez passa a ser equiparada à quebra do vínculo para fins de resgate

AUTOPATROCÍNIO

O que é

Alternativa em que o participante opta por manter o vínculo com o plano nas mesmas condições após a perda de remuneração ou desligamento da CAIXA. Além de contribuir com sua parte, ele assume a parte da patrocinadora

Principal mudança

O novo regulamento esclarece que as contribuições feitas pelo autopatrocinado devem ser entendidas, em quaisquer circunstâncias, como contribuições do participante

Sobre o plano

Criado em 1977 juntamente com a FUNCEF, o REG/Replan foi o primeiro plano de previdência complementar dos empregados da CAIXA, recebendo participantes até agosto de 1988. Trata-se de um plano de Benefício Definido (BD), com custeio atuarial programado para garantir a concessão e manutenção até o fim da vida do participante.

O REG/REPLAN foi saldado em 2006, quando passou a ter duas modalidades. A Saldada, para os participantes que fizeram esta opção durante as três aberturas do processo (2006, 2008 e 2010), e a Não Saldada, para aqueles que preferiram manter as regras do regulamento anterior, preservando as condições para aposentadoria e a proteção dos dependentes legais.

A principal característica do REG/Replan é o mutualismo. As contribuições de participantes ativos, aposentados e pensionistas e patrocinadora são direcionadas para um fundo mútuo – o Recurso Garantidor do Plano de Benefícios. Esse fundo é responsável por honrar todos os benefícios previamente contratados.



Veja o regulamento completo do plano no site

PRINCIPAIS REGRAS DO REG/REPLAN NÃO SALDADO

Rescisão de contrato com a CAIXA	
Elegibilidade	Idade mínima: aposentadoria no INSS com emissão da carta de concessão
Benefícios	<p>Suplementação: concedida de acordo com a regra regulamentar para cada tipo (aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por invalidez e por idade)</p> <p>Benefícios de risco: proteção financeira em caso de invalidez ou morte</p> <p>Auxílio Funeral: duas vezes o valor da suplementação + benefício do INSS, no caso de assistido. Uma vez o salário de participação em caso de participante ativo</p>
Dependentes	Dependentes reconhecidos pelo INSS têm direito a pensão por morte
Contribuições e limites	% de contribuição: definido atuarialmente e revisado todos os anos

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS EM 2025 (%)

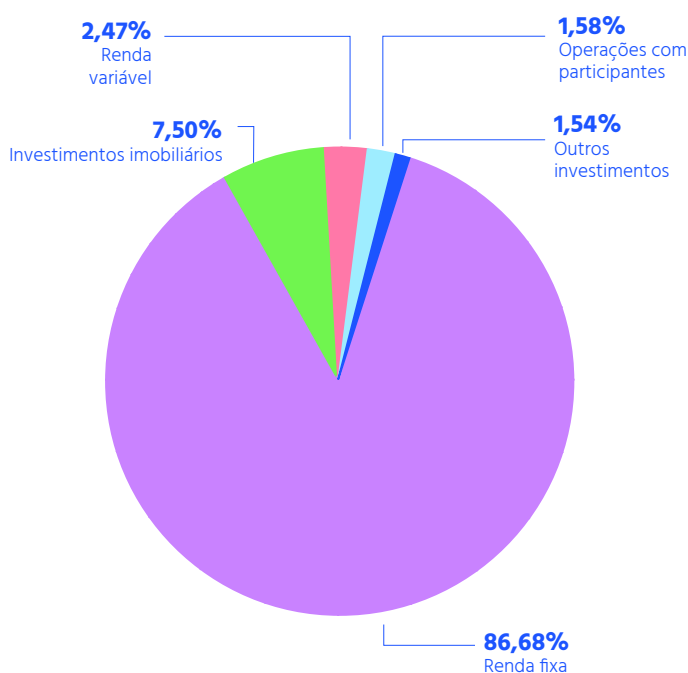
RENTABILIDADE (%)



RENTABILIDADE POR CLASSE DE INVESTIMENTO (%)



ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (%)



Demonstrações dos Investimentos

REG/REPLAN SALDADO

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	55.556.718.870,67	84,82269%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	(12.433,42)	-0,00002%
Fundos de Investimentos	55.556.731.304,09	84,82271%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	1.705.282.912,79	2,60359%
Ações	1.704.048.907,94	2,60170%
Fundos de Investimentos	1.234.004,85	0,00188%
Estruturado	282.922.101,21	0,43196%
Fundos de Investimentos	282.922.101,21	0,43196%
Imobiliário	5.243.200.057,73	8,00519%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	667.557.778,93	1,01921%
Imóveis	4.575.642.278,80	6,98598%
Investimento no Exterior	-	0,00000%
Operações com Participantes	2.028.148.297,95	3,09653%
Disponível	4.933.887,12	0,00753%
Outros	823.523.884,02	1,25734%
Contencioso de Investimentos	-147.254.791,89	-0,22483%
Total RGPB REG/Replan Saldado	65.497.475.219,60	100,00000%

Fonte: GECON - Balancete

REG/REPLAN NÃO SALDADO

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	6.428.764.030,22	86,86851%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	(1.155,73)	-0,00002%
Fundos de Investimentos	6.428.765.185,95	86,86852%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	182.493.138,41	2,46593%
Ações	182.416.014,99	2,46489%
Fundos de Investimentos	77.123,42	0,00104%
Estruturado	38.300.797,76	0,51754%
Fundos de Investimentos	38.300.797,76	0,51754%
Imobiliário	555.138.798,37	7,50130%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	64.415.791,73	0,87042%
Imóveis	490.723.006,64	6,63088%
Investimento no Exterior	-	0,00000%
Operações com Participantes	133.418.225,17	1,80281%
Disponível	154.326,58	0,00209%
Outros	77.969.860,43	1,05357%
Contencioso de Investimentos	-15.670.002,83	-0,21174%
Total RGPB REG/Replan Não Saldado	7.400.569.174,11	100,00000%

Fonte: GECON - Balancete

REG/REPLAN CONSOLIDADO

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	61.985.482.900,89	85,03038%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	(13.589,15)	-0,00002%
Fundos de Investimentos	61.985.496.490,04	85,03040%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	1.887.776.051,20	2,58961%
Ações	1.886.464.922,93	2,58781%
Fundos de Investimentos	1.311.128,27	0,00180%
Estruturado	321.222.898,97	0,44065%
Fundos de Investimentos	321.222.898,97	0,44065%
Imobiliário	5.798.338.856,10	7,95404%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	731.973.570,66	1,00411%
Imóveis	5.066.365.285,44	6,94993%
Investimento no Exterior	-	0,00000%
Operações com Participantes	2.161.566.523,12	2,96519%
Disponível	5.088.213,70	0,00698%
Outros	901.493.744,45	1,23665%
Contencioso de Investimentos	-162.924.794,72	-0,22350%
Total RGPB Consolidado REG/ Replan	72.898.044.393,71	100,00000%

Fonte: GECON - Balancete

Relação de Gestores Terceirizados por Plano de Benefício

REG/REPLAN SALDADO

Total Recursos Garantidores -----					65.497.475.219,60
Nº	GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES
1	2B CAPITAL S.A	07.063.675/0001-29	29.890.497,52	1,9668%	0,0456%
2	ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS LTDA	05.597.435/0002-60	1.348.020,93	0,0887%	0,0021%
3	BANCO SCHAIN S.A	50.585.090/0001-06	274.228,00	0,0180%	0,0004%
4	BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	30.822.936/0001-69	171.989.013,65	11,3172%	0,2626%
5	BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	62.375.134/0001-44	1.130.886,66	0,0744%	0,0017%
6	BRZ INVESTIMENTOS LTDA	02.888.152/0001-06	2.384.512,14	0,1569%	0,0036%
7	CAIXA DTVM S.A.	42.040.639/0001-40	21.461.478,67	1,4122%	0,0328%
8	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	11.699.667,95	0,7699%	0,0179%
9	COIN DTVM LTDA	61.384.004/0001-05	3.002.616,42	0,1976%	0,0046%
10	DGF INVESTIMENTOS GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04.557.602/0001-03	6.428.859,68	0,4230%	0,0098%
11	FINHEALTH GESTÃO DE RECURSOS S.A	11.081.121/0001-21	36.863.991,18	2,4257%	0,0563%
12	GENIAL GESTÃO LTDA.	22.119.959/0001-83	3.741.583,62	0,2462%	0,0057%
13	KINEA INVESTIMENTOS LTDA	08.604.187/0001-44	3.125.987,97	0,2057%	0,0048%
14	KINEA PRIVATE EQUITY INVESTIMENTOS S.A	04.661.817/0001-61	14.870.679,89	0,9785%	0,0227%
15	MANTIQ INVESTIMENTOS LTDA	13.183.720/0001-81	6.660,94	0,0004%	0,0000%
16	MATTERHORN INFRAESTRUTURA GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA	07.396.813/0001-91	128.515.586,97	8,4565%	0,1962%
17	OCCAM BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	27.916.161/0001-86	52.106.861,01	3,4287%	0,0796%
18	ÓRIA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	22.067.585/0001-08	21.086.018,07	1,3875%	0,0322%
19	PÁTRIA - VBI ASSET MANAGEMENT LTDA	38.300.262/0001-44	531.812.217,09	34,9941%	0,8120%
20	PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.	12.461.756/0001-17	23.307.358,16	1,5337%	0,0356%
21	POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	05.451.668/0001-79	-168.360,86	-0,0111%	-0,0003%
22	SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA	62.180.047/0001-31	77.073.408,64	5,0716%	0,1177%
23	SOLIS INVESTIMENTOS LTDA	17.254.708/0001-71	78.469.558,81	5,1634%	0,1198%

Total Recursos Garantidores -----					65.497.475.219,60
Nº GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES	
24	SPX PRIVATE EQUITY GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	10.632.282/0001-01	12.006.421,99	0,7900%	0,0183%
25	TREK INVESTIMENTOS LTDA	09.240.891/0001-28	4.564.549,06	0,3004%	0,0070%
26	TRX GESTORA DE RECURSOS LTDA	13.362.610/0001-87	120.765.463,66	7,9466%	0,1844%
27	VINCI CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	11.079.478/0001-75	1.197.089,41	0,0788%	0,0018%
28	VINCI GGN GESTÃO DE RECURSOS LTDA	20.052.540/0001-26	-426.855,28	-0,0281%	-0,0007%
29	WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY DTVM LIMITADA	07.437.241/0001-41	161.191.407,93	10,6067%	0,2461%
TOTAL DE INVESTIMENTOS		1.519.719.409,88	100,0000%	2,3203%	

Fonte: GECON/COICIP

OBS: A relação de gestores considera os dados constantes nos regulamentos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

REG/REPLAN NÃO SALDADO

Total Recursos Garantidores -----					7.400.569.174,11
Nº GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES	
1	2B CAPITAL S.A	07.063.675/0001-29	3.130.378,17	1,2187%	0,0423%
2	ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS LTDA	05.597.435/0002-60	154.615,79	0,0602%	0,0021%
3	BANCO SCHAIN S.A	50.585.090/0001-06	25.739,22	0,0100%	0,0003%
4	BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	30.822.936/0001-69	56.005.445,10	21,8028%	0,7568%
5	BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	62.375.134/0001-44	109.037,61	0,0424%	0,0015%
6	BRZ INVESTIMENTOS LTDA	02.888.152/0001-06	1.175.009,24	0,4574%	0,0159%
7	CAIXA DTVM S.A.	42.040.639/0001-40	2.295.323,07	0,8936%	0,0310%
8	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	1.259.168,95	0,4902%	0,0170%
9	COIN DTVM LTDA	61.384.004/0001-05	281.808,42	0,1097%	0,0038%
10	DGF INVESTIMENTOS GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04.557.602/0001-03	1.200.532,86	0,4674%	0,0162%

Total Recursos Garantidores -----					7.400.569.174,11
Nº GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES	
11	FINHEALTH GESTÃO DE RECURSOS S.A	11.081.121/0001-21	16.758.291,05	6,5240%	0,2264%
12	GENIAL GESTÃO LTDA.	22.119.959/0001-83	298.710,72	0,1163%	0,0040%
13	KINEA INVESTIMENTOS LTDA	08.604.187/0001-44	302.954,35	0,1179%	0,0041%
14	KINEA PRIVATE EQUITY INVESTIMENTOS S.A	04.661.817/0001-61	1.557.370,55	0,6063%	0,0210%
15	MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA	13.183.720/0001-81	3.348,08	0,0013%	0,0000%
16	MATTERHORN INFRAESTRUTURA GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA	07.396.813/0001-91	18.185.569,74	7,0796%	0,2457%
17	OCCAM BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	27.916.161/0001-86	14.437.883,64	5,6206%	0,1951%
18	ÓRIA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	22.067.585/0001-08	1.860.256,99	0,7242%	0,0251%
19	PÁTRIA - VBI ASSET MANAGEMENT LTDA	38.300.262/0001-44	49.916.253,55	19,4323%	0,6745%
20	PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.	12.461.756/0001-17	1.290.985,03	0,5026%	0,0174%
21	POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	05.451.668/0001-79	-16.591,22	-0,0065%	-0,0002%
22	SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA	62.180.047/0001-31	21.355.669,57	8,3137%	0,2886%
23	SOLIS INVESTIMENTOS LTDA	17.254.708/0001-71	21.772.835,07	8,4761%	0,2942%
24	SPX PRIVATE EQUITY GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	10.632.282/0001-01	663.995,29	0,2585%	0,0090%
25	TREK INVESTIMENTOS LTDA	09.240.891/0001-28	1.392.488,85	0,5421%	0,0188%
26	TRX GESTORA DE RECURSOS LTDA	13.362.610/0001-87	12.932.333,91	5,0345%	0,1747%
27	VINCI CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	11.079.478/0001-75	1.688.881,97	0,6575%	0,0228%
28	VINCI GGN GESTÃO DE RECURSOS LTDA	20.052.540/0001-26	-39.867,48	-0,0155%	-0,0005%
29	WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY DTVM LIMITADA	07.437.241/0001-41	26.874.139,66	10,4621%	0,3631%
TOTAL DE INVESTIMENTOS			256.872.567,75	100,0000%	3,4710%

Fonte: GECON/COCIP

OBS: A relação de gestores considera os dados constantes nos regulamentos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

ENQUADRAMENTO - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DEZEMBRO/2025 - REG/REPLAN CONSOLIDADO

SEGMENTO DE INVESTIMENTO	REALIZADO R\$	PARTICIPAÇÃO (%)	MÍNIMO	MÁXIMO	META	SITUAÇÃO
RENDA FIXA	63.889.265.475,92	87,64%	77,23%	100,00%	85,43%	NORMAL
RENDA VARIÁVEL	2.057.307.935,77	2,82%	0,00%	8,71%	4,76%	NORMAL
IMÓVEIS	5.563.776.364,10	7,63%	0,00%	9,25%	7,27%	NORMAL
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.152.128.961,77	2,95%	0,00%	3,61%	1,80%	NORMAL
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	325.942.815,14	0,45%	0,00%	1,47%	0,73%	NORMAL
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	NORMAL
ITENS SEM CLASSIFICAÇÃO NA RESOLUÇÃO CMN N.4.994/2022	-1.090.377.158,99	-1,50%	0,00%	0,00%	0,00%	N/A
RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIO - RGPB	72.898.044.393,71					

Fonte: GECON/COICIP

PARECER ATUARIAL

Em decorrência da existência de submassas de participantes e do disposto em legislação específica sobre as avaliações atuariais anuais, este parecer tratará primeiramente do grupo de custeio relativo à modalidade saldada do Plano, e posteriormente à modalidade não saldada.

GRUPO DE CUSTEIO: SALDADO

1. OBJETIVO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001 e Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, apresentamos o Parecer Técnico-Atuarial, posicionado em 31 de dezembro de 2025, do **Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade Saldada**, patrocinado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA e administrado pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2025.

2. BASE CADASTRAL

A data-base dos dados utilizados na avaliação está posicionada 31/12/2025, sendo que as informações cadastrais foram submetidas a testes e críticas de consistência, e, após sofrerem os ajustes necessários, foram consideradas satisfatórias.

3. MODALIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade Saldada, está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, conforme disposto no art. 2º da Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021.

4. HIPÓTESES E PARÂMETROS

As hipóteses e premissas atuariais são utilizadas nas avaliações atuariais como forma de se estimar efeitos de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira, no longo prazo.

A aderência das hipóteses e premissas é monitorada anualmente por intermédio de estudos que verificam se as ocorrências efetivamente observadas em cada evento, sejam elas decorrentes de morte, invalidez, rotatividade ou taxa de juros, estão de acordo com as ocorrências esperadas, visando identificar aquelas que melhor se adéquem às características da população do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais foram aprovadas pela Diretoria Executiva - DE e Conselho Deliberativo – CD, com parecer favorável do Conselho Fiscal – CF, embasadas nos estudos técnicos realizados pelo Atuário do Plano e por consultoria atuarial externa.

Dentre as hipóteses e demais parâmetros utilizados, destaca-se aquelas que sofreram alteração: Entrada em aposentadoria, Composição familiar.

As hipóteses e premissas utilizadas para calcular o Passivo Atuarial do REG/REPLAN, modalidade Saldada, são as seguintes:

TABELA nº 1 – HIPÓTESES E PREMISSAS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

HIPÓTESE/PREMISSA	VALOR
Hipóteses Biométricas	
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (Suavizada em 20%) segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 58, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca
Hipóteses Econômicas e Financeiras	
Taxa de Juros	4,75% a.a.
Indexador do Plano	INPC/IBGE
Projeção de Crescimento Real Anual dos Benefícios do Plano	<ul style="list-style-type: none"> • Benefícios: Não Aplicável • Rubricas judiciais com reajuste por Acordo Coletivo CAIXA¹: 0,35% a.a.
Projeção do Crescimento Real Anual dos Benefícios do RGPS	Não aplicável
Projeção de Crescimento Real Anual dos Salários	Não aplicável
Fator de Determinação do valor real dos Salários ao longo do tempo	Não aplicável
Fator de Determinação do valor real dos Benefícios da entidade ao longo do tempo	98%
Fator de Determinação do valor real dos Benefícios do RGPS ao longo do tempo	98%
Hipóteses Demográficas	
Entrada em Aposentadoria Programada	<ul style="list-style-type: none"> • Para Projeção das Provisões Matemáticas: <ul style="list-style-type: none"> • Maior idade entre a atual e 53 anos, se do sexo masculino, ou 48 anos, se feminino. • Para Projeção de Fluxo Atuarial: <ul style="list-style-type: none"> • Experiência Entrada em Aposentadoria REG/REPLAN Saldado Exp. FUNCEF: 2020-2024 IV2025 (M&F) segregada por sexo
Composição Familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Para os Participantes ativos e para os aposentados com informação cadastral de casado e sem informação de dependentes: <ul style="list-style-type: none"> • Tábua Experiência Composição Familiar_ Planos BD_ Exp. FUNCEF IV2025; • Para os Assistidos e beneficiários de pensão: <ul style="list-style-type: none"> • Utilizam-se as informações dos dependentes constantes no cadastro.
Rotatividade	Não aplicável

HIPÓTESE/PREMISSA	VALOR
Outros Parâmetros utilizados no Cálculo Atuarial	
Novos Entrados	Não aplicável
Fator de Pecúlio ²	1,00
Fator de FAB ³	0,49%
Fator para Dados Ausentes	2,22%
Teto do RGPS para Contribuição e para Benefício	Não aplicável
Média dos Tetos de Contribuição do INSS	Não aplicável
Média dos 80% maiores Tetos de Contribuição do INSS	Não aplicável
Salário Mínimo	Não aplicável
Maioridade dos pensionistas temporários até 26/02/2025	24 anos
Maioridade dos dependentes temporários a partir de 27/02/2025 ⁴	21 anos
Idade de entrada em serviço no RGPS	18 anos

¹ A aplicação da hipótese de crescimento real anual dos benefícios às rubricas judiciais depende da existência de tais categorias na base de dados, de gestão da Coordenação das Demandas Judiciais Previdenciárias - CO-DEP da FUNCEF, em que a parcela judicial é incorporada ao benefício e reajustada conjuntamente com ele, conforme indexador do plano, salvo se descrito ao contrário na sentença.

² Para aqueles Participantes que a Fundação não possuía informação de valor recebido no INSS, o Fator de Pecúlio (FP) equivalia ao fator regulamentar até então vigente, de 2,5, somado a uma proporção média que o benefício INSS representa do benefício FUNCEF, apurada de acordo com as informações daqueles participantes que possuíam o registro dessa informação na Entidade. Contudo, em decorrência da versão regulamentar aprovada, o Pecúlio será equivalente a 1 benefício em percepção, observando o pagamento mínimo de R\$ 5 mil e teto de R\$ 25 mil, este fator não se torna mais aplicável.

³ Fator FAB equivale a um índice adicionado ao saldo do FAB àqueles participantes que a FUNCEF não possui informações do benefício e do tempo de contribuição ao INSS, em decorrência do efeito de eventual tempo de contribuição ao INSS superior a 30 anos se mulher, e de 35 anos se homem, antes de completarem, respectivamente, 48 e 53 anos de idade, em face da revisão do Benefício Saldado prevista no §7º do artigo 84 do Regulamento, e do início de acumulação do próprio FAB. Contudo, em decorrência da versão regulamentar aprovada, em que o início da acumulação não considerará a elegibilidade à aposentadoria do INSS, mas quando o participante começar a receber a efetiva aposentadoria, ou atingir a idade mínima de 48 para as mulheres, e de 53 anos, no caso dos homens, este parâmetro reduziu de 4,09% para 0,49%.

⁴ A temporalidade do pagamento do Benefício de Pensão por Morte, em decorrência da versão regulamentar aprovada, dar-se-á de acordo com regras do RGPS, sendo que, aos filhos, o pagamento dar-se-á até os 21 anos de idade, em detrimento da regra anterior que se dá até os 24 anos de idade (condicionado à concessão da pensão até os 21 anos). A regra anterior será mantida aos pensionistas já em gozo de benefício de Pensão por Morte até a data de aprovação regulamentar (27/02/2025).

5. MÉTODO ATUARIAL E REGIME FINANCEIROS

O regime financeiro adotado é o de Capitalização. Por se tratar de plano salgado, cujos recursos foram integralizados, não há utilização de método de financiamento atuarial para estipular percentuais contributivos.

6. PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS PREVIDENCIAIS

Foi apurado o somatório das Provisões Matemáticas do Plano, posicionado em 31/12/2025, conforme apresentado a seguir:

TABELA nº 2 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

Em R\$	
Provisões Matemáticas (=)	71.699.368.056,99
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	71.667.963.171,69
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	6.844.584.540,78
Provisão Matemática a Constituir (PMaC) - <i>PED Unificado</i>	(6.813.179.655,48)

O Plano de Equacionamento de Déficit (PED) Unificado foi aprovado pelas instâncias competentes na forma da legislação em vigor, e o valor posicionado em 31/12/2025, de R\$ 12.691.999.678,60, foi apurado a partir da atualização mensal do saldo posicionado em 28/02/2025 pela Meta Atuarial, deduzidas as contribuições extraordinárias realizadas mensalmente no período, além da amortização de R\$ 340 milhões a partir da aprovação da utilização de parte do Equilíbrio Técnico Ajustado Positivo apresentado, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018 e a Resolução PREVIC nº 23/2023, com sua segregação paritária entre participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro.

Parte do PED Unificado encontra-se registrado em Provisão Matemática a Constituir (PMaC), como indicado na tabela acima, e

o restante, de R\$ 5.878.820.023,12, foi contabilizado no Ativo, no grupo “Operações contratadas” no “Realizável Previdencial”, por referir-se à contraparte da patrocinadora sobre os assistidos no PED Unificado, face a ter sido objeto de Instrumento contratual entre FUNCEF e CAIXA em obediência a legislação vigente. Diante do novo saldo apurado, cabe neste exercício de 2026, a adoção de medidas para a rerratificação de referido Instrumento, de forma que este esteja em consonância com o valor contabilizado na revisão desta data-base de dezembro de 2025.

O exigível atuarial também é constituído pelo Fundo de Acumulação de Benefícios – FAB, no montante de R\$ 4.283.754.707,44, correspondente à acumulação do valor individual dos benefícios devidos aos participantes elegíveis ao benefício programado pleno, enquanto não o requererem. A partir do requerimento do benefício, o montante do FAB atribuído ao participante gerará a revisão do benefício saldado por meio de equivalência atuarial e será revertido para a cobertura da provisão matemática respectiva.

7. RESULTADO DO PLANO

Confrontando-se o Patrimônio de Cobertura do Plano com as Provisões Matemáticas, demonstra-se o valor do resultado acumulado do Plano no exercício de 2025:

TABELA nº 3 – RESULTADO DO PLANO

Em R\$	
Patrimônio de Cobertura	66.812.010.728,89
Provisões Matemáticas (-)	71.699.368.056,99
Equilíbrio Técnico Acumulado (6,82% das Provisões) (=)	(4.887.357.328,10)
Resultado do Exercício Atual	184.683.145,58

Conforme se observa na tabela anterior, apesar de a modalidade Saldada do Plano de Benefícios REG/REPLAN apresentar Déficit Técnico Acumulado, o resultado do exercício de 2025 foi positivo em R\$ 184.683.145,58, tendo o resultado do exercício sido influenciado pelos seguintes fatores:

- a. A evolução do passivo no exercício de 2025 se mostrou 0,06%, ou o equivalente a 0,07 pontos percentuais abaixo da Meta Atuarial de 8,83%, já considerando as alterações de hipóteses atuariais processadas no exercício, bem como as rubricas judiciais iniciadas no exercício; e
- b. Performance positiva dos investimentos que se mostrou acima da Meta Atuarial do Plano (rentabilidade líquida efetiva de 9,89% com a Meta Atuarial de 8,83%), em que se verifica uma variação a maior de 0,97% ou equivalente a 1,06 pontos percentuais.

Em contrapartida, ao se analisar a evolução do ativo em relação ao passivo, há a redução dos ganhos, em face de:

- a. Incremento do Exigível Contingencial na ordem de 2,19 acima do valor contabilizado em dezembro/2024
- b. Considerando o fato de que os ativos de investimentos partem de um saldo menor que o valor do passivo previdenciário, e ambos possuem a mesma referência de crescimento das obrigações com os Participantes, qual seja, a Meta Atuarial, mesmo que rendam em nível superior à Meta Atuarial, a depender do gap entre eles poderá diminuir ou anular o ganho da performance positiva dos investimentos e dos efeitos atuariais apresentados pelo Plano, ou até mesmo, gerar perda patrimonial.

Para fins de verificação da necessidade de equacionamento do Déficit Técnico Acumulado, referente a 2025, o resultado do Plano deve contemplar também o valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na catego-

ria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, cujos valores foram mensurados pela Coordenação de Controle de Investimentos e Precificação - COCIP, utilizando o sistema Venturo da PREVIC.

Dessa forma, o resultado deficitário do Plano passa a ser apurado considerando o valor dos Resultados a Realizar, conforme demonstrado a seguir:

TABELA nº 4 – RESULTADO DO PLANO COM RESULTADOS A REALIZAR

Em R\$	
Déficit acumulado 2025	(4.887.357.328,10)
Resultados a Realizar (+)	5.492.577.792,00
Equilíbrio Técnico Ajustado (0,84% das Provisões) (=)	605.220.463,90

Conforme demonstrado, considerando o valor do ajuste de precificação, o REG/REPLAN Saldado apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado Positivo (ETAP). Dessa forma, não há medidas a serem adotadas para equacionamento de déficit.

Citados valores já contemplam a utilização de R\$ 340 milhões para abatimento do saldo do PED Unificado, nos termos da Resolução CNPC nº 30/2018 e Resolução PREVIC nº 23/2023, com sua segregação paritária entre participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, visando zerar a alíquota de Custeio Extraordinário sobre o abono/13º benefício.

Com citado valor de ETAP de 31/12/2025, definiu-se também pela redução de 0,50 p.p. (pontos percentuais) da alíquota do Plano de Custeio Extraordinário do Plano de Equacionamento de Déficit (PED) Unificado, pelo período de 12 meses, o que representará, em média, R\$ 60 milhões, equivalente a 10% do ETAP. A utilização desse desconto dar-se-á de forma mensal pelo citado período, o que permitirá que a cada Avaliação Atuarial anual seja

realizado o acompanhamento contínuo do déficit do Plano, seja o equacionado ou não, bem como, das demais variáveis afetas ao Plano, mediante o constante acompanhamento dos estudos de solvência processados pela FUNCEF.

8. CUSTO E PLANO DE CUSTEIO

8.1 Custeio Normal

Em conformidade com o Regulamento do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade Saldada, em que se prevê o encerramento do financiamento normal dos benefícios, o Plano de Custeio Normal encontra-se nulo.

8.2 Custeio Extraordinário

O plano possui, em 31/12/2025, o Plano de Equacionamento de Déficit (PED) Unificado, cujo saldo e prazo remanescente, a contar de jan/2026, é de:

TABELA nº 5 – SITUAÇÃO DOS PLANOS DE EQUACIONAMENTO

Plano de Equacionamento	Valor em Dezembro/2025 (R\$)	Prazo Remanescente
Unificado	12.691.999.678,60	172 meses

Conforme Nota Técnica Atuarial dos Resultados dos Planos, anualmente é feita a reavaliação do PED vigente, e com base nos resultados desta Avaliação Atuarial, na qual foi processada a revisão da taxa de custeio extraordinário, deve ser mantida a alíquota de Contribuição Extraordinária de 10,80% sobre o Benefício Saldado, a qual terá vigência a partir do dia 1º de abril de 2026.

Destaca-se que referida taxa não deverá ser aplicada sobre o abono/13º benefício, considerando a utilização de R\$ 340 milhões do ETAP do Plano, citada no item 7 acima.

Ainda, considerando o valor remanescente de ETAP de 31/12/2025, de R\$ 605.220.463,90, definiu-se pela concessão de redução temporária de 0,50 p.p. da alíquota mensal, reduzindo de 10,80% para 10,30%, pelo período de 12 meses – de abril de 2026 a março de 2027.

Importante ressaltar que os Benefícios Saldados que servirão de base de incidência para a Contribuição Extraordinária equivalem àqueles estabelecidos em agosto de 2006, data-base do Salda-mento, além das revisões decorrentes para a definição do Benefício de Prestação Continuada aplicável aos Assistidos, incluindo os ajustes e revisões administrativas ou judiciais processadas, e serão atualizados pelo índice do Plano até a data-base de cada contribuição, no caso dos Participantes, e anualmente, aos Assistidos, conforme regra regulamentar.

Não devem ser consideradas, para fins de incidência da alíquota de Contribuição Extraordinária dos Participantes: i) a revisão do Benefício Saldado dos Participantes em relação à contribuição ao RGPS de 30 anos, se mulher, e 35 anos, se homem, antes de atingir as idades de 48 e 53 anos, respectivamente e (§ 7º do artigo 84 do Regulamento); e ii) a revisão do Benefício Saldado em decorrência da existência de Fundo de Acumulação de Benefícios (FAB). Tais ajustamentos dos Benefícios Saldados, para fins de aplicabilidade da alíquota de Contribuição Extraordinária, devem ser utilizados apenas quando do requerimento do benefício na FUNCEF, em que dar-se-á a revisitação do Benefício Saldado, em estrita observância ao previsto no Regulamento.

Em relação à opção pelo Benefício Único Antecipado – BUA quando do requerimento do benefício, a aplicação de referida Taxa de Contribuição Extraordinária dar-se-á sobre a parcela do BUA, e nas parcelas subsequentes, já considerando o benefício revisado em função da antecipação, enquanto vigorar este PED Unificado.

Paritariamente, a Contribuição Extraordinária da Patrocinadora equivalerá ao somatório das Contribuições Extraordinárias vertidas pelos Participantes e Assistidos

O completo detalhamento acerca das Contribuições Extraordinárias encontra-se descrito no respectivo Plano de Equacionamento.

Para a Avaliação Atuarial de encerramento de exercício (31/12/2025), procedemos com o monitoramento anual do PED, incluindo a revisão da responsabilidade das partes e o estudo para verificação da viabilidade da continuidade do equacionamento no prazo remanescente àquele estabelecido no respectivo PED, bem como, quanto à aplicação do previsto na Resolução CNPC nº 30/2018 e Resolução PREVIC nº 23/2023, referente à utilização de citado ETAP para revisão do plano de custeio em relação às citadas contribuições extraordinárias.

8.5 Custeio Administrativo

O custeio administrativo do Plano será constituído por meio de taxa de carregamento incidente sobre os benefícios, de responsabilidade paritária dos assistidos e da patrocinadora, e de taxa de administração sobre o Recurso Garantidor do Plano de Benefícios.

TABELA nº 6 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

TAXA	2024
Taxa de Carregamento sobre os Benefícios - Total	1,10% a.m.
Responsabilidade da Patrocinadora	0,55% a.m.
Responsabilidade dos Assistidos	0,55% a.m.
Taxa de Administração	Até 0,09% a.a.

O plano de custeio administrativo do Plano tem vigência a partir 01/01/2025.

9. GESTÃO DO RISCO ATUARIAL

Dentre outras medidas de mitigação dos Riscos Atuariais, destaca-se o resultado da Segunda Opinião da Avaliação Atuarial anual de 2025, realizada pela Rumo Atuarial - Consultoria em Estatística e Atuária, que validou os valores apresentados na Avaliação Atuarial de 2025, concluindo que o Passivo Atuarial representa os compromissos previstos no Plano, que o Plano de Custeio para o exercício de 2026 garante a arrecadação no montante necessário para assegurar o financiamento dos benefícios previstos e os Planos de Equacionamento vigentes, e que não apresentaram ressalvas com recomendação de implementação de Plano de Ação.

10. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Em conformidade com estudo de *Asset Liability Management – ALM* utilizado para elaboração da Política de Investimentos da FUNCEF, para o quinquênio 2026-2030, o REG/REPLAN Saldado possui capacidade financeira de liquidez para manter títulos de valores mobiliários, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Cabe ressaltar que o regulamento do Plano na modalidade Saldada foi alterado no ano de 2025, modificando as regras para os benefícios futuros de pensão por morte e de pecúlio por morte, além do regramento sobre o início de acumulação do Fundo de Acumulação de Benefícios (FAB), objetivando revisar os Planos de Equacionamentos de Déficits (PED) então vigentes e reduzir as alíquotas de custeio, a partir da inclusão de fonte de custeio proveniente do impacto atuarial apurado na redução de citados benefícios, mediante abatimento da cota-parte do PED de responsabilidade dos Participantes e Assistidos, com a consequente contribuição paritária pela CAIXA, antecipando os valores da sua cota-parte do PED, com o objetivo de equacionamento do Plano. Referidas alterações foram aprovadas pela PREVIC através da Portaria PREVIC nº 168/2025, publicada no DOU em 27/02/2025, passando a ter vigência a partir desta data.

11. CONCLUSÃO

As Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais representam a estimativa da necessidade financeira para cobertura das despesas previdenciais futuras, decorrentes dos compromissos assegurados pelo Plano de Benefícios aos Participantes e Assistidos.

As premissas e hipóteses definidas utilizadas para apuração do passivo atuarial do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade Saldada, bem como as metodologias de cálculo aplicadas, estão em conformidade com os dispositivos regulamentares, com a Nota Técnica Atuarial, com a legislação em vigor e com as melhores práticas atuariais.

A situação econômico-atuarial do Plano REG/REPLAN, em 31/12/2025, é de Déficit Técnico Acumulado, apurado a partir do confronto do Patrimônio de Cobertura do Plano com as Provisões Matemáticas, considerando o Plano de Equacionamento do Déficit (PED) Unificado.

Considerando os Resultados a Realizar, decorrente do ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento, o Plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado Positivo (ETAP) de R\$ 605.220.463,90, já deduzindo-se a utilização de parte do ETAP, no montante de R\$ 340 milhões. Diante disso, não há necessidade de se avaliar a margem de solvência desse Plano e, por conseguinte, não haverá Plano de Equacionamento para o exercício de 2025.

Especificamente em relação à utilização de parte do ETAP do encerramento do ano de 2025 para redução do custeio extraordinário do PED, na forma como expressa acima, esta foi avaliada pelas áreas técnicas competentes, sob a ótica de gestão atuarial e de riscos da Fundação, assim como em relação aos impactos nos investimentos e sob a ótica de liquidez e solvência.

Destaca-se ao REG/REPLAN Saldado, frente à situação deficitária no fechamento de 2025 e a sua maturidade acentuada (Plano fechado e alta representatividade de elegíveis e assistidos na massa), as considerações relacionadas à gestão dos riscos identificados no



Plano e indicadas nas Demonstrações Atuariais do exercício, que estão disponibilizadas no site da FUNCEF.

Diante do exposto, considerando o Exigível Actuarial, o Plano de Custeio e as regras de solvência permitidas pela legislação vigente, bem como a função objetivo constante da Política de Investimento da FUNCEF, projeta-se que este Plano de Benefícios não terá insuficiência patrimonial, permanecendo ao longo do tempo em condições de arcar com os compromissos futuros.

GRUPO DE CUSTEIO: NÃO SALDADO

1. OBJETIVO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001 e Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, apresentamos o Parecer Técnico-Atuarial, posicionado em 31/12/2025, do **Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade Não Saldada**, patrocinado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA e administrado pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, em face da avaliação atuarial anual do exercício de 2025.

2. BASE CADASTRAL

A data-base dos dados utilizados na avaliação está posicionada 31/12/2025, sendo que as informações cadastrais foram submetidas a testes e críticas de consistência, e, após sofrerem os ajustes necessários, foram consideradas satisfatórias.

3. MODALIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade Não Saldada, está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, conforme disposto no art. 2º da Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021.

4. HIPÓTESES E PARÂMETROS

As hipóteses e premissas atuariais são utilizadas nas avaliações atuariais como forma de se estimar efeitos de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira, no longo prazo.

A aderência das hipóteses e premissas atuariais é monitorada por intermédio de estudos que verificam se as ocorrências efetivamente observadas em cada evento, sejam decorrentes de morte, invalidez, rotatividade ou taxa de juros, estão de acordo com as

ocorrências esperadas, visando identificar aquelas que melhor se adéquem às características da população do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais foram aprovadas pela Diretoria Executiva - DE e Conselho Deliberativo - CD, com parecer favorável do Conselho Fiscal - CF, embasadas nos estudos técnicos realizados pelo Atuário do Plano e por consultoria atuarial externa.

Dentre as hipóteses e demais parâmetros utilizados, destacam-se aquelas que sofreram alterações: Entrada em Aposentadoria e Composição familiar.

As hipóteses e premissas utilizadas para calcular o Passivo Atuarial do REG/REPLAN, modalidade Não Saldada, são as seguintes:

TABELA nº 1 – HIPÓTESES E PREMISSAS

HIPÓTESES E PREMISSAS	VALOR
Hipóteses Biométricas	
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 suavizada em 20%, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO 58, segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca
Tábua de mortalidade RGPS	Tábua vigente no RGPS/INSS
Hipóteses Econômicas e Financeiras	
Taxa Real Anual de Juros	4,85% a.a.
Indexador do Plano	INPC/IBGE
Projeção do Crescimento Real Anual de Benefícios*	Benefícios: Não Aplicável Rubricas judiciais com reajuste por Acordo Coletivo CAIXA1: 0,35% a.a
Projeção de Crescimento Real Anual dos salários	2,26% a.a.
Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios do RGPS ao longo do tempo	98%

HIPÓTESES E PREMISSAS	VALOR
Hipóteses Demográficas	
Entrada em Aposentadoria programada	Entrada em Aposentadoria REG/REPLAN Não Saldado Exp. FUNCEF 2020-2024 IV2025 (M&F), segregada por sexo.
Composição familiar para o cálculo das pensões	Para os Participantes ativos e para os aposentados com informação cadastral de casado e sem informação de dependentes: Tábua Composição Familiar_Planos_BD_Exp. FUNCEF IV_2025; Para os Assistidos e beneficiários de pensão: Utilizam-se as informações dos dependentes constantes no cadastro.
Rotatividade	Nula
Outros Parâmetros utilizados no Cálculo Atuarial	
Novos Entrados	Não Aplicável
Teto do RGPS para Contribuição e para Benefício Previdenciário	R\$ 8.475,55
Média dos Tetos de Contribuição do RGPS	R\$ 7.698,57
Média dos 80% maiores Tetos de Contribuição do RGPS	R\$ 8.037,49
Salário-Mínimo	R\$ 1.621,00
Maioridade dos pensionistas e dependentes temporários	21 anos
Idade de entrada em serviço no RGPS	18 anos
Proporção de Aposentadorias por Invalidez decorrentes de Acidente de Trabalho, Doenças Profissionais ou Doenças do Trabalho (<i>PropAct</i>)	20%

¹ A aplicação da hipótese de crescimento real anual dos benefícios às rubricas judiciais depende da existência de tais categorias na base de dados, de gestão da Coordenação das Demandas Judiciais Previdenciárias - CO-DEP da FUNCEF, em que a parcela judicial é incorporada ao benefício e reajustada conjuntamente com ele, conforme indexador do plano, salvo se descrito ao contrário na sentença.

5. MÉTODO ATUARIAL E REGIME FINANCEIROS

O Regime Financeiro utilizado é o de Capitalização, em que se prevê a acumulação de recursos durante um período específico para fazer face ao pagamento de benefícios futuros cobertos pelo plano de benefícios, sob o método atuarial Agregado.

6. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Foi apurado o somatório das Provisões Matemáticas do Plano, em 31/12/2025, conforme apresentado a seguir:

TABELA nº 2 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

Em R\$

Provisões Matemáticas (=)	7.686.791.554,16
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	6.685.219.583,67
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	1.056.613.874,47
Provisão Matemática a Constituir (PMaC)	(55.041.903,98)
Déficit 2015 - Equacionado	(33.276.327,19)
Déficit 2016 - Equacionado	(21.765.576,79)

Os Planos de Equacionamento de Déficit (PED) foram aprovados pelas instâncias competentes na forma da legislação em vigor

Os Planos de Equacionamento de Deficit (PED) vigentes, correspondentes aos déficits dos exercícios de 2015 e 2016, cujos valores de déficit acumulados superaram o limite tolerado pela Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, norma vigente à época das implementações de referidos equacionamentos e foram devidamente aprovados pelas instâncias competentes, cujos valores posicionados em 31/12/2025, de R\$ 221.887.004,35 e R\$ 145.189.287,10, respecti-

vamente, foram apurados a partir da atualização mensal do saldo pela Meta Atuarial, deduzidas as contribuições extraordinárias realizadas mensalmente no período.

Parte dos PEDs encontra-se registrado em Provisão Matemática a Constituir (PMaC), como indicado na tabela acima, e o restante, de R\$ 312.034.387,47, foi registrado no grupo “Operações contratadas” no “Realizável Previdencial”, referentes à contraparte da patrocinadora sobre os assistidos, correspondendo a R\$ 188.610.677,16 do PED de 2015, e R\$ 123.423.710,31 do PED de 2016, face a terem sido objeto de instrumento contratual em obediência a legislação vigente.

Cabe neste exercício de 2026 a adoção de medidas para a rerratificação dos Instrumentos Particulares de Equacionamento de déficit entre FUNCEF e CAIXA de forma que estes estejam em consonância com os valores apurados na revisão desta data-base de dezembro de 2025, em decorrência do incremento da responsabilidade da Patrocinadora em relação à massa de Assistidos, equivalente a R\$ 191.603.644,12 e R\$ 125.373.708,02, respectivamente aos PED de 2015 e 2016.

7. RESULTADO DO PLANO

Confrontando-se o Patrimônio de Cobertura do Plano com as Provisões Matemáticas sensibilizadas, demonstra-se o valor do resultado do Plano no exercício de 2025:

TABELA nº 3 – RESULTADO DO PLANO

Em R\$	
Patrimônio de Cobertura	7.529.719.698,94
Provisões Matemáticas (-)	7.686.791.554,16
(Déficit)/Superavit Técnico Acumulado (2,04% das Provisões)	(157.071.855,22)
Resultado do Exercício Atual	(32.636.902,58)

Conforme se observa na tabela anterior, a modalidade Não Saldada do Plano de Benefícios REG/REPLAN apresentou *Déficit Técnico Acumulado* no exercício de 2025, tendo o resultado do exercício sido influenciado pelos fatores abaixo elencados:

- a. Aumento do Exigível Contingencial na ordem de 115% do valor contabilizado na última avaliação atuarial; e
- b. Considerando o fato de que os ativos de investimentos partem de um saldo menor que o valor do passivo previdenciário, e ambos possuem a mesma referência de crescimento das obrigações com os Participantes, qual seja, a Meta Atuarial, mesmo que rendam em nível superior à Meta Atuarial, a depender do *gap* entre eles poderá diminuir ou anular o ganho da performance positiva dos investimentos e dos efeitos atuariais apresentados pelo Plano, ou até mesmo, gerar perda patrimonial.

Em contrapartida, a perda acima indicada foi minimizada pelos ganhos atuariais abaixo apresentados:

- a. Performance positiva dos investimentos que se mostrou acima da Meta Atuarial do Plano (rentabilidade líquida efetiva de 9,84% com a Meta Atuarial de 8,93%), em que se verifica uma diferença a maior de 0,83% ou equivalente a 0,90 pontos percentuais; e
- b. Evolução das Provisões Matemáticas do Plano no exercício de 2025 se mostrou 1,29% abaixo da meta atuarial, ou o equivalente a 1,40 pontos percentuais já considerando as alterações de hipóteses atuariais processadas no exercício, bem como as rubricas judiciais iniciadas no exercício.

Para fins de verificação do regramento de solvência vigente, o resultado do Plano deve contemplar também o valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação

atuarial, e o valor contábil desses títulos, cujos valores foram mensurados pela Coordenação de Controle de Investimentos e Precificação – COCIP utilizando o sistema Venturo da PREVIC.

Dessa forma, o resultado do Plano passa a ser apurado considerando o valor dos Resultados a Realizar, conforme demonstrado a seguir.

TABELA nº 4 – RESULTADO DO PLANO COM RESULTADOS A REALIZAR

Em R\$	
Déficit Técnico Acumulado	(157.071.855,22)
Resultados a Realizar (+)	505.554.016,00
Equilíbrio Técnico Ajustado (=)	348.482.160,78

Conforme demonstrado, considerando o valor do ajuste de precificação, o REG/REPLAN Não Saldado apresenta-se em Equilíbrio Técnico Ajustado Positivo. Diante disso, não há necessidade de se avaliar a margem de solvência desse Plano e, por conseguinte, não haverá Plano de Equacionamento para o exercício de 2025

8. CUSTO E PLANO DE CUSTEIO

8.1 Custeio Normal

O Plano de Custeio Normal definido para o exercício de 2026 deverá entrar em vigor a partir do dia 1º de abril de 2026, cuja recomendação é de manutenção daquele já vigente para o Plano, conforme apresentado a seguir, onde constam as taxas de contribuição escalonadas por faixas, a depender do teto vigente do INSS, a serem aplicadas sobre o salário de participação dos participantes e sobre o benefício dos assistidos, com paridade da patrocinadora CAIXA em relação às contribuições dos participantes:

TABELA nº 5 – PLANO DE CUSTEIO NORMAL INDICADO

Remuneração	Alíquota
Até ½ Teto INSS	2,52%
De ½ Teto INSS até 1 Teto INSS	4,20%
A partir de 1 Teto INSS	11,68%

As contribuições normais da patrocinadora CAIXA serão idênticas ao somatório das contribuições dos participantes, respeitando-se o princípio da paridade contributiva, podendo esse percentual variar, de acordo com o comportamento da massa e dos salários desses participantes durante o período de vigência do plano de custeio a ser implementado.

8.2 Custeio Extraordinário

O plano possui, em 31/12/2025, dois Planos de Equacionamento de Déficit (PED), referentes aos exercícios de 2015 e 2016, cujos saldos e prazos remanescentes a contar de Jan/2026 são de:

TABELA nº 6 – SITUAÇÃO DOS PLANOS DE EQUACIONAMENTO

Plano de Equacionamento	Valor em Dezembro/2025 (R\$)	Prazo Remanescente
2015	221.887.004,36	143 meses
2016	145.189.287,11	148 meses

Anualmente é feita a reavaliação do Planos de Equacionamento vigentes e revisão das taxas de custeio extraordinário, tendo sido definida a manutenção das taxas atualmente praticadas, apresen-

tadas nas tabelas a seguir, com início de vigência a partir do dia 1º de abril de 2026.

a. Plano de Equacionamento do Déficit de 2015:

TABELA nº 7 – CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS REVISADAS (PED 2015)

PED 2015	PARTICIPANTE	ASSISTIDO	PATROCINADORA (contrapartida Participante)	PATROCINADORA (contrapartida Assistido)
Faixa	Alíquota	Alíquota	Alíquota	Alíquota
Até ½ Teto INSS	0,00%	0,00%	0,99%	2,33%
De ½ até 1 Teto INSS	0,00%	0,00%	1,64%	3,88%
A partir de 1 Teto INSS	0,00%	0,00%	4,57%	10,79%

b. Plano de Equacionamento do Déficit de 2016:

TABELA nº 8 – CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS REVISADAS (PED 2016)

PED 2016	PARTICIPANTE	ASSISTIDO	PATROCINADORA (contrapartida Participante)	PATROCINADORA (contrapartida Assistido)
Faixa	Alíquota	Alíquota	Alíquota	Alíquota
Até ½ Teto INSS	0,00%	0,00%	0,63%	1,49%
De ½ até 1 Teto INSS	0,00%	0,00%	1,05%	2,48%
A partir de 1 Teto INSS	0,00%	0,00%	2,92%	6,91%

As alíquotas de Contribuições Extraordinárias são aplicáveis sobre o salário de participação no caso do participante, e sobre o benefício FUNCEF em percepção, no caso dos Assistidos, inclusive sobre o 13º salário/Abono.

8.3 Custeio administrativo

O custeio administrativo do Plano será constituído por meio de taxa de carregamento de responsabilidade dos Participantes e da Patrocinadora, contempladas no Custeio Normal estabelecido, assim como de taxa de administração sobre o Recurso Garantidor do Plano de Benefícios.

TABELA nº 9 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Taxa	Valor
Taxa de Carregamento sobre as Contribuições Normais (Participantes e Patrocinadora)	2,95% a.m.
Taxa de Administração sobre RGPB (Recurso Garantidor)	Até 0,09% a.a.

O plano de custeio administrativo do Plano tem vigência a partir 01/01/2026.

9. GESTÃO DO RISCO ATUARIAL

Dentre outras medidas de mitigação dos Riscos Atuariais, destaca-se o resultado da Segunda Opinião da Avaliação Atuarial anual de 2025, realizada pela Rumo Atuarial - Consultoria em Estatística e Atuária, que validou os valores apresentados na Avaliação Atuarial de 2025, concluindo que o Passivo Atuarial representa os compromissos previstos no Plano, que o Plano de Custeio para o exercício de 2026 garante a arrecadação no montante necessário para assegurar o financiamento dos benefícios previstos e os Planos de Equacionamento vigentes, e que não apresentaram ressalvas com recomendação de implementação de Plano de Ação.

10. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Em conformidade com estudo de *Asset Liability Management – ALM* utilizado para elaboração da Política de Investimentos da FUNCEF, para o quinquênio 2026-2030, o REG/REPLAN modalidade Não Saldada, possui capacidade financeira de liquidez para manter títulos de valores mobiliários, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Cabe ressaltar que o regulamento do Plano na modalidade Não Saldada foi alterado no ano de 2025, para adequação aos itens cogentes e obrigatórios da Resolução CNPC nº 50/2022, que tratam dos Institutos, além de atendimento de exigências emitidas pela PREVIC. Referidas alterações foram aprovadas pela PREVIC através da Portaria PREVIC nº 372/2025, publicada no DOU em 30/04/2025, passando a ter vigência a partir desta data.

11. CONCLUSÃO

As Provisões Matemáticas representam a estimativa da necessidade financeira para cobertura das despesas previdenciais futuras, decorrentes dos compromissos assegurados pelo Plano de Benefícios aos Participantes e Assistidos.

As premissas e hipóteses definidas utilizadas para apuração do passivo atuarial do Plano de Benefícios REG/REPLAN, modalidade Não Saldada, bem como as metodologias de cálculo aplicadas, estão em conformidade com os dispositivos regulamentares, com a Nota Técnica Atuarial, com a legislação em vigor e com as melhores práticas atuariais.

A situação econômico-atuarial em 31/12/2025 é de Déficit Técnico Acumulado, apurado a partir do confronto do Patrimônio de Cobertura do Plano com as Provisões Matemáticas, considerando os Planos de Equacionamento dos Déficits de 2015 e 2016.

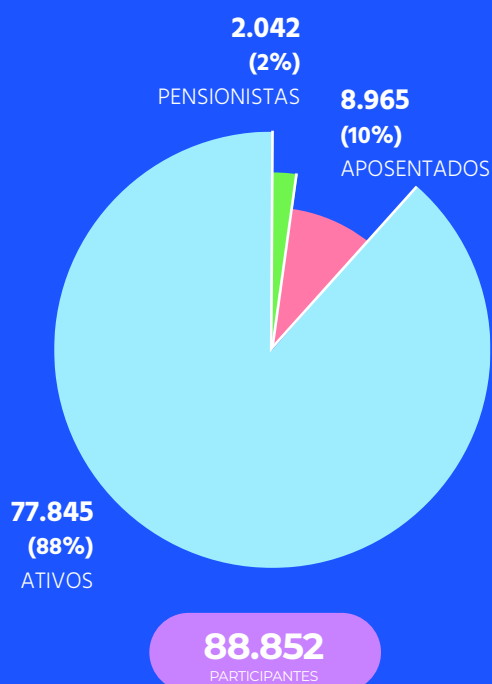
Considerando os Resultados a Realizar, decorrentes do ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o venci-

mento, conforme os normativos vigentes, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano é positivo em R\$ 348.482.160,78, sem indicação de medidas relacionadas a solvência do Plano.

Diante do exposto, considerando o Exigível Atuarial, o Plano de Custeio e as regras de solvência permitidas pela legislação vigente, bem como a função objetivo constante da Política de Investimento da FUNCEF, projeta-se que este Plano de Benefícios não terá insuficiência patrimonial, permanecendo ao longo do tempo em condições de arcar com os compromissos futuros.

Demais considerações pertinentes à Avaliação Atuarial anual processada neste exercício pode ser verificada nas Demonstrações Atuariais disponibilizadas no site da FUNCEF.

NOVO PLANO



RECURSOS GARANTIDORES (R\$ bi)

2024	36,4
2025	43,1



R\$ 2.294,49

Benefício médio



331,7 milhões

de reais em **benefícios pagos**



2,91 bilhões

de reais em **contribuições recebidas**

O Novo Plano CD teve um forte desempenho em 2025, alcançando um retorno de 13,78%, o que equivale a 154% do objetivo.

O resultado representa uma reversão de 2024, em que em que as regras então vigentes de contabilização dos títulos públicos e o cenário desafiador afetaram a rentabilidade.

A grande novidade do ano foi o processo de redução da participação em renda variável de 17,5% para o alvo próximo de 9%, em um cenário em que os títulos públicos de longo prazo apresentam taxas atrativas de retorno sem risco de mercado.

Esse movimento foi realizado durante momentos de alta da Bolsa e da taxa dos títulos que seriam comprados, a partir da sinalização de um indicador construído internamente. O resgate total foi superior a R\$ 3 bilhões, sendo grande parte deste montante a realização de lucros do portfólio de ações.

Os recursos foram inteiramente realocados em títulos públicos de longo prazo atrelados à inflação (NTN-Bs), que fizeram a parcela de renda fixa chegar à casa dos 75%, maior patamar histórico.

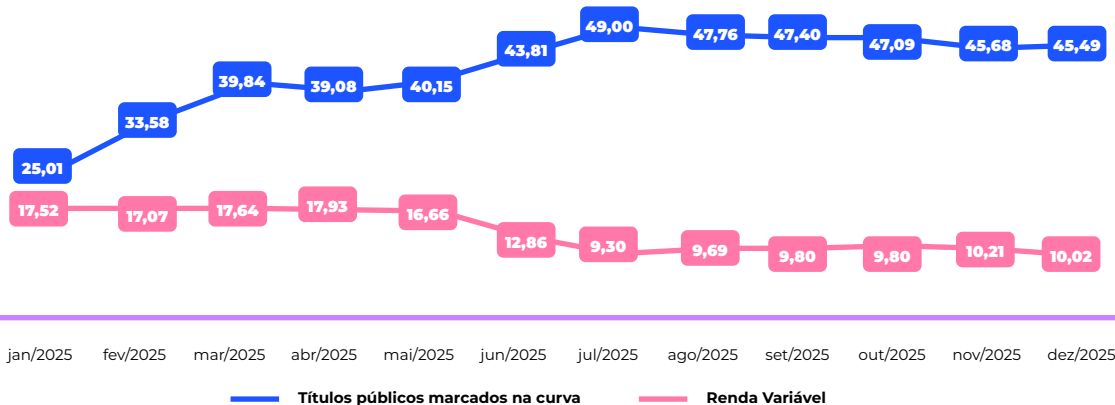
O reposicionamento também envolveu concentração da carteira de ações em companhias consolidadas, de forte geração de caixa e solidez operacional.



13,78%

retorno do Novo Plano CD em 2025

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (%)



Na gestão ativa, a equipe técnica da Fundação analisou fundamentos das empresas para selecionar papéis com potencial de retorno superior ao IBrX 100, índice de referência que acompanha as 100 maiores empresas listadas na Bolsa e encerrou o ano com alta de 33,45%. A estratégia de *stock picking* trouxe ganho excedente de 0,9 ponto percentual.

Ciclo da Taxa de juros

A estratégia para o Novo Plano CD já considera o ciclo de corte da taxa de juros iniciado em 2026.

A premissa foi capturar o máximo de ganho possível em renda fixa. A participação desta classe de ativos deve ser reduzida no futuro quando surgirem oportunidades nas outras 11 classes de investimentos em que a FUNCEF aplicamos do plano.

Outro destaque importante de 2025 foram fundos imobiliários (FIIs), que estão concentrados nos planos CD. O segmento de FIIs registrou o melhor ano desde 2019, superando os 20% de rentabilidade, quase 2,5 vezes maior que o objetivo de retorno.



Em relação aos ativos imobiliários, uma das maiores movimentações de 2025 foi o exercício de direito de preferência para ampliar a participação no Shopping Pátio Paulista, em São Paulo. Nos últimos cinco anos, o retorno médio anual do empreendimento foi de IPCA + 15,50%, desempenho superior ao de títulos públicos de longo prazo.

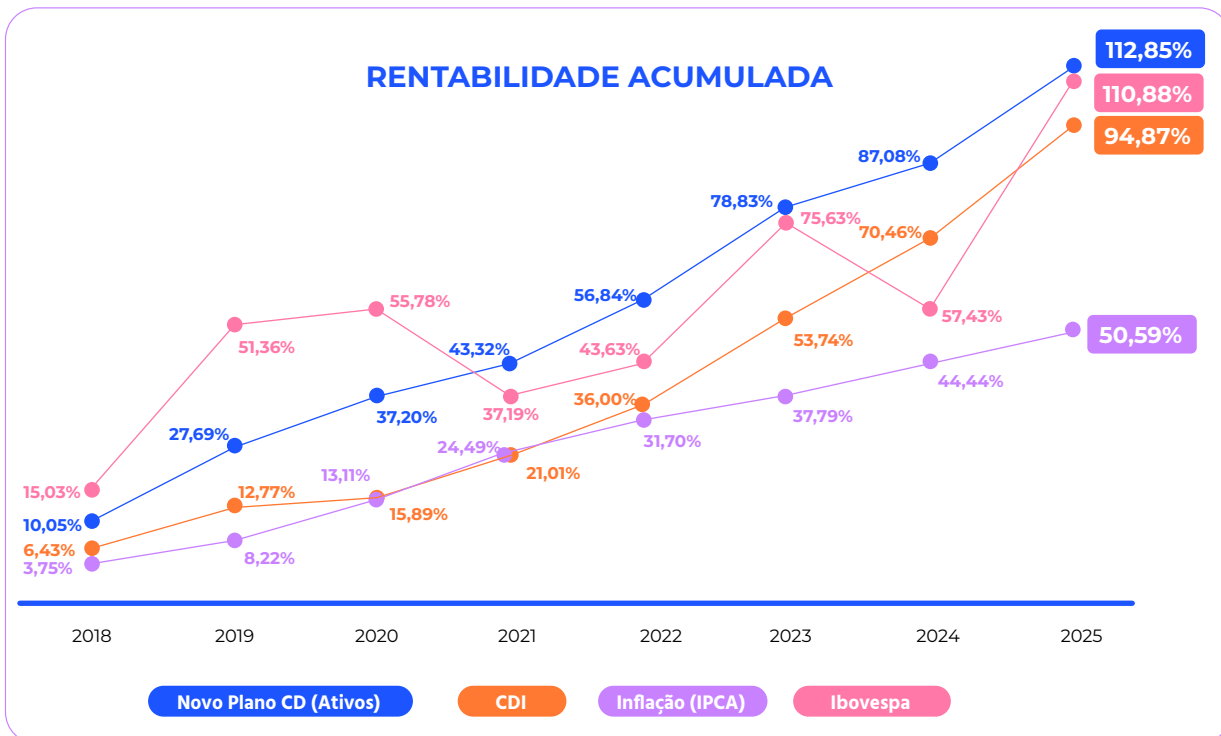
Já os investimentos no exterior, que funcionam como uma proteção da carteira, apresentaram uma boa performance em dólar (+12,7%), superando em 6,7 pontos percentuais o seu índice de referência. O resultado foi afetado pela forte desvalorização da moeda americana no ano (11,43%).

O Novo Plano CD tem entregado resultados consistentes, mesmo em meio a cenários adversos vivenciados em 2020, 2021, 2022 e 2024. O plano supera com folga o CDI, índice de referência para investimentos em renda fixa, e a Bolsa de Valores, como mostra o gráfico a seguir.



12,7%

Rentabilidade dos ativos no exterior em dólar



NOVO PLANO

Inscrição automática

Em 2025, a inscrição automática ficou mais perto de ser implementada no Novo Plano, conforme a Resolução CNPC nº 60/2024. O Conselho de Administração da CAIXA e a SEST aprovaram a proposta de alteração do regulamento do plano, restando apenas o aval da Previc.

A nova regra mantém a adesão convencional, realizada pelo próprio participante, mas cria a inscrição automática aplicável aos novos empregados.

Após a adesão automática, o participante tem até 120 dias para solicitar a desistência ou ajustar os percentuais de contribuição de acordo com a sua realidade. Se não quiser continuar no plano, ele receberá de volta os valores descontados no contracheque em até 60 dias.

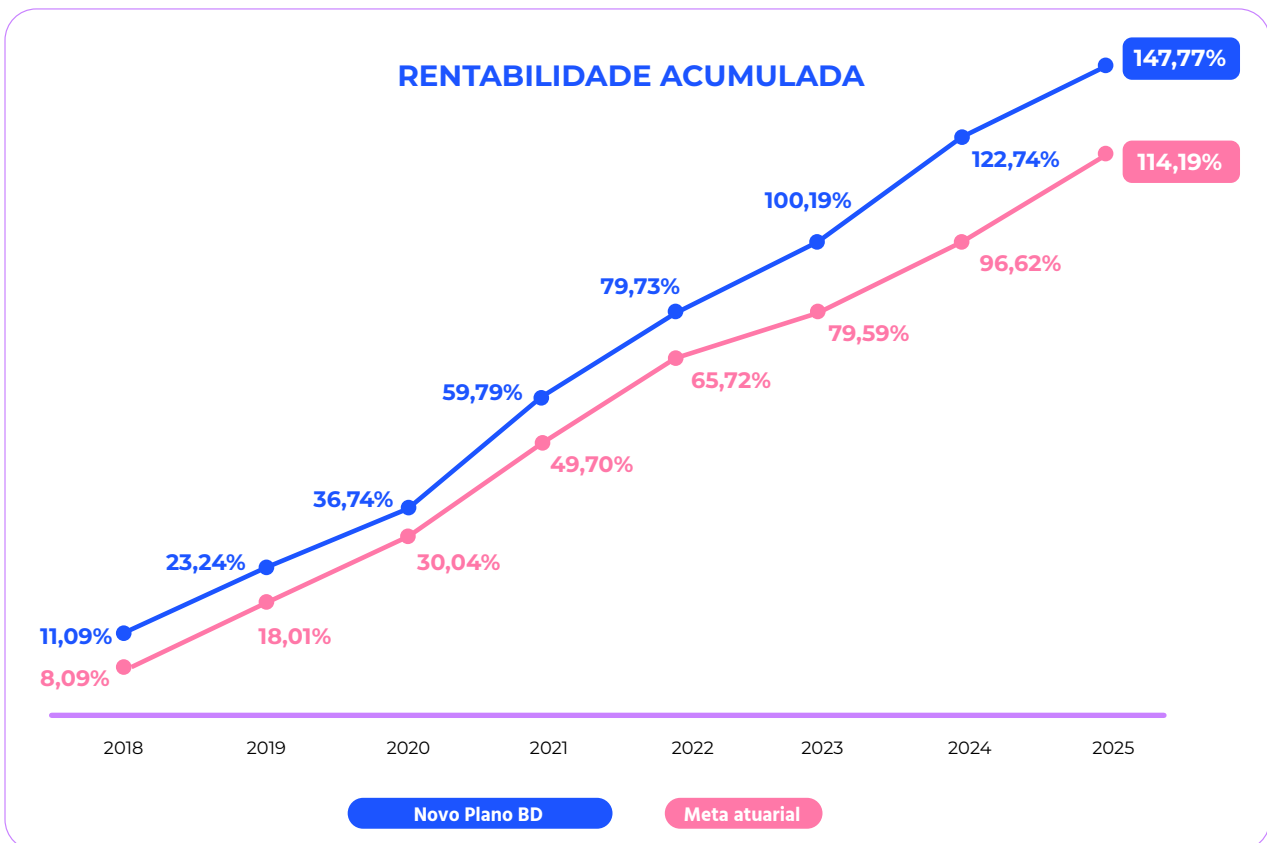


NOVO PLANO BD (ASSISTIDOS)

A FUNCEF segmentou a gestão de investimentos no Novo Plano entre ativos (CD) e assistidos (BD) em 2019. Desde então, o Novo Plano BD apresenta a maior rentabilidade acumulada entre os planos da Fundação (147,77% no período).

Em 2025, o Novo Plano BD alcançou retorno de 11,23%, batendo com folga, mais uma vez a meta atuarial (8,94%).

O resultado se explica pela imunização concluída da carteira, que é formada apenas por títulos públicos e uma parcela mínima de empréstimos aos participantes.



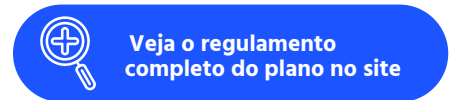
EQUILÍBRIO TÉCNICO

R\$ mil

Descrição	Novo Plano BD(assistidos)
Equilíbrio Técnico Acumulado 2024	109.105
Resultado acumulado 2025	24.892
Equilíbrio Técnico Acumulado 2025	133.997
Superávit em relação às reservas	2,98%
Limite da reserva de contingência	21,00%

Perfil do plano

Segundo maior plano de contribuição variável do país em ativos, o Novo Plano foi criado em 2006, sendo a única opção para os novos empregados da CAIXA, que podem aderir a qualquer momento. O plano recebe ainda ex-empregados da CAIXA que estejam na FUNCEF como autopatrocinados nos planos REG/Replan ou REB.



PRINCIPAIS REGRAS DO NOVO PLANO

Elegibilidade ao benefício pleno	Idade mínima: 48 anos para mulheres e 53 anos para homens Tempo de contribuição: 10 anos Rescisão com a patrocinadora
Benefícios	Benefício programado: aposentadoria vitalícia baseada no saldo acumulado. A reserva aumenta conforme as contribuições feitas ao plano Benefícios de risco: proteção financeira em caso de pensão ou morte 2,5 vezes a aposentadoria FUNCEF + benefício INSS no caso de assistido 2,5 vezes a média do salário de participação para ativos Eventual pecúlio por morte recebido em outro plano administrado pela FUNCEF será descontado do valor a receber
Dependentes*	Cônjuge, companheiro(a), filhos ou enteados menores de 24 anos ou inválidos Pais Irmãos menores de 24 anos ou inválidos
Contribuições e limites	% de contribuição do participante: mínimo de 5% do salário % de contribuição da patrocinadora: igual ao do participante, limitado ao teto de 12%

*São considerados dependentes apenas aqueles cadastrados no plano. Dependentes de classes anteriores excluem os das classes seguintes.

NOVO PLANO

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS EM 2025 (%)

NOVO PLANO CD

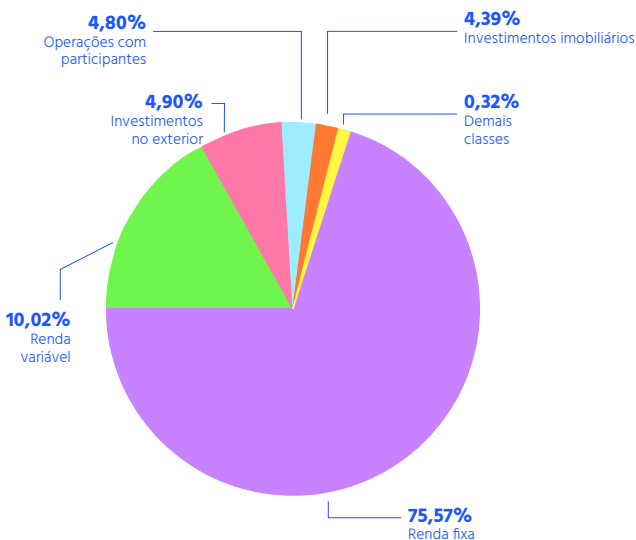
RENTABILIDADE (%)



RENTABILIDADE POR CLASSE DE INVESTIMENTO (%)



ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (%)



NOVO PLANO

NOVO PLANO BD

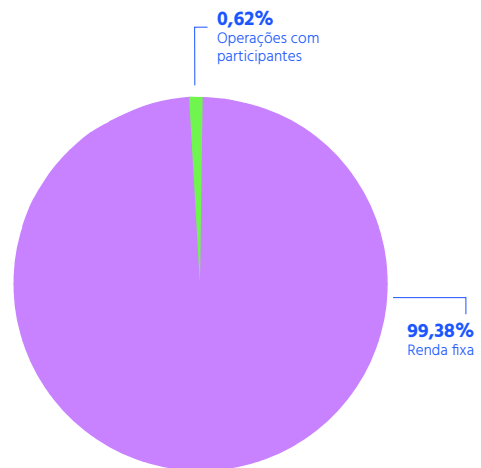
RENTABILIDADE (%)



RENTABILIDADE POR CLASSE DE INVESTIMENTO (%)



ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (%)



Demonstrações dos Investimentos

NOVO PLANO CD

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	28.774.500.824,06	75,01611%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	(77,51)	0,00000%
Fundos de Investimentos	28.774.500.901,57	75,01611%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	3.816.775.987,74	9,95047%
Ações	230.877.598,80	0,60191%
Fundos de Investimentos	3.585.898.388,94	9,34856%
Estruturado	184.755.837,96	0,48166%
Fundos de Investimentos	184.755.837,96	0,48166%
Imobiliário	1.671.142.782,70	4,35673%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	1.397.547.763,13	3,64345%
Imóveis	273.595.019,57	0,71327%
Investimento no Exterior	1.866.213.333,14	4,86528%
Operações com Participantes	2.022.357.741,43	5,27236%
Disponível	1.120.716,73	0,00292%
Outros	24.840.462,20	0,06476%
Contencioso de Investimentos	-3.943.741,61	-0,01028%
Total RGPB Novo Plano	38.357.763.944,35	95,13472%

Fonte: GECON - Balancete

NOVO PLANO BD

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	4.681.291.780,10	99,30827%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	4.681.291.780,10	99,30827%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	-	0,00000%
Ações	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	-	0,00000%
Estruturado	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	-	0,00000%
Imobiliário	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	-	0,00000%
Imóveis	-	0,00000%
Investimento no Exterior	-	0,00000%
Operações com Participantes	32.762.296,09	0,69501%
Disponível	4.858,15	0,00010%
Outros	-5.673,41	-0,00012%
Contencioso de Investimentos	-153.941,94	-0,00327%
Total RGPB Novo Plano Assistido	4.713.899.318,99	100,00000%

Fonte: GECON - Balancete

NOVO PLANO CONSOLIDADO

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	33.455.792.604,16	77,67472%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	(77,51)	0,00000%
Fundos de Investimentos	33.455.792.681,67	77,67472%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	3.816.775.987,74	8,86145%
Ações	230.877.598,80	0,53603%
Fundos de Investimentos	3.585.898.388,94	8,32542%
Estruturado	184.755.837,96	0,42895%
Fundos de Investimentos	184.755.837,96	0,42895%
Imobiliário	1.671.142.782,70	3,87991%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	1.397.547.763,13	3,24470%
Imóveis	273.595.019,57	0,63521%
Investimento no Exterior	1.866.213.333,14	4,33281%
Operações com Participantes	2.055.120.037,52	4,77140%
Disponível	1.125.574,88	0,00261%
Outros	24.834.788,79	0,05766%
Contencioso de Investimentos	-4.097.683,55	-0,00951%
Total RGPB Consolidado Novo Plano	43.071.663.263,34	95,66719%

Fonte: GECON - Balancete

Relação de Gestores Terceirizados por Plano de Benefício

NOVO PLANO CD

Total Recursos Garantidores -----					38.357.763.944,35
Nº GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES	
1	2B CAPITAL S.A	07.063.675/0001-29	12.287.738,69	0,4055%	0,0320%
2	ALASKA INVESTIMENTOS LTDA	11.752.203/0001-50	67.133.191,91	2,2155%	0,1750%
3	ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS LTDA	05.597.435/0002-60	131.972,55	0,0044%	0,0003%
4	AZ QUEST MZK INVESTIMENTOS MACRO E CRÉDITO LTDA	21.676.427/0001-84	140.223.770,65	4,6277%	0,3656%
5	BANCO SCHAIN S.A	50.585.090/0001-06	1.688,10	0,0001%	0,0000%
6	BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	30.822.936/0001-69	34.637.043,69	1,1431%	0,0903%
7	BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	62.375.134/0001-44	19.325,86	0,0006%	0,0001%
8	BRZ INVESTIMENTOS LTDA	02.888.152/0001-06	9.895.254,02	0,3266%	0,0258%
9	CAIXA DTVM S.A.	42.040.639/0001-40	8.771.423,07	0,2895%	0,0229%
10	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	3.692.996,76	0,1219%	0,0096%
11	CAPITÂNIA INVEST S.A.	04.274.010/0001-76	403.948.113,33	13,3312%	1,0531%
12	COIN DTVM LTDA	61.384.004/0001-05	18.467,85	0,0006%	0,0000%
13	CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS LTDA	10.626.543/0001-72	85.075.215,35	2,8077%	0,2218%
14	DGF INVESTIMENTOS GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04.557.602/0001-03	252.590,94	0,0083%	0,0007%
15	FINHEALTH GESTÃO DE RECURSOS S.A	11.081.121/0001-21	9.364.369,95	0,3090%	0,0244%
16	GENIAL GESTÃO LTDA.	22.119.959/0001-83	-591.576,51	-0,0195%	-0,0015%
17	GENOA CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	28.790.669/0001-92	44.622.891,29	1,4727%	0,1163%
18	GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA	07.078.144/0001-00	125.349.761,54	4,1368%	0,3268%
19	INTEGRAL INVESTIMENTOS LTDA	06.576.569/0001-86	36.611.505,38	1,2083%	0,0954%
20	JGP GESTÃO DE CREDITO LTDA	13.189.882/0001-27	140.352.503,94	4,6319%	0,3659%
21	KADIMA GESTAO DE INVESTIMENTOS LTDA	08.792.073/0001-75	102.654.729,96	3,3878%	0,2676%
22	KAPITALO CICLO GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA	20.429.285/0001-98	44.742.608,54	1,4766%	0,1166%

Total Recursos Garantidores -----					38.357.763.944,35
Nº GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES	
23	KINEA INVESTIMENTOS LTDA	08.604.187/0001-44	277.535.886,77	9,1593%	0,7235%
24	KINEA PRIVATE EQUITY INVESTIMENTOS S.A	04.661.817/0001-61	6.113.220,82	0,2017%	0,0159%
25	MANTIQ INVESTIMENTOS LTDA	13.183.720/0001-81	9.327,12	0,0003%	0,0000%
26	MATTERHORN INFRAESTRUTURA GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA	07.396.813/0001-91	26.927.651,56	0,8887%	0,0702%
27	MULTIPLICA CAPITAL ASSET MANAGEMENT LTDA	07.252.227/0001-73	138.960.770,74	4,5860%	0,3623%
28	OCCAM BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	27.916.161/0001-86	356.308.712,90	11,7590%	0,9289%
29	ÓRIA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	22.067.585/0001-08	15.301.716,74	0,5050%	0,0399%
30	PÁTRIA - VBI ASSET MANAGEMENT LTDA	38.300.262/0001-44	3.273.748,53	0,1080%	0,0085%
31	PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.	12.461.756/0001-17	5.369.616,78	0,1772%	0,0140%
32	POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	05.451.668/0001-79	-22.560,42	-0,0007%	-0,0001%
33	PRINCIPAL ASSET MANAGEMENT LTDA	03.987.891/0001-00	93.443.774,63	3,0839%	0,2436%
34	RPS CAPITAL ADM DE RECURSOS LTDA	17.839.284/0001-07	60.581.636,99	1,9993%	0,1579%
35	SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA	62.180.047/0001-31	301.403.842,10	9,9470%	0,7858%
36	SOLIS INVESTIMENTOS LTDA	17.254.708/0001-71	71.314.685,22	2,3535%	0,1859%
37	SPX PRIVATE EQUITY GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	10.632.282/0001-01	11.243.322,94	0,3711%	0,0293%
38	TREK INVESTIMENTOS LTDA	09.240.891/0001-28	2.147.065,24	0,0709%	0,0056%
39	TRX GESTORA DE RECURSOS LTDA	13.362.610/0001-87	1.407.437,02	0,0464%	0,0037%
40	VINCI CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	11.079.478/0001-75	2.063.744,05	0,0681%	0,0054%
41	VINCI EQUITIES GESTORES DE RECURSOS LTDA	10.917.835/0001-64	109.032.553,37	3,5983%	0,2843%
42	VINCI GGN GESTÃO DE RECURSOS LTDA	20.052.540/0001-26	-2.635,32	-0,0001%	0,0000%
43	VOKIN ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA	14.142.853/0001-72	99.296.565,11	3,2770%	0,2589%
44	WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY DTVM LIMITADA	07.437.241/0001-41	61.768.702,38	2,0385%	0,1610%
45	XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA	07.625.200/0001-89	117.423.807,40	3,8752%	0,3061%
TOTAL DE INVESTIMENTOS			3.030.098.179,53	100,0000%	7,8996%

Fonte: GECON/COCIP

OBS: A relação de gestores considera os dados constantes nos regulamentos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NOVO PLANO BD

Total Recursos Garantidores -----					4.713.899.318,99
Nº GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES	
1		NÃO HÁ FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE GESTÃO TERCEIRIZADA PARA ESTE PLANO DE BENEFÍCIO.			

Fonte: GECON/COICP

ENQUADRAMENTO - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DEZEMBRO/2025 - NOVO PLANO CONSOLIDADO

SEGMENTO DE INVESTIMENTO	REALIZADO R\$	PARTICIPAÇÃO (%)	MÍNIMO	MÁXIMO	META	SITUAÇÃO
RENDA FIXA	33.577.969.314,06	77,96%	43,90%	100,00%	83,91%	NORMAL
RENDA VARIÁVEL	3.925.893.193,60	9,11%	8,14%	29,66%	13,29%	NORMAL
IMÓVEIS	1.447.947.857,41	3,36%	2,60%	16,10%	4,35%	NORMAL
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.052.530.065,86	4,77%	0,00%	5,70%	2,51%	NORMAL
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	88.349.272,58	0,21%	0,00%	4,96%	2,87%	NORMAL
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	1.856.630.820,02	4,31%	3,52%	10,00%	6,64%	NORMAL
ITENS SEM CLASSIFICAÇÃO NA RESOLUÇÃO CMN N.4.994/2022	122.342.739,81	0,28%	0,00%	0,00%	0,00%	N/A
RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIO - RGPB	43.071.663.263,34					

Fonte: GECON/COICP

PARECER ATUARIAL

1. OBJETIVO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, apresentamos o Parecer Técnico-Atuarial, posicionado em 31/12/2025, do **Plano de Benefícios NOVO PLANO**, patrocinado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA e administrado pela Fundação dos Economizadores Federais – FUNCEF, em face da avaliação atuarial anual, pertinente ao exercício de 2025.

2. BASE CADASTRAL

A data-base dos dados utilizados na avaliação está posicionada 31/12/2025, sendo que as informações cadastrais foram submetidas a testes e críticas de consistência, e, após sofrerem os ajustes necessários, foram consideradas satisfatórias.

3. MODALIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios NOVO PLANO está estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV, conforme disposto no art. 4º da Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021.

4. HIPÓTESES E PARÂMETROS

As hipóteses e premissas atuariais são utilizadas nas avaliações como forma de estimar efeitos de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira, no longo prazo.

A aderência das hipóteses e premissas é monitorada anualmente por intermédio de estudos que verificam se as ocorrências efetivamente observadas em cada evento, sejam decorrentes de morte, invalidez, rotatividade, estão de acordo com as ocorrências esperadas, visando identificar aquelas que melhor se adéquam às características da população do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais foram aprovadas pela Diretoria Executiva - DE e Conselho Deliberativo - CD, com parecer favorável do Conselho Fiscal - CF, embasadas nos estudos técnicos realizados pelo Atuário do Plano e por consultoria atuarial externa.

Dentre as hipóteses e demais parâmetros utilizados, destacam-se aquelas que sofreram alterações: Composição familiar e Entrada em Aposentadoria.

As hipóteses aplicáveis ao Passivo Atuarial do NOVO PLANO, são:

TABELA nº 1 – HIPÓTESES E PREMISSAS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

HIPÓTESE E PREMISSAS	VALOR
Hipóteses Biométricas	
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 suavizada em 20%, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO 58, segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca
Tábua de Mortalidade RGPS	Tábua vigente no RGPS/INSS
Hipóteses Econômicas e Financeiras	
Taxa Real Anual de Juros	4,85%
Indexador do plano	INPC
Projeção do Crescimento Real de Salários	2,82% a.a.

HIPÓTESE E PREMISSAS	VALOR
Projeção do Crescimento Real de Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> • Benefícios: Não Aplicável • Rubricas judiciais com reajuste por Acordo Coletivo CAIXA1: 0,35% a.a.
Projeção do Crescimento Real de Benefícios do RGPS	Não aplicável
Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo	98%
Fator de determinação do valor real dos benefícios do RGPS ao longo do tempo	98%
Hipóteses Demográficas	
Rotatividade	Rotatividade NOVO PLANO Exp. FUNCEF: 2014-2023_IV2024
Entrada em Aposentadoria Programada	Experiência Entrada NOVO PLANO Exp. FUNCEF:2020-2024_IV2025 (M&F)
Composição familiar para o cálculo das pensões	<ul style="list-style-type: none"> • Para Participantes e para os aposentados com informação cadastral de casado sem informação de cônjuge: Tábua Experiência Composição Familiar PlanosCV_Exp. FUNCEF IV 2025. • Assistidos e beneficiários de pensão: Utilizam-se as informações dos dependentes constantes no cadastro.
Outros Parâmetros utilizados no Cálculo Atuarial	
Novos Entrados	Não Aplicável
Fator de Pecúlio	9,21
Teto do RGPS para Contribuição e para Benefício Previdenciário	R\$ 8.475,55
Média dos Tetos de Contribuição do RGPS	R\$ 7.698,57

HIPÓTESE E PREMISSAS	VALOR
Média dos 80% maiores Tetos de Contribuição do INSS	R\$ 8.037,49
Salário-Mínimo	R\$ 1.621,00
Maioridade dos pensionistas e dependentes temporários	24 anos
Idade de Entrada em serviço no RGPS	18 anos
Proporção de Aposentadorias por Invalidez decorrentes de Acidente de Trabalho, Doenças Profissionais ou Doenças do Trabalho (<i>PropAct</i>)	20%

¹A aplicação da hipótese de crescimento real anual dos benefícios às rubricas judiciais depende da existência de tais categorias na base de dados, de gestão da Coordenação das Demandas Judiciais Previdenciárias - CO-DEP da FUNCEF, em que a parcela judicial é incorporada ao benefício e reajustada conjuntamente com ele, conforme indexador do plano, salvo se descrito ao contrário na sentença.

5. MÉTODO ATUARIAL E REGIME FINANCEIROS

O Regime Financeiro utilizado é o de Capitalização para os Benefícios Programados, utilizando-se o Método Atuarial de Capitalização Financeira, e o de Repartição de Capitais de Cobertura para os Benefícios de Risco.

6. PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS PREVIDENCIAIS

Foi apurado o somatório das Provisões Matemáticas do Plano, posicionado em 31/12/2025, conforme apresentado a seguir:

TABELA nº 2 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

Em R\$

Provisões Matemáticas (=)	42.320.397.502,72
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	4.494.839.683,70
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	37.825.557.819,02

O exigível atuarial também é constituído pelos Fundos Previdenciais: Fundo para Garantia dos Benefícios de Risco e Fundo para Revisão de Benefícios.

O Fundo para Garantia dos Benefícios de Risco, no montante de R\$ 322.575.201,81, é destinado à complementação das reservas matemáticas dos eventos de pensão por morte, de invalidez e do pecúlio por morte, quando o saldo de conta individual for insuficiente para a cobertura do benefício previsto em regulamento.

E, do Fundo para Revisão de Benefício, destaca-se a constituição neste exercício do valor de R\$ 47.216.723,81, a partir de recursos equivalentes à metade do excedente da rentabilidade anual, acima da taxa mínima atuarial do patrimônio do Plano (Meta Atuarial), em face da situação de superávit detectada. Citado fundo apresenta, em 31/12/2025, o saldo de R\$ R\$ 76.855.880,87. Sua utilização dar-se-á juntamente com a reserva especial do Plano, quando houver, e se dará sempre que o valor acumulado for suficiente para reajustar os benefícios em, no mínimo, 1%, após a apuração do resultado do exercício, momento em que o montante do Fundo equivalente ao incremento do benefício será revertido para a cobertura da respectiva provisão matemática.

7. RESULTADO DO PLANO

Confrontando-se o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano com as Provisões Matemáticas, demonstra-se a seguir o valor do resultado do Plano no exercício de 2025:

TABELA nº 3 – RESULTADO DO PLANO

	Em R\$
Patrimônio de Cobertura	42.454.394.486,17
Provisões Matemáticas	42.320.397.502,72
(Déficit)/ Superavit (2,98% das Provisões Matemáticas BD)	133.996.983,45
Resultado do Exercício Atual	24.892.235,62

Conforme se observa na tabela anterior, o resultado do exercício de 2025 foi positivo em R\$ 24.892.235,62, tendo sido o resultado influenciado pelos fatores abaixo elencados:

- a. Performance positiva dos investimentos atrelados à parte BD do Plano, que se mostrou superior à Meta Atuarial (rentabilidade líquida efetiva de 11,14% com a Meta Atuarial de 8,94%), em que se verifica uma variação a maior de 2,02%, ou o equivalente a 2,20 pontos percentuais;
- b. Incremento dos ganhos da rentabilidade dado o fato de os investimentos partirem de um saldo maior em 31/12/2024 que o valor do passivo previdenciário, ou seja, superavitário;

Em contrapartida, o ganho acima indicada foi minimizado pelas perdas atuariais abaixo apresentadas:

- a. Evolução das Provisões Matemáticas do Plano no exercício de 2025 se mostrou 0,58% acima da Meta Atuarial, ou o equivalente a 0,63 pontos percentuais, já considerando as alterações de hipóteses atuariais processadas no exercício e as rubricas judiciais iniciadas no exercício; e

- b. Aumento do Exigível Contingencial, na ordem de 70%, comparativamente ao valor contabilizado em dezembro/2024.

Considerando a legislação vigente, o superavit será destinado integralmente à constituição de Reserva de Contingência, de acordo com a Resolução CNPC nº 30/2018, conforme demonstrado a seguir.

TABELA nº 4 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO

Em R\$

Superavit Acumulado (2,98% das Provisões Matemáticas BD)	133.996.983,45
Margem Legal para Reserva de Contingência (20,84% das PMBC-BD)	937.043.723,70
Reserva de Contingência	133.996.983,45
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00

Cumprido destacar que o Plano apresentou Resultado a Realizar positivo decorrente do ajuste de precificação, no valor de R\$ 569.750.976,00, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, cujos valores foram mensurados pela Coordenação de Controle de Investimentos e Precificação - COCIP, utilizando o sistema Venturo da PREVIC. Em que pese o resultado superavitário do Plano ter registro da integralidade de seu superavit em Reserva de Contingência, e mesmo que parte fosse destinado à Reserva Especial, o referido Resultado a Realizar positivo não poderia ser considerado para fins de sua destinação/utilização, conforme legislação vigente.

8. CUSTO E PLANO DE CUSTEIO

8.1 Custeio Normal

O Plano de Custeio definido para o exercício de 2026 deverá entrar em vigor a partir do dia 01^o de abril de 2026 e está apresentado nas tabelas a seguir, onde constam as taxas médias de contribuição de participantes e patrocinadora:

TABELA n^o 5 – PLANO DE CUSTEIO INDICADO

Contribuição do Participante	
Benefícios Não Programados ¹	0,00%
Despesas Administrativas	0,28%
Contribuição Normal	9,13%
Total da Contribuição do Participante²	9,41%
Contribuição da Patrocinadora	
Benefícios Não Programados ¹	0,81%
Despesas Administrativas	0,28%
Contribuição Normal	8,32%
Total da Contribuição da Patrocinadora^{2,3}	9,41%

¹ O custeio dos benefícios não programados (risco) é de responsabilidade única da patrocinadora, cuja alíquota de 0,81% é aplicável sobre o salário de participação.

² A contribuição normal é de escolha do participante, não podendo ser inferior a 5% do salário de participação, conforme as regras constantes do Regulamento do Plano. A alíquota média apresentada é meramente representativa dos percentuais individuais escolhidos pelos participantes.

³ A contribuição da Patrocinadora neste Plano é idêntica ao somatório das contribuições dos participantes ativos, respeitando-se o princípio da paridade contributiva, e será de, no máximo, 12% do total da folha de salários de participação, não podendo, em hipótese alguma, exceder ao total das contribuições dos participantes, conforme disposto no §1^o do Art. 6^o, da Lei complementar 108/01. A alíquota média apresentada é meramente representativa dos percentuais individuais escolhidos pelos participantes, limitada à citada alíquota máxima regulamentar.

8.2 Custeio administrativo

O custeio administrativo do plano será constituído por meio de taxa de carregamento sobre as contribuições normais de responsabilidade dos participantes e da patrocinadora, taxa de carregamento de responsabilidade dos assistidos e patrocinadora incidente sobre os benefícios, assim como Taxa de Administração sobre o Recurso Garantidor do Plano de Benefícios.

TABELA nº 6 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Taxa	Valor
Taxa de Carregamento sobre contribuições	2,95% a.m.
Taxa de Carregamento sobre benefícios - Total	1,10% a.m.
Responsabilidade da Patrocinadora	0,55% a.m.
Responsabilidade dos Assistidos	0,55% a.m.
Taxa de Administração	Até 0,09% a.a.

O plano de custeio administrativo do Plano tem vigência a partir 01/01/2026.

9. GESTÃO DE RISCO ATUARIAL

Dentre outras medidas de mitigação dos Riscos Atuariais, destaca-se o resultado da Segunda Opinião da Avaliação Atuarial anual de 2025, realizada pela Rumo Atuarial - Consultoria em Estatística e Atuária, que validou os valores apresentados na Avaliação Atuarial de 2025, concluindo que o Passivo Atuarial representa os compromissos previstos no Plano, que o Plano de Custeio para o exercício de 2026 garante a arrecadação no montante necessário para assegurar o financiamento dos benefícios previstos, e que não apresentaram ressalvas com recomendação de implementação de Plano de Ação.

10. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Em conformidade com estudo de *Asset Liability Management* – ALM utilizado para elaboração da Política de Investimentos da FUNCEF, para o quinquênio 2026-2030, o NOVO PLANO possui capacidade financeira de liquidez para manter títulos de valores mobiliários, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

O montante acumulado nos saldos de conta dos Participantes obteve rentabilidade de 13,66%, no período de janeiro a dezembro de 2025, a qual foi integralmente revertida através da valorização da cota do Plano de Benefícios.

Encontra-se em desenvolvimento a estratégia previdenciária relacionada à Incorporação do Plano REB ao NOVO PLANO, que se encontra aprovada pelos órgãos colegiados da FUNCEF, da CAIXA e de seu órgão de controle (SEST), e atualmente está para apreciação e aprovação da PREVIC.

11. CONCLUSÃO

As Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais representam a estimativa da necessidade financeira para cobertura das despesas previdenciais futuras, decorrentes dos compromissos assegurados pelo Plano de Benefícios aos Participantes e Assistidos.

As premissas e hipóteses definidas utilizadas para apuração do passivo atuarial do Plano de Benefícios NOVO PLANO, bem como as metodologias de cálculo aplicadas, estão em conformidade com os dispositivos regulamentares, com a Nota Técnica Atuarial, com a legislação em vigor e com as melhores práticas atuariais.

A situação econômico-atuarial do Plano, em 31/12/2025, encontra-se em Superávit Técnico, apurado a partir do confronto do Patrimônio de Cobertura do Plano com as Provisões Matemáticas, o qual foi destinado integralmente à constituição de Reserva de Contingência, de acordo com a Resolução CNPC nº 30/2018.

Diante do exposto, considerando o Exigível Atuarial, o Plano de Custeio e as regras de solvência permitidas pela legislação vigente, bem como a função objetivo constante da Política de Investimento da FUNCEF, projeta-se que este Plano de Benefícios não terá insuficiência patrimonial, permanecendo ao longo do tempo em condições de arcar com os compromissos futuros.

Demais considerações pertinentes à Avaliação Atuarial anual processada neste exercício pode ser verificada nas Demonstrações Atuariais disponibilizadas no site da FUNCEF.

REB



RECURSOS GARANTIDORES (R\$ bi)



R\$ 3.830,66

Benefício médio



69,3 milhões

de reais em **benefícios pagos**



161,2 milhões

de reais em **contribuições recebidas**

Aberto atualmente apenas a empregados da FUNCEF, o REB CD está em fase de acumulação de recursos. Em 2026, o volume de contribuições chegou a R\$ 161,2 milhões, enquanto o pagamento de benefícios somou R\$ 69,3 milhões.

O REB teve o melhor desempenho entre os planos da Fundação em 2025, com ganhos de 14,13%, o que equivale a 158% do objetivo de retorno.

O resultado representa uma reversão de 2024, em que em que as regras então vigentes de contabilização dos títulos públicos e o cenário desafiador afetaram a rentabilidade.

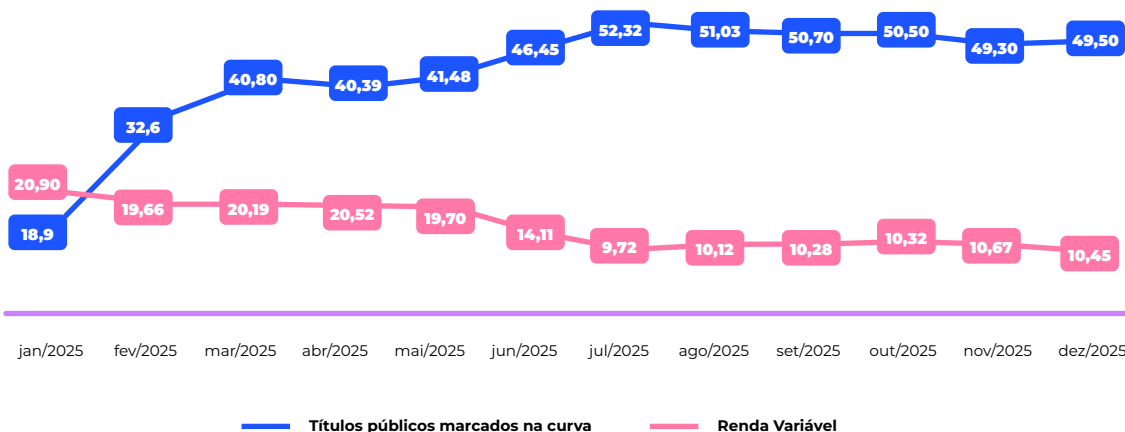
Por se tratar de um plano jovem, com 80% dos seus participantes em fase de acumulação de recursos, o REB tem mais flexibilidade para buscar retornos maiores no longo prazo. Isso faz com que a carteira dos participantes ativos (REB CD) detenha a maior exposição à renda variável entre os planos da Fundação.



14,13%

Rentabilidade do REB CD em 2025

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (%)



Em 2025, a FUNCEF aproveitou momentos de forte alta da Bolsa para realizar lucros nos em janelas de oportunidade em que as taxas de retorno dos títulos públicos de longo prazo (NTN-Bs) também estivessem vantajosas.

O resgate total foi superior a R\$ 3 bilhões no portfólio de ações dos planos CD. Esse processo fez com que a participação em renda variável do REB CD saísse de 19,5% para o alvo próximo de 9%, em um cenário em que os títulos públicos de longo prazo apresentam taxas atrativas de retorno sem risco de mercado.

O reposicionamento também envolveu concentração da carteira de ações em companhias consolidadas, de forte geração de caixa e solidez operacional.

Na gestão ativa, a equipe técnica da Fundação analisou fundamentos das empresas para selecionar papéis com potencial de retorno superior ao IBrX 100, índice de referência que acompanha as 100 maiores empresas listadas na Bolsa e encerrou o ano com alta de 33,45%. A estratégia de *stock picking* trouxe ganho excedente de 0,9 ponto percentual.



34,25%

Retorno
da carteira
de ações



Ciclo da Taxa de juros

A estratégia para o REB CD já considera o ciclo de corte da taxa de juros iniciado em 2026.

A premissa foi capturar o máximo de ganho possível em renda fixa. A participação desta classe de ativos deve ser reduzida no futuro quando surgirem oportunidades nas outras 11 classes de investimentos em que a FUNCEF aplicamos do plano.

Outro destaque importante de 2025 foram fundos imobiliários (FIIs), que estão concentrados nos planos CD. O segmento de FIIs registrou o melhor ano desde 2019, superando os 20% de rentabilidade, quase 2,5 vezes maior que o objetivo de retorno.



Em relação aos ativos imobiliários, uma das maiores movimentações de 2025 foi o exercício de direito de preferência para ampliar a participação no Shopping Pátio Paulista, em São Paulo. Nos últimos cinco anos, o retorno médio anual do empreendimento foi de IPCA + 15,50%, desempenho superior ao de títulos públicos de longo prazo.

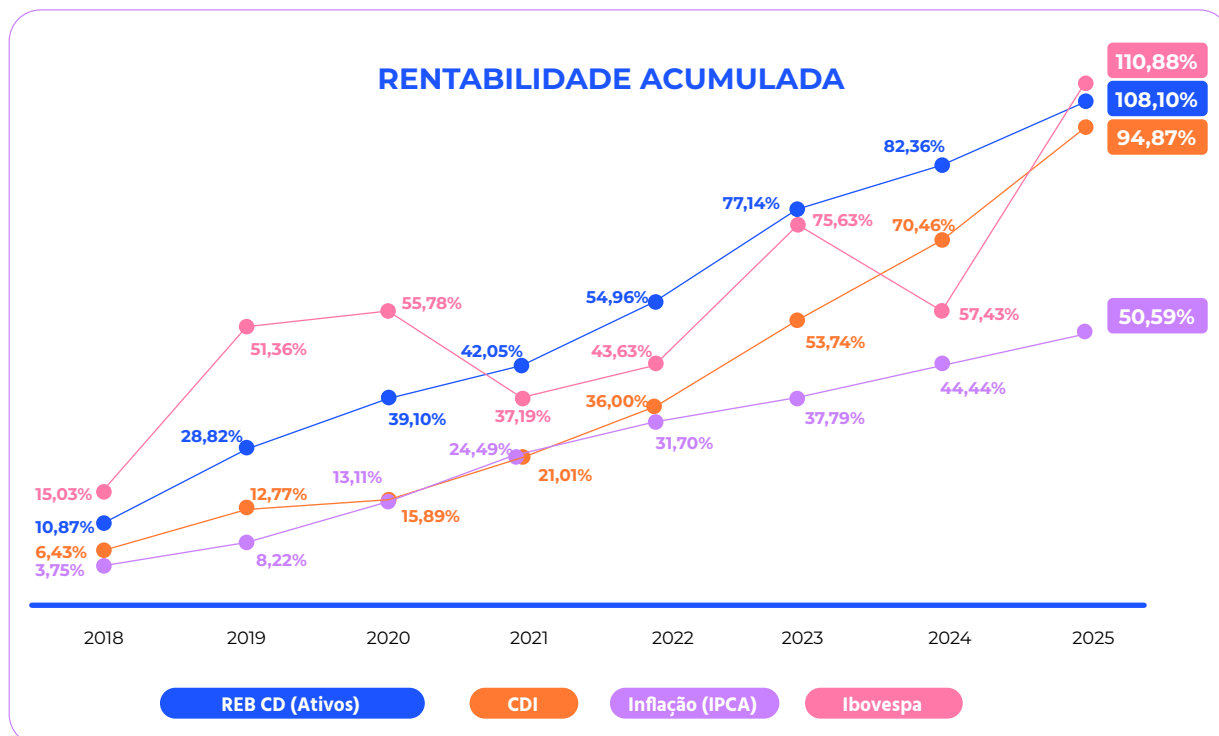
Já os investimentos no exterior, que funcionam como uma proteção da carteira, apresentaram uma boa performance em dólar (+12,7%), superando em 6,7 pontos percentuais o seu índice de referência. O resultado foi afetado pela forte desvalorização da moeda americana no ano (11,43%).

O REB CD tem entregado resultados consistentes, mesmo em meio a cenários adversos vivenciados em 2020, 2021, 2022 e 2024. O plano supera com folga o CDI, índice de referência para investimentos em renda fixa, e a Bolsa de Valores, como mostra o gráfico a seguir.



12,7%

Rentabilidade dos ativos no exterior em dólar

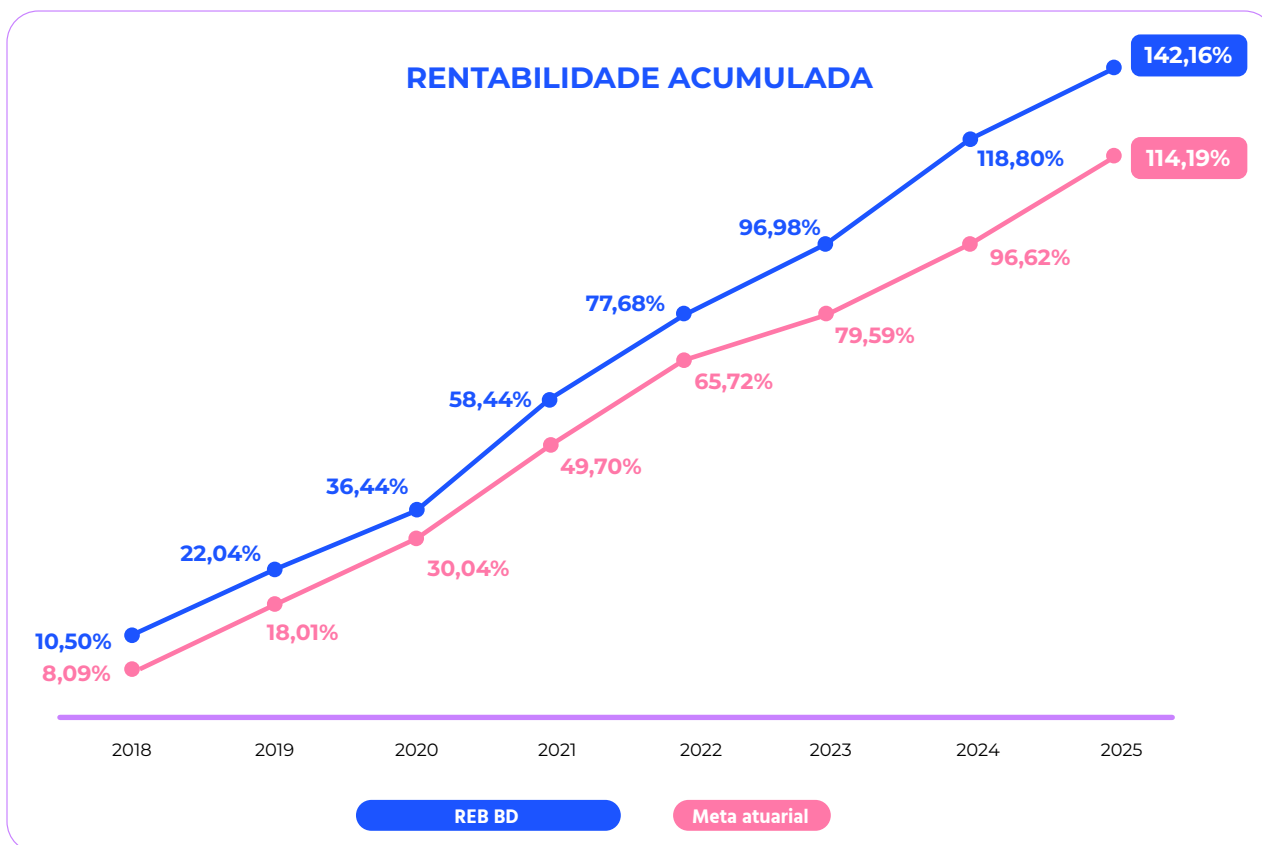


REB BD (assistidos)

A FUNCEF segmentou a gestão de investimentos no REB entre ativos (CD) e assistidos (BD) em 2019. Desde então, o REB BD apresenta a segunda maior rentabilidade acumulada entre os planos da Fundação (142,16% no período).

Em 2025, o REB BD alcançou retorno de 10,68%, batendo com folga, mais uma vez a meta atuarial (8,94%).

O resultado se explica pela imunização concluída da carteira, que é formada apenas por títulos públicos e uma parcela mínima de empréstimos aos participantes.



EQUILÍBRIO TÉCNICO REB BD

R\$ mil

Descrição	REB BD(assistidos)
Equilíbrio Técnico Acumulado 2024	240.001
Resultado acumulado 2025	50.985
Equilíbrio Técnico Acumulado 2025	290.986
Superávit em relação às reservas	34,36%
Limite da reserva de contingência	19,90%

Incorporação ao Novo Plano

A incorporação do REB ao Novo Plano depende apenas da aprovação da Previc, órgão fiscalizador dos fundos de pensão.

A proposta da FUNCEF foi aprovada pela SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), órgão de controle da patrocinadora, em dezembro de 2025. Quando todas as aprovações forem obtidas, o Conselho Deliberativo da Fundação irá definir o prazo para que a incorporação seja operacionalizada.

Com a incorporação, todos os 6 mil participantes do REB serão automaticamente absorvidos pelo Novo Plano.

O princípio adotado para a incorporação é o de equalização das regras, que garante a proteção previdenciária e assegura os direitos adquiridos e acumulados, conforme prevê a legislação. Além disso, há o ganho de escala destinado ao compartilhamento dos benefícios de risco e à garantia dos benefícios já concedidos.

Processo de incorporação do REB ao Novo Plano



O QUE MUDA COM A INCORPORAÇÃO

Participantes do REB	Participantes do Novo Plano
<p>Regulamento</p> <p>Todos serão absorvidos e passarão a ser regidos pelo regulamento do Novo Plano, que será modificado em razão da incorporação.</p>	<p>Percentual de contribuição</p> <p>Poderá ser revisado duas vezes ao ano (a regra atual só permite uma vez) ou quando ocorrer alteração na composição do salário de participação</p>
<p>Saldo em conta e benefício</p> <p>O saldo em conta dos participantes ativos será incorporado pelo Novo Plano, assim como os benefícios dos assistidos serão mantidos.</p>	<p>Carência</p> <p>Poderá ser antecipada mediante pagamento do valor total, à vista ou parcelado, das contribuições normais do participante e da patrocinadora necessárias ao cumprimento do prazo mínimo previsto para cada benefício ou instituto</p>
<p>Percentual de contribuição</p> <p>O mínimo de 2% subirá para 5%, conforme a regra vigente no Novo Plano. Será permitido alterar os percentuais no prazo de 90 dias anteriores à data efetiva de incorporação, respeitando a porcentagem mínima prevista de 5%.</p> <p>Excepcionalmente, será possível manter inicialmente o percentual de contribuição inferior ao mínimo permitido pelo Novo Plano, com acréscimo gradual de um ponto percentual ao ano até se alcançar o mínimo de 5%</p>	

Perfil do plano

Criado em 1998, o REB foi o plano pioneiro da Fundação a adotar a contribuição variável e o conceito de individualização do saldo de conta. Em 2022, outra inovação permitiu recebesse participantes que migraram do REG/Replan.

O REB recebeu inscrições de empregados CAIXA até 2006, quando surgiu o Novo Plano. Atualmente, está aberto exclusivamente adesões de empregados da FUNCEF.

No momento, o plano está em processo de incorporação pelo Novo Plano, o que possibilitará benefícios maiores e melhores aos seus participantes, além da unificação dos padrões de proteção aos empregados da CAIXA e da FUNCEF.



Veja o regulamento completo do plano no site

REGRAS DO REB

Elegibilidade ao benefício pleno	<p>Idade mínima: 50 anos para benefício programado e 45 anos para benefício antecipado</p> <p>Tempo de contribuição: 10 anos</p> <p>Rescisão com a patrocinadora</p>
Benefícios	<p>Benefício programado: aposentadoria vitalícia baseada no saldo acumulado. A reserva aumenta conforme as contribuições feitas ao plano</p> <p>Benefícios de risco: proteção financeira em caso de pensão ou morte</p> <p>Pecúlio por morte: duas vezes o benefício no caso de assistido. Duas vezes a média do salário de participação em caso de ativo</p>
Dependentes*	<p>Cônjuge, companheiro(a), filhos ou enteados menores de 21 anos ou inválidos, pais, irmãos menores de 21 anos ou inválidos</p> <p>Os dependentes devem ser reconhecidos pelo INSS e cadastrados no plano</p>
Contribuições e limites	<p>% de contribuição do participante: mínimo de 2% do salário</p> <p>% de contribuição da patrocinadora: igual ao do participante, limitado a 7%</p>

*Dependentes de classes anteriores excluem os das classes seguintes

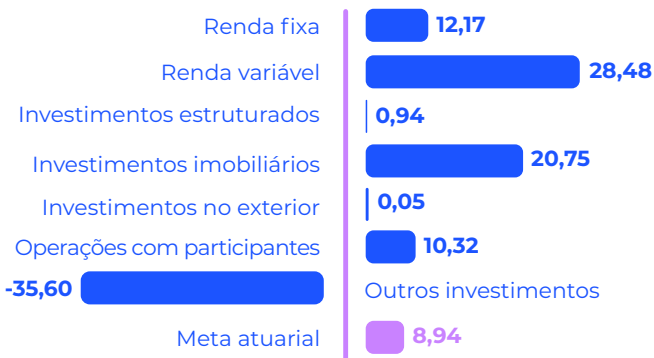
RESULTADO DOS INVESTIMENTOS EM 2025 (%)

REB CD

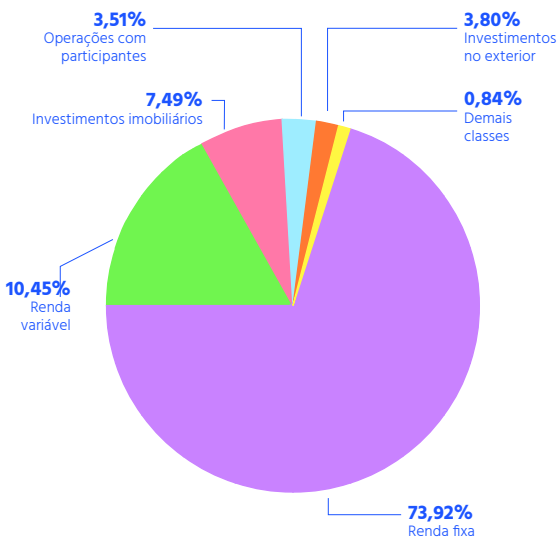
RENTABILIDADE (%)



RENTABILIDADE POR CLASSE DE INVESTIMENTO (%)



ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (%)



REB BD

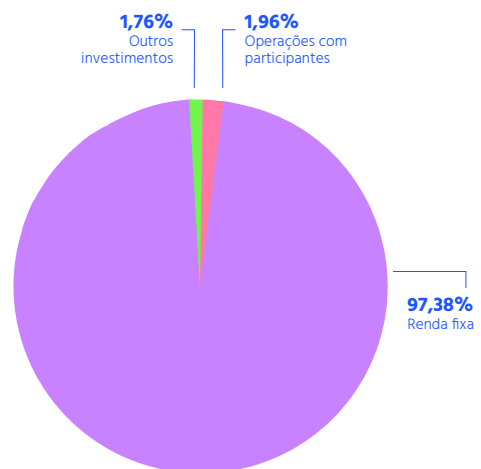
RENTABILIDADE (%)



RENTABILIDADE POR CLASSE DE INVESTIMENTO (%)



ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (%)



Demonstrações dos Investimentos

REB CD

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	2.658.711.398,48	73,38151%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	(174,40)	0,00000%
Fundos de Investimentos	2.658.711.572,88	73,38152%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	375.960.621,83	10,37667%
Ações	55.348.791,60	1,52765%
Fundos de Investimentos	320.611.830,23	8,84902%
Estruturado	22.108.675,08	0,61021%
Fundos de Investimentos	22.108.675,08	0,61021%
Imobiliário	269.311.645,24	7,43311%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	196.170.678,83	5,41439%
Imóveis	73.140.966,41	2,01872%
Investimento no Exterior	136.520.666,20	3,76803%
Operações com Participantes	148.189.537,79	4,09009%
Disponível	794.289,48	0,02192%
Outros	14.645.989,28	0,40424%
Contencioso de Investimentos	-3.107.693,58	-0,08577%
Total RGPB REB	3.623.135.129,80	96,23197%

Fonte: GECON - Balancete

REB BD

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	1.101.721.284,26	97,36249%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	1.101.721.284,26	97,36249%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	-	0,00000%
Ações	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	-	0,00000%
Estruturado	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	-	0,00000%
Imobiliário	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	-	0,00000%
Imóveis	-	0,00000%
Investimento no Exterior	-	0,00000%
Operações com Participantes	22.388.383,24	1,97853%
Disponível	0,00	0,00000%
Outros	7.456.821,11	0,65898%
Contencioso de Investimentos	0,00	0,00000%
Total RGPB REB ASSISTIDO	1.131.566.488,61	100,00000%

Fonte: GECON - Balancete

REB CONSOLIDADO

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	3.760.432.682,74	79,08872%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	(174,40)	0,00000%
Fundos de Investimentos	3.760.432.857,14	79,08872%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	375.960.621,83	7,90713%
Ações	55.348.791,60	1,16409%
Fundos de Investimentos	320.611.830,23	6,74305%
Estruturado	22.108.675,08	0,46499%
Fundos de Investimentos	22.108.675,08	0,46499%
Imobiliário	269.311.645,24	5,66411%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	196.170.678,83	4,12583%
Imóveis	73.140.966,41	1,53829%
Investimento no Exterior	136.520.666,20	2,87128%
Operações com Participantes	170.577.921,03	3,58756%
Disponível	794.289,48	0,01671%
Outros	22.102.810,39	0,46486%
Contencioso de Investimentos	-3.107.693,58	-0,06536%
Total RGPB Consolidado REB	4.754.701.618,41	100,00000%

Fonte: GECON - Balancete

Relação de Gestores Terceirizados por Plano de Benefício

REB CD

Total Recursos Garantidores -----					3.623.135.129,80
Nº GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES	
1	2B CAPITAL S.A	07.063.675/0001-29	1.536.134,93	0,4310%	0,0424%
2	ALASKA INVESTIMENTOS LTDA	11.752.203/0001-50	8.314.517,32	2,3327%	0,2295%
3	ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS LTDA	05.597.435/0002-60	218.448,56	0,0613%	0,0060%
4	AZ QUEST MZK INVESTIMENTOS MACRO E CRÉDITO LTDA	21.676.427/0001-84	11.594.729,68	3,2530%	0,3200%
5	BANCO SCHAIN S.A	50.585.090/0001-06	3.580,57	0,0010%	0,0001%
6	BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	30.822.936/0001-69	6.924.872,91	1,9428%	0,1911%
7	BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	62.375.134/0001-44	19.837,70	0,0056%	0,0005%
8	BRZ INVESTIMENTOS LTDA	02.888.152/0001-06	2.316.087,44	0,6498%	0,0639%
9	CAIXA DTVM S.A.	42.040.639/0001-40	648.446,45	0,1819%	0,0179%
10	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	677.675,68	0,1901%	0,0187%
11	CAPITÂNIA INVEST S.A.	04.274.010/0001-76	95.369.621,92	26,7564%	2,6322%
12	COIN DTVM LTDA	61.384.004/0001-05	39.203,04	0,0110%	0,0011%
13	CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS LTDA	10.626.543/0001-72	10.966.780,04	3,0768%	0,3027%
14	DGF INVESTIMENTOS GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	04.557.602/0001-03	596.751,52	0,1674%	0,0165%
15	FINHEALTH GESTÃO DE RECURSOS S.A	11.081.121/0001-21	979.799,11	0,2749%	0,0270%
16	GENIAL GESTÃO LTDA.	22.119.959/0001-83	11.192,83	0,0031%	0,0003%
17	GENOA CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	28.790.669/0001-92	3.389.688,11	0,9510%	0,0936%
18	GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA	07.078.144/0001-00	18.146.425,59	5,0911%	0,5008%
19	INTEGRAL INVESTIMENTOS LTDA	06.576.569/0001-86	3.901.392,02	1,0946%	0,1077%
20	JGP GESTÃO DE CREDITO LTDA	13.189.882/0001-27	12.034.701,28	3,3764%	0,3322%
21	KADIMA GESTAO DE INVESTIMENTOS LTDA	08.792.073/0001-75	6.273.119,46	1,7600%	0,1731%

Total Recursos Garantidores -----					3.623.135.129,80
Nº	GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES
22	KAPITALO CICLO GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA	20.429.285/0001-98	3.398.782,18	0,9535%	0,0938%
23	KINEA INVESTIMENTOS LTDA	08.604.187/0001-44	19.188.900,37	5,3835%	0,5296%
24	KINEA PRIVATE EQUITY INVESTIMENTOS S.A	04.661.817/0001-61	764.233,68	0,2144%	0,0211%
25	MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA	13.183.720/0001-81	838,10	0,0002%	0,0000%
26	MATTERHORN INFRAESTRUTURA GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA	07.396.813/0001-91	4.025.355,90	1,1293%	0,1111%
27	MULTIPLICA CAPITAL ASSET MANAGEMENT LTDA	07.252.227/0001-73	13.049.565,54	3,6611%	0,3602%
28	OCCAM BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	27.916.161/0001-86	22.398.369,44	6,2840%	0,6182%
29	ÓRIA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	22.067.585/0001-08	3.212.660,22	0,9013%	0,0887%
30	PÁTRIA - VBI ASSET MANAGEMENT LTDA	38.300.262/0001-44	6.943.873,43	1,9481%	0,1917%
31	PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.	12.461.756/0001-17	1.673.853,89	0,4696%	0,0462%
32	POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	05.451.668/0001-79	-4.639,14	-0,0013%	-0,0001%
33	PRINCIPAL ASSET MANAGEMENT LTDA	03.987.891/0001-00	8.948.547,00	2,5106%	0,2470%
34	RPS CAPITAL ADM DE RECURSOS LTDA	17.839.284/0001-07	8.819.649,20	2,4744%	0,2434%
35	SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA	62.180.047/0001-31	19.728.367,84	5,5349%	0,5445%
36	SOLIS INVESTIMENTOS LTDA	17.254.708/0001-71	11.474.983,05	3,2194%	0,3167%
37	SPX PRIVATE EQUITY GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	10.632.282/0001-01	862.202,81	0,2419%	0,0238%
38	TREK INVESTIMENTOS LTDA	09.240.891/0001-28	902.463,90	0,2532%	0,0249%
39	TRX GESTORA DE RECURSOS LTDA	13.362.610/0001-87	1.598.870,40	0,4486%	0,0441%
40	VINCI CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	11.079.478/0001-75	108.954,04	0,0306%	0,0030%
41	VINCI EQUITIES GESTORES DE RECURSOS LTDA	10.917.835/0001-64	18.017.441,54	5,0549%	0,4973%
42	VINCI GGN GESTÃO DE RECURSOS LTDA	20.052.540/0001-26	-6.428,08	-0,0018%	-0,0002%

Total Recursos Garantidores -----					3.623.135.129,80
Nº GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES	
43	VOKIN ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA 14.142.853/0001-72	6.854.170,10	1,9230%	0,1892%	
44	WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY DTVM LIMITADA 07.437.241/0001-41	3.539.122,62	0,9929%	0,0977%	
45	XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA 07.625.200/0001-89	16.973.090,15	4,7619%	0,4685%	
TOTAL DE INVESTIMENTOS		356.436.234,34	100,0000%	9,8378%	

Fonte: GECON/COICIP

OBS: A relação de gestores considera os dados constantes nos regulamentos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

REB ASSISTIDO

Total Recursos Garantidores -----					1.131.566.488,61
Nº GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES	
1	NÃO HÁ FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE GESTÃO TERCEIRIZADA PARA ESTE PLANO DE BENEFÍCIO.				

Fonte: GECON/COICIP

ENQUADRAMENTO - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DEZEMBRO/2025 - REB CONSOLIDADO

SEGMENTO DE INVESTIMENTO	REALIZADO R\$	PARTICIPAÇÃO (%)	MÍNIMO	MÁXIMO	META	SITUAÇÃO
RENDA FIXA	3.806.781.135,48	80,06%	32,65%	100,00%	82,06%	NORMAL
RENDA VARIÁVEL	384.251.313,91	8,08%	10,76%	30,60%	16,61%	ALERTA
IMÓVEIS	253.956.555,07	5,34%	2,42%	14,46%	6,86%	NORMAL
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	169.273.970,26	3,56%	0,88%	6,05%	2,96%	NORMAL
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	14.328.114,81	0,30%	0,00%	8,07%	1,36%	NORMAL
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	135.819.668,60	2,86%	1,52%	10,00%	5,12%	NORMAL
ITENS SEM CLASSIFICAÇÃO NA RESOLUÇÃO CMN N.4.994/2022	-9.709.139,72	-0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	N/A
RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIO - RGPB	4.754.701.618,41					

Fonte: GECON/COICIP

PARECER ATUARIAL

1. OBJETIVO

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, apresentamos o Parecer Técnico-Atuarial, posicionado em 31/12/2025, do **Plano de Benefícios REB**, patrocinado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA e pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, e administrado pela FUNCEF, em face da avaliação atuarial anual do exercício de 2025.

2. BASE CADASTRAL

A data-base dos dados utilizados na avaliação está posicionada 31/12/2025, sendo que as informações cadastrais foram submetidas a testes e críticas de consistência, e, após sofrerem os ajustes necessários, foram consideradas satisfatórias.

3. MODALIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios REB, está estruturado na modalidade de Contribuição Variável - CV, conforme disposto no art. 4º da Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021.

4. HIPÓTESES E PARÂMETROS

As hipóteses e premissas atuariais são utilizadas nas avaliações atuariais como forma de se estimar efeitos de natureza demográfica, biométrica, econômica e financeira, no longo prazo.

A aderência das hipóteses e premissas é monitorada anualmente por intermédio de estudos que verificam se as ocorrências efetivamente observadas em cada evento, sejam decorrentes de morte, invalidez, rotatividade ou taxa de juros, estão de acordo com as ocorrências esperadas, visando identificar aquelas que melhor se adéquem às características da população do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais foram aprovadas pela Diretoria Executiva - DE e Conselho Deliberativo – CD, com parecer favorável do Conselho Fiscal – CF, embasadas nos estudos técnicos realizados pelo Atuário do Plano e por consultoria atuarial externa.

Dentre as hipóteses e demais parâmetros utilizados, destacam-se aquelas que sofreram alterações: Projeção de crescimento real anual dos salários, Entrada em aposentadoria e Composição familiar.

As hipóteses e premissas utilizadas para calcular o Passivo Atuarial do REB, são:

TABELA nº 1 – HIPÓTESES E PREMISSAS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

HIPÓTESE E PREMISSAS	VALOR
Hipóteses Biométricas	
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 suavizada em 20%, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO 58, segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca
Tábua de Mortalidade RGPS	Tábua vigente no RGPS/INSS
Hipóteses Econômicas e Financeiras	
Taxa de Juros	4,85% a.a.

HIPÓTESE E PREMISSAS		VALOR
Indexador do plano		INPC
Projeção do Crescimento Real Anual de Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> Benefícios: Não Aplicável Rubricas judiciais com reajuste por Acordo Coletivo CAIXA1: 0,35% a.a. 	
Projeção do Crescimento Real Anual de Benefícios do RGPS	Não aplicável	
Projeção de Crescimento Real Anual dos Salários	3,12% a.a.	
Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo	98%	
Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo	98%	
Fator de determinação do valor real dos benefícios do RGPS ao longo do tempo	98%	
Hipóteses Demográficas		
Entrada em Aposentadoria Programada	A maior idade entre a atual e 61 anos para homens e 59 anos para mulheres	
Composição familiar para o cálculo das pensões	<ul style="list-style-type: none"> Para Participantes e para os aposentados com informação cadastral de casado sem informação de cônjuge: Tábua Experiência Composição Familiar PlanosCV: Exp. FUNCEF IV2025. Assistidos e beneficiários de pensão: Utilizam-se as informações dos dependentes constantes no cadastro. 	
Rotatividade	REB Exp. FUNCEF: 2014-2023_IV_2024	
Outros Parâmetros utilizados no Cálculo Atuarial		
Novos Entrados	Não Aplicável	

HIPÓTESE E PREMISSAS	VALOR
Teto do RGPS para Contribuição e para Benefício Previdenciário	R\$ 8.475,55
Média dos Tetos de Contribuição do RGPS	R\$ 7.698,57
Média dos 80% maiores Tetos de Contribuição do INSS	R\$ 8.037,49
Salário Mínimo	R\$ 1.621,00
Maioridade dos pensionistas e dependentes temporários	24 anos
Idade de entrada em serviço no RGPS	18 anos
Proporção de Aposentadorias por Invalidez decorrentes de Acidente de Trabalho, Doenças Profissionais ou Doenças do Trabalho (<i>PropAct</i>)	20%

5. MÉTODO ATUARIAL E REGIME FINANCEIROS

O Regime Financeiro utilizado é o de Capitalização para os Benefícios Programados, utilizando-se o Método Atuarial de Capitalização Financeira, e o de Repartição de Capitais de Cobertura para os Benefícios de Risco.

6. PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS PREVIDÊNCIAIS

Foi apurado o somatório das Provisões Matemáticas do Plano, posicionado em 31/12/2025, conforme apresentado a seguir:

TABELA nº 2 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

Em R\$

Provisões Matemáticas (=)	4.400.099.421,92
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	846.991.073,01
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	3.553.108.348,91

Destaca-se que o exigível atuarial também é constituído pelos seguintes Fundos Previdenciais: Fundo Mútuo para Garantia da Reserva de Cobertura e Fundo para Garantia dos Benefícios de Risco.

O Fundo Mútuo para Garantia da Reserva de Cobertura está previsto no parágrafo terceiro do artigo 40 do Regulamento do Plano, sendo esse o Patrimônio de Cobertura das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos acrescido da parcela do saldo de contra patronal não resgatada pelos Participantes que efetivaram o resgate, e a cada Avaliação Atuarial anual, é realizada a análise e acompanhamento de seu saldo, para se identificar se este Fundo, em conjunto com a Reserva de Contingência oriunda do resultado superavitário do REB, ensejaria a formação de Reserva Especial, na forma da legislação vigente. De forma que, considerando o saldo registrado em 31/12/2025, de R\$ 10.409.586,57, promoveu-se a desconstituição do Fundo Mútuo para Garantia da Reserva de Cobertura e sua decorrente destinação ao Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Concedidos, apontando o resultado do Plano na forma como descrito em capítulo específico deste documento.

O Fundo para Garantia dos Benefícios de Risco, destinado à complementação das reservas matemáticas dos eventos de pensão por morte, de invalidez e do pecúlio por morte de participantes ativos, registra o montante de R\$ 48.826.456,25.

7. RESULTADO DO PLANO

Confrontando-se o Patrimônio de Cobertura do Plano com as Provisões Matemáticas, demonstra-se o valor do resultado acumulado do Plano no exercício de 2025:

TABELA nº 3 – RESULTADO DO PLANO

Em R\$	
Patrimônio de Cobertura	4.691.085.643,59
Provisões Matemáticas (-)	4.400.099.421,92
(Déficit)/Superavit Acumulado (34,36% das Provisões Matemáticas BD)	290.986.221,67
Resultado do Exercício Atual	52.207.887,29

Conforme se observa na tabela anterior, o Plano de Benefícios REB obteve Superávit técnico em 2025, tendo o resultado do exercício sido influenciado pelos fatores abaixo elencados:

- a. Performance positiva dos investimentos atrelados à parte BD do plano, que se mostrou superior à Meta Atuarial (rentabilidade líquida efetiva de 10,58% com a Meta Atuarial de 8,94%, com uma diferença a maior de 1,51%, ou o equivalente a 1,64% pontos percentuais);
- b. Evolução das Provisões Matemáticas do Plano no exercício de 2025 se mostrou 1,71%, ou o equivalente a 1,86 pontos percentuais abaixo da Meta Atuarial de 8,94%, já considerando as alterações de hipóteses atuariais processadas no exercício, as rubricas judiciais iniciadas no exercício e a desconstituição do Fundo Mútuo para Garantia da Reserva de Cobertura, conforme explanado anteriormente;
- c. Incremento dos ganhos da rentabilidade dado o fato de os investimentos partirem de um saldo maior em 31/12/2024 que o valor do passivo previdenciário, ou seja, superavitário.

- d. Redução do Exigível Contingencial Previdenciário, na ordem de 5,44%, comparativamente ao valor contabilizado em dezembro/2024.

Considerando a legislação vigente, o superavit será destinado à constituição de Reserva de Contingência e de Reserva Especial, de acordo com a Resolução CNPC nº 30/2018, conforme demonstrado a seguir.

TABELA nº 4 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO

	Em R\$
Superavit Acumulado (34,36% das Provisões Matemáticas BD)	290.986.221,67
Margem Legal para Reserva de Contingência (19,84% das PMBC-BD)	168.044.722,87
Reserva de Contingência	168.044.722,87
Reserva Especial para Revisão do Plano	122.941.498,80

No que tange à Reserva Especial para Revisão do Plano REB, de acordo com a Resolução CNPC nº 30/2018 e demais normativos aplicáveis, considerando a dedução da Reserva Especial pela diferença entre Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC Oficial e com a AT 2000 Básica M&F, que corresponde ao montante de R\$ 21.111.812,95, temos uma Reserva Especial de R\$ 101.829.685,85 como valor factível de ser destinado à utilização. Entretanto, por se tratar de terceiro encerramento de exercício com Reserva Especial, não há obrigatoriedade de se promover a sua utilização, conforme resposta de consulta formulada anteriormente à PREVIC, em que deve se considerar a condição de que a Reserva Especial detectada nos encerramentos de

exercício de 2023/2024/2025 seja mantida por três anos, a saber 2024/2025/2026, para que sejam estabelecidos, assim, os critérios de destinação e utilização no encerramento de 2026.

Adiciona-se ainda, que não se indica a adoção de medidas para que se efetive a revisão do Plano de forma voluntária vez que, encontra-se em andamento a incorporação do Plano REB pelo NOVO PLANO, em que há tratativas específicas a serem conduzidas com o resultado do Plano, e de forma convergente/aderente com a legislação aplicável. Referida estratégia previdenciária já foi aprovada pelos órgãos colegiados da FUNCEF, da CAIXA e de seu órgão de controle (SEST), encontrando-se para a apreciação e aprovação da PREVIC

O Plano apresentou Resultado a Realizar positivo decorrente do ajuste de precificação, no valor de R\$ 79.358.984,00, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, cujos valores foram mensurados pela Coordenação de Controle de Investimentos e Precificação - COCIP, utilizando o sistema Venturo da PREVIC. Em que pese o resultado superavitário do Plano ter registro de parte de seu superavit destinado à Reserva Especial, o referido Resultado a Realizar positivo não poderia ser considerado para fins de sua destinação/utilização, conforme legislação vigente.

8. CUSTO E PLANO DE CUSTEIO

8.1 Custeio Normal

O Plano de Custeio definido para o exercício de 2026 deverá entrar em vigor a partir do dia 1º de abril de 2026 e está apresentado nas tabelas a seguir, onde constam as taxas médias de contribuição de participantes e patrocinadoras.

TABELA nº 5 – PLANO DE CUSTEIO INDICADO

Contribuição do Participante	
Benefícios Não Programados ¹	0,81%
Despesas Administrativas	0,23%
Contribuição Normal	6,88%
Total da Contribuição do Participante²	7,92%

Contribuição das Patrocinadoras	
Benefícios Não Programados ¹	0,81%
Despesas Administrativas	0,21%
Contribuição Normal	5,98%
Total da Contribuição das Patrocinadoras^{2 3}	7,00%

¹ O custeio dos benefícios não programados (risco) é distribuído paritariamente entre participantes e patrocinadoras, o qual será reduzido de 1,02% para 0,81%, aplicável sobre o salário de participação, a partir de 1º de abril de 2026.

² A contribuição normal é de escolha do participante, não podendo ser inferior a 2% do salário de participação, conforme as regras constantes do Regulamento do Plano. A alíquota média apresentada é meramente representativa dos percentuais individuais escolhidos pelos participantes.

³ A contribuição das patrocinadoras neste Plano é idêntica ao somatório das contribuições dos participantes ativos, respeitando-se o princípio da paridade contributiva, e será de, no máximo, 7% do total da folha de salários de participação, não podendo, em hipótese alguma, exceder ao total das contribuições dos participantes, conforme disposto no §1º do Art. 6º, da Lei complementar 108/01. A alíquota média apresentada é meramente representativa dos percentuais individuais escolhidos pelos participantes, limitada à citada alíquota máxima regulamentar.

8.2 Custeio Administrativo

O custeio administrativo do plano será constituído por meio de taxa de carregamento sobre as contribuições normais de responsabilidade dos participantes e da patrocinadora, taxa de carregamento de responsabilidade dos assistidos incidente sobre os benefícios, assim como Taxa de Administração sobre o Recurso Garantidor do Plano de Benefícios:

TABELA nº 6 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Taxa	Valor
Taxa de Carregamento sobre contribuições	2,95% a.m.
Taxa de Carregamento sobre benefícios (Responsabilidade dos Assistidos)	1,10% a.m.
Taxa de Administração sobre RGPB (Recurso Garantidor)	Até 0,09% a.a.

O plano de custeio administrativo do Plano tem vigência a partir 01/01/2026.

9. GESTÃO DE RISCO ATUARIAL

Dentre outras medidas de mitigação dos Riscos Atuariais, destaca-se o resultado da Segunda Opinião da Avaliação Atuarial anual de 2025, realizada pela Rumo Atuarial - Consultoria em Estatística e Atuária, que validou os valores apresentados na Avaliação Atuarial de 2025, concluindo que o Passivo Atuarial representa os compromissos previstos no Plano, que o Plano de Custeio para o exercício de 2026 garante a arrecadação no montante necessário para assegurar o financiamento dos benefícios previstos, e que não apresentaram ressalvas com recomendação de implementação de Plano de Ação.

10. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Em conformidade com estudo de *Asset Liability Management* – ALM utilizado para elaboração da Política de Investimentos da FUNCEF, para o quinquênio 2026-2030, o Plano REB possui

capacidade financeira de liquidez para manter títulos de valores mobiliários, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

O montante acumulado nos saldos de conta dos Participantes obteve rentabilidade de 14,01%, no período de janeiro a dezembro de 2025, a qual foi integralmente revertida através da valorização da cota do Plano de Benefícios.

Encontra-se em desenvolvimento a estratégia previdenciária relacionada à incorporação do Plano REB ao NOVO PLANO, que se encontra aprovada pelos órgãos colegiados da FUNCEF, da CAIXA e de seu órgão de controle (SEST), e atualmente está para apreciação e aprovação da PREVIC.

11. CONCLUSÃO

As Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais representam a estimativa da necessidade financeira para cobertura das despesas previdenciais futuras, decorrentes dos compromissos assegurados pelo Plano de Benefícios aos Participantes e Assistidos.

As premissas e hipóteses definidas utilizadas para apuração do passivo atuarial do Plano de Benefícios REB, bem como as metodologias de cálculo aplicadas, estão em conformidade com os dispositivos regulamentares, com a Nota Técnica Atuarial, com a legislação em vigor e com as melhores práticas atuariais.

A situação econômico-atuarial do Plano, em 31/12/2025, encontra-se em Superavit Técnico, apurado a partir do confronto do Patrimônio de Cobertura do Plano com as Provisões Matemáticas, o qual foi destinado à constituição de Reserva de Contingência e de Reserva Especial de Revisão do Plano.

Cabe ressaltar, conforme já esclarecido acima, que, no momento, não se indica a adoção de medidas para que se efetive a revisão do Plano de forma voluntária, considerando se tratar do terceiro

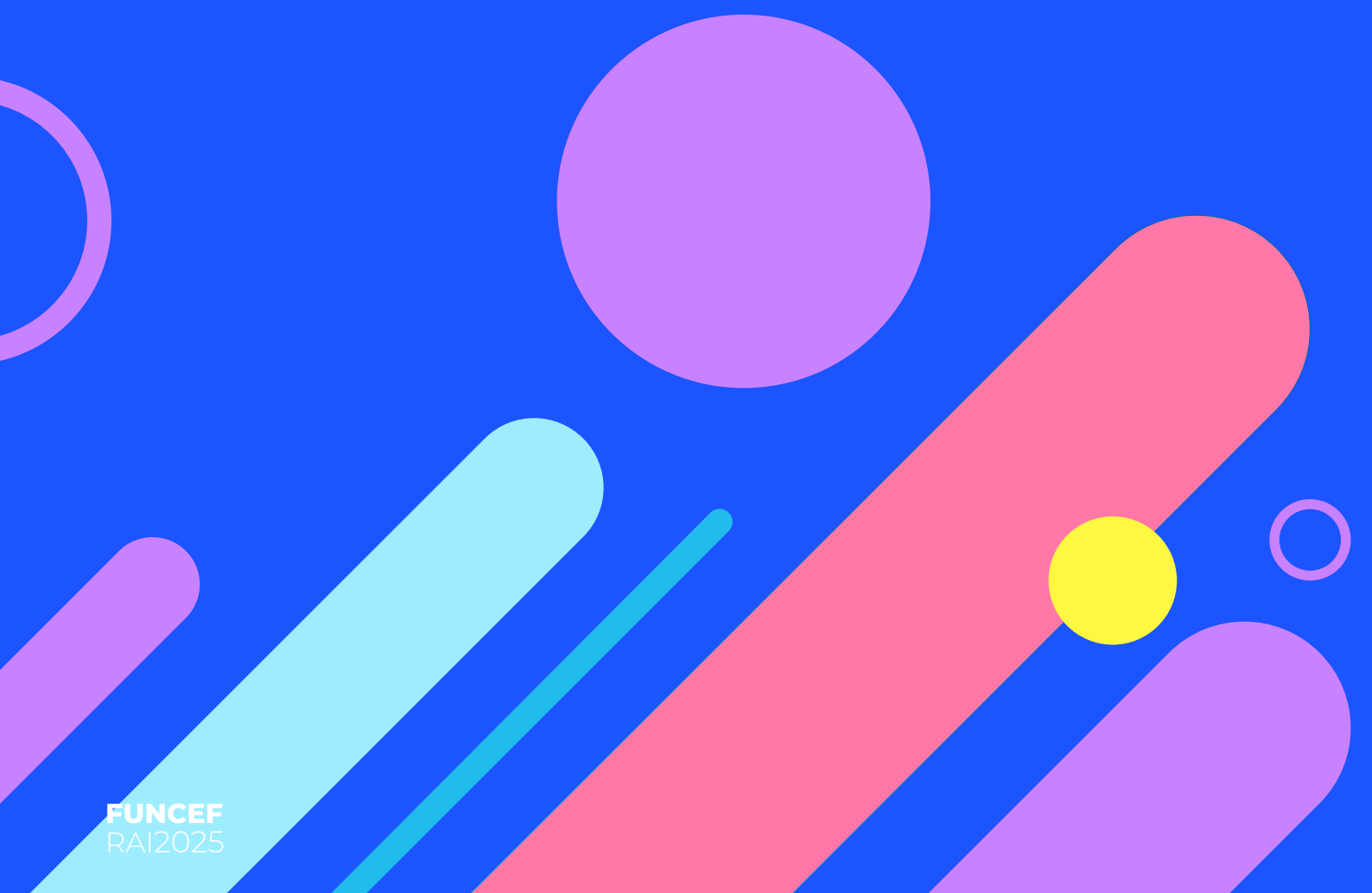
ano com Reserva Especial, em que deve se considerar a condição de que a Reserva Especial detectada nos encerramentos de exercício de 2023/2024/2025 seja mantida por três anos, a saber 2024/2025/2026, para que sejam estabelecidos, assim, os critérios de destinação e utilização no encerramento de 2026, além do fato de encontrar-se em andamento a estratégia previdenciária relacionada à incorporação do Plano REB pelo NOVO PLANO, em que há tratativas específicas a serem conduzidas com o resultado do Plano, e de forma convergente/aderente com a legislação aplicável.

Diante do exposto, considerando o Exigível Atuarial, o Plano de Custeio e as regras de solvência permitidas pela legislação vigente, bem como a função objetivo constante da Política de Investimento da FUNCEF, projeta-se que este Plano de Benefícios não terá insuficiência de patrimônio, permanecendo ao longo do tempo em condições de arcar com os compromissos futuros.

Demais considerações pertinentes à Avaliação Atuarial anual processada neste exercício pode ser verificada nas Demonstrações Atuariais disponibilizadas no site da FUNCEF.



PGA



O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é utilizado para gerenciar de maneira eficiente o gasto administrativo da Fundação, arrecadando o custeio e cobrindo os gastos operacionais necessários para manter a qualidade do serviço prestado.

A receita do PGA, proveniente principalmente das taxas de custeio e do resultado de investimento do plano, alcançou R\$ 327 milhões em 2025. Já as despesas administrativas somaram R\$ 283 milhões, o equivalente a 0,23% de todos os recursos sob gestão da FUNCEF disponíveis para pagamento de benefícios.

Esse indicador não apenas ajuda a dimensionar o tamanho da estrutura da Fundação como também permite avaliar a evolução da gestão de despesas. Como mostra o gráfico a seguir, embora o INPC, que é o indicador de inflação utilizado na meta atuarial, tenha acelerado em 2024, a relação despesa administrativa/RGPB manteve-se próxima do menor patamar histórico da FUNCEF.



Taxas de custeio da Fundação



Taxa de carregamento

Percentual que é descontado das contribuições da patrocinadora e dos participantes e sobre os benefícios



Taxa de administração

Incide sobre os recursos garantidores dos planos, ou seja, o montante existente para o pagamento de aposentadorias e pensões

Fundo administrativo

A diferença entre a receita e as despesas administrativas impacta o Fundo Administrativo, além dos recursos provenientes da rentabilidade dos investimentos próprios do PGA.

A gestão eficiente de gastos permite que o Fundo Administrativo seja um colchão de segurança para amortecer eventuais contingências. A FUNCEF tem como política buscar o equilíbrio das taxas de custeio para manter esse fundo em um nível adequado.

Prova disso é que embora seja o terceiro maior fundo de pensão do país, a Fundação tem apenas o oitavo maior PGA.

Em 2025, o Fundo administrativo líquido, disponível para o pagamento dos gastos administrativos, passou de R\$ 367,3 milhões para R\$ 393,1 milhões.



Gestão de despesas

Ao avaliar a gestão de despesas da Fundação, é importante ter em mente que a FUNCEF apresenta um número estável de participantes, na casa dos 140 mil, enquanto os custos acompanham a inflação. Ou seja, a economia não vem de ganhos de escala (aumento da receita), mas do controle eficiente de gastos.

No acumulado dos últimos 10 anos, o crescimento das despesas administrativas segue a trajetória do INPC. No mesmo período, a FUNCEF cortou seis vezes as taxas de carregamento. A redução acumulada desde 2015 é de 32,2% para os ativos e de 45% para aposentados e pensionistas.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ANUAL



Fonte: Relatório Gerencial de Previdência Complementar (RGPC) do 3125 do Ministério da Previdência Social



Plano de Gestão Administrativa

PLANO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (R\$ Mil)	Orçado 2025	Orçado 2026	Orçado 2027	Orçado 2028
A) Saldo Inicial do Fundo Administrativo	407.253	452.820	466.873	491.053
1. Custeio da Gestão Administrativa	322.746	327.626	331.172	344.927
2. Despesas	277.179	313.573	306.992	315.545
3. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (1-2)	45.567	14.053	24.180	29.382
B) Saldo Final do Fundo Administrativo (A+3)	452.820	466.873	491.053	520.436
Dispêndio de Capital	28.000	8.635	1.991	1.991
- Imobilizado	19.446	1.442	740	740
- Intangível	8.554	7.193	1.251	1.251

ANO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (R\$ Mil)	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Realizado 2025
A) Saldo Inicial do Fundo Administrativo	276.118	322.072	373.315	407.253
1. Custeio da Gestão Administrativa	248.384	266.028	285.780	327.072
Resultado Positivo dos Investimentos	26.680	38.200	24.658	53.852
Taxa de carregamento	131.412	142.652	151.162	160.678
Taxa administração	85.690	75.606	93.934	97.568
Taxa de empréstimos	4.540	9.558	15.707	14.435
Receitas Diretas	56	0	310	371
Outras	6	12	10	168
2. Despesas	202.430	214.784	251.843	281.348
Administrativas	199.530	220.817	250.679	283.040
- Pessoal e Encargos	134.939	141.590	153.516	163.285
- Cursos, seminários	675	1.668	1.316	1.301
- Viagens e estadias	1.150	1.836	2.246	2.579
- Serviços de terceiros	27.939	38.460	52.026	59.228
- Despesas Gerais	12.065	11.673	14.430	27.701
- Depreciação / amortização	2.642	2.931	2.893	2.296
- Tributos	20.110	22.656	24.252	26.613
- Outras despesas	11	3	0	0
- Despesa com Fomento				36
Contingenciais	2.901	(6.033)	1.164	(1.692)
3. Const./Reversão do Fundo Administrativo (1-2)	45.954	51.243	33.937	45.724
B) Saldo Final do Fundo Administrativo (A+3)	322.072	373.315	407.253	452.977

Indicadores:	2025	2024	2023	2022
a) Taxa de administração em relação ao total de participantes e assistidos	R\$ 697,15	R\$ 673,63	R\$ 540,79	R\$ 611,71
– Taxa de administração	R\$ 97.567.576,54	R\$ 93.933.758,88	R\$ 75.605.698,22	R\$ 85.690.293,48
– N° de participantes/assistidos	139.952	139.444	139.806	140.084
b) Taxa de administração em relação ao RGPB dos planos de benefícios	0,08%	0,09%	0,07%	0,09%
– Taxa de administração	R\$ 97.567.576,54	R\$ 93.933.758,88	R\$ 75.605.698,22	R\$ 85.690.293,48
– RGPB dos planos de benefícios	R\$ 120.724.409,275	R\$ 108.494.642,984	R\$ 104.370.843,118	R\$ 94.507.122,775
c) Despesas da gestão administrativa em relação ao fundo administrativo	62,58%	61,65%	59,23%	62,05%
– Despesas administrativas	R\$ 283.040.226,11	R\$ 250.679.024,66	R\$ 220.817.016,66	R\$ 199.529.565,79
– Fundo administrativo dos planos	R\$ 452.285.336,43	R\$ 406.622.831,12	R\$ 372.815.424,18	R\$ 321.572.067,93
d) Despesas com pessoal em relação às receitas da gestão administrativa	59,76%	58,79%	62,15%	60,86%
– Despesa com pessoal	R\$ 163.284.573,51	R\$ 153.516.028,09	R\$ 141.590.291,39	R\$ 134.939.112,85
– Receitas administrativas	R\$ 273.219.638,91	R\$ 261.122.379,42	R\$ 227.827.543,00	R\$ 221.704.364,57
e) Despesas destinadas às operações de fomento e inovação	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Demonstrações dos Investimentos

Segmentos de Aplicação (Res. CMN 4.994/2022)	Valor/Percentual Alocado em Dez/2025	
	R\$	%
Renda Fixa	374.100.417,66	92,69913%
Títulos Públicos	-	0,00000%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	374.100.417,66	92,69913%
Derivativos	-	0,00000%
Renda Variável	18.641.909,40	4,61932%
Ações	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	18.641.909,40	4,61932%
Estruturado	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	-	0,00000%
Imobiliário	10.789.314,18	2,67351%
Créditos Privados e Depósitos	-	0,00000%
Fundos de Investimentos	10.789.314,18	2,67351%
Imóveis	-	0,00000%
Investimento no Exterior	-	0,00000%
Operações com Participantes	-	0,00000%
Disponível	38.603,39	0,00957%
Outros	-6.140,28	-0,00152%
Contencioso de Investimentos	0,00	0,00000%
Total RGPB PGA	403.564.104,35	100,00000%

Fonte: GECON - Balancete

Relação de Gestores Terceirizados por Plano de Benefício

Total Recursos Garantidores ----- 403.564.104,35					
Nº	GESTOR	C.N.P.J	TOTAL INVESTIMENTOS	% SOBRE RECURSOS TERCEIRIZADOS	% SOBRE RECURSOS GARANTIDORES
1	BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	30.822.936/0001-69	133.007,24	1,2283%	0,0330%
2	CAPITÂNIA INVEST S.A.	04.274.010/0001-76	10.092.549,85	93,2032%	2,5009%
3	SOLIS INVESTIMENTOS LTDA	17.254.708/0001-71	220.266,08	2,0341%	0,0546%
4	VOKIN ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA	14.142.853/0001-72	285.113,38	2,6330%	0,0706%
5	WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY DTVM LIMITADA	07.437.241/0001-41	97.603,34	0,9014%	0,0242%
TOTAL DE INVESTIMENTOS			10.828.539,89	100,0000%	2,6832%

Fonte: GECON/COICIP

OBS: A relação de gestores considera os dados constantes nos regulamentos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Enquadramento da Política de Investimentos em dezembro/2025

SEGMENTO DE INVESTIMENTO	REALIZADO R\$	PARTICIPAÇÃO (%)	MÍNIMO	MÁXIMO	META	SITUAÇÃO
RENDA FIXA	376.086.920,30	93,19%	78,01%	100,00%	87,73%	NORMAL
RENDA VARIÁVEL	16.139.355,84	4,00%	0,00%	8,46%	4,38%	NORMAL
IMÓVEIS	10.644.454,27	2,64%	0,00%	13,52%	7,89%	NORMAL
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	NORMAL
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	NORMAL
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	NORMAL
ITENS SEM CLASSIFICAÇÃO NA RESOLUÇÃO CMN N.4.994/2022	693.373,94	0,17%	0,00%	0,00%	0,00%	N/A
RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO DE BENEFÍCIO - RGPB	403.564.104,35					

Fonte: GECON/COICIP

RELATO DE SUSTENTABILIDADE



Relato de Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos valores fundamentais da FUNCEF. O compromisso com ela é presença constante nas discussões sobre os planos de benefícios, nas empresas investidas pela Fundação e na relação direta com os empregados e os participantes, estejam eles na ativa ou aposentados.

A FUNCEF se orgulha de ter sido pioneira, entre os fundos de pensão, a inserir a integridade entre os pilares da governança, ampliando a sigla ESG, que acompanha as questões ambientais, sociais e de governança das empresas, para ASGI. A letra i, como destacamos, representa a Integridade, valor indispensável à boa gestão da Fundação.

O Relato de Sustentabilidade resume as ações de todas as áreas da Fundação para que os princípios de ASGI sejam cumpridos à risca e melhorados ano após ano. Isso é feito com o acompanhamento constante do Comitê de ASGI, formado por integrantes da Presidência, da Diretoria de Administração e Controladoria, da Diretoria de Benefícios e da Diretoria de Investimentos e Participações.

Todas as ações previstas no Plano Gestor de Integridade da FUNCEF (PGIN), para o ano de 2025, foram realizadas.



Destaques de 2025



Selo GPTW

A FUNCEF conquistou o selo de Melhores Empresas para Trabalhar (GPTW). Trata-se de uma das certificações mais relevantes em clima organizacional, confirmando a qualidade do ambiente de trabalho e a força de uma cultura construída com base em confiança, respeito e valorização das pessoas.



Manifesto pela Diversidade

A FUNCEF deu este passo importante na construção de um ambiente mais plural e acolhedor, que reafirma o compromisso da Fundação com respeito às diferenças e promoção da equidade.



Inclusão

Distribuição do Caderno temático de Diversidade, Equidade e Inclusão a todos os empregados da Fundação, com 12 temas que serão trabalhados ao longo de 2026.



Acolhe FUNCEF

O Protocolo de Atuação e Proteção de Relacionamento incentiva a promoção de ambiente seguro para o quadro funcional e demais participantes, implementando boas práticas contra a discriminação, injúrias e importunação sexual aos colaboradores no ambiente de trabalho.



[Clique aqui para acessar >](#)

O que o comitê ASGI fez em 2025

Relatório Stewardship 2024

O Comitê ASGI também elaborou o relatório anual sobre as ações que refletem os princípios de Stewardship na FUNCEF, referentes a 2025, com as informações fornecidas pela Diretoria de Investimentos e Participações.

O documento foi enviado à Associação de Investidores de Mercados de Capitais (AMEC) em junho de 2025 e publicado no site da FUNCEF, garantindo transparência e conhecimento à sociedade, em especial aos participantes dos planos de benefícios da FUNCEF.

Em resumo, a FUNCEF atua no monitoramento e engajamento para que todas as empresas investidas pela Fundação cumpram os princípios de *Stewardship*.



[Clique aqui para acessar >](#)



Pacto Global – Rede Brasil

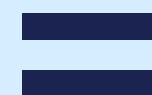
Maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, o Pacto Global – Rede Brasil teve a adesão da FUNCEF no primeiro trimestre de 2026.

Os 10 princípios do Pacto Global da ONU, dos quais a [Rede Brasil do Pacto Global](#), órgão vinculado ao PNUD, defende, são derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da [Organização Internacional do Trabalho](#) sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Ao longo de 2025, o Comitê de ASGI recomendou a adesão por reconhecer que a iniciativa é aderente aos objetivos estratégicos da Fundação e as ações ambientais, de governança e integridades desenvolvidas na FUNCEF.



Os 10 princípios do Pacto Global da ONU



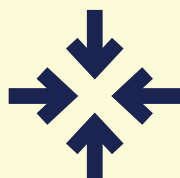
Direitos Humanos

1.

As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.

2.

Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.



Trabalho

3.

As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.

4.

A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.

5.

A abolição efetiva do trabalho infantil.

6.

Eliminar a discriminação no emprego.



Meio-ambiente

7.

As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.

8.

Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.

9.

Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.



Pacto Global
Rede Brasil



Anticorrupção

10.

As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Cultura de ASGI




Com apoio da Coordenação de Comunicação Social, as iniciativas de ASGI foram amplamente divulgadas aos empregados e aos participantes no site, intranet e mídias sociais.

Entre os destaques na difusão dos pilares de ASGI, destacam-se sete edições do RH Conectado, as campanhas de Janeiro Branco, Setembro Amarelo e Outubro Rosa, bem como a homenagem ao dia das mulheres.

Mais de 80 publicações no site, intranet e mídias sociais

Fórum de Equidade e Diversidade das EFPC

A FUNCEF, como membro ativo do Fórum de Equidade e Diversidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, apoiou três eventos em 2025, com forte participação dos empregados presencialmente ou on-line. Esses eventos abordaram temas como o fim da violência contra as mulheres e a importância do empoderamento feminino.

	Evento on-line	Participantes
	21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, Consciência Negra e Direitos Humanos	589
	A Importância do Empoderamento das Mulheres	915
	Agosto Lilás - Conhecer para Combater a Violência	637

Manifesto FUNCEF pela Diversidade

A Fundação reafirmou o seu compromisso institucional com respeito às diferenças, a promoção da equidade e a valorização da dignidade humana com o Manifesto FUNCEF pela Diversidade.

O documento estabeleceu diretrizes para fortalecer a inclusão, a diversidade e o respeito às relações de empregados, participantes, fornecedores e a CAIXA, patrocinadora dos planos geridos pela Fundação.

A ideia é combater qualquer forma de preconceito, promover condições de trabalho com saúde e bem-estar a todos e aprimorar os processos seletivos com igualdade e equidade, incluindo ações afirmativas.



[Clique aqui para acessar >](#)

Compromissos assumidos pela FUNCEF



Valores

Incorporar a diversidade às discussões estratégicas e monitorar ações por meio de indicadores de impacto.



Cultura

Combater todas as formas de discriminação, incluindo racismo, homofobia, transfobia, capacitismo e etarismo.



Desenvolvimento

Fortalecer iniciativas do pilar Social do ASGI, com capacitação e sensibilização sobre gênero, raça, orientação sexual, pessoas com deficiência, religiosidade, estética e diversidade geracional.



Seleção

Aprimorar processos seletivos para ampliar a equidade e a igualdade de oportunidades, incluindo ações afirmativas.



Saúde e bem-estar

Promover condições adequadas de trabalho, reconhecendo diferentes necessidades e estimulando um ambiente seguro, respeitoso e acolhedor.

Caderno da Diversidade, Equidade e Inclusão

O Caderno da Diversidade, Equidade e Inclusão integra um projeto pensado e desenvolvido pela área de Comunicação da FUNCEF, estruturado em 12 temas voltados aos empregados, trabalhados mês a mês ao longo do ano.

Como um dos itens contemplados nesse projeto, todos os empregados da Fundação receberam um caderno temático, pensado para acompanhar a jornada de trabalho e estimular a reflexão contínua sobre diversidade, equidade e inclusão no ambiente corporativo.

O material apresenta situações que não são toleradas no ambiente de trabalho e promove reflexões sobre termos e práticas utilizados no passado, mas que não fazem mais parte do mundo corporativo atual, reforçando o compromisso da FUNCEF com um ambiente mais respeitoso, inclusivo e alinhado às boas práticas contemporâneas.



Acolhe FUNCEF

Reforçando seu compromisso com as boas práticas e a segurança dos seus empregados, a Fundação desenvolveu e lançou o Protocolo de Atuação e Proteção de Relacionamento, batizado de Acolhe FUNCEF.

O protocolo foi idealizado pela Coordenação de Relacionamento e Atendimento aos Participantes (CORAP) para institucionalizar as boas práticas contra a discriminação, injúrias e importunação sexual aos colaboradores no ambiente de trabalho.

O Acolhe FUNCEF também apresenta os procedimentos adequados em caso de ocorrência discriminatória contra empregado da Fundação. As medidas incluem registro obrigatório de condutas criminosas e providências como advertência, e/ou boletim de ocorrência, caso seja da vontade do colaborador, conforme o caso.



Educação Previdenciária e financeira aos participantes e alunos do DF

Um dos destaques do pilar social da Diretoria de Benefícios foi a jornada de visitas às superintendências da CAIXA, em todas as regiões do Brasil, para apresentar aos participantes a importância do benefício da FUNCEF no futuro deles.

Em maio de 2025, a Fundação participou da Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF), nas escolas do Distrito Federal, em que apresentou a importância do planejamento financeiro para o futuro. O trabalho foi feito de forma lúdica com um jogo de tabuleiro e envolveu alunos do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano.



Olho no futuro

A Fundação iniciou uma etapa relevante sobre avaliação e diagnóstico ASGI, que permitirá o entendimento do contexto atual e a criação da matriz de materialidade sobre os pilares ambiental, social e de governança.

O trabalho está sendo conduzido por consultoria externa e permitirá a elaboração de plano de trabalho de médio e longo prazos sobre a agenda de sustentabilidade. O prazo de conclusão está previsto para o 1º semestre de 2026.

ETAPAS PARA PLANO DE TRABALHO DE LONGO PRAZO



Etapa 1

Diagnóstico de maturidade

Compreende a identificação e avaliação das boas práticas ASG já adotadas pela Fundação.



Etapa 2

Entendimento de contexto

Compreende o entendimento do contexto da Fundação, identificação das principais questões internas e externas pertinentes às boas práticas ASG por meio de análise SWOT, identificação das principais partes interessadas (necessidades, expectativas e monitoramento), identificação das principais obrigações ASG da FUNCEF.



Etapa 3

Avaliação de temas materiais

Identificação dos temas materiais críticos para a gestão estratégica e sucesso na aplicação de programa de boas práticas ASG da Fundação.



Etapa 4

Políticas ASG e Relatório de Sustentabilidade

Compreende a revisão e/ou elaboração de políticas e relatório ASG.



Etapa 5

Treinamento e comunicação

Capacitação dos empregados FUNCEF em temas relacionados à boas práticas ASG.



Etapa 6

Monitoramento e auditoria

Desenvolvimento de indicadores para um monitoramento efetivo.

Agenda ASGI na FUNCEF

Exemplos aplicados em todas as diretorias da Fundação



Digitalização de processos

Priorização, pela Gerência Jurídica, de sustentações orais e reuniões virtuais, reduzindo deslocamentos e emissões nas viagens aéreas.



Redução de papel

Estímulo à leitura digital e uso de tecnologias em reuniões.



Apoio ao trabalho remoto

Incentivo a modalidades de trabalho que proporcionam economia, redução da utilização de veículos e qualidade de vida.



Governança e gestão

Reuniões estratégicas frequentes, ambiente colaborativo e ações éticas.



Diversidade e inclusão

Implementação de políticas para garantir equidade nas oportunidades e respeito à diversidade.



Modernização de processos

Melhoria contínua, redução de erros e aumento da eficiência.



Saúde e bem-estar

Promoção de um ambiente de trabalho saudável, com foco na saúde física e mental da equipe.

Respeito ao meio ambiente

A sustentabilidade é mais do que um conceito na FUNCEF. Em 2025, todas as áreas se comprometeram em ampliar as ações para reduzir o uso de material que pudesse causar dano ao meio-ambiente. Além de proteger a natureza, as ações resultaram em economia aos cofres da Fundação.

A Fundação mantém participação ativa no Comitê de Sustentabilidade da Abrapp, fórum em que contribuiu para o Relato de Sustentabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, apresentado no congresso anual da associação em 2025.

Principais ações



Fim dos copos descartáveis, reduzindo em 55% os custos de material da copa.



Eliminação de 3 toneladas de papel com a retirada de 7 toneladas da sede.



Queda de 28% do consumo de energia com novo horário de expediente.



Retirada dos gaveteiros, reduzindo custos com matérias individuais.



Doação de 451 móveis inservíveis à ONG Moradia e Cidadania.



Conscientização para que seja impresso somente o estritamente necessário.

Menos gases poluentes com despachos virtuais

A Gerência Jurídica priorizou a realização de despachos e sustentações orais em plataformas virtuais, além do uso dos escritórios terceirizados nos estados e municípios, reduzindo os custos com viagens e a emissão de gases poluentes geradas por elas. Pelo mesmo motivo, o setor apoia o trabalho híbrido.

A Gerência Jurídica, também, ampliou a interação com as entidades representativas dos participantes para garantir mais agilidade nos acordos judiciais entre as partes. Entre eles, os das Mulheres Pré-1979.



Menos gastos com energia e material

A reforma das instalações da FUNCEF, mais do modernizar a sede, atualizou o prédio para as normas mais recentes de segurança, readequou todo o mobiliário para dar mais conforto aos colaboradores, respeitando as normas mais recentes da ABNT, e usou iluminação que aproveita a luz natural e se ajusta de acordo com a luminosidade no momento.

O sistema de ar-condicionado passou a ter controle inteligente e monitoramento em tempo real. Já as torneiras dos banheiros, com sensores, tornaram-se mais higiênicas e econômica. A redução no consumo de energia foi de 42%, quando comparada com o ano de 2024.

Redução do consumo e dos custos de energia

Indicador	2024	2025	Redução
Consumo total (kWh)	471.064	274.191	42%
Custo total (R\$)	R\$ 484,7 mil	R\$ 302,7 mil	37,5%

Trâmite digital de documentos no FUNCEF Suíte

A otimização dos recursos naturais teve no FUNCEF Suíte um forte aliado em 2025. A ferramenta usada para trâmite eletrônico de documentos contribui para a redução de impressões e do uso de papel nas diretorias.



5 mil

caixas de documentos foram organizadas e digitalizadas em 2025



6,9 toneladas

de papel foram arquivadas em meio digital na ação Papel Zero



8,5 toneladas

de documentos que necessitavam de arquivamento foram eliminados

Cultura da Integridade

Para fortalecer a governança, a Coordenação de Controles Internos e Conformidade (Cocic) produziu quatro episódios do IntegridadeCast, divulgou informes eletrônicos curtos, em formato de pílulas, ao público interno, e ampliou a parceria com a Ouvidoria no fortalecimento do canal de denúncias como instrumento de reforço à integridade.

Os podcasts trataram do indicador de maturidade de controle e compliance (IMCC) da FUNCEF, conflito de interesses e informações privilegiadas, ASGI nos investimentos e prevenção à lavagem de dinheiro – este último com representantes da CAIXA e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).



Integridade é regra

Para atender à Fundação com produtos, serviços ou fornecimento de mão-de-obra, as empresas são obrigadas a seguir as seguintes regras de integridade

- ☑ Atender à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).
- ☑ Prevenção e tratamento de conflitos de interesses.
- ☑ Divulgação das informações no Portal da Transparência.
- ☑ Adesão às políticas internas da FUNCEF (Código de Ética, Programa de Integridade e Política de LD/FT).
- ☑ Respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- ☑ Avaliação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária das empresas selecionadas como condição para a contratação.
- ☑ Automação com fluxos eletrônicos no sistema de gestão documental e de painéis de acompanhamento, fortalecendo os mecanismos de governança, controle e transparência dos processos de compras e contratações.

Manual Gerencial de Gestão de Riscos de Integridade

O Manual Gerencial de Gestão de Riscos de Integridade foi criado para estabelecer diretrizes operacionais aplicáveis à gestão de risco de integridade na Fundação.

O normativo assegura que a identificação e o tratamento desses riscos ocorram de forma estruturada, eficiente e contínua, garantindo sustentabilidade ao Programa de Integridade, fortalecendo a governança, a imagem institucional e a confiança nos participantes, patrocinadores e demais públicos.



64

eventos com riscos de integridade foram enviados às áreas para evitar problemas



500+

processos foram avaliados em 2025



Transparência na Ouvidoria

Vinculada diretamente ao Conselho Deliberativo, a Ouvidoria atua de forma autônoma e com total transparência aos participantes.

A área desempenha papel estratégico na consolidação da agenda de Sustentabilidade e ASGI da Fundação, atuando de forma integrada ao sistema de governança, à promoção da ética e ao fortalecimento dos mecanismos de integridade institucional.

A atuação da Ouvidoria FUNCEF contribui diretamente para a transparência, a escuta qualificada dos públicos e a melhoria contínua dos processos internos, alinhando-se às melhores práticas de governança e responsabilidade corporativa.



Principais avanços da Ouvidoria em 2025



Painel da Ouvidoria

Em 2025, foi lançada a segunda versão, atualizada, constantemente, em BI. A iniciativa é única entre os fundos de pensão, sendo reconhecida com Prêmio Ouvidorias Brasil 2023.



Consulta interna

A FUNCEF adotou soluções que ampliam a eficiência operacional e o controle interno, como a disponibilização de consulta automatizada de pendências para as áreas internas.



Página da Ouvidoria

Conteúdo revisado e adequado ao novo site da FUNCEF, reforçando a padronização da linguagem e a transparência dos canais de atendimento.



Canal de Denúncias

Criado em 2020, teve sua página atualizada com detalhamento mais claro das principais dúvidas dos usuários.

Fortalecimento da cultura organizacional

A Gerência de Administração e Pessoas investiu nos pilares ambiental, social e de governança com o olhar atento à integridade dos empregados e dos fornecedores na relação de compras ou da prestação de serviços.

Dessa forma, antes de qualquer contratação, a área verifica se as empresas cumprem os princípios de ASGI. O resultado, além de garantir mais bem-estar às equipes, é economia de recursos com ações simples como o ajuste do horário de trabalho, que levou à redução significativa da conta de energia da Fundação.

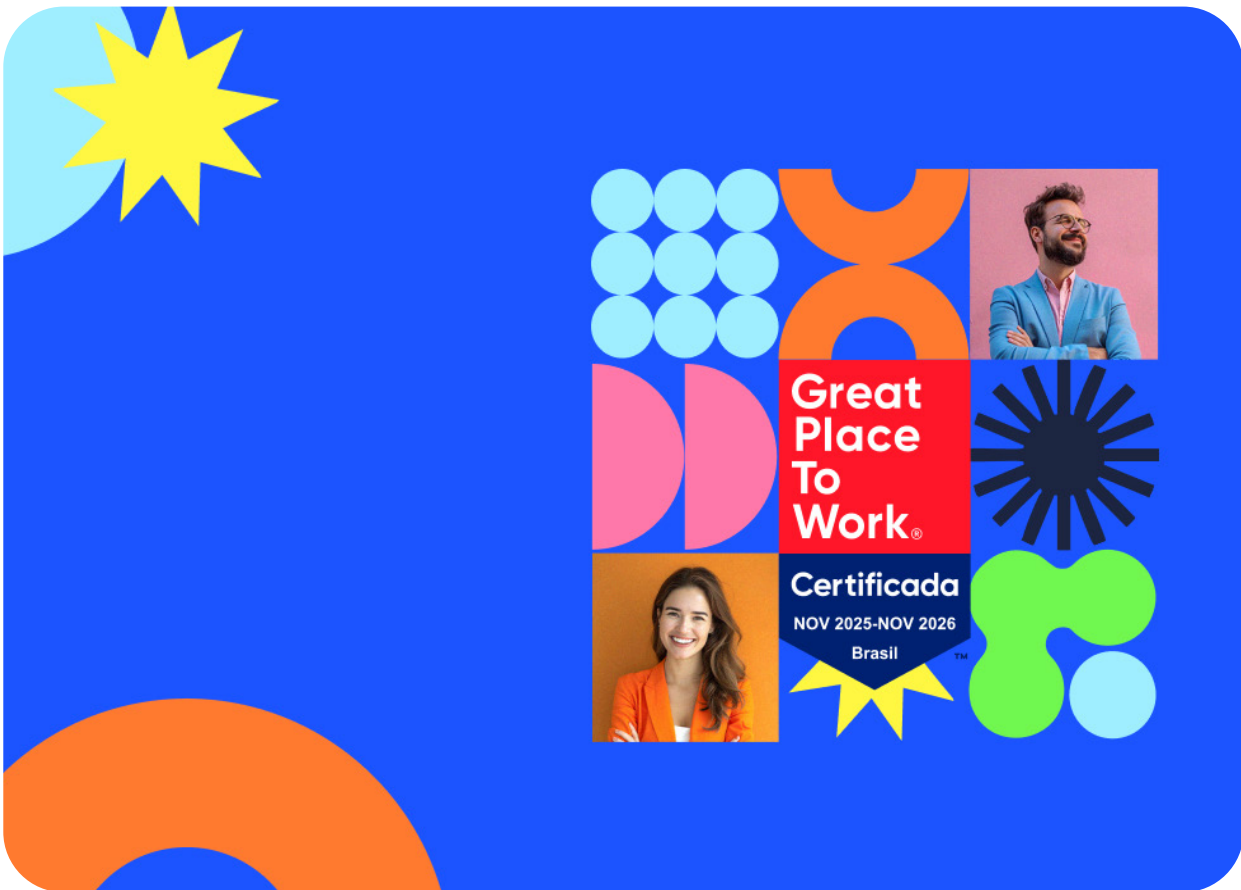
Detentora do selo de Melhores Empresas para Trabalhar, a FUNCEF promove a diversidade, a equidade, o combate à discriminação, o assédio moral e sexual, contando com previsão de rescisão contratual em caso de condenações relacionadas a assédio, discriminação ou práticas ilegais no trabalho.



Melhores Empresas para Trabalhar

Com ações que diminuíram o absenteísmo em 2,18% e aumentaram o bem-estar dos empregados em programas como o Projeto Movimento, a FUNCEF conquistou o título de *Great Place to Work* (Melhores Empresas para Trabalhar) em 2025.

A pesquisa foi realizada entre 3 e 25 de novembro de 2025 e contou com a participação de 424 colaboradores, representando 84% do quadro funcional, percentual superior à média nacional das empresas participantes.



Os resultados evidenciaram um ambiente de trabalho positivo e consistente, com 92% dos respondentes afirmando que a FUNCEF é um excelente lugar para trabalhar e índice geral de 81%, superando o patamar mínimo exigido para certificação.

O selo *Great Place to Work*, válido de novembro de 2025 a novembro de 2026, reforça o compromisso da FUNCEF com práticas de gestão pautadas na confiança, no respeito, na inclusão, na valorização das pessoas e na melhoria contínua do ambiente de trabalho.



Indicadores que comprovam a excelência

Números da FUNCEF refletem o compromisso com as pessoas e um ambiente de trabalho de qualidade



84%

de adesão à pesquisa, acima da média nacional de 77%



92%

dos empregados afirmaram que a FUNCEF é um excelente lugar para trabalhar



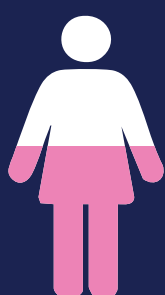
81%

das respostas no medidor GPTW indicam que as afirmações sobre o ambiente de trabalho são verdadeiras na maior parte do tempo ou sempre

Perfil dos empregados da FUNCEF

Visão Geral – Gênero

FORAM CONSIDERADOS TODOS OS CARGOS DA FUNCEF



52%
MULHERES
274 profissionais



48%
HOMENS
255 profissionais

Visão Geral – Cargos Estratégicos

CONSULTORES, COORDENADORES, GERENTES, DIRETORES

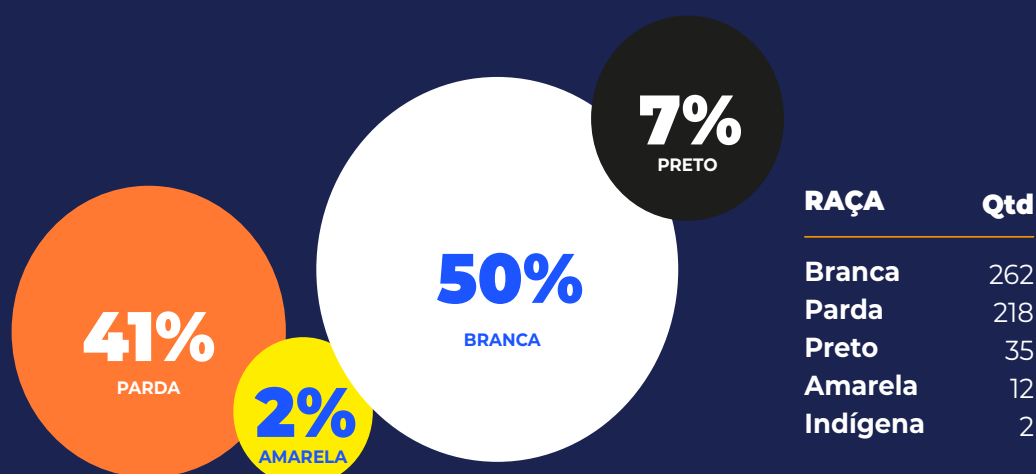


51%
MULHERES
35 profissionais



49%
HOMENS
34 profissionais

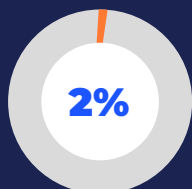
Étnico-Racial



RAÇA	Qtd
Branca	262
Parda	218
Preto	35
Amarela	12
Indígena	2

Faixa Etária

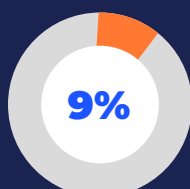
Geração Alpha



Até 17 anos

Crescendo em um mundo 100% digital; terão demandas mais voltadas para inovação e experiências customizada

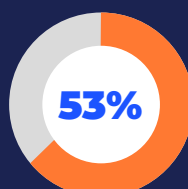
Geração Z



18 a 26 anos

Nativos digitais; foco em inclusão e diversidade; buscam autonomia e aprendizado rápido

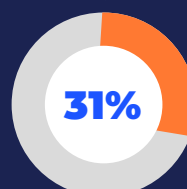
Mileniais



27 a 43 anos

Buscam propósito e desenvolvimento pessoal; valorizam flexibilidade e feedback constante; confortáveis com tecnologia

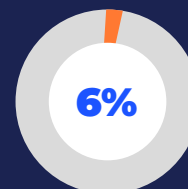
Geração X



44 a 58 anos

Adaptáveis a mudanças; equilibram trabalho e vida pessoal; valorizam segurança no emprego

Baby Boomers



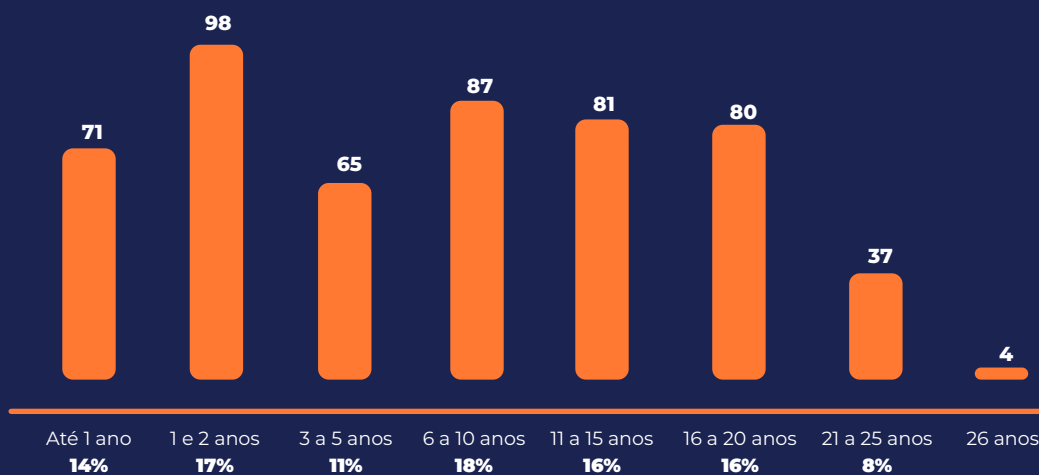
59 a 77 anos

Valorizam estabilidade e lealdade; preferem comunicações formais; foco no trabalho presencial

Tempo de Casa

EXCLUÍDOS OS ESTAGIÁRIOS, APRENDIZES, DIRETORES E CONSELHEIROS

Qtd. de Colaboradores por Tempo de Casa



39%

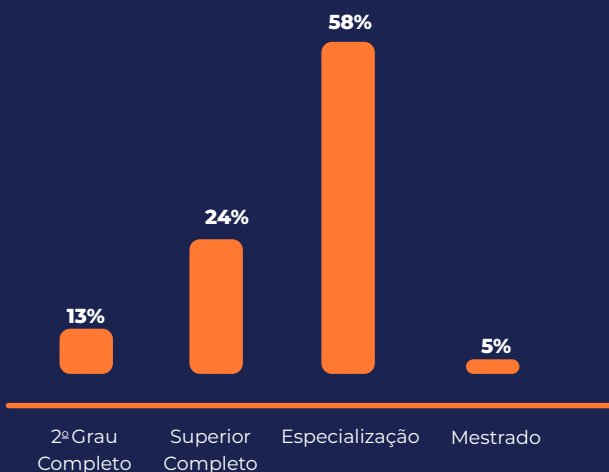
Possui mais de 11 anos de casa

8,8 anos

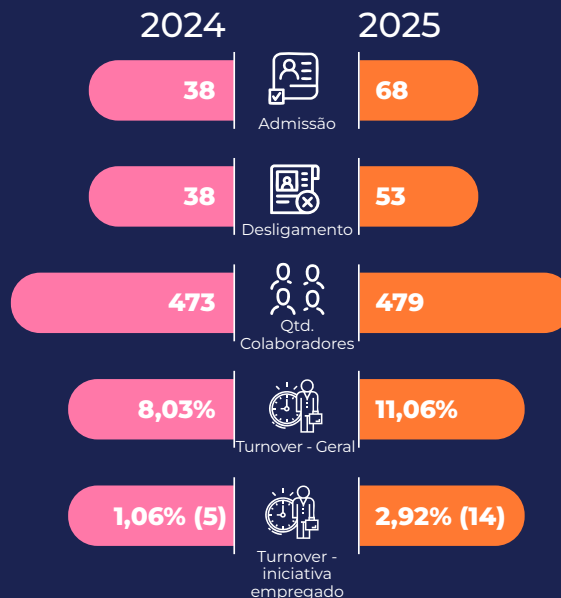
Tempo médio de casa

Escolaridade

EXCLUÍDOS OS ESTAGIÁRIOS, APRENDIZES E CONSELHEIROS

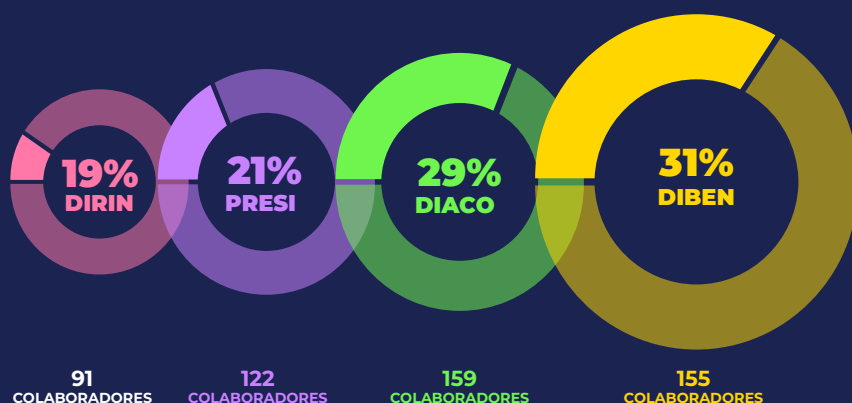


Turnover



Distribuição por Diretoria

CONSELHOS FORAM INCLUÍDOS NA PRESIDÊNCIA PARA FINS DE DISTRIBUIÇÃO



CARGO	Qtd	% total
Analistas	257	49%
Assistentes	115	22%
Coordenação	44	8%
Especialista	29	5%
Estagiário	11	2%
Conselheiro	20	4%
Atendente	12	2%
Gerência	16	3%
Aprendiz	10	2%
Consultor	6	1%
Diretoria	4	1%

Novas contratações

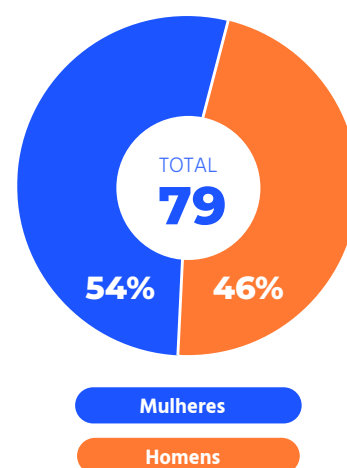
Já no final de 2024, a Fundação passou a destacar, nos processos seletivos de novos empregados, o compromisso com a diversidade e a inclusão.

A iniciativa incentivou a participação de mulheres, do público LGBT e de outros grupos da sociedade. Isso representou um acréscimo no número de mulheres e de pretos e pardos nos times, como se verá a seguir.



Igualdade nos salários

Não há diferença no salário de homens e mulheres na Fundação. O Plano de Cargos e Salários, revisado em 2024, estabeleceu critérios claros e transparentes para ascensão e promoção, reforçando o compromisso com a diversidade e a inclusão. Isso manteve o equilíbrio em relação ao ano de 2024 e a predominância feminina nas promoções.



Medidas de valorização dos empregados da FUNCEF

A Fundação adota diversas práticas que garantem direitos e promovem a equidade de gênero e o bem-estar dos seus trabalhadores. Conheça as principais e os benefícios previstos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)



Auxílio-creche

É oferecido auxílio sem limite de idade para filhos com deficiência ou que não possam expressar sua vontade, conforme o Código Civil



Seguro de Vida em Grupo

A assistência funeral cobre despesas com o titular e familiares, incluindo cônjuges e companheiros(as), independente do sexo



Auxílio-vacina

A FUNCEF subsidia vacinas contra a gripe e vacinas da Primeira Infância fora do calendário nacional, conforme teto e regras definidos



Licença-maternidade

Concessão de 180 dias, sendo 60 dias adicionais aos 120 garantidos por lei. Após esse período, a empregada pode trabalhar em home office por mais 180 dias



Licença-paternidade

- 20 dias para nascimento de filho(a)
- 25 dias em caso de gêmeos ou mais
- 30 dias se o recém-nascido tiver complicações médicas (com laudo)



Licença por adoção

- 120 dias para adotantes segurados do INSS
- 156 dias para adoção de crianças afrodescendentes ou com deficiência entre 5 e 12 anos (complementação de 36 dias pela FUNCEF)
- Adotantes homens têm direito a 25 dias de licença, nos casos citados acima



Licença para acompanhamento de família

- Licença não-remunerada disponível para casos de doença de familiar
- Direito a 5 dias ao ano (remunerados) para acompanhar parentes ou a si mesmo em consultas e procedimentos médicos



Ausências permitidas sem desconto

- Casamento ou união estável: 8 dias
- Falecimento de familiares: até 8 dias, dependendo do grau de parentesco
- Participação em eventos, vestibulares e outros motivos com regras específicas
- Licença pode ser ampliada em caso de deslocamento para locais distantes



Exames Periódicos

- Realização anual para todos os empregados
- A partir dos 40 anos, há opção de exames complementares conforme Programa de Saúde Ocupacional



Vagas de garagem na FUNCEF

- Prioridade para gestantes, idosos (65+) e pessoas com deficiência



Programa Melhor Maternidade

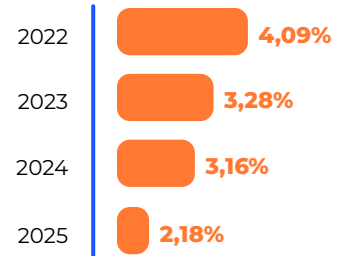
- Acompanhamento de colaboradoras e dependentes gestantes com orientações sobre saúde e cuidados no pré e pós-parto

Qualidade de Vida

A FUNCEF desenvolve programas de saúde, segurança e qualidade de vida voltados aos empregados e, sempre que possível, também às suas famílias.

As ações de 2025 buscaram promover bem-estar, segurança e inclusão, contribuindo para um ambiente de trabalho saudável e alinhado às boas práticas de gestão de pessoas. Isso tem se refletido na redução do índice de absenteísmo.

Índice de absenteísmo na FUNCEF



Principais ações de qualidade de vida em 2025



Projeto Movimento

Iniciativa voltada à saúde mental e ao clima organizacional, com realização de consultas e diagnósticos para identificação de possíveis gargalos organizacionais, incluindo eventuais situações de assédio.



Dia Nacional de Mobilização pela Promoção da Saúde

Atividades de bem-estar no Parque da Cidade com a participação dos familiares em abril.



Dia das Mães

Palestra na Fundação: Encontrando o Equilíbrio: Como Harmonizar Trabalho, Vida Pessoal e Família.



Campanha do Agasalho

Com apoio de 261 empregados, as doações arrecadas entre maio e junho beneficiaram 42 famílias em situação de vulnerabilidade.



Dia dos Pais

Encontro para troca de experiências com os pais na Fundação sobre o exercício da paternidade.



Dia das Crianças

Participação de mais de 70 crianças filhas dos empregados, fortalecendo o vínculo família-trabalho.



Outubro Rosa/Novembro azul

Ações de conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce.



Natal Solidário

Ação que adotou 251 cartas de crianças em parceria com a ONG Heróis de Verdade, promovendo solidariedade e impacto social na comunidade.

Capacitação e desenvolvimento de pessoas

A FUNCEF promove o desenvolvimento contínuo de seus profissionais, reconhecendo a capacitação como pilar estratégico para a sustentabilidade da gestão, a qualidade das decisões e o fortalecimento da governança.

Ao longo do 2025, 98% do quadro de empregados participou de ações de capacitação, com média de 7 participações por empregado e 6,59 horas de treinamento, contemplando tanto competências técnicas (hard skills) quanto comportamentais (soft skills).

O investimento contínuo em treinamento gera valor direto aos participantes da Fundação. Empregados mais capacitados atuam com maior precisão técnica, responsabilidade e alinhamento às normas, contribuindo para decisões mais seguras, processos mais eficientes e melhor gestão dos recursos previdenciários.



98%

dos participantes participaram de capacitação em 2025



6,6 horas

foi o tempo médio de treinamento por empregado em 2025

Programas de desenvolvimento da FUNCEF



Formando Campeões

Programa estruturado de desenvolvimento de lideranças, com uso de metodologias ativas e analogias esportivas, voltado ao fortalecimento de competências como gestão de equipes, definição de metas, segurança psicológica, protagonismo e alinhamento estratégico.



Incentivo à Certificação

Voltado à qualificação técnica e à educação continuada, baseado em monitoramento sistemático e ações de capacitação. Atualmente, 100% dos membros da Diretoria Executiva e 90% dos conselheiros têm certificação específica em previdência (ICSS), em linha com às melhores práticas de mercado.

Transparência e segurança

Orçamento plurianual

Atendendo às exigências da Resolução CNPC nº 62, publicada em 2025, a Fundação consolidou o seu planejamento orçamentário plurianual. A prática foi adotada já em 2024, antes mesmo do início da vigência da exigência da norma.

PLANO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (R\$ Mil)	Orçado 2025	Orçado 2026	Orçado 2027	Orçado 2028
A) Saldo Inicial do Fundo Administrativo	407.253	452.820	466.873	491.053
1. Custeio da Gestão Administrativa	322.746	327.626	331.172	344.927
2. Despesas	277.179	313.573	305.992	315.545
3. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (1-2)	45.567	14.053	24.180	29.382
B) Saldo Final do Fundo Administrativo (A+3)	452.820	466.873	491.053	520.436
PLANO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (R\$ Mil)	Orçado 2025	Orçado 2026	Orçado 2027	Orçado 2028
Dispendio de Capital				
- Imobilizado	28.000	8.635	1.991	1.991
- Intangível	19.446	1.442	740	740
	8.554	7.193	1.251	1.251

Além disso, a FUNCEF aperfeiçoou os painéis em *Power Business Intelligence* (BI) para dar mais transparência das informações, permitir a rastreabilidade dos dados, melhorar o monitoramento das despesas e dos indicadores de desempenho e rentabilidade dos investimentos, reforçando o controle interno e a tomada de decisões.

Mais clareza nas informações contábeis

A FUNCEF investiu na melhoria da experiência do usuário ao se conectar com as informações contábeis internas.

O Portal de Demonstrações Contábeis, antes restrito aos empregados da FUNCEF, está aberto a todos no site, ampliando a transparência com os participantes e sociedade em geral.

Além disso, a Fundação publicou sua Política Contábil, afirmando o compromisso de elevar ainda mais o nível de transparência das práticas contábeis da Fundação, pautando-se pelas melhores práticas de mercado.



[Clique aqui para acessar >](#)



Segurança cibernética

A FUNCEF avançou no debate sobre segurança cibernética com a 1ª edição do Click Consciente em dezembro. O evento faz parte das ações de segurança da informação adotadas pela Fundação.

Esta primeira edição foi realizada em formato híbrido e reuniu mais de 135 empregados. A ideia é fazer do Click Consciente um evento anual para promover boas práticas e reforçar a proteção dos ativos digitais.

A pauta incluiu temas como engenharia social, a técnica de manipulação que explora erros humanos para obter informações privadas, acessos ou coisas de valor no ambiente cibernético.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis



KPMG Auditores Independentes Ltda.
 Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Telefone +55 (21) 2207-9400
 kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Diretores e Participantes da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF ("FUNCEF" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, aqui denominados consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43), a demonstração do ativo líquido e a demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, por plano de benefícios previdencial, em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social consolidada, da mutação do ativo líquido por plano de benefícios previdencial, do plano de gestão administrativa consolidada e por plano, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios previdencial de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas e individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

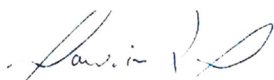
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ 077911/O-2

Parecer do Conselho Deliberativo

PA CD 0001/2026 – FS
Conselho Deliberativo
Brasília, 31 de março de 2026

- O Conselho Deliberativo da Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, em cumprimento ao disposto no inciso XV do artigo 32 do Estatuto da FUNCEF e considerando: a manifestação da Auditoria Externa, conforme a Minuta do Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda; os pareceres do atuário interno relativos aos planos de benefícios administrados pela Fundação; bem como o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário nº 001, datado de 27/03/2026, o posicionamento do Conselho Fiscal, consubstanciado no PA CF 0002/2026 – FS e os termos da Resolução/Ata DE nº 032/2111, e, uma vez que os dados refletem adequadamente a posição patrimonial da FUNCEF, aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, compostas por: Balanço Patrimonial Consolidado; Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, consolidada; Demonstração do Ativo Líquido - DAL, por plano de benefícios; Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL, por plano de benefícios; Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, consolidada; Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis; além do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG, consubstanciado na minuta do “Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis”; e as Demonstrações Atuariais de cada plano de benefícios da FUNCEF.

Assinado de forma digital por
ADAUTO ELOI PEREIRA
JUNIOR:19254289825
Dados: 2026.03.31 17:44:29
-03'00'

Adauto Eloi Pereira Junior
Conselheir

Documento assinado digitalmente
gov.br FABIANA CRISTINA MENEGUELE MATHÉUS
Data: 31/03/2026 17:54:17-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Fabiana Cristina Meneguele Matheus
Conselheira

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCIUS FABIANI DE VASCONCELOS SOUSA
Data: 31/03/2026 18:06:24-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Lucius Fabiani de Vasconcelos Sousa
Conselheiro

Assinado de forma digital por ANA
FATIMA DE BRITO:57499322653
Dados: 2026.03.31 17:37:17 -03'00'

Ana Fátima de Brito
Conselheira

Documento assinado digitalmente
gov.br HELAINE COUTINHO CARDOSO
Data: 31/03/2026 17:24:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Helaine Coutinho Cardoso
Conselheira

Assinado de forma digital por
MARIA SALETE
CAVALCANTI:20579
330400
Dados: 2026.03.31 17:09:15 -03'00'

Maria Salete Cavalcanti
Presidente

Parecer do Conselho Fiscal

PA CF 0002/2026-FS
Conselho Fiscal
Brasília, 27 de março de 2026

O Conselho Fiscal da FUNCEF, consoante **I.** o disposto no inciso I do artigo 44 do Estatuto da FUNCEF, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, devidamente aprovadas pela Diretoria Executiva, compostas por: Balanço Patrimonial Consolidado; Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, consolidada; Demonstração do Ativo Líquido - DAL, por plano de benefícios; Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL, por plano de benefícios; Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, consolidada; Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; além do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG, consubstanciado na minuta do "Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis", o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário nº 001/2026, de 27/03/2026, e a análise efetuada pela empresa PFM Consultoria e Sistemas, entende que os documentos apresentados estão em conformidade com a regulamentação aplicável; **II.** o inciso II, do artigo 44, do Estatuto da FUNCEF, examinou as Demonstrações Atuariais, os Pareceres Atuariais e os Planos de Custeio, estes aprovados pela Diretoria Executiva, referentes aos planos de benefícios REG/REPLAN, modalidades Saldada e Não saldada, REB e NOVO PLANO, concluiu que as referidas Demonstrações Atuariais estão em conformidade com os dispositivos regulamentares e com a legislação em vigor; e **III.** registrou ciência da proposta de utilização de parte do Equilíbrio Técnico Ajustado Positivo detectado na modalidade Saldada do REG/REPLAN para fins de redução de 0,50 p.p. (zero vírgula cinquenta pontos percentuais) da alíquota do Plano de Custeio Extraordinário do Plano de Equacionamento de Déficit (PED) Unificado, pelo período de 12 (doze) meses, com início de aplicação em 1º de abril de 2026, nos termos do VO DIBEN 0007/2026-FS e seus anexos.

GEISA CELINA
VIEIRA:52419711149

Geisa Celina Vieira
Conselheira

Assinado de forma digital por
GEISA CELINA
VIEIRA:52419711149

GILSON TAVARES
COSTA:08448582187

Gilson Tavares Costa
Conselheiro

Assinado de forma digital por
TAVARES COSTA:08448582187
Dados: 2026.03.27 18:20:15 -03'00'

TAMARA SIQUEIRA
DOS
SANTOS:34839973857

Tamara Siqueira dos Santos
Presidente, no exercício da titularidade

Assinado de forma digital por
TAMARA SIQUEIRA DOS
SANTOS:34839973857
Dados: 2026.03.27 19:19:05
-03'00'

MARIANO MOREIRA
JUNIOR:01635904943

Mariano Moreira Junior
Conselheiro

Assinado de forma digital por
MARIANO MOREIRA
JUNIOR:01635904943
Dados: 2026.03.27 21:24:01 -03'00'

CONSOLIDADO



Balço Patrimonial

Valores em Milhares de R\$

ATIVO		2025	2024	PASSIVO		2025	2024
DISPONÍVEL		7.047	2.067	EXIGÍVEL OPERACIONAL		673.274	654.022
REALIZÁVEL		128.681.997	118.947.493	GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.6 (a)	285.669	219.582
GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.1	6.961.909	9.500.178	GESTÃO ADMINISTRATIVA	Nota 8.6 (b)	20.588	22.304
GESTÃO ADMINISTRATIVA	Nota 8.2	25.122	27.135	INVESTIMENTOS	Nota 8.6 (c)	367.017	412.136
INVESTIMENTOS	Nota 8.3	121.694.965	109.420.179	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	Nota 8.7 (a.2)	924.725	816.936
ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO		0	0	GESTÃO PREVIDENCIAL		707.349	653.820
RENDA VARIÁVEL		2.172.691	2.249.180	GESTÃO ADMINISTRATIVA		10.355	15.041
FUNDOS DE INVESTIMENTOS		108.651.140	96.696.012	INVESTIMENTOS		207.021	148.074
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS		5.492.546	5.357.426	PATRIMÔNIO SOCIAL		127.146.277	117.528.671
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		4.388.978	3.574.518	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO		121.487.211	112.397.190
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		36.891	38.978	PROVISÕES MATEMÁTICAS	Nota 8.8 (a)	126.106.657	116.905.374
OUTROS REALIZÁVEIS - INVESTIMENTOS		952.718	1.504.064	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		83.695.014	84.472.662
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		55.233	50.069	BENEFÍCIOS A CONCEDER		49.279.865	43.211.201
IMOBILIZADO	Nota 8.5	50.274	50.069	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR		-6.868.222	-10.778.488
INTANGÍVEL		4.960	0	EQUILÍBRIO TÉCNICO	Nota 8.8 (c)	-4.619.446	-4.508.185
				RESULTADOS REALIZADOS		-4.619.446	-4.508.185
				(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO		-4.619.446	-4.508.185
				FUNDOS		5.659.067	5.131.481
				FUNDOS PREVIDENCIAIS	Nota 8.9 (a)	4.732.012	4.330.492
				FUNDOS ADMINISTRATIVOS	Nota 8.9 (b)	452.977	407.253
				FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM P	Nota 8.9 (c)	474.078	393.737
TOTAL ATIVO		128.744.277	118.999.629	TOTAL PASSIVO		128.744.277	118.999.629

CONSOLIDADO

FUNCEF
RAI2025

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Valores em Milhares de R\$

Descrição	2025	2024	Variação
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	407.253	373.315	9
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	327.072	285.780	14
1.1. RECEITAS	327.072	285.780	14
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	160.678	151.162	6
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	97.568	93.934	4
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	14.435	15.707	-8
RECEITAS DIRETAS	371	310	20
ATUALIZAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS/ RECURSAIS	161	3	5.757
OUTRAS RECEITAS	7	7	-2
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	53.852	24.658	118
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-283.040	-250.679	13
2.1. ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	-283.004	-250.679	13
PESSOAL E ENCARGOS	-163.285	-153.516	6
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-1.301	-1.316	-1
VIAGENS E ESTADIAS	-2.579	-2.246	15
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-59.228	-52.026	14
DESPESAS GERAIS	-27.701	-14.430	92
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	-2.296	-2.893	-21
TRIBUTOS	-26.613	-24.252	10
2.5. FOMENTO	-36	0	0
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTIGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	1.692	-1.164	-245
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1 + 2 + 3)	45.724	33.937	35
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	45.724	33.937	35
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 7)	452.977	407.253	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Valores em Milhares de R\$

Descri�o	2025	2024	Variacão
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	117.528.671	112.430.461	5
1. ADIcOES	17.411.044	13.500.334	29
CONTRIBUIcOES PREVIDENCIAIS	4.923.217	5.187.084	-5
PORTABILIDADE	3.635	15.465	-76
ATUALIZAC�O DE DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	8.699	7.807	11
MIGRAc�O ENTRE PLANOS	0	2.152	-100
OUTRAS ADIcOES PREVIDENCIAIS	14.284	15.558	-8
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	12.052.105	7.133.245	69
REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	795.281	-100
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	273.220	261.122	5
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	53.852	24.658	118
REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.692	0	0
CONSTITUIc�O DE FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAC�OES COM PARTICIPANTES	80.341	57.961	39
2. DEDUcOES	-8.061.054	-8.402.124	-4
BENEFÍCIOS	-6.691.316	-6.227.332	7
RESGATES	-786.162	-1.857.651	-58
PORTABILIDADES	-17.566	-56.730	-69
MIGRAc�O ENTRE PLANOS	0	-2.152	-100
PROVISÃO PARA PERDAS ESTIMADAS	-382	-1.659	-77
OUTRAS DEDUcOES	-80.047	-4.757	1.583
CONSTITUIc�O LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-202.540	0	0
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-283.040	-250.679	13
CONSTITUIc�O LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	0	-1.164	-100
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	9.349.990	5.098.210	83
PROVIS�OES MATEMATICAS	8.487.538	4.318.217	97
SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	228.739	1.846.259	-88
FUNDOS PREVIDENCIAIS	507.649	-1.158.165	-144
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	45.724	33.937	35
FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAC�OES COM PARTICIPANTES	80.341	57.961	39
4. OUTROS EVENTOS DO PATRIMÔNIO SOCIAL¹	267.616	0	0
B) PATRIMONIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	127.146.277	117.528.671	8

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis

NOVO PLANO



Demonstração de Provisões Técnicas

CONSOLIDADO

Valores em Milhares de R\$

Descrição	2025	2024	Varição	
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	43.230.288	36.544.003	18	
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	Nota 8.8 (a)	42.320.398	35.820.213	18
1.1 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		4.494.840	4.145.694	8
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME		4.494.840	4.145.694	8
1.2 BENEFÍCIOS A CONCEDER		37.825.558	31.674.519	19
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR		18.292.035	15.341.426	19
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES		19.533.522	16.333.093	20
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	Nota 8.8 (c)	133.997	109.467	22
2.1 RESULTADOS REALIZADOS		133.997	109.467	22
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO		133.997	109.467	22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		133.997	109.467	22
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO		0	0	0
2.2 RESULTADOS A REALIZAR		0	0	0
3. FUNDOS		593.344	430.527	38
3.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS	Nota 8.9 (a)	399.431	289.007	38
3.2 FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.9 (c)	193.913	141.520	37
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL		169.995	176.190	-4
4.1 GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.6 (a)	21.558	31.259	-31
4.2 INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.6 (c)	148.437	144.931	2
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	Nota 8.7 (a.1)	12.555	7.606	65
5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL		7.823	4.619	69
5.2 INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL		4.732	2.986	58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido

CONSOLIDADO

Valores em Milhares de R\$

Descrição		2025	2024	Variação
1. ATIVO		43.442.199	36.731.770	18
DISPONÍVEL		1.126	12	9.283
RECEBÍVEL		217.366	193.931	12
INVESTIMENTOS	Nota 8.3	43.223.707	36.537.827	18
ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO		0	0	0
RENDA VARIÁVEL		230.878	278.653	-17
FUNDOS DE INVESTIMENTOS		40.564.992	34.625.797	17
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS		345.682	100.847	243
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		2.056.010	1.497.886	37
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		634	553	15
OUTROS REALIZÁVEIS - INVESTIMENTOS		25.511	34.091	-25
2. OBRIGAÇÕES		182.550	183.796	-1
EXIGÍVEL OPERACIONAL		169.995	176.190	-4
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	Nota 8.6 (a, c)	12.555	7.606	65
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	Nota 8.7 (a.1)	405.823	329.287	23
FUNDOS ADMINISTRATIVOS		211.910	187.767	13
FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM P	Nota 8.9 (b.1)	193.913	141.520	37
4. RESULTADOS A REALIZAR	Nota 8.9 (c)	0	0	0
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)		42.853.826	36.218.687	18
PROVISÕES MATEMÁTICAS		42.320.398	35.820.213	18
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	Nota 8.8 (a)	133.997	109.467	22
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	Nota 8.8 (c)	0	0	0
FUNDOS PREVIDENCIAIS	Nota 8.9 (a)	399.431	289.007	38
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO		0	0	0
EQUILÍBRIO TÉCNICO	Nota 8.8 (c.1)	133.997	109.467	22
a.1) SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO		133.997	109.467	22
a.2) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO		0	0	0
AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO		569.751	500.368	14
(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO		133.997	109.467	22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrativo da Mutação do Ativo Líquido

CONSOLIDADO

Valores em Milhares de R\$

Descri�o	2025	2024	Varia�o
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	36.218.687	33.842.742	7
1. ADI�OES	7.834.163	4.614.460	70
CONTRIBUIÇOES	2.908.673	2.771.705	5
PORTABILIDADE	2.038	15.246	-87
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	4.922.069	1.817.983	171
ATUALIZA�O DE DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	38	65	-41
REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	8.534	-100
OUTRAS ADI�OES	1.345	927	45
2. DEDU�OES	-1.199.024	-2.238.515	-46
BENEFÍCIOS	-331.667	-289.608	15
RESGATES	-765.430	-1.831.133	-58
PORTABILIDADE	-7.672	-31.879	-76
CONSTITUI�O LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-3.709	0	0
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-90.132	-85.604	5
OUTRAS DEDU�OES	-414	-291	42
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	6.635.139	2.375.945	179
PROVIS�OES MATEMÁTICAS	6.500.185	2.096.597	210
FUNDOS PREVIDENCIAIS	110.424	91.001	21
SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	24.530	188.348	-87
4. OUTROS EVENTOS DO ATIVO L�QUIDO¹	0	0	0
5. OPERA�OES TRANSITÓRIAS	0	0	0
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	42.853.826	36.218.687	18
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	-28.249	-12.325	129
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	24.144	17.410	39
FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERA�OES COM PARTICIPANTES	-52.393	-29.735	76

As notas explicativas são parte integrante das demonstra oes contábeis

REB



Demonstração das Provisões Técnicas

CONSOLIDADO

Valores em Milhares de R\$

Descrição		2025	2024	Variação
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)		4.806.303	4.208.895	14
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	Nota 8.8 (a)	4.400.099	3.861.927	14
1.1 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		846.991	799.268	6
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME		846.991	799.268	6
1.2 BENEFÍCIOS A CONCEDER		3.553.108	3.062.659	16
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(E)		1.673.930	1.445.697	16
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES		1.879.178	1.616.962	16
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	Nota 8.8 (c)	290.986	238.778	22
2.1 RESULTADOS REALIZADOS		290.986	238.778	22
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO		290.986	238.778	22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		168.045	159.044	6
RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO		122.941	79.734	54
2.2 RESULTADOS A REALIZAR		0	0	0
3. FUNDOS		70.918	51.021	39
3.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS	Nota 8.9 (a)	48.826	34.410	42
3.2 FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.9 (c)	22.092	16.611	33
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL		37.029	51.104	-28
4.1 GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.6 (a)	1.811	3.012	-40
4.2 INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.6 (c)	35.219	48.091	-27
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	Nota 8.7 (a.1)	7.269	6.065	20
5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL		3.654	3.466	5
5.2 INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL		3.615	2.599	39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido

CONSOLIDADO

Valores em Milhares de R\$

Descrição		2025	2024	Varição
1. ATIVO		4.823.201	4.224.055	14
DISPONÍVEL		794	9	8.722
RECEBÍVEL		29.665	26.565	12
INVESTIMENTOS	Nota 8.3	4.792.741	4.197.481	14
ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO		0	0	0
RENDA VARIÁVEL		55.349	61.367	-10
FUNDOS DE INVESTIMENTOS		4.469.396	3.898.690	15
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS		74.651	69.797	7
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		170.657	136.830	25
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		507	738	-31
OUTROS REALIZÁVEIS - INVESTIMENTOS		22.180	30.060	-26
2. OBRIGAÇÕES		44.299	57.169	-23
EXIGÍVEL OPERACIONAL		37.029	51.104	-28
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	Nota 8.6 (a, c)	7.269	6.065	20
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	Nota 8.7 (a.1)	38.990	31.771	23
FUNDOS ADMINISTRATIVOS		16.898	15.160	11
FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM P	Nota 8.9 (b.1)	22.092	16.611	33
4. RESULTADOS A REALIZAR	Nota 8.9 (c)	0	0	0
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)		4.739.912	4.135.116	15
PROVISÕES MATEMÁTICAS		4.400.099	3.861.927	14
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	Nota 8.8 (a)	290.986	238.778	22
FUNDOS PREVIDENCIAIS	Nota 8.8 (c)	48.826	34.410	42
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	Nota 8.9 (a)	0	0	0
EQUILÍBRIO TÉCNICO		290.986	238.778	22
a.1) SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	Nota 8.8 (c.1)	290.986	238.778	22
AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO		79.359	65.612	21
(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO		290.986	238.778	22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrativo da Muta o do Ativo Líquido

CONSOLIDADO

Valores em Milhares de R\$

Descri�o	2025	2024	Vari�o
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.135.116	3.900.364	6
1. ADI�OES	708.426	352.501	101
CONTRIBUIÇOES	161.224	155.479	4
PORTABILIDADE	1.597	219	628
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	545.145	184.075	196
ATUALIZA�O DE DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	63	2.534	-98
REVERSÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	0	9.878	-100
OUTRAS ADI�OES	398	315	26
2. DEDU�OES	-103.630	-117.749	-12
BENEFÍCIOS	-69.293	-63.717	9
RESGATES	-17.443	-21.730	-20
PORTABILIDADE	-9.247	-24.278	-62
MIGRA�OES ENTRE PLANOS	0	-2.152	-100
CONSTITUI�O LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-1.666	0	0
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-5.786	-5.602	3
OUTRAS DEDU�OES	-194	-271	-29
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	604.796	234.752	158
PROVIS�OES MATEMÁTICAS	538.172	146.786	267
FUNDOS PREVIDENCIAIS	14.416	14.266	1
SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	52.208	73.700	-29
4. OUTROS EVENTOS DO ATIVO L�QUIDO¹	0	0	0
5. OPERA�OES TRANSITÓRIAS	0	0	0
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	4.739.912	4.135.116	15
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	-3.743	-1.985	89
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.738	1.177	48
FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERA�OES COM PARTICIPANTES	-5.481	-3.162	73

As notas explicativas são parte integrante das demonstra oes contábeis

REG/REPLAN



Demonstração das Provisões Técnicas

CONSOLIDADO

Valores em Milhares de R\$

Descrição		2025	2024	Varição
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)		80.247.018	77.973.947	3
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	Nota 8.8 (a)	79.386.160	77.223.235	3
1.1 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		78.353.183	79.527.699	-1
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME		78.353.183	79.527.699	-1
1.2 BENEFÍCIOS A CONCEDER		7.901.198	8.474.024	-7
BENEFÍCIO DEFINIDO		7.901.198	8.474.024	-7
1.3 (-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR		-6.868.222	-10.778.488	-36
(-) EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT A INTEGRAL		-6.868.222	-10.778.488	-36
(-) PATROCINADOR(ES)		-521.662	-1.145.165	-54
(-) PARTICIPANTES		-467.740	-742.894	-37
(-) ASSISTIDOS		-5.878.820	-8.890.429	-34
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	Nota 8.8 (c)	-5.044.429	-4.856.430	4
2.1 RESULTADOS REALIZADOS		-5.044.429	-4.856.430	4
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO		-5.044.429	-4.856.430	4
2.2 RESULTADOS A REALIZAR		0	0	0
3. FUNDOS		4.541.828	4.242.681	7
3.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS	Nota 8.9 (a)	4.283.755	4.007.075	7
3.2 FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.9 (c)	258.073	235.606	10
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL		468.914	576.238	-19
4.1 GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.6 (a)	262.301	185.310	42
4.2 INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	Nota 8.6 (c)	206.613	390.927	-47
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	Nota 8.7 (a.1)	894.546	788.224	13
5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL		695.872	645.735	8
5.2 INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL		198.675	142.489	39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Ativo Líquido

CONSOLIDADO

Valores em Milhares de R\$

Descrição		2025	2024	Variação
1. ATIVO		80.471.187	78.178.272	3
DISPONÍVEL		5.088	2.039	150
RECEBÍVEL		7.167.854	9.686.934	-26
INVESTIMENTOS	Nota 8.3	73.298.244	68.489.300	7
ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO		0	0	0
RENDA VARIÁVEL		1.886.465	1.909.160	-1
FUNDOS DE INVESTIMENTOS		63.236.479	57.975.954	9
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS		5.072.213	5.186.782	-2
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		2.162.311	1.939.802	11
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		35.750	37.687	-5
OUTROS REALIZÁVEIS - INVESTIMENTOS		905.027	1.439.914	-37
2. OBRIGAÇÕES		1.363.460	1.364.461	0
EXIGÍVEL OPERACIONAL		468.914	576.238	-19
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	Nota 8.6 (a, c)	894.546	788.224	13
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	Nota 8.7 (a.1)	482.241	439.932	10
FUNDOS ADMINISTRATIVOS		224.168	204.326	10
FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM P	Nota 8.9 (b.1)	258.073	235.606	10
4. RESULTADOS A REALIZAR	Nota 8.9 (c)	0	0	0
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)		78.625.485	76.373.879	3
PROVISÕES MATEMÁTICAS		79.386.160	77.223.235	3
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	Nota 8.8 (a)	-5.044.429	-4.856.430	4
FUNDOS PREVIDENCIAIS	Nota 8.8 (c)	4.283.755	4.007.075	7
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	Nota 8.9 (a)	0	0	0
EQUILÍBRIO TÉCNICO		-5.044.429	-4.856.430	4
a.2) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	Nota 8.8 (c.1)	-5.044.429	-4.856.430	4
AJUSTE DE PRECIFICACAO		5.998.132	4.873.011	23
(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO		953.703	16.581	5.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrativo da Muta o do Ativo Líquido

CONSOLIDADO

Valores em Milhares de R\$

Descri�o	2025	2024	Variacão
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	76.373.879	73.978.264	3
1. ADIcOES	8.620.028	8.340.794	3
CONTRIBUIcOES	2.013.998	2.411.063	-16
MIGRAcAO ENTRE PLANOS	0	2.152	-100
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTAO PREVIDENCIAL	6.584.891	5.131.186	28
ATUALIZAcAO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	8.598	5.209	65
REVERSAO LÍQUIDA DE CONTINGENCIAS - GESTAO PREVIDENCIAL	0	776.869	-100
OUTRAS ADIcOES	12.541	14.316	-12
2. DEDUcOES	-6.636.037	-5.945.180	12
BENEFÍCIOS	-6.290.356	-5.874.008	7
RESGATES	-3.289	-4.788	-31
PORTABILIDADE	-646	-573	13
PROVISAO PARA PERDAS	-382	-1.659	-77
CONSTITUICAO LÍQUIDA DE CONTINGENCIAS - GESTAO PREVIDENCIAL	-197.165	0	0
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-64.759	-59.957	8
OUTRAS DEDUcOES	-79.440	-4.195	1.794
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	1.983.990	2.395.615	-17
PROVISOES MATEMATICAS	1.449.180	2.074.835	-30
FUNDOS PREVIDENCIAIS	382.809	-1.263.432	-130
SUPERAVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	152.001	1.584.212	-90
4. OUTROS EVENTOS DO ATIVO L�QUIDO¹	267.616	0	0
5. OPERAcOES TRANSITÓRIAS	0	0	0
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	78.625.485	76.373.879	3
C) FUNDOS NAO PREVIDENCIAIS	-2.624	-9.714	-73
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	19.843	15.350	29
FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAcOES COM PARTICIPANTES	-22.467	-25.064	-10

As notas explicativas são parte integrante das demonstra oes contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2025 e 2024 em milhares de reais



Sumário

1. Siglas	303
2. Conceitos	305
3. Contexto Operacional	310
4. Planos administrados	311
5. Apresentação das Demonstrações Contábeis	315
5.1 Consolidação das Demonstrações Contábeis	316
6. Principais Práticas e políticas Contábeis	319
6.1 Premissas e Estimativas Contábeis	319
6.2 Resultados das Operações	320
6.3 Realizável	320
6.4 Instrumentos Financeiros	321
6.4.1 <i>Títulos Públicos e Ativos Financeiros de Créditos Privados</i>	321
6.4.2 <i>Ações</i>	321
6.4.3 <i>Fundos de Investimentos</i>	322
6.4.4 <i>Operações com Participantes</i>	322
6.4.5 <i>Investimentos em Imóveis</i>	324
6.5 Outros Realizáveis	324
6.6 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD	325
6.6.1 <i>Baixa e Recuperação de Ativos</i>	325
6.7 Ativo Imobilizado e Intangível	326
6.8 Exigível Operacional	326
6.9 Exigível Contingencial	326

6.9.1 Provisões e Passivos Contingentes	326
6.9.2 Depósitos Judiciais e Recursais	327
6.9.3 Ativos Contingentes	328
6.10 Provisões Matemáticas	328
6.11 Equilíbrio Técnico	329
6.12 Fundos	330
6.13 Custeio Administrativo	331
7. Gestão dos Riscos	332
8. Detalhamento dos Saldos Contábeis	337
8.1 Ativo Realizável da Gestão Previdencial	337
8.2 Ativo Realizável da Gestão Administrativa	341
8.3 Ativo Realizável de Investimentos (Planificação contábil)	342
8.4 Títulos e Valores Mobiliários por Tipo de Classificação e Vencimentos	375
8.4.1 Categoria de Títulos para Negociação	375
8.4.2 Categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento	390
8.5 Ativo Imobilizado e Intangível	396
8.6 Exigível Operacional	397
8.7 Exigível Contingencial	400
8.8 Patrimônio Social	405
8.9 Fundos	417
8.10 Rentabilidades e Meta Atuarial dos Planos de Benefícios	421
8.11 Recursos Coletados e Utilizados do Programa Previdencial	427
9. Partes Relacionadas	431
10. Outras Informações	435
11. Fatos Relevantes	436
12. Eventos Subsequentes	437



Siglas

ALM	<i>Asset Liability Management</i>
B3	Bolsa de Valores do mercado de capitais brasileiro
BC	Banco Central
BD	Benefício Definido
BPD	Benefício Proporcional Diferido
BUA	Benefício Único Antecipado
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CD	Contribuição Definida
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Benefícios
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COFINS	Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
CV	Contribuição Variável
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DMAL	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
DMPS	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
DPT	Demonstração das Provisões Técnicas
DAL	Demonstração do Ativo Líquido
DPGA	Demonstração do Plano de Gestão Administrativa
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
ETA	Equilíbrio Técnico Ajustado

FCFE	Fluxo de Caixa do Acionista Descontado a Valor Presente
FGQC	Fundo Garantidor de Quitação de Créditos
FI	Fundo de Investimentos
FIDC	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
FIP	Fundo de Investimentos em Participações
FMIEE	Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais (“Fundação”)
IN	Instrução Normativa
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
MEP	Método Equivalência Patrimonial
MPF	Ministério Público Federal
NBCTG	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
PED	Plano de Equacionamento de Déficit
PGA	Plano de Gestão Administrativa
PIS	Programa de Integração Social
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RGPB	Recursos Garantidores do Planos de Benefícios
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SRF	Secretaria da Receita Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TAFIC	Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar
VGV	Valor Geral de Venda

2 Conceitos

- I. **Ajuste de Precificação:** valor correspondente à diferença entre o valor presente dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados como “mantidos até o vencimento”, e o valor presente calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial, comparado ao valor contábil desses títulos.
- II. **Asset Liability Management (ALM):** técnica de gestão integrada de ativos e passivos que busca melhor alocação de investimentos.
- III. **Ativo:** Recurso controlado pela entidade, proveniente de eventos passados, com expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.
- IV. **Avaliação Atuarial:** estudo técnico conduzido por atuário, com base na massa de participantes, assistidos e beneficiários, utilizando hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras para dimensionar compromissos do plano de benefícios e garantir o equilíbrio atuarial.
- V. **Alvará de levantamento:** é um documento emitido pelo Poder Judiciário que autoriza o beneficiário a receber os valores obtidos após vencer uma ação.
- VI. **Benchmark:** é um padrão de referência do mercado utilizado para avaliar o desempenho de uma estratégia nos negócios, seja no *marketing* ou até mesmo nos investimentos.
- VI. **Benefício Definido:** modalidade de plano de benefício no qual o valor dos benefícios futuros é previamente estabelecido.

- VII. Benefício Proporcional Diferido:** instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora e antes da aquisição do direito do benefício programado pleno, optar por seu recebimento, em tempo futuro, calculado com as normas previstas no plano.
- VIII. Benefício Único Antecipado:** pagamento de valor único na concessão do benefício de prestação continuada, mediante solicitação.
- IX. Contribuição Definida:** modalidade de plano de benefício em que a contribuição é definida pelo participante, mas o benefício dependerá da acumulação de recursos.
- X. Contribuição Variável:** modalidade de plano de benefício com contribuições definidas na fase de acumulação e benefício definido para eventos de morte e invalidez e para os benefícios programados, a partir da concessão de benefícios.
- XI. Contribuições Extraordinárias:** aquelas destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal.
- XII. Contribuições Normais:** Recursos destinados ao custeio dos benefícios previstos no plano.
- XIII. Destinação da Reserva Especial:** decisão da EFPC quanto às formas, prazos, valores e condições para a utilização da reserva especial, observadas as normas legais e regulamentares.
- XIV. DI-over:** representa a taxa média das operações de empréstimos de curtíssimo prazo (um dia útil) realizadas entre instituições financeiras com lastro em Certificados de Depósito Interbancário (CDI).
- XV. Duração do passivo ou *duration*:** a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.
- XVI. Equacionamento de Déficit:** decisão da EFPC quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios.

- XVII. Equilíbrio Técnico Ajustado:** resultado realizado acrescido dos ganhos futuros do ajuste de precificação acima da meta atuarial.
- XVIII. Ex-dividendo:** Data ex-dividendos é a data na qual uma ação perde direito a dividendos. Para você ter direito de receber os dividendos de uma empresa, precisará iniciar o dia determinado como ex-dividendo com as ações em sua carteira.
- XIX. Fato Gerador:** ato gerador do tributo é a ocorrência, em si, que traz à tona a exigência do respectivo ônus para o contribuinte.
- XX. Fluxo de Caixa do Acionista Descontado a Valor Presente:** método utilizado para calcular o valor de um investimento com base em seus fluxos de caixa futuros.
- XXI. Fundação:** referência à FUNCEF.
- XXII. Gestão Administrativa:** atividade de registro e controle inerentes à administração dos planos de benefícios.
- XXIII. Gestão de Investimentos:** registro e controle referentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios.
- XXIV. Gestão Previdencial:** é o registro e o controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos, bem como dos resultados dos planos de benefícios de caráter previdencial.
- XXV. IBrX:** Índice Brasil, calculado e divulgado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
- XXVI. Institutos:** correspondem ao BPD, Portabilidade, Resgate de Contribuições e Autopatrocínio.
- XXVII. Liquidez:** capacidade de conversão de ativos em recursos para cumprimento de obrigações no curto prazo.
- XXVIII. Mensuração:** atribuição de valores monetários aos elementos que compõem o patrimônio.
- XXIX. Meta Atuarial:** rentabilidade mínima necessária a ser auferida para garantir o equilíbrio do plano de benefício.
- XXX. Partes Relacionadas:** pessoas físicas ou jurídicas que mantêm relação com a EFPC, por meio de seus planos de benefícios de caráter previdencial ou assistencial ou qualquer outro tipo de relacionamento com a EFPC.

- XXXI. Passivo:** são obrigações decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação provavelmente resultará na saída de recursos econômicos.
- XXXII. Passivo Contingente:** é considerado uma obrigação presente que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sobre o controle da EFPC.
- XXXIII. Plano de Benefício:** conjunto de direitos e obrigações que regem as relações entre as Patrocinadoras, participantes e Assistidos vinculados a benefícios de caráter previdenciário, com independência patrimonial, contábil e financeira em relação a qualquer outro plano.
- XXXIV. Superintendência Nacional de Previdência Complementar:** é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, tendo atuação em todo o território nacional como entidade de fiscalização e supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar operado pelas referidas entidades.
- XXXV. Princípio da Competência:** receitas e despesas apropriadas no período em que ocorrem, independentemente do seu efetivo recebimento (receitas) ou pagamento (despesas).
- XXXVI. Regime de Caixa:** receitas e despesas apropriadas no período do efetivo recebimento ou pagamento, independentemente do momento que foram realizadas.
- XXXVII. Reserva de Contingência:** montante decorrente do resultado superavitário, para garantia de benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos.
- XXXVIII. Reserva Especial:** montante decorrente do resultado superavitário, obtido após a constituição da reserva de contingência, para a revisão do plano de benefícios.
- XXXIX. Reserva Matemática:** valor determinado atuarialmente que identifica a necessidade do recurso financeiro para pagamento dos benefícios previstos no Plano.

- XL. Saldo de Conta:** valor correspondente às contribuições vertidas pelo participante, inclusive valores portados, e pela patrocinadora, deduzidos o custeio dos benefícios de risco e as despesas administrativas, observadas a rentabilidade dos ativos garantidores do plano.
- XLII. SELIC:** A taxa Selic é a taxa básica de juros da economia, que influencia outras taxas de juros do país, como taxas de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. A definição da taxa Selic é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação.
- XLIII. Solvência:** capacidade de cumprir os compromissos com os recursos que constituem seu patrimônio ou seu ativo.
- XLIV. Sucumbente:** parte perdedora no processo judicial obrigada a arcar com os honorários do advogado da parte vencedora.
- XLV. Superávit:** corresponde ao excedente de recursos para cobertura dos compromissos dos Planos de Benefícios. Situação em que a diferença entre os bens e direitos (ativos) e as obrigações (passivos) do plano de benefícios é positiva.
- XLVI. TAFIC:** Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar, tem o intuito de custear as ações da PREVIC em sua função de fiscalização e supervisão dos fundos de pensão.
- XLVII. Taxa de Administração:** percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir.
- XLVIII. Taxa de Carregamento:** percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos de benefícios previdenciais no exercício a que se referir, destinados à cobertura das despesas administrativas.
- XLVIII. Teste de Imparidade:** tem por objetivo verificar se os ativos estão registrados contabilmente por montante superior àquele passível de ser recuperado para fins de reconhecimento da desvalorização.
- XLIX. Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

3 Contexto Operacional

A Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, fundo de previdência dos empregados da CAIXA, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída em 1º de agosto de 1977, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

Tem por objetivo a instituição e administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, em conformidade com as normas emanadas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), subordinados ao Ministério da Previdência Social.

Os recursos administrados pela FUNCEF provêm das contribuições das patrocinadoras (CAIXA e FUNCEF), dos participantes, aposentados e pensionistas, além dos rendimentos gerados por suas aplicações, que devem seguir as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

4 Planos Administrados

A FUNCEF administra 03 (três) planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da PREVIC e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal do Brasil, sendo 02 (dois) planos na modalidade Contribuição Variável e 01 (um) plano na modalidade Benefício Definido.

Plano de Benefícios REG/REPLAN

Inscrito sob CNPB nº 19.770.002-74 e CNPJ nº 48.306.555/0001-92, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), instituído em 1977, e patrocinado pela CAIXA. Encontra-se fechado para novas adesões desde a instituição do Plano REB, em 1998.

Desde 2006, está segregado nas modalidades saldada e não saldada, conforme opção realizada pelo participante e pelo assistido, de acordo com o regulamento.

A composição populacional do Plano está descrita a seguir:

REG/REPLAN	2025		2024	
	Quantidade	Idade Média	Quantidade	Idade Média
Participantes Ativos	6.419	60,81	6.831	59,85
Participantes Aposentados	45.316	68,41	45.456	66,73
Pensionistas	7.240	70,31	7.125	68,68
Total	58.975		59.412	

Este Plano possui planos de equacionamentos referentes aos déficits acumulados de 2014, 2015 e 2016 na modalidade saldada.

Em 2025, foi implementada a alteração regulamentar da **modalidade saldada** do REG/REPLAN, com a reestruturação dos Planos de Equacionamento de Déficit (PED) de 2014, 2015 e 2016 em um único plano, denominado “PED Unificado”. Neste processo, foi abatida da cota-parte de responsabilidade dos participantes e assistidos a redução dos benefícios futuros (não concedidos), conforme a Portaria PREVIC nº 168, publicada em 27 de fevereiro de 2025. As principais mudanças compreendem:

- i. redução da pensão por morte de 80% para 60% (50% acrescido de 10% por dependente, limitado à 80%);
- ii. inclusão da temporalidade no pagamento da pensão por morte, em conformidade com a Lei 13.135/2015;
- iii. limitação da pensão por morte de dependentes até os 21 anos de idade (antes era até os 24 anos);
- iv. diminuição do valor pago a título de pecúlio por morte; e
- v. a constituição do Fundo de Acumulação do Benefício – FAB, que passa a vigorar a partir da aposentadoria no INSS ou da idade mínima, prevalecendo o critério que ocorrer primeiro.

O impacto da redução das obrigações atuariais, decorrente da revisão de benefícios não concedidos, foi acompanhado de aporte paritário da patrocinadora CAIXA, que antecipou os valores de sua cota-parte do déficit equacionado. Com o saldo residual, foi estabelecido prazo de amortização equivalente a uma vez e meia a *duration* do passivo do Plano.

Os planos de equacionamentos preveem contribuições extraordinárias em percentuais aplicáveis sobre os salários de participação dos participantes ativos ou benefícios dos aposentados e pensionistas. As regras de equacionamento estão dispostas nas Notas 6.11 e 8.8 (a).

A **modalidade não saldada** registrou equacionamento para os déficits acumulados nos exercícios de 2015 e 2016, entretanto a parcela do déficit atribuída aos participantes e assistidos foi quitada em 2023, restando ainda uma parte da parcela do patrocinador.

Plano de Benefícios REB

Inscrito sob CNPB nº 19.980.044-65 e CNPJ nº 48.307.002/0001-54, estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), instituído em 1998 e patrocinado pela CAIXA e pela FUNCEF.

Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) no período de acumulação e de Benefício Definido (BD) para benefícios não programados, morte e invalidez e para os benefícios programados, a partir da concessão de benefícios.

Devido às particularidades das massas CD e BD, seus registros contábeis, financeiros e atuariais são segregados em perfis, cada um com uma política de investimentos específica.

Encontra-se fechado para novas adesões de empregados vinculados à CAIXA desde a instituição do Novo Plano em 2006, porém continua aberto para os empregados da FUNCEF. Está em andamento, processo de incorporação do REB ao Novo Plano. Nota 11 (a).

A composição populacional do Plano está descrita a seguir:

REB	2025		2024	
	Quantidade	Idade Média	Quantidade	Idade Média
Participantes Ativos	10.407	50,31	10.632	49,33
Participantes Aposentados	999	66,92	949	66
Pensionistas	366	58,97	358	58,39
Total	11.772		11.939	

Plano de Benefícios Novo Plano

Inscrito sob CNPB nº 20.060.036-74 e CNPJ nº 48.307.321/0001-60, estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), instituído em 2006 e patrocinado pela CAIXA.

Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) no período de acumulação, e de Benefício Definido (BD) para benefícios não programados, morte e invalidez e para os benefícios programados, a partir da concessão de benefícios.

Devido às particularidades das massas CD e BD, seus registros contábeis, financeiros e atuariais são segregados em perfis, cada um com uma política de investimentos específica.

A composição populacional do Plano está descrita a seguir:

NOVO PLANO	2025		2024	
	Quantidade	Idade Média	Quantidade	Idade Média
Participantes Ativos	80.054	45,64	79.493	45,21
Participantes Aposentados	8.963	64,67	8.784	63,3
Pensionistas	2.056	51,47	1.984	50,74
Totais	91.073		90.261	

Inclui os participantes ativos que saldaram seus benefícios no REG/REPLAN e aderiram a este plano de benefícios. Está em andamento, processo de incorporação do REB ao Novo Plano. Nota 11 (a).

Plano de Gestão Administrativa – PGA

Inscrito sob CNPJ nº 00.436.923/0001-90, tem a finalidade de registrar e controlar as atividades inerentes à administração dos planos de benefícios, na forma do seu regulamento.

5 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e PREVIC, e observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As práticas adotadas mantêm princípios, métodos e critérios uniformes em relação ao exercício social anterior.

São apresentadas as seguintes demonstrações, comparáveis com os dados do exercício de 2024:

- i. Balanço Patrimonial (BP)
- ii. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)
- iii. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)
- iv. Demonstração do Ativo Líquido (DAL)
- v. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)
- vi. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT).

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos planos de benefícios e do PGA. O plano REG/REPLAN   segregado nas modalidades saldado e não saldado, conforme o artigo 107 de seu regulamento, permitindo apuração patrimonial e atuarial separadamente. O REB e o Novo Plano são segregados nos perfis BD e CD.

As informações são segregadas entre a gestão previdencial, que abrange as atividades-fim dos planos de benefícios, e a gestão de investimentos, que é a atividade-meio. Enquanto isso, o PGA está segregado em gestão administrativa e investimentos.

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$), que corresponde à principal moeda do ambiente econômico em que a FUNCEF opera. Os valores apresentados estão arredondados em milhares de reais.

5.1 Consolidação das Demonstrações Contábeis

As contas sujeitas a ajustes e eliminações para fins de consolidação incluem “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, e valores a pagar e a receber entre planos.

Em conformidade com a Resolução PREVIC nº 23/2023, seguem os registros para fins de consolidação do balanço, especialmente relacionados aos valores a pagar e a receber entre os planos de benefícios e à participação dos planos no PGA.

Consolidação 2025						
DESCRIÇÃO	REG/REPLAN	REB	Novo Plano	PGA	Eliminações	Consolidado
1. Ativos	80.471.187	4.823.201	43.442.199	483.926	(476.235)	128.744.277
Disponível	5.088	794	1.126	39	-	7.047
Realizável	80.466.098	4.822.406	43.441.073	428.654	(476.235)	128.681.997
Previdencial	6.943.686	12.767	5.456	-	-	6.961.909
Administrativo	224.168	16.898	211.910	25.122	(452.977)	25.122
Investimento	73.298.244	4.792.741	43.223.707	403.532	(23.258)	121.694.966
Imobilizado e Intangível	-	-	-	55.233	-	55.233
2. Obrigações	(1.363.460)	(44.298)	(182.550)	(30.949)	23.258	(1.597.999)
Operacional	(468.914)	(37.029)	(169.995)	(20.594)	23.258	(673.274)
Contingencial	(894.546)	(7.269)	(12.555)	(10.355)	-	(924.725)
3. Fundos não Previdenciais	(482.241)	(38.990)	(405.823)	(452.977)	452.977	(927.054)
Fundo Administrativo	(224.168)	(16.898)	(211.910)	(452.977)	452.977	(452.977)
Fundos dos Investimentos	(258.073)	(22.092)	(193.913)	-	-	(474.078)
Total dos Ativos Líquidos (1-2-3)	(78.625.485)	(4.739.911)	(42.853.826)	-	-	(126.219.222)
Provisões Matemáticas	(79.386.160)	(4.400.099)	(42.320.398)	-	-	(126.106.657)
Superávit Técnico	-	(290.986)	(133.997)	-	-	(424.983)
(-) Déficit Técnico	5.044.429	-	-	-	-	5.044.429
Fundos Previdenciais	(4.283.755)	(48.826)	(399.431)	-	-	(4.732.012)

Consolidação 2024						
DESCRIÇÃO	REG/ REPLAN	REB	Novo Plano	PGA	Eliminações	Consolidado
1. Ativos	78.178.272	4.224.055	36.731.770	446.186	(580.654)	118.999.629
Disponível	2.039	9	12	8	-	2.067
Realizável	78.176.233	4.224.046	36.731.758	396.109	(580.654)	118.947.493
Previdencial	9.482.608	11.405	6.165	-	-	9.500.178
Administrativo	204.326	15.160	187.767	27.135	(407.253)	27.135
Investimento	68.489.300	4.197.481	36.537.827	368.973	(173.401)	109.420.179
Imobilizado e Intangível	-	-	-	50.069	-	50.069
2. Obrigações	(1.364.462)	(57.169)	(183.796)	(38.932)	173.401	(1.470.958)
Operacional	(576.238)	(51.104)	(176.190)	(23.891)	173.401	(654.022)
Contingencial	(788.224)	(6.065)	(7.606)	(15.041)	-	(816.936)
3. Fundos não Previdenciais	(439.932)	(31.771)	(329.287)	(407.253)	407.253	(800.990)
Fundo Administrativo	(204.326)	(15.160)	(187.767)	(407.253)	407.253	(407.253)
Fundos dos Investimentos	(235.606)	(16.611)	(141.520)	-	-	(393.737)
Total dos Ativos Líquidos (1-2-3)	76.373.880	4.135.115	36.218.687	-	-	116.727.682
Provisões Matemáticas	(77.223.235)	(3.861.927)	(35.820.213)	-	-	(116.905.374)
Superávit Técnico	-	(238.778)	(109.467)	-	-	(348.246)
(-) Déficit Técnico	4.856.430	-	-	-	-	4.856.430
Fundos Previdenciais	(4.007.075)	(34.410)	(289.007)	-	-	(4.330.492)

A aprovação e autorização para a publicação destas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi deliberada pelo Conselho Deliberativo em 26 de março de 2026.

6 Principais Práticas e Políticas Contábeis

6.1 Premissas e Estimativas Contábeis

A Administração utiliza-se de julgamentos na determinação de valores e no registro de estimativas contábeis.

Para determinação dessas estimativas leva-se em consideração experiência com eventos passados e atuais, pressupostos sobre eventos futuros, além de fatores objetivos e subjetivos.

As principais mensurações patrimoniais que envolvem estimativas ou premissas são:

- ▣ Vida útil do ativo imobilizado;
- ▣ Precificação ao valor justo de ativos sem cotação em mercado ativo;
- ▣ Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- ▣ Provisão para demandas judiciais;
- ▣ Provisões matemáticas.

A liquidação dessas transações pode resultar em valores diferentes dos estimados, exigindo acompanhamento permanente e revisão anual das avaliações, projeções, cenários e premissas adotadas.

6.2 Resultados das Operações

Os registros contábeis seguem o regime de competência. As receitas e despesas são reconhecidas no mês correspondente, independentemente da efetiva realização, exceto as contribuições de participantes vinculadas aos planos de contribuição variável (REB e Novo Plano), que são registradas no momento do recebimento financeiro.

6.3 Realizável

- ▣ **Gestão Previdencial:** representa os recursos a receber de contribuições normais de patrocinadoras, participantes, assistidos e autopatrocinados, o déficit técnico equacionado suportado por contrato relativo ao patrocinador, adiantamentos dos benefícios do INSS e depósitos judiciais e recursais relativos às contingências previdenciárias.
- ▣ **Gestão Administrativa:** registra os recebíveis inerentes à gestão administrativa, tais como os decorrentes da folha de pagamento de empregados, os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas e às taxas de administração e carregamento a receber dos planos de benefícios.
- ▣ **Investimentos:** registra os investimentos dos Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa, aplicados conforme a alocação prevista na Política de Investimentos de cada plano de benefício, respeitado ainda os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994/2022 e suas alterações.

A precificação dos títulos e valores mobiliários, segue os termos da Resolução PREVIC nº 23/2023 e suas alterações posteriores e Resolução CNPC nº 43/2021, alterada pela Resolução CNPC nº 61/2024, e em consonância com as normas emitidas pelo Banco Central (BC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, podendo ser utilizados como parâmetro:

- i. o preço médio de negociação no dia da apuração, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii. o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação;
- iii. o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

6.4 Instrumentos Financeiros

6.4.1 Títulos Públicos e Ativos Financeiros de Créditos Privados

São ativos com rendas definidas, pré ou pós-fixadas, lastreadas em títulos públicos (federais, estaduais e municipais) e privados emitidos por instituições financeiras ou por empresas. Registrados inicialmente pelo custo, inclusive corretagem e emolumentos, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro-rata*.

Os títulos públicos federais e os títulos privados registrados na categoria “títulos para negociação” são ajustados ao valor de mercado.

Os títulos públicos federais podem ser classificados na categoria “títulos até o vencimento” desde que haja intenção e capacidade financeira e mantê-los até o vencimento e o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos seja igual ou superior a cinco anos, conforme Resolução CNPC nº 43/2021 e suas alterações.

6.4.2 Ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas inicialmente pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e taxas. Posteriormente são atualizadas ao valor de mercado pelo preço médio na data mais próxima à de encerramento das Demonstrações Contábeis.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados pelo regime de competência e são reconhecidos contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendos.

As ações que não possuem um mercado ativo são precificadas com base em seu valor econômico, utilizando preferencialmente o modelo de precificação do Fluxo de Caixa do Acionista Descontado a Valor Presente (FCFE) ou o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), para os ativos de menor relevância, de acordo com o julgamento da Administração.

Os laudos de avaliação econômico-financeira são elaborados por empresas especializadas e independentes, com projeções fundamentadas nos aspectos operacionais dos planos de negócios das empresas avaliadas.

As projeções financeiras foram elaboradas com base em premissas macroeconômicas fundamentadas em informações públicas de mercado. Os fluxos de caixa futuros são descontados a uma taxa que incorpora o custo médio ponderado de capital (WACC), refletindo tanto o custo de oportunidade dos investidores quanto os riscos específicos associados ao setor de atuação da empresa. Essa taxa de desconto busca capturar de forma abrangente os custos de capitais próprios e de terceiros, além dos riscos sistêmicos inerentes ao negócio.

A avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) consiste na atualização do valor contábil do investimento, ajustando-o ao montante equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida.

6.4.3 Fundos de Investimentos

Os ativos são registrados inicialmente pelos valores pagos nas aquisições e posteriormente atualizados conforme a variação do valor da cota. Havendo indícios de perda, a Fundação submete as cotas dos fundos ao teste de imparidade (NBC TG 01 - redução ao valor recuperável de ativos).

A precificação desses ativos segue as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As políticas contábeis dos fundos são de responsabilidade do administrador, sem prejuízo da responsabilidade da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

Os fundos de investimento são classificados em: Fundos de Investimento em Ações, Renda Fixa, Multimercado, Direitos Creditórios, Participações, Fundos de Investimento Imobiliário e Fundos de Investimento no Exterior.

6.4.4 Operações com Participantes

Os empréstimos e financiamentos habitacionais concedidos a participantes, aposentados e pensionistas são registrados pelos seus valores originais, deduzidas as amortizações e acréscimos de atualização monetária e juros contratuais. Em caso de inadimplência, incidem multa e juros moratórios.

(i) Empréstimos a Participantes

As modalidades de empréstimos vigentes são:

Modalidades de Empréstimos	2025		2024	
	Taxa Juros	Prazos (meses)	Taxa Juros	Prazos (meses)
CredPlan Variável	De 6,08% a.a. a 8,00% a.a.+ INPC	1 a 120	De 6,17% a.a. a 6,76% a.a.+ INPC	1 a 120
CredPlan Fixo	De 11,37% a.a. a 13,89% a.a.	1 a 48	De 10,13% a.a. a 10,58% a.a.	1 a 48
CredPlan 13º Salário	11.37% a.a.	Pagamento único	10.31% a.a.	Pagamento único

Sobre a concessão do empréstimo, incide uma taxa de administração de 0,30% (0,38% em 2024). Além disso, a taxa do Fundo Garantidor de Quitação de Crédito (FGQC) é aplicada no momento da concessão e, mensalmente, sobre o saldo devedor, variando conforme a idade do tomador.

A metodologia de cálculo do percentual destinado à constituição do FGQC considera o risco de falecimento de acordo com a faixa etária, conforme a tabela a seguir:

Faixa Etária	Taxa Mensal
Até 34 anos	0,0036%
35 a 49 anos	0,0101%
50 a 59 anos	0,0285%
60 a 74 anos	0,1350%
75 a 84 anos	0,5244%
85 anos ou mais	1,4244%

(ii) Financiamento Habitacional

A carteira de financiamento habitacional está fechada a novas concessões desde novembro de 1996.

Em 2023, todos os contratos ativos foram baixados contabilmente, por estarem totalmente provisionados para perda por um prazo superior a trezentos e sessenta dias. A baixa não representa perdão da dívida, que permanece em controles auxiliares e em demandas judiciais relativas à cobrança.

6.4.5 Investimentos em Imóveis

Os investimentos em imóveis são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, incluindo honorários, taxas, emolumentos e outros encargos incidentes sobre as operações, sendo posteriormente ajustados ao valor justo por meio de laudo. O valor dos investimentos em imóveis é determinado anualmente por meio de laudos de avaliação elaborados por empresa ou profissional legalmente habilitado.

Para a determinação dos valores dos imóveis, são utilizados os seguintes métodos: (a) capitalização da renda para empreendimentos de shopping e hotéis; e (b) comparação direta de dados de mercado e custo de reprodução para os demais imóveis, conforme a Norma Brasileira para Avaliações de Bens (NBR nº 14.653) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os valores registrados a receber a título de aluguéis e alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

6.5 Outros Realizáveis

Registram as aplicações de outras modalidades de investimentos, tais como os direitos decorrentes de decisão judicial ou de processos administrativos, como os Acordos de Leniências firmados entre o Ministério Público e o grupo J&F, entre a Advocacia Geral da União e grupo OAS e Camargo Corrêa e o crédito tributário referente ao processo de restituição de imposto de renda sobre o aporte de reserva matemática realizado pela Patrocinadora CAIXA à FUNCEF, em 2003, relativo à adesão ao REB dos assistidos advindos da Caixa Seguros.

6.6 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis de realização dos ativos é constituída, com base no valor vencido e vincendo, conforme os critérios estabelecidos no artigo 199 da Resolução PREVIC nº 23/2023 e alterações posteriores:

- ▣ provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- ▣ provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- ▣ provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- ▣ provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- ▣ provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- ▣ provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- ▣ provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

É vedado o reconhecimento de receitas de qualquer natureza no resultado do período, relativas a ativos financeiros com atraso igual ou superior a noventa dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. Essas receitas só podem ser apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os investimentos ou recebíveis classificados na categoria “mantidos até o vencimento” são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de desvalorização ou perda.

6.6.1 Baixa e Recuperação de Ativos

Os ativos financeiros devem ser baixados contabilmente quando for improvável sua recuperação e/ou quando estiverem totalmente provisionados para perda por um prazo superior a trezentos e sessenta dias.

Estes ativos devem ser registrados em controles auxiliares até que estejam esgotados todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial, ou por decisão do órgão de governança da Fundação, pelo prazo mínimo de cinco anos para a manutenção do referido registro auxiliar.

6.7 Ativo Imobilizado e Intangível

Inclui os valores de bens tangíveis e intangíveis registrados no PGA e destinados à manutenção das atividades operacionais da FUNCEF.

É registrado pelo custo de aquisição, depreciado ou amortizado pelo método linear de acordo com a vida útil econômica, estabelecida em conformidade com a NBC TG 27 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As taxas de depreciação estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa de Depreciação	
	2025	2024
Máquinas e equipamentos	10%, 20%, 25% e 33,33% a.a.	10%, 20% e 33,33% a.a.
Computadores	10%, 20% e 27,3% a.a.	10%, 20% e 50% a.a.
Móveis e utensílios	10%, 14,29%, 20% e 100% a.a.	10%, 20% a.a.
Software – Imobilizado	de 10% a 50% a.a.	de 10% a 50% a.a.
Imóveis ¹	1,85% a.a.	2,00% a.a.

¹ A Resolução CNPC nº 43/2021 passou a exigir a depreciação do ativo imobilizado, dispensando a reavaliação anual. A vida útil foi estabelecida no laudo de avaliação dos respectivos exercícios.

6.8 Exigível Operacional

Inclui obrigações a pagar aos empregados da Fundação, aposentados, pensionistas, fornecedores, tributos a recolher e compromissos financeiros, tais como cotas a integralizar de fundos de investimentos e obrigações contratuais relativas aos ativos imobiliários.

6.9 Exigível Contingencial

6.9.1 Provisões e Passivos Contingentes

A Fundação é parte em diversos processos judiciais e administrativos, os quais são precificados com o suporte de assessores jurídicos. Essa precificação considera a jurisprudência dos tribunais, a probabilidade

de perda da tese, o histórico de desembolsos em demandas judiciais encerradas e a responsabilidade solidária da Patrocinadora. A provisão para as ações em curso é estimada de forma a cobrir eventuais perdas, incluindo impactos financeiros e atuariais.

São registrados contabilmente os processos em que o risco de perda é classificado como provável e nos casos em que o risco de perda é classificado como possível, (passivo contingente) ocorre apenas evidencição em Nota Explicativa, nos termos da NBC TG 25.

A metodologia para mensurar as estimativas do valor em risco segue os seguintes critérios:

- i. Na fase de conhecimento dos processos de gestão previdenciária, a probabilidade de perda é atribuída a um conjunto de ações, estatisticamente agrupadas por objeto. A provisão é constituída com base no percentual de insucesso da causa (perda provável), apurada a partir do histórico dos últimos três anos, ponderado pela avaliação da jurisprudência e pela responsabilidade solidária da Patrocinadora. Na fase de execução, considera-se o valor da condenação.
- ii. Para as demais ações, a análise é feita individualmente, estimando-se a probabilidade de perda de acordo com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares.

A FUNCEF e a CAIXA têm consenso sobre a responsabilidade da Patrocinadora na cobertura de alguns objetos específicos, formalizada por meio de contrato entre as partes. Esses casos são classificados com probabilidade de perda possível ou remota, de acordo com a expectativa de perda.

Os valores referentes às ações de natureza previdenciária, de investimento e administrativa são atualizados pela meta atuarial, enquanto aqueles de natureza fiscal são atualizados pela SELIC.

6.9.2 Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais têm por finalidade garantir o valor da demanda em juízo nas contingências passivas. Já os depósitos recursais permitem que a parte contrária recorra à instância judicial superior caso tenha sido sucumbente na ação.

Os valores são atualizados por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido em favor da Fundação.

6.9.3 Ativos Contingentes

De acordo com a NBC TG 25, ativo contingente representa um possível benefício econômico para a Fundação, cuja existência e valor ainda são incertos.

Esses ativos estão relacionados a eventos ou situações incertas, não totalmente sob o controle da Fundação, geralmente decorrentes de ações judiciais que visam à recuperação, reparação ou constituição de um direito, ou ainda à redução de um passivo.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis até que a realização do ganho seja praticamente certa, momento em que deixam de ser considerados contingentes e passam a ser classificados como ativos.

6.10 Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais e representam o valor presente dos compromissos futuros com seus participantes, assistidos e patrocinadores.

Divide-se em benefícios concedidos, a conceder e provisões matemáticas a constituir.

- i. **Benefícios Concedidos:** Valor presente dos recursos para cobertura dos benefícios já em gozo.
- ii. **Benefícios a Conceder:** Recursos acumulados por participantes ainda em atividade.

Contribuição definida – registra a totalidade dos recursos acumulados pelos participantes que não estejam em gozo de benefício, constituída pelas contribuições dos participantes e patrocinadoras, deduzida a taxa de carregamento e a contribuição para cobertura de benefícios de risco (morte e invalidez), acrescidas da rentabilidade líquida do plano.

Benefício definido – registra o valor presente do fluxo dos compromissos futuros e das contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

- iii. **Provisões Matemáticas a Constituir:** Relacionadas a serviço passado e déficit equacionado.

6.11 Equilíbrio Técnico

A destinação dos resultados superavitários ou o equacionamento dos resultados deficitários dos planos estão disciplinados na Resolução CNPC nº 30/2018.

- i. O **resultado superavitário** dos planos de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados em face a eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$\text{LRC} = [10\% + (1\% \times d)] \times \text{PM}.$$

Onde:

LRC – Limite da Reserva de Contingência;
d – *duration* do passivo atuarial em anos; e
PM – Provisões Matemáticas

Os recursos decorrentes do resultado superavitário, obtidos após a constituição da reserva de contingência, constituem a reserva especial, que serão utilizados para distribuição.

- ii. **Déficit** é a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos do plano de benefícios.

Para fins de equacionamento de déficit, será utilizado o Equilíbrio Técnico Ajustado, composto pelo valor do Déficit Acumulado, acrescido ou deduzido do valor do ajuste de precificação, que corresponde à diferença entre os títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, e o seu valor calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial.

Quando o Equilíbrio Técnico Ajustado for negativo e acima do limite estabelecido pela fórmula a seguir, a EFPC deverá elaborar e aprovar o plano de equacionamento do excedente deficitário até o final do exercício subsequente:

$$\text{LDTA} = 1\% \times (d - 4) \times \text{PM}.$$

Onde:

LDTA – Limite de Déficit Técnico Acumulado;

d – *duration* do passivo atuarial em anos;

PM – Provisões Matemáticas

6.12 Fundos

Registram os compromissos vinculados a um custo futuro ou a um risco, conforme a seguir:

(i) Fundos Previdenciais

São constituídos de acordo com o regulamento do plano de benefícios ou por indicação do atuário em nota técnica atuarial, e deverão ter uma fonte de custeio e sua finalidade deverá guardar relação a um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

(ii) Fundo Administrativo

Recursos para gestão administrativa dos planos, constituído pelo resultado líquido do custeio administrativo adicionado do rendimento dos investimentos da gestão administrativa. O limite mínimo deve ser igual o saldo do ativo imobilizado e intangível.

O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefícios, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do PGA e destina-se à cobertura das despesas administrativas e ao fomento, nos termos da legislação.

(iii) Fundo de Investimentos

O Fundo Garantidor de Quitação de Crédito – FGQC tem por objetivo garantir a cobertura dos saldos dos empréstimos nos casos de falecimento do mutuário, nas modalidades Novo Credinâmico, Credinâmico e CredPlan.

6.13 Custeio Administrativo

Representa o valor líquido das importâncias transferidas ao PGA para cobertura dos gastos com a gestão dos planos de benefícios.

As EFPC's submetidas à Lei Complementar nº 108/2001 estão sujeitas ao limite de transferência de recursos dos planos de benefícios ao PGA de 1% de taxa de administração ou 9% de taxa de carregamento.

O Conselho Deliberativo da FUNCEF estabeleceu o limite de transferência de recursos proposto para o conjunto dos planos de benefícios para o PGA de até 4,50% (4,50% em 2024) incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios em 31 de dezembro do ano anterior.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

(i) Taxa de Carregamento: corresponde aos percentuais de custeio administrativo incidente sobre as contribuições:

2024	Contribuições	Benefícios	
		Aposentados/ Pensionistas	Patrocinadora
REG/Replan Saldado	-	0,55%	0,55%
REG/Replan Não Saldado	2,95%	-	-
Novo Plano	2,95%	0,55%	0,55%
REB	2,95%	1,10%	-

As taxas de carregamento são definidas na avaliação atuarial ao final de cada exercício, permanecendo as mesmas taxas desde 2022.

(ii) Taxa de Administração – corresponde ao percentual de 0,09% (0,09% em 2024) sobre os recursos garantidores dos planos de benefícios do exercício anterior e 0,30% (0,38% em 2024) incidente sobre a concessão de Empréstimos a Participantes.

7 Gestão dos Riscos

A gestão dos riscos corporativos da FUNCEF é fundamentada em uma estrutura funcional alinhada aos objetivos da Fundação, com responsabilidades e funções formalmente estabelecidas, reduzindo a possibilidade de potenciais conflitos de interesse.

O modelo de gerenciamento de riscos utilizado é o de Três Linhas, baseado na governança corporativa, em que a primeira linha é responsável pela gestão operacional dos processos e atividades, atuando no desenvolvimento e implementação de políticas, normativos e controles para gerir, controlar e monitorar os riscos. No âmbito da segunda linha, a Área de Risco é responsável por fornecer conhecimentos complementares, apoio, monitoramento e questionamento àqueles com papéis de primeira linha. O Comitê de Riscos também desempenha um papel importante, reportando-se ao Conselho Deliberativo nas questões relacionadas à gestão de riscos. Já a Auditoria Interna da FUNCEF, atua como terceira linha realizando avaliações independentes e imparciais sobre os processos e atividades relacionadas à gestão de riscos, governança corporativa e controles internos.

Os modelos adotados para a gestão de riscos corporativos seguem diretrizes, regras e procedimentos operacionais definidos em normativos internos e estão alinhados à estrutura de governança da FUNCEF, conforme estabelecido na Política de Gestão de Riscos. As metodologias utilizadas baseiam-se em teorias e modelos consolidados, respeitando as especificidades do segmento de previdência complementar.

O processo de gestão considera, entre outros fatores, as categorias de risco descritas no Guia de Melhores Práticas da PREVIC. A seguir, são apresentadas as principais diretrizes e metodologias para cada tipo de risco:

(i) Gestão de Risco de Mercado

Esse risco está relacionado à possibilidade de perdas causadas pela flutuação nos valores de mercado dos ativos. Para monitorar a exposição ao risco de mercado dos planos de benefícios, são utilizados o *Value at Risk* (VaR), o Teste de Estresse e o *Tracking Error*.

- ▣ **Value at Risk (VaR):** Estima a perda financeira máxima em uma carteira, considerando um nível de confiança estatística e um horizonte temporal.
- ▣ **Teste de Estresse:** Estima a variação do valor de uma carteira quando há grandes mudanças nos preços de seus ativos ocasionadas por eventos excepcionais ou mudanças bruscas em variáveis econômicas.
- ▣ **Tracking Error:** É uma medida de quão aproximado um portfólio replica o seu *benchmark*. O *tracking error* mede o desvio-padrão da diferença entre os retornos do portfólio e os do *benchmark*.

(ii) Gestão de Risco de Contraparte

O risco de contraparte pode ser entendido como a possibilidade de perda devido à inadimplência de um tomador de recursos. Os procedimentos relativos à avaliação do risco de contraparte envolvem o monitoramento da concentração de recursos em emissores e setores, com base em metodologias proprietárias.

(iii) Gestão de Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de inadimplência de tomadores de recursos provenientes da emissão de ativos de Crédito Privado Corporativo. Para gestão do risco de crédito, a Fundação adota o VaR de Crédito, definido como a perda máxima esperada que a carteira pode incorrer no horizonte de um ano, conforme determinado nível de confiança, sendo objetos do modelo os títulos corporativos não bancários. Nas operações de crédito com instituições financeiras são aplicados limites operacionais definidos com base em indicadores financeiros e avaliações qualitativas.

(iv) Gestão de Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade de perdas devido ao descasamento entre os fluxos de ativos e passivos. A gestão do risco de liquidez inclui o uso de indicadores, avaliados em cenários normais e de estresse, assegurando a disponibilidade de recursos para atender às obrigações de cada plano.

(v) Gestão de Risco Atuarial

O risco atuarial pode ser definido como o risco decorrente da adoção de premissas atuariais que não se confirmem, ou que se revelem pouco aderentes à massa de participantes e/ou do uso de metodologias que se mostrem inadequadas.

A gestão do risco atuarial tem o objetivo de promover medidas pertinentes ao gerenciamento dos riscos resultantes da gestão atuarial, realizando análises em cenários diferentes daqueles formalmente considerados pela Fundação, buscando quantificar o risco de materialização de premissas e cenários diferentes daqueles divulgados, com o intuito de auxiliar a tomada de decisão dos Órgãos Colegiados.

(vi) Gestão de Riscos Operacionais

O risco operacional está relacionado à possibilidade de perdas decorrentes de falhas ou inadequações de pessoas, processos, sistemas e/ou de eventos externos. O processo de Gestão Qualitativa de Risco Operacional é realizado, anualmente, por meio de Ciclos de Mapeamento, que abrangem as etapas de identificação, avaliação, mensuração, tratamento, controle e monitoramento dos riscos inerentes e das vulnerabilidades dos processos.

De forma complementar, é adotada a metodologia de mensuração do risco operacional sob a ótica quantitativa, com o objetivo de fornecer insumos para a análise qualitativa, tanto na identificação das causas, quanto na elaboração de planos de mitigação. Assim, é adotado um VaR Operacional, com nível de confiança de 99%, para categorias de risco definidas com base em contas contábeis do balancete da FUNCEF.

Em 2026, foi realizada a integração entre as metodologias qualitativa e quantitativa, por meio da criação do apetite a risco vinculado às variações observadas sob a ótica quantitativa.

(vii) Gestão de Risco à Integridade

O risco à integridade consiste na possibilidade de ocorrência de eventos que comprometam a ética, a transparência e a conformidade institucional, decorrentes de práticas como corrupção, fraude, influência decisória, assédio, ou qualquer outra conduta que possa afetar a confiança dos participantes, órgãos reguladores e demais partes interessadas.

O mapeamento é realizado anualmente, com a classificação dos riscos baseada em análises qualitativas, avaliando probabilidades e impactos financeiros.

(viii) Gestão de Risco de Tecnologia, Segurança da Informação e Cibernéticos

O risco de tecnologia, segurança da informação e cibernéticos consiste em possíveis ameaças capazes de comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade das informações. O processo de gestão do risco de tecnologia, segurança da informação e cibernéticos é executado em ciclos anuais e contempla as atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos e de planos de ação.

(ix) Gestão de Risco Reputacional

O risco reputacional refere-se ao risco de dano à reputação da Fundação, decorrente de relações com terceiros, ligadas a investimentos, a contratos administrativos e/ou a contratações de cargos relevantes.

O processo de avaliação de risco reputacional é subdividido em duas vertentes: “risco de imagem” e “risco cadastral” e respeita o regramento e as orientações do encarregado pelo tratamento de dados pessoais em relação ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

(x) Gestão de Risco Legal

O risco legal é o risco de desrespeito ao ordenamento jurídico, podendo acarretar perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

No processo de gerenciamento, no que se refere ao consultivo jurídico, todos os contratos firmados pela FUNCEF e todas as propostas relacionadas a investimentos e contratações são avaliadas sob a ótica do risco legal, previamente à aprovação pelos Órgãos Colegiados e à assinatura de instrumentos legais.

Com relação ao provisionamento das contingências judiciais previdenciais, a Fundação utiliza a metodologia de provisionamento do passivo contingencial, que adota premissas por objeto agrupáveis com o objetivo de efetuar a melhor estimativa possível do desembolso futuro da FUNCEF relacionado às causas judiciais previdenciais perdidas.

Além disso, é realizado estudo com objetivo de efetuar a mensuração e o acompanhamento periódico dos ganhos e perdas contingenciais com causas perdidas.

(xi) Gestão de Risco Sistêmico

O risco sistêmico refere-se à possibilidade de colapso generalizado do sistema financeiro, com impactos relevantes sobre variáveis macroeconômicas como taxas de juros, câmbio e nível de atividade. Sua mitigação, em primeira instância, é atribuída aos órgãos reguladores e supervisores. No âmbito da Fundação, a gestão desse risco se dá por meio de práticas prudenciais, como a diversificação adequada de ativos, o monitoramento contínuo de exposições a setores e contrapartes, a análise de correlações entre investimentos e a limitação de concentrações excessivas.

8 Detalhamento dos Saldos Contábeis

8.1 Ativo Realizável da Gestão Previdencial

DESCRIÇÃO	2025					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Recursos a receber	6.197.433	5.885.001	312.432	358	144	6.197.934
Recursos a receber	9.495	8.619	876	329	144	9.968
(-) Perdas estimadas	(9.414)	(8.542)	(872)	-	-	(9.414)
Operações contratadas	6.190.854	5.878.820	312.034	-	-	6.190.854
Outros recursos a receber	6.497	6.103	394	29	-	6.526
Adiantamentos	13	13	-	-	-	13
Depósitos judiciais / recursais	363.172	285.110	78.062	906	7.260	371.337
Outros realizáveis	383.069	306.609	76.460	4.192	5.363	392.625
Outros realizáveis	402.380	323.799	78.581	4.509	6.269	413.158
(-) Perdas estimadas	(19.310)	(17.189)	(2.121)	(316)	(906)	(20.533)
Total	6.943.686	6.476.732	466.954	5.456	12.767	6.961.909

DESCRIÇÃO	2024					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
RECURSOS A RECEBER	8.874.014	8.531.396	342.618	414	25	8.874.453
Recursos a receber	9.554	8.699	854	396	25	9.976
(-) Perdas estimadas	(9.433)	(8.598)	(834)	-	-	(9.433)
Operações contratadas	8.869.183	8.527.019	342.164	-	-	8.869.183
Outros recursos a receber	4.710	4.276	435	18	-	4.728
Adiantamentos	5.515	4.863	652	190	29	5.735
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	448.233	370.676	77.557	1.308	8.388	457.929
OUTROS REALIZÁVEIS	154.845	140.513	14.332	4.253	2.963	162.061
Outros realizáveis	174.861	158.112	16.748	4.877	3.750	183.488
(-) Perdas estimadas	(20.015)	(17.599)	(2.416)	(625)	(786)	(21.426)
Total	9.482.608	9.047.449	435.159	6.165	11.405	9.500.178

No grupo contábil **Recursos a Receber**, no REG/REPLAN Saldado, está registrado o montante de R\$ 4.171 (R\$ 4.171 em 2024) referente às contribuições extraordinárias do equacionamento em atraso, cuja cobrança foi suspensa por determinação judicial, correspondendo aos períodos de maio a dezembro de 2016 e junho a setembro de 2017, em favor de determinados participantes.

Com a reversão da medida liminar, todos os participantes e assistidos estão sujeitos ao pagamento normal das contribuições extraordinárias e os valores inadimplidos serão cobrados ao final do prazo de equacionamento.

Devido ao tempo decorrido, esses valores foram totalmente provisionados para perda. O restante do saldo refere-se à inadimplência de contribuições extraordinárias de participantes, sendo parcialmente provisio-

nado para perdas, conforme o tempo de inadimplência e percentuais estabelecidos na Resolução PREVIC nº 23/2023.

Operações Contratadas, refere-se à parcela do equacionamento do patrocinador, em paridade com os assistidos, cujos valores estão suportados por contrato com garantia, nos termos da legislação.

Em 2023, no REG/REPLAN Não Saldado, o déficit de responsabilidade dos participantes e assistidos foi integralmente quitado, restando pendente apenas a parcela do patrocinador, que foi amortizada na proporção das contribuições normais.

Em 2025, no REG/REPLAN Saldado, o déficit de responsabilidade do patrocinador foi amortizado em R\$ 2.888.322, em função do Plano de Equacionamento de Déficit (PED Unificado), em consequência da Avaliação Atuarial por Fato Relevante de 20/05/2025, que ensejou nas alterações relativas aos benefícios futuros (não concedidos), aprovada nos termos da Portaria PREVIC nº 168/2025, e compreendem:

- i. a redução da pensão por morte de 80% para 60% (50% acrescido de 10% por dependente, limitado à 80%);
- ii. inclusão da temporalidade no pagamento da pensão por morte, em equiparação ao disposto na Lei 13.135/2015;
- iii. limitação aos 21 anos para a pensão por morte de dependentes, antes era até os 24 anos de idade;
- iv. diminuição do valor pago relativo ao pecúlio por morte; e
- v. a constituição do Fundo de Acumulação do Benefício – FAB, que inicia a partir da aposentadoria no INSS ou da idade, dos dois o menor.

O quadro a seguir demonstra a movimentação desta rubrica no exercício:

Déficit Técnico Contratado				
Descrição	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do período	8.527.019	8.745.671	342.164	349.441
Contribuições Extraordinárias	(585.380)	(1.024.393)	(42.013)	(38.842)
Atualização	577.864	788.160	(8.094)	31.564
Amortização PED Unificado	(2.888.322)	-	-	-
Amortização ETA	(158.011)	-	-	-
Aditivo contratual/amortização	405.649	17.581	19.977	-
Saldo no final do período	5.878.820	8.527.019	312.034	342.164

Adiantamentos refere-se aos valores concedidos, em junho de 2024, como medida emergencial para apoiar os aposentados e pensionistas atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul. O valor equivale individualmente a um benefício mensal bruto, incluindo a aposentadoria do INSS, caso o participante receba por meio do convênio FUNCEF/INSS, com a possibilidade de devolução em 12 parcelas.

Os **Depósitos Judiciais e Recursais** são relacionados às ações judiciais de polo passivo que pleiteiam, em geral, a revisão ou majoração do benefício oferecido pelos planos de benefícios, conforme a movimentação a seguir:

Consolidado	Saldo 2024	Entrada	Baixa	Saldo 2025
Previdencial	457.929	116.759	(203.350)	371.337
Total	457.929	116.759	(203.350)	371.337

A baixa dos valores de depósitos judiciais se justifica pelo encerramento de alguns processos, dos quais R\$ 40.656 (R\$ 21.745 em 2024) foram levantados pela FUNCEF. Vide item 8.7 relativos às contingências.

O grupo de **Outros Realizáveis** registra o adiantamento realizado no dia 20 de cada mês, de benefícios de responsabilidade do INSS, cujo ressarcimento aos planos de benefícios ocorre no quinto dia útil do mês subsequente, no montante de R\$ 172.804 (R\$ 165.089 em 2024). Registram, ainda, as dívidas oriundas de revisões de benefícios descontados de forma parcelada, em R\$ 14.531 (R\$ 15.389 em 2024) e de valores de reembolsos da Patrocinadora e devoluções de depósitos judiciais. Adicionalmente, registra em 2025 o montante de R\$ 225.751 a receber da Patrocinadora, relativo à valores desembolsados em processos judiciais em rubricas de natureza salarial, cuja responsabilidade é da CAIXA, nos termos do Acordo Operacional celebrado entre as entidades, aditado no final de 2024.

O valor de Perdas Estimadas compreende R\$ 16.587 (R\$ 15.551 em 2024) relativo aos recebíveis do INSS e R\$ 3.946 (R\$ 5.875 em 2024) relativo à dívida de benefícios.

8.2 Ativo Realizável da Gestão Administrativa

PGA - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Descrição	2025	2024
Contas a receber	12.759	11.792
Despesas antecipadas	2.837	1.961
Depósitos judiciais/recursais	8.445	11.759
Custeio administrativo dos investimentos	1.081	1.624
Total	25.122	27.135

Contas a Receber referem-se aos valores relativos à taxa de carregamento, liquidados em sua totalidade no mês subsequente.

Depósitos Judiciais e Recursais inclui o valor do depósito judicial de R\$ 7.010 de natureza tributária relativo ao auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil em 2004, que incluiu os ganhos de reavaliação imobiliária na base de cálculo do PIS.

Custeio Administrativo dos Investimentos, refere-se à taxa de administração de empréstimos de 0,30% (0,38%, em 2024), incidente sobre concessão de empréstimos a participantes, liquidada no mês seguinte.

8.3 Ativo Realizável de Investimentos (Planificação contábil)

Investimentos	2025						
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
Renda Variável	1.886.465	1.704.049	182.416	230.878	55.349	-	2.172.691
Ações	1.886.465	1.704.049	182.416	230.878	55.349	-	2.172.691
Fundos de Investimento	63.236.479	56.680.368	6.556.112	40.564.992	4.469.396	403.532	108.651.140
Fundo de Renda Fixa	61.109.107	54.818.852	6.290.256	32.667.977	3.691.264	373.798	97.842.147
Fundo de Inv. em Direitos Creditórios	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Ações	1.311	1.234	77	3.585.898	320.612	18.642	3.926.463
Fundo de Inv. em Participações	516.378	454.845	61.533	161.328	35.774	-	713.480
Fundo Multimercado	877.205	737.375	139.830	787.430	68.810	231	1.733.676
Fundo Multimercado Estruturado	-	-	-	89.365	6.788	-	96.154

2025							
Investimentos	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
Fundo de Inv. Imobiliário	731.974	667.558	64.416	1.397.552	196.172	10.789	2.336.487
Fundo de Inv. Exterior	-	-	-	1.866.213	136.521	-	2.002.734
Outros ¹	504	504	-	9.228	13.454	71	
Investimentos Imobiliários	5.072.213	4.580.924	491.289	345.682	74.651	-	5.492.546
Terrenos	104.471	93.681	10.790	8.681	1.223	-	114.375
Aluguéis e Renda	4.816.646	4.350.760	465.885	335.412	71.619	-	5.223.676
Direitos de Alienações	151.096	136.483	14.614	1.589	1.810	-	154.495
Empréstimos e Financiamentos	2.162.311	2.028.862	133.449	2.056.010	170.657	-	4.388.978
Empréstimos	2.161.153	2.027.804	133.349	2.056.010	170.643	-	4.387.806
Financiamento Imobiliário	1.158	1.058	100	-	14	-	1.172
Depósitos Judiciais / Recursais	35.750	32.099	3.651	634	507	-	36.891
Outros Realizáveis	905.027	826.546	78.481	25.511	22.180	-	952.718
Total	73.298.244	65.852.846	7.445.398	43.223.707	4.792.741	403.532	121.694.965

¹ representam valores a pagar e receber entre planos, eliminados na consolidação conforme Nota 5. Os valores estão apresentados líquidos das perdas estimadas.

2024							
Investimentos	REC/ REPLAN Consolidado	REC/ REPLAN Saldado	REC/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
Renda Variável	1.909.160	1.718.418	190.742	278.653	61.367	-	2.249.180
Ações	1.909.160	1.718.418	190.742	278.653	61.367	-	2.249.180
Fundos de Investimento	57.975.954	51.671.326	6.304.628	34.625.797	3.898.690	368.973	96.696.012
Fundo de Renda Fixa	55.036.671	49.048.930	5.987.741	25.333.006	2.915.117	346.635	83.631.428
Fundo de Ações	827.427	782.132	45.295	5.154.571	544.473	13.577	6.540.048
Fundo de Inv. em Participações	693.745	607.958	85.787	230.826	45.345	-	969.916
Fundo Multimercado	830.520	696.028	134.491	800.510	68.544	228	1.699.802
Fundo de Inv. Imobiliário	577.683	527.973	49.710	1.107.426	159.433	8.531	1.853.073
Fundo de Inv. Exterior	-	-	-	1.865.292	136.453	-	2.001.745
Outros ¹	9.909	8.304	1.604	134.165	29.325	2	
Investimentos Imobiliários	5.186.782	4.684.299	502.483	100.847	69.797	-	5.357.426
Terrenos	244.236	219.810	24.425	11.445	2.890	-	258.571
Aluguéis e Renda	4.871.615	4.400.417	471.198	88.658	66.056	-	5.026.328
Direitos de Alienações	70.932	64.072	6.860	745	851	-	72.527
Empréstimos e Financiamentos	1.939.802	1.816.397	123.406	1.497.886	136.830	-	3.574.518
Empréstimos	1.938.643	1.815.338	123.305	1.497.886	136.816	-	3.573.346
Financiamento Imobiliário	1.159	1.059	101	-	14	-	1.173

2024							
Investimentos	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
Depósitos Judiciais / Recursais	37.687	34.093	3.594	553	738	-	38.978
Outros Realizáveis	1.439.914	1.315.437	124.477	34.091	30.060	-	1.504.064
Total	68.489.300	61.239.970	7.249.329	36.537.827	4.197.481	368.973	109.420.179

¹ representam valores a pagar e receber entre planos, eliminados na consolidação conforme Nota 5. Os valores estão apresentados líquidos das perdas estimadas.

Do montante total dos investimentos nos planos Novo Plano e REB, R\$ 4.714.071 (R\$ 4.290.040 em 2024) e R\$ 1.131.578 (R\$ 1.037.253 em 2024) referem-se à massa BD, respectivamente.

Nos exercícios de 2024 e 2025, a FUNCEF efetuou a saída de ações a mercado no segmento de renda variável para aplicação em títulos públicos de longo prazo atrelados à inflação, com taxas médias de retorno acima à meta atuarial. O objetivo é tornar os resultados dos planos mais previsíveis no longo prazo, diminuindo o risco e a volatilidade.

Em dezembro de 2024, foi divulgada a Resolução CNPC nº 61, que alterou alguns dispositivos da Resolução CNPC nº 43/2021. Dentre as mudanças, destaca-se a exclusão da restrição à marcação na curva dos títulos públicos federais nos planos de benefícios das modalidades CD e CV, desde que haja intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, e que o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos seja igual ou superior a cinco anos.

Em janeiro de 2025, os títulos que estavam marcados a mercado no REB e Novo Plano e que atendiam aos critérios estabelecidos da norma foram reclassificados, totalizando R\$ 1.349.599, sendo R\$ 1.136.822 no Novo Plano e R\$ 213.776 no REB, com uma taxa média de 7,57%.

Apresentamos a seguir a composição das carteiras de investimento por tipo de aplicação:

(a) Créditos Privados e Depósitos

2025						
Descrição	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Valor Atualizado	121.995	111.197	10.799	12.480	3.680	138.155
Perdas Estimadas	(121.995)	(111.197)	(10.799)	(12.480)	(3.680)	(138.155)
Total	-	-	-	-	-	-

2024						
Descrição	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Valor Atualizado	109.747	100.032	9.715	11.227	3.311	124.284
Perdas Estimadas	(109.747)	(100.032)	(9.715)	(11.227)	(3.311)	(124.284)
Total	-	-	-	-	-	-

A rubrica de **Debêntures** contém os títulos emitidos pela companhia INVEPAR, com vencimento em 31 de agosto de 2026. Em outubro de 2023, houve repactuação com alteração das condições de vencimento e remuneração, em função da situação econômico-financeira da companhia.

As referidas debêntures são atualizadas pela variação IPCA, acrescidas de juros de 6,5% a.a. até 28 de fevereiro de 2025 e 12,6% a.a. entre 1º de março de 2025 a 31 de agosto de 2026.

Houve amortização de R\$ 2.310 (R\$ 59.951 em 2024). No exercício de 2025, a situação da companhia se agravou, resultando no inadimplemento de debentures, vencimento antecipado de dívida e na prorroga-

ção do Acordo de Standstill Extrajudicial com seus principais credores financeiros. Ressalta-se que estes recebíveis já estavam integralmente provisionados para perda desde 2021.

(b) Ações

2025						
Emissor	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Litel/Litela	749.757	686.006	63.751	4.220	9.577	763.553
Norte Energia	447.954	391.780	56.174	157.903	24.675	630.532
Hmobi	507.246	462.368	44.878	51.931	15.312	574.489
Invepar	163.975	149.466	14.509	16.781	4.950	185.705
Recebíveis	15.481	12.640	2.841	35	459	15.975
Recebível Telebrás	-	-	-	-	-	-
Recebível ALL RUMO	15.481	12.640	2.841	35	459	15.975
Demais ações	2.053	1.790	263	8	376	2.438
Total	1.886.465	1.704.049	182.416	230.878	55.349	2.172.691

Contém os dividendos a receber.

2024						
Emissor	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Litel/Litela	567.762	519.486	48.276	3.195	7.252	578.209
Norte Energia	582.981	509.875	73.106	205.500	32.113	820.595
Hmobi Participação	419.709	382.576	37.133	42.969	12.669	475.348
Invepar	256.840	234.114	22.726	26.284	7.753	290.878
Recebíveis	79.792	70.557	9.235	696	1.264	81.751
Recebível Telebrás	62.320	56.291	6.028	656	746	63.721
Recebível ALL/ RUMO	17.472	14.266	3.207	40	518	18.030
Demais ações	2.075	1.810	265	8	316	2.399
Total	1.909.160	1.718.418	190.742	278.653	61.367	2.249.180

Contém os dividendos a receber.

Litel e Litela são empresas que representam participação indireta em VALE, que no ano registrou variação positiva de 31,92% (queda de 29,34% em 2024).

As ações Norte Energia, Hmobi Participação e Invepar, que não possuem cotação em mercado ativo, são precificadas por meio de laudo econômico.

Os recebíveis da Telebrás referem-se ao acordo firmado em 2016, com prazo de pagamento em 35 parcelas semestrais, atualizado por INPC + 5,77% a.a. e com previsão de encerramento em fevereiro/2033, entretanto, em dezembro de 2025, a Telebras quitou saldo integral no montante R\$ 53.537.

O valor a receber da ALL/Rumo decorre do acordo de arbitragem firmado com a COSAN, em razão das controvérsias geradas pela incorporação das ações da América Latina Logística S/A (ALL) pela Rumo Logística

Operadora Multimodal S/A, concluída em 2015. Em 2024, após as partes aceitarem os termos da proposta, a COSAN comprometeu-se a pagar à FUNCEF o montante de R\$ 20.266, dividido em cinco parcelas anuais. Em 2025, foi recebido R\$ 5.746 (R\$ 2.566, em 2024). O saldo remanescente é atualizado pelo índice *DI-over* anual.

(I) Precificação de Ações sem Cotação em Mercado Ativo

2025						
Consolidado						
Empresas	Tipo	Saldo 2024	Resultado	Saldo 2025	Δ%	Modelo de Precificação
Invepar	ON/PN	285.167	(105.173)	179.995	(36,88%)	Fluxo de Caixa Descontado
Hmobi Part	ON	475.348	99.141	574.489	20,86%	Fluxo de Caixa Descontado
Norte Energia	ON	820.595	(190.063)	630.532	(23,16%)	Fluxo de Caixa Descontado
Total		1.581.110	(196.095)	1.385.016	(12,40%)	

2024						
Consolidado						
Empresas	Tipo	Saldo 2023	Resultado	Saldo 2024	Δ%	Modelo de Precificação
Invepar	ON/PN	232.368	52.799	285.167	22,72%	Fluxo de Caixa Descontado
Hmobi Participação	ON	391.594	83.754	475.348	21,39%	Fluxo de Caixa Descontado
Norte Energia	ON	726.582	94.012	820.595	12,94%	Fluxo de Caixa Descontado
Total		1.350.545	230.565	1.581.110	17,07%	

Para a precificação dos ativos relevantes sem cotação em mercado, foi adotada a metodologia do Fluxo de Caixa do Acionista Descontado a Valor Presente. As projeções foram elaboradas considerando o prazo remanescente de concessão de cada empresa, com data-base em junho de 2025. Os valores da INVEPAR e da HMOBI foram apurados a partir da soma dos valores de suas respectivas controladas e holdings. No caso da INVEPAR, o valor de sua participação na LAMSA foi ajustado de 100% para 39,7%, em razão da dação em pagamento de ações para quitação de R\$ 350 milhões em debêntures. Já na HMOBI, o acordo firmado entre sua controlada METRORIO e o Governo do Estado do Rio de Janeiro viabilizou a retomada das obras da Estação Gávea e a prorrogação da concessão por mais 10 anos.

A taxa de desconto (Ke) foi estimada através do cálculo do CAPM (*Capital Asset Price Model*), conforme equação abaixo:

$$Ke = Rf + PRM \times \beta + Rp$$

Rf: Taxa Livre de Risco

PRM: Prêmio de Risco de Mercado

β (Beta): corresponde ao risco não diversificável de uma companhia e que é medido pela correlação entre seu retorno no mercado e o retorno do mercado como um todo

Rp: Risco País

(c) Fundos de Investimento

Investimentos	2025			Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado				
Renda Fixa	61.109.107	54.818.852	6.290.256	32.667.977	3.691.264	373.798	97.842.147
Direitos Creditórios	2.886	1.197	1.689	2.064	109	-	5.059
Ações	1.311	1.234	77	3.585.898	320.612	18.642	3.926.463
Participações	549.178	477.394	71.784	167.056	36.374	-	752.608
Multimercado	877.205	737.375	139.830	787.430	68.810	231	1.733.676
Multimercado Estruturado	-	-	-	89.365	6.788	-	96.154

2025							
Investimentos	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
Imobiliário	731.974	667.558	64.416	1.397.552	196.172	10.789	2.336.487
Exterior	-	-	-	1.866.213	136.521	-	2.002.734
Outros ¹	504	504	-	9.228	13.454	71	
Perdas Estimadas	(35.686)	(23.747)	(11.940)	(7.792)	(708)	-	(44.187)
Total	63.236.479	56.680.368	6.556.112	40.564.992	4.469.396	403.532	108.651.140

¹ representam valores a pagar e receber entre planos, eliminados na consolidação conforme Nota 5.

2024							
Investimentos	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
Renda Fixa	55.036.671	49.048.930	5.987.741	25.333.006	2.915.117	346.635	83.631.428
Direitos Creditórios	2.484	1.030	1.453	1.776	94	-	4.353
Ações	827.427	782.132	45.295	5.154.571	544.473	13.577	6.540.048
Participações	694.167	608.239	85.928	231.220	45.380	-	970.768
Multimercado	830.520	696.028	134.491	800.510	68.544	228	1.699.802
Imobiliário	577.683	527.973	49.710	1.107.426	159.433	8.531	1.853.073
Investimento no Exterior	-	-	-	1.865.292	136.453	-	2.001.745
Outros ¹	9.909	8.304	1.604	134.165	29.325	2	-
Perdas Estimadas	(2.906)	(1.311)	(1.595)	(2.170)	(129)	-	(5.205)
Total	57.975.954	51.671.326	6.304.628	34.625.797	3.898.690	368.973	96.696.012

¹ representam valores a pagar e receber entre planos, eliminados na consolidação conforme Nota 5.

Fundos de Renda Fixa: foi realizado um aporte de R\$ 15.658.691 (R\$ 14.542.798, em 2024) em títulos públicos, dos quais R\$ 13.258.514 (R\$ 9.852.544, em 2024) foram classificados na categoria de mantidos até o vencimento, com uma taxa média de 7,44% (6,27% a.a. em 2024). A maior parte desses recursos teve origem nos resgates de ativos de Fundos de Investimentos em Ações.

Fundo em Ações: os resgates realizados na Renda Variável a Mercado entre 2024 e 2025 no plano REG/REPLAN, modalidades Saldada e Não Saldada tiveram como objetivo disponibilizar recursos para a estratégia de imunização da carteira destes Planos.

Nos planos Novo Plano e REB no ano de 2025 tiveram como objetivo realizar os ganhos da forte valorização da carteira de renda variável a mercado visando destinar os recursos para a Política de Investimentos para viabilização da estratégia de imunização de carteiras destes planos de benefícios.

Fundo em Participações: houve a liquidação do FIP Portos e Ativos Logísticos, no montante de R\$ 52.523, a serem recebidas em 05 (cinco) parcelas anuais, corrigidas pelo IPCA. Sendo a primeira parcela no valor de R\$ 10.505, recebida em 2025.

Fundos Imobiliários: houve aporte de R\$ 214.997 (R\$ 556.746 em 2024), sendo que deste montante R\$ 139.997 foi oriundo do desinvestimento dos 14 imóveis alocados na carteira própria da Fundação que foram integrados ao fundo FII TRX Real Estate. A alocação dos imóveis no fundo, mostrou-se mais vantajosa por proporcionar maior liquidez, mitigação de riscos operacionais e de concentração, redução de custos de gestão e previsibilidade de rendimentos. Este segmento está composto majoritariamente pelos fundos Itamaraty FII e Torre Norte, no montante de R\$ 783.143 e R\$ 591.946, respectivamente.

(c.1) Perdas Estimadas em Fundos de Investimentos

Consiste em teste de *impairment* ou de redução ao valor recuperável efetuado pela Fundação para garantir que os ativos registrados em fundos de investimentos não estejam contabilizados por um valor superior ao seu valor realizável. Para 2025, houve redução ao valor recuperável para os seguintes ativos:

Fundos	Emissor	Provisão em 2024	Provisão em 2025	Saldo do Fundo 2025	Situação
	GF Participações	-	(11.463)		Inclusão
	BIOZEUS	-	(9.415)		Inclusão
FIP Finhealth (FINHEALTH)	LIFEMED	-	(8.342)	24.838	Inclusão
	MENDELICS	-	(5.924)		Inclusão
	TIMPEL	-	(3.985)		Inclusão
	Galvão Concessões Rodoviárias	(2.508)	(2.914)		Manutenção
FIDC Vinci	Arena Multiuso Privada (Grupo OAS)	(1.633)	(1.897)		- Manutenção
	Terminal portuário Seara S.A.	(213)	(247)		Manutenção
FIP Brasil Petróleo I	Dock Brasil	(851)	-	20	Retirada
Total		(5.205)	(44.187)	24.859	

(c.2) Fundos Provisionados pelo Administrador

Os Fundos de Investimentos Exclusivos que foram reduzidos ao valor recuperável de acordo com as regras aplicáveis adotadas pela administração do fundo:

Fundos	Emissor	Provisão em 2024	Provisão em 2025	Saldo do Fundo 2025
FI Multimercado Columbia	CRI Dadalto	(26.173)	(21.714)	1.193
FI Multimercado Ganges	CCI Deltaville	(8.678)	(8.678)	9.007
FI Catedral	DEB. UTE Pernambuco III	(4.575)	-	825.990
Total		(39.426)	(30.392)	836.190

Foi retirada a provisão para perdas das debêntures UTE Pernambuco III em razão da repactuação do fluxo financeiro, com extensão do cronograma de recebimentos até 2027.

(d) Investimentos Imobiliários

DESCRIÇÃO	2025			Valor Líquido
	Valor Justo	Recebíveis	Perdas Estimadas	
Terrenos	189.399	117	(75.142)	114.375
Locados a Uso Próprio	3.510	-	-	3.510
Locadas à Patrocinadora	134.838	1.763	-	136.601
Locadas a Terceiros	875.596	10.515	(8.711)	877.401
Shopping Center	3.273.331	1.265	-	3.274.596
Complexo Hoteleiro	931.569	-	-	931.569
Direitos em Alienações	-	154.495	-	154.495
Total	5.408.243	168.156	(83.853)	5.492.546
REG/REPLAN SALDADO	4.506.473	148.556	(74.106)	4.580.924
REG/REPLAN NAO SALDADO	483.318	15.906	(7.936)	491.289
NOVO PLANO	344.788	1.724	(830)	345.682
REB	73.663	1.969	(981)	74.651

DESCRIÇÃO	2024			
	Valor Justo	Recebíveis	Perdas Estimadas	Valor Líquido
Terrenos	333.713	6.697	(81.839)	258.571
Locados a Uso Próprio	4.158	-	-	4.158
Locadas à Patrocinadora	266.166	1.953	-	268.119
Locadas a Terceiros	1.151.810	4.549	(2.331)	1.154.028
Shopping Center	2.627.135	2.832	-	2.629.967
Complexo Hoteleiro	970.056	-	-	970.056
Direitos em Alienações	-	72.527	-	72.527
Total	5.353.037	88.559	(84.170)	5.357.426
REG/REPLAN SALDADO	4.681.154	77.501	(74.356)	4.684.299
REG/REPLAN NÃO SALDADO	502.148	8.298	(7.962)	502.483
NOVO PLANO	100.059	1.655	(867)	100.847
REB	69.677	1.105	(985)	69.797

O acréscimo no Novo Plano, decorre da aquisição da participação no empreendimento Shopping Pátio Paulista em R\$ 244.551, tendo sido pago R\$ 171.186 (70%) no ato da aquisição, e o restante será pago em 2 parcelas anuais de R\$ 36.683, com vencimento em abril de 2026 e abril de 2027. Do total adquirido, 98,05% foram alocados nesse plano.

Perdas estimadas: compreendem R\$ 75.142 relativos ao terreno do extinto parque aquático Wet'n Wild Salvador, adquirido em 1996. Possui gravame hipotecário e está provisionado para perda desde 2003, sem registro de reavaliação.

Em 2025 e 2024, ocorreram as seguintes alienações:

2025				
Imóvel	Data	Valor Contábil	Valor da Alienação	Lucro/Prejuízo
Novotel Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ	fev/25	47.920	58.000	10.080
ED OAB Salas 301 A 308 - Brasília/DF	mai/25	1.590	1.820	230
Rua Conde de Bonfim N° 302 - Rio De Janeiro/RJ	mai/25	8.850	8.900	50
Hotel IBIS Petrolina/PE	jul/25	17.370	17.400	30
Rua Marechal Deodoro - Curitiba/PR	jul/25	7.693	6.400	(1.293)
Terreno Auto Shopping Global - São Paulo/SP	jul/25	124.678	132.181	7.503
Edifício Prime Medical Center - Jardim Paulista/SP	ago/25	153.942	180.000	26.058
Brasília Alvorada Hotel Flat 1081 - Brasília/DF	ago/25	947	950	3
Rua Freire Alemão 475, Apto 302, ED. Piriápolis - Porto Alegre/RS	set/25	383	450	67
Rua Padre Carapuceiro - Recife/PE	out/25	7.640	9.510	1.870
Alameda São Boaventura, 904 - Rio de Janeiro - RJ	dez/25	6.100	6.603	503
Avenida Antonio Carlos Magalhaes, 2487 - Loja E - Salvador - BA	dez/25	6.633	7.989	1.357
Avenida Brás de Pina, 2 - Penha - Rio de Janeiro - RJ	dez/25	7.500	9.571	2.071
Avenida das Américas N° 3959 Loja 101 - Rio de Janeiro - RJ	dez/25	7.400	7.402	2
Avenida Francisco Matarazzo N° 350 - São Paulo - SP	dez/25	7.300	8.448	1.148
Avenida Getúlio de Moura N° 60 - Rio de Janeiro - RJ	dez/25	6.200	7.478	1.278
Edifício Martinelli - São Paulo - SP	dez/25	6.985	9.206	2.221

2025				
Imóvel	Data	Valor Contábil	Valor da Alienação	Lucro/Prejuízo
Praça General Osorio - Ag. Comendador - Curitiba - PR	dez/25	12.120	14.106	1.986
Rua Augusto Frederico Schmidt - Lojas 252/253-Shopping Barra	dez/25	5.182	5.714	532
Rua do Riachuelo N° 61 - Rio de Janeiro - RJ	dez/25	5.300	6.662	1.362
Rua Doutor Alfredo Backer N° 536-Rio de Janeiro - RJ	dez/25	4.200	5.780	1.580
Rua Fradique Coutinho - São Paulo - SP	dez/25	11.484	12.002	518
Rua Lauro Muller N° 116 - Rio de Janeiro - RJ	dez/25	18.800	19.580	780
Rua Rangel Pestana - São Paulo - SP	dez/25	16.100	19.459	3.359
Total 2025		492.318	555.611	63.293

2024				
Imóvel	Data	Valor Contábil	Valor da Alienação	Lucro/Prejuízo
Av. Ceci, 1500 Jd. Mutinga - Tamboré Barueri São Paulo - SP	nov/24	134.970	249.000	114.030
Eco Resort Cabo de Santo Agostinho, Av. Beira Mar 750 Vila Suape - Recife - PE	dez/24	47.000	62.000	15.000
Shopping Center Bougainville, Goiânia/GO	fev/24	12.868	13.500	632
Rua Joaquim Floriano N° 446 - São Paulo/SP	nov/24	11.579	16.180	4.601
Avenida Santos Dumont, Fortaleza/CE	mai/24	10.725	12.500	1.775
Avenida Jabaquara, 442 - São Paulo/SP	jan/24	8.954	8.980	26
Rua Andrade Figueira n° 45, Barra Mansa, Rio de Janeiro/RJ	fev/24	6.628	6.650	22

2025				
Imóvel	Data	Valor Contábil	Valor da Alienação	Lucro/Prejuízo
Rua da Mooca nº 1973/1983, São Paulo/SP	set/24	6.542	6.850	308
Praça Rio Branco nº 318, Piauí/PI	mai/24	6.126	8.865	2.739
Avenida Colares Moreira, Loja 45, Edifício Monumental, São Luis/MA	jun/24	4.100	4.736	636
Avenida Radial B nº 136, Bahia/BA	mai/24	2.989	3.940	951
Rua Padre Januário 42, Rio de Janeiro/RJ	dez/24	1.875	2.280	405
Avenida Pedro II, 1492, Belo Horizonte/BH	set/24	1.770	1.800	30
Rua Coronel Tamarindo, Rio de Janeiro/RJ	ago/24	1.355	700	(655)
Praça Mario Furtado nº 167, São Paulo/SP	ago/24	1.198	1.560	362
Rua Theodoro Holtrup 181, Bl. D. Blumenal/SC	mai/24	195	212	17
Total 2024		258.875	399.753	140.878

Direitos em Alienações: Os desinvestimentos em 2025 geraram um ganho contábil de 12,86% (54,42% em 2024).

O imóvel **Rua Marechal Deodoro**, Curitiba/PR foi adquirido pela FUNCEF em 1994 em dação em pagamento pela CAIXA, que foi locatária até 2016. Desde então, em que pese o esforço comercial, o imóvel permaneceu desocupado e sem sucesso para novas locações ou alienação. O imóvel não possui condições de uso e habitabilidade, demandando reparos substanciais estimados em R\$ 2,2 milhões, os quais não seriam compensados pela valorização do imóvel.

As alienações dos 14 imóveis registradas em dezembro de 2025, no valor de R\$ 140.000, sendo que R\$ 3 foi recebido em dinheiro e o restante, R\$ 139.997 em cotas do Fundo Imobiliário FII TRX Real Estate, citado no item 8.3 (c).

No caso do imóvel localizado na **Rua Coronel Tamarindo**, alienado em 2024, com valor abaixo do valor contábil, em R\$ 655, justificou-se pela vacância superior a 10 anos e pela necessidade de restauração, estimada em R\$ 2,72 milhões — valor superior à projeção de valorização do investimento.

Do total de alienações em 2025, no montante de R\$ 555.611 (R\$ 399.753 em 2024), R\$ 105.134 (R\$ 55.417, em 2024) serão recebidos de forma parcelada.

(d.1) Movimentação das Perdas Estimadas dos Recebíveis Imobiliários

Segmento	Saldo 2024	Constituição	Atualização	Reversão	Mudança de Faixa	Saldo 2025
Terrenos	6.697	-	-	(6.697)	-	-
Locados a Terceiros	2.331	17	6.980	(1.134)	518	8.711
Total	9.028	17	6.980	(7.831)	518	8.711

(d.2) Perdas Estimadas por Faixas de Inadimplência

PROVISÃO PARA PERDAS	2025					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	TOTAL
1% - atraso entre 31 e 60 dias	4	4	-	-	-	4
5% - atraso entre 61 e 90 dias	1	1	-	-	-	1
10% - atraso entre 91 e 120 dias	3	3	-	-	-	3
25% - atraso entre 121 e 180 dias	39	35	4	-	-	39
50% - atraso entre 181 e 240 dias	38	34	4	-	-	39
75% - atraso entre 241 e 360 dias	360	325	35	4	4	368
100% - atraso superior a 360 dias	8.109	7.324	785	51	97	8.256
Total	8.553	7.726	827	56	102	8.711

2024						
PERDAS ESTIMADAS	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	TOTAL
1% - atraso entre 31 e 60 dias	1	1	-	-	-	1
5% - atraso entre 61 e 90 dias	3	3	-	-	-	3
10% - atraso entre 91 e 120 dias	1	1	-	-	-	1
25% - atraso entre 121 e 180 dias	-	-	-	-	-	-
50% - atraso entre 181 e 240 dias	3	3	-	-	-	3
75% - atraso entre 241 e 360 dias	-	-	-	-	-	-
100% - atraso superior a 360 dias	8.822	7.968	853	93	106	9.020
Total	8.830	7.976	854	93	106	9.028

De acordo com as regras citadas no item 3.7.

(d.3) Reavaliação Imobiliária (Valor Justo)

O resultado da reavaliação imobiliária foi positivo em R\$ 182.599 em 2025 (positivo em R\$ 232.506 em 2024) correspondendo à rentabilidade de 3,49% (4,54% em 2024).

Empreendimentos	2025				2024			
	Data	Valor	Ajuste	Avaliador	Data	Valor	Ajuste	Avaliador
Terreno		189.399	(19.635)			333.713	(27.601)	
Terreno Auto Shopping Global - Santo André - SP	N/A	-	-	N/A	31/jul	124.678	(5.522)	22
Wet'n Wild - Rio de Janeiro - RJ	10/out	69.560	(15.469)	22	30/set	85.029	(23.072)	20
Wet'n Wild - Salvador - BA ¹	N/A	75.142	-	N/A	N/A	75.142	-	N/A

Empreendimentos	2025				2024			
	Data	Valor	Ajuste	Avaliador	Data	Valor	Ajuste	Avaliador
Terreno Complexo Imobiliários Araraquara - Araraquara - SP	20/out	22.437	(374)	19	30/set	22.811	(429)	19
Terreno Avenida Maria Leal Ferreira, S/N, Bonoco - Salvador - BA	06/out	9.216	(3.535)	1	11/out	12.751	(50)	16
Glebas 2, 4, 6, 9, 10B, 12, 2A, Subglebas 3 e 5 - Polo Industrial Camaçari - BA	15/out	13.044	(258)	19	10/out	13.302	1.471	16
Edificações em Uso Próprio		3.510	(648)			4.158	338	
Ed. Corporate, Financial Center, Brasília - DF	14/nov	3.510	(648)	5	31/out	4.158	338	18
Edificações Locadas à Patrocinadora		134.838	(1.133)			266.166	1.269	
Centro Comercial Florianópolis, Servidão Nsa. de Lurdes, 111 - Florianópolis - SC	01/set	77.400	4.496	15	04/nov	72.904	2.904	6
Ed. Goiânia Corporate Financial Center, Av.Anhuera Rua 11 Centro - Goiânia - GO ¹	01/set	49.681	1.013	15	01/nov	45.200	(1.713)	5
Rua Rangel Pestana nº 278/286 - São Paulo - SP ¹	N/A	-	-	N/A	22/out	16.100	204	19
Rua Lauro Muller, nº 116 Botafogo Rio de Janeiro - RJ ¹	N/A	-	-	N/A	12/set	14.669	598	2

Empreendimentos	2025				2024			
	Data	Valor	Ajuste	Avaliador	Data	Valor	Ajuste	Avaliador
Praça General Osório - Ag. Comendador - Curitiba - PR ¹	N/A	-	-	N/A	05/set	12.120	(160)	6
Rua Fradique Coutinho nº 1339 e 1339 A - São Paulo - SP ¹	N/A	-	-	N/A	23/out	11.484	459	19
Ed. Cowan, Rua Timbiras, nº 1532 Centro - Belo Horizonte - MG	24/out	3.116	(6.000)	6	09/ago	9.116	(1.872)	9
Rua Conde de Bonfim, nº 302 Tijuca Rio de Janeiro / RJ ¹	N/A	-	-	N/A	03/set	8.850	147	2
Rua Padre Carapuceiro Lojas PPC 115/116 - Recife - PE ¹	N/A	-	-	N/A	04/nov	7.640	(60)	16
Av. Brás de Pina nº 02 - Rio de Janeiro - RJ ¹	N/A	-	-	N/A	22/jul	7.500	125	2
Ed. Martinelli - Conjunto 031 - São Paulo - SP ¹	N/A	-	-	N/A	02/out	6.985	(332)	19
Av. das Américas nº 3959 Sala 101 - Rio de Janeiro - RJ ¹	N/A	-	-	N/A	12/set	7.400	269	2
Av. Francisco Matarazzo nº 342/348 e 350 Água Branca - São Paulo - SP ¹	N/A	-	-	N/A	09/out	7.300	178	19
Av. Antonio Carlos Magalhaes nº 2487 - Loja E - Salvador - BA ¹	N/A	-	-	N/A	10/out	6.633	233	16
Alameda São Boaventura - Rio de Janeiro - RJ ¹	N/A	-	-	N/A	27/ago	6.100	(237)	2
Av. Getúlio de Moura nº 60 - Rio de Janeiro - RJ ¹	N/A	-	-	N/A	03/set	6.200	56	2

Empreendimentos	2025				2024			
	Data	Valor	Ajuste	Avaliador	Data	Valor	Ajuste	Avaliador
Rua do Riachuelo nº 61 Centro Rio de Janeiro / RJ ¹	N/A	-	-	N/A	03/set	5.300	10	2
Rua Augusto Frederico Schmidt, nº 2992 Lojas 252/253 - Salvador - BA ¹	N/A	-	-	N/A	04/ nov	5.182	452	16
Rua Doutor Alfredo Becker nº 536 Alcântara - Rio de Janeiro - RJ ¹	N/A	-	-	N/A	12/set	4.200	5	2
Ed. Corporate Financial Center SCN, Quadra 2 Lote A - Brasília - DF	14/nov	3.249	(592)	5	31/out	3.841	271	18
Centro Emp. Washington Luiz, Rua Almirante Grenfeel nº 408 - Duque de Caxias - RJ ¹	15/out	1.392	(50)	17	12/set	1.442	(266)	2
¹ imóvel alienado em 2025								

Edificações Locadas à Terceiros		875.596	(105.006)			1.151.810	(29.870)	
Edifício São Paulo Headquarters - SP	13/nov	237.965	(82.348)	12	14/nov	320.313	(26.998)	22
Ed. Corporate Financial Center SCN, Quadra 2 Lote A - Brasília - DF	14/nov	203.142	8.768	5	31/out	194.373	3.577	18
Ed. Prime Medical Center, Rua Joaquim Floriano, 533 - São Paulo - SP ¹	N/A	-	-	N/A	22/out	153.942	9.858	19
Parque Industrial Tangara Foods - Rodovia Darly Santos 2.500 - Vila Velha - ES	09/nov	83.362	(22.890)	22	07/out	106.252	(17.243)	20

Empreendimentos	2025				2024			
	Data	Valor	Ajuste	Avaliador	Data	Valor	Ajuste	Avaliador
Ed. Birmann 12, Rua Alexandre Dumas nº 1.711 - São Paulo - SP	13/nov	71.519	(8.023)	12	06/nov	79.541	(2.089)	22
Ed. Brasília Shopping And Towers, SCN Quadra 5 Bloco A Asa Norte - Brasília - DF	09/out	55.570	1.410	5	25/out	54.160	1.031	18
Ed. Tiradentes Tower, Av. Afonso Pena, 1964 - Belo Horizonte - MG	30/out	51.165	1.706	6	09/ago	49.459	(70)	9
Ed. Goiânia Corporate Financial Center, Av. Anhaguera Rua 11 Centro - Goiânia - GO	01/set	33.719	687	15	01/nov	36.500	(1.383)	5
Ed. Cowan, Rua Timbiras, nº 1532 Centro - Belo Horizonte - MG	24/out	35.374	(3.068)	6	09/ago	38.442	3.635	9
Centro Empresarial Santos, Rua Marcilio Dias, nº 170 Santos - SP	14/out	24.237	451	19	18/out	23.787	(663)	19
Ed. Suarez, Trade Center Avenida Tancredo Neves nº 450 - Tituba Salvador - BA	04/set	25.452	1.297	19	18/set	24.154	521	16
Rua Marcilio Dias nº 170 Gonzaga - São Paulo - SP	04/nov	13.467	217	19	28/out	13.250	70	19
Rua General Câmara nº 15/17 Centro - Santos - SP	04/nov	13.074	(56)	19	28/out	13.130	1.330	19
Ed. Centro Empresarial Albert Ganimi, Rua Espírito Santo 1.115 - Juiz de Fora - MG	24/out	9.783	(49)	10	06/ago	9.832	(283)	9
Rua Marechal Deodoro nº 450 - Subsolo - Curitiba - PR ¹	N/A	-	-	N/A	23/ago	7.710	(240)	6

Empreendimentos	2025				2024			
	Data	Valor	Ajuste	Avaliador	Data	Valor	Ajuste	Avaliador
Rua Libero Badaro nº 206 - Conjunto 3A - São Paulo - SP	11/nov	5.508	(1.124)	12	26/nov	6.632	(298)	22
Av. Marechal Floriano Peixoto nº 1481 Centro - Rio de Janeiro - RJ	10/out	3.940	(675)	22	02/set	4.615	(38)	20
Av. Nelson Cardoso nº 1149 Taquara Jacarepaguá Rio de Janeiro - RJ	10/out	3.232	(1.074)	22	16/set	4.306	(64)	20
Rua Lauro Muller, nº 116 Botafogo Rio de Janeiro - RJ ¹	N/A	-	-	N/A	12/set	4.131	240	2
Centro Emp. Washington Luiz, Rua Almirante Grenfeel nº 408 - Duque de Caxias - RJ	15/out	2.764	(140)	17	12/set	2.904	(505)	2
Ed. OAB, Sal/Sul Quadra 5 Bloco N - Brasília – DF ¹	N/A	-	-	N/A	28/out	1.590	(180)	18
Rua 24 de Outubro 2016 - Centro - Cuiabá - MT	01/set	615	(15)	15	24/set	630	12	5
Rua José Passarelli - 152 C1 Qd 04 Lt 16 Vila Belo Horizonte - Campo Grande - MS	01/set	406	(104)	15	18/set	510	(99)	5
Rua Joaquim Cruz Rios Filho, 47, Lote 19, Ipitanga, Lauro de Freiras-BA	15/out	519	4	19	18/set	515	(19)	16
Rua Eugenio Frediani Quadra, 193 nº 37 - Santana de Parnaíba - SP	02/out	422	25	12	30/set	397	(8)	22
Rua Freire Alemão 475, apto 302, Bloco A, Ed. Piriapolos, Porto Alegre/ RS ¹	N/A	-	-	N/A	04/set	366	(4)	6

Empreendimentos	2025				2024			
	Data	Valor	Ajuste	Avaliador	Data	Valor	Ajuste	Avaliador
Rua João Valadão, nº 125-Residencial Dona Quita-Monte Carmelo-MG	30/set	231	(6)	6	31/jul	237	39	9
Rua Castro Alves, 1160, Quadra A-36, Lote 30, Tramandai/RS	01/set	130	-	15	27/ago	130	-	6

¹ Imóvel alienado em 2025

Participações em Shopping Center		3.273.331	281.272			2.627.135	244.460	
Shopping Center Pátio Paulista, Rua Treze de maio, 1.947 Bela Vista - São Paulo - SP	26/set	952.294	2.633	13	08/ago	584.737	102.689	12
Morumbi Shopping Center, Av. Roque Petroni Junior 1089 - São Paulo - SP	30/out	452.219	120.193	7	17/out	332.025	69.921	14
Amazonas Shopping Center Av. Djalma Batista, 482 Parque 10 - Manaus - AM	26/set	364.844	91.264	13	29/out	273.580	37.534	15
Shopping Conjunto Nacional, SCN - Brasília - DF	30/out	275.016	16.880	7	21/out	258.136	11.738	18
Ed. Brasília Shopping, Setor Comercial Norte SCN Quadra 5 Bloco A - Brasília - DF	30/out	272.490	33.590	7	25/out	238.900	15.036	18
Shopping Center Praça da Moça, Rua Manoel de Nóbrega, 712 - São Paulo - SP	19/set	227.483	13.193	11	03/out	214.290	3.778	14

Empreendimentos	2025				2024			
	Data	Valor	Ajuste	Avaliador	Data	Valor	Ajuste	Avaliador
Shopping Center Canoas, Av. Guilherme Schell, 6570 - Canoas - RS	10/set	64.952	(43.298)	21	17/jul	108.250	(25.263)	22
Shopping Pátio Belém, Travessa Padre Eutíquio, 1078 - Belém - PA	26/set	141.801	16.301	13	08/out	125.500	3.580	15
Pantanal Shopping, Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3300 - Cuiabá - MT	19/set	171.046	30.389	11	14/out	140.657	20.775	15
Shopping Center Lapa, Rua Portão da Piedade, 155 - Salvador - BA	22/out	93.771	(6.529)	18	26/jul	100.300	(3.403)	1
Auto Shopping Global, Av. dos Estados, 8000 - Santo André - São Paulo - SP	03/set	93.043	11.543	21	30/ago	81.500	2.600	14
Shopping Center Barra, Av. Centenário, 2992 - Salvador - BA	05/nov	84.670	3.510	18	26/jul	81.160	2.748	1
Shopping Felicitá, Av. Castanheiras Esquina com Ruas 36 e 37 Águas Claras - Brasília - DF	23/out	48.532	332	20	25/out	48.200	523	18
Shopping Pátio Mix Costa Verde, Rodovia BR 101 Trecho 1 - Itaguaí - RJ	23/out	31.172	(8.728)	20	21/out	39.900	2.204	22

¹ imóvel alienado em 2025

Empreendimentos	2025				2024			
	Data	Valor	Ajuste	Avaliador	Data	Valor	Ajuste	Avaliador
Complexo Hoteleiro		931.569	27.750			970.056	43.909	
Hotel Renaissance, Alameda Santos, 2.233 Jardim Paulista - São Paulo - SP	19/set	668.000	13.325	11	01/out	654.675	14.975	12
Eco Resort de Angra, Estrada Vereador Adelino, 8.413 - Angra dos Reis - RJ	01/ago	206.430	19.330	8	14/ago	187.100	18.700	14
Novotel Barra da Tijuca, Av. Lúcio Costa, 5.210, e Rua Lourenço Filho, 16 e 68 - Rio de Janeiro - RJ ¹	N/A	-	-	N/A	23/out	47.920	6.320	22
Hotel Golden Tulip Porto Vitoria, Av. Nsa. Dos Navegantes, 635 - Vitoria - ES	23/out	31.429	(3.638)	20	30/set	27.924	1.107	18
Golden e Royal Tulip Brasília Alvorada Hotel, SHTN, Trecho 1 Lote 1-B - Brasília - DF	14/nov	25.710	(1.266)	5	31/out	35.067	2.377	22
Hotel Íbis, Av. Tancredo Neves, Lote 02 Gleba 1A - Petrolina - PE ¹	N/A	-	-	N/A	26/jul	17.370	430	1
¹ imóvel alienado em 2025								
Total Consolidado		5.408.243	182.599			5.353.037	232.506	

Avaliador	
1 ACP Empreendimentos LTDA	12 Contrucci Rossi e Rizzi Eng. e Avaliações LTDA
2 Analítica Engenharia De Avaliações LTDA	13 Cushman & Wakefield Negócios Imobiliários LTDA
3 Avalibens Engenharia E Avaliação Patrimonial LTDA	14 FIDE Serviços de Engenharia e Consultoria LTDA
4 Avalor Engenharia De Avaliações	15 Gaiga Engenharia e Consultoria LTDA
5 Avateng Comercio E Saneamento LTDA	16 Gás Engenharia e Consultoria LTDA
6 B Porto Engenharia	17 Hexagono Engenharia LTDA - EPP
7 B. Internacional Real Estate LTDA	18 P&F Arquitetura E Assessoria LTDA
8 Binswanger Brazil	19 Personal Engenharia LTDA
9 CAP Engenharia E Avaliações	20 Predictor Avaliações Patrimonial e Consultoria LTDA
10 CMP Construtora LTDA	21 UON Consultoria Técnica LTDA
11 Colliers Technical Services LTDA	22 Zarique Consultoria E Assessoria Tec. LTDA

(d.4) Resultado da Reavaliação Imobiliária por Planos

Segmentos	2025											
	REG/ REPLAN Consolidado		REG/ REPLAN SALDADO		REG/ REPLAN Não Saldado		Novo Plano		REB		TOTAL	
	Saldo	ΔR\$	Saldo	ΔR\$	Saldo	ΔR\$	Saldo	ΔR\$	Saldo	ΔR\$	Saldo	ΔR\$
Terrenos	177.844	(17.945)	159.957	(16.092)	17.887	(1.852)	9.454	(1.481)	2.101	(210)	189.399	(19.635)
Locados a Uso Próprio	3.433	(634)	3.101	(572)	332	(61)	36	(7)	41	(8)	3.510	(648)
Locados a Patrocinadora	131.871	(1.108)	119.116	(1.001)	12.756	(107)	1.389	(12)	1.578	(13)	134.838	(1.133)
Locados a Terceiros	856.353	(102.698)	773.538	(92.765)	82.814	(9.933)	8.999	(1.080)	10.244	(1.229)	875.596	(105.006)
Shoppings Centers	2.909.215	278.015	2.627.813	251.123	281.403	26.892	315.315	(315)	48.800	3.572	3.273.331	281.272
Complexo Hoteleiro	911.074	27.140	822.948	24.515	88.126	2.625	9.595	286	10.899	325	931.569	27.750
Total	4.989.791	182.771	4.506.473	165.207	483.318	17.564	344.788	(2.609)	73.663	2.437	5.408.243	182.599

Segmentos	2024											
	REG/ REPLAN Consolidado		REG/ REPLAN SALDADO		REG/ REPLAN Não Saldado		Novo Plano		REB		TOTAL	
	Saldo	ΔR\$	Saldo	ΔR\$	Saldo	ΔR\$	Saldo	ΔR\$	Saldo	ΔR\$	Saldo	ΔR\$
Terrenos	317.724	(27.466)	286.190	(24.853)	31.534	(2.613)	12.219	195	3.769	(330)	333.713	(27.601)
Locados a Uso Próprio	4.067	331	3.673	299	393	32	43	3	49	4	4.158	338
Locados a Patrocinadora	260.310	1.241	235.131	1.121	25.179	120	2.742	13	3.114	15	266.166	1.269
Locados a Terceiros	1.126.495	(29.213)	1.017.555	(26.388)	108.940	(2.825)	11.839	(307)	13.476	(349)	1.151.810	(29.870)
Shoppings Centers	2.525.992	230.317	2.281.658	208.039	244.334	22.278	63.225	9.483	37.919	4.660	2.627.135	244.460
Complexo Hoteleiro	948.715	42.943	856.947	38.789	91.767	4.154	9.992	452	11.350	514	970.056	43.909
Total	5.183.301	218.153	4.681.154	197.007	502.148	21.146	100.059	9.840	69.677	4.513	5.353.037	232.506

(e) Operações com Participantes**(e.1) Empréstimos**

EMPRÉSTIMO	2025					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	NOVO PLANO	REB	Consolidado
Saldo Devedor	2.172.429	2.037.737	134.692	2.093.118	173.005	4.438.553
Saldo Vencido	4.611	3.323	1.288	20.604	2.293	27.507
Provisão para Perda	(15.888)	(13.256)	(2.632)	(57.711)	(4.655)	(78.254)
1% - atraso de 31 a 60 dias	(98)	(91)	(7)	(317)	(23)	(438)
5% - atraso de 61 a 90 dias	(101)	(97)	(4)	(707)	(71)	(879)
10% - atraso de 91 a 120 dias	(94)	(94)	-	(1.768)	(56)	(1.918)
25% - atraso de 121 a 180 dias	(700)	(700)	-	(3.333)	(150)	(4.182)
50% - atraso de 181 a 240 dias	(1.117)	(1.116)	(1)	(6.830)	(385)	(8.332)
75% - atraso de 241 a 360 dias	(2.144)	(2.065)	(79)	(18.387)	(1.366)	(21.897)
100% - atraso acima de 360 dias	(11.634)	(9.094)	(2.540)	(26.370)	(2.604)	(40.608)
Total	2.161.152	2.027.804	133.348	2.056.010	170.643	4.387.806

2024						
EMPRÉSTIMO	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	NOVO PLANO	REB	Consolidado
Saldo Devedor	1.951.090	1.826.597	124.492	1.527.448	139.061	3.617.599
Saldo Vencido	7.437	5.620	1.817	13.501	1.588	22.527
Provisão para Perda	(19.884)	(16.879)	(3.005)	(43.063)	(3.833)	(66.780)
1% - atraso de 31 a 60 dias	(37)	(35)	(2)	(159)	(7)	(204)
5% - atraso de 61 a 90 dias	(58)	(57)	(1)	(636)	(31)	(726)
10% - atraso de 91 a 120 dias	(13)	(13)	-	(373)	(3)	(388)
25% - atraso de 121 a 180 dias	(388)	(375)	(13)	(3.309)	(144)	(3.841)
50% - atraso de 181 a 240 dias	(252)	(252)	-	(3.794)	(194)	(4.240)
75% - atraso de 241 a 360 dias	(1.502)	(1.298)	(204)	(17.943)	(1.062)	(20.508)
100% - atraso acima de 360 dias	(17.633)	(14.849)	(2.784)	(16.848)	(2.392)	(36.873)
Total	1.938.643	1.815.338	123.305	1.497.886	136.816	3.573.346

Em 2025, foram concedidos R\$ 3.493.935 (R\$ 3.388.764 em 2024) referentes a 52.255 (47.989 em 2024) novos contratos e 34.407 (36.075 em 2024) renovações, com quitação de R\$ 1.946.019 (R\$ 2.233.015).

(e.2) Financiamento Habitacional

A carteira de financiamento habitacional está fechada a novas concessões desde novembro de 1996.

Do saldo remanescente da carteira, R\$ 1.172 referem-se aos imóveis que foram adjudicados/arrematados pela FUNCEF e estão pendentes de regularização para serem incorporados à carteira imobiliária. Visando atualizar os valores contabilizados, foi solicitada avaliação patrimonial dos imóveis, com conclusão prevista até 30 de abril de 2026.

(F) Precatórios e Outros Realizáveis

2025						
Descrição	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Outros realizáveis	1.729.026	1.577.836	151.190	40.687	28.045	1.797.758
(-) Perdas Estimadas	(870.535)	(795.481)	(75.054)	(15.176)	(13.351)	(899.062)
Valores a Receber	46.536	44.191	2.344	-	7.487	54.022
Total	905.027	826.546	78.481	25.511	22.180	952.718

2024						
Descrição	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Outros realizáveis	1.724.983	1.574.292	150.691	39.844	27.877	1.792.705
(-) Perdas Estimadas	(330.016)	(301.563)	(28.453)	(5.753)	(5.061)	(340.830)
Valores a Receber	44.946	42.708	2.239	-	7.244	52.190
Total	1.439.914	1.315.437	124.477	34.091	30.060	1.504.064

Outros realizáveis: o valor de R\$ 821.631 (R\$ 1.379.863 em 2024), refere-se ao Acordo de Leniência firmado entre a empresa J&F Investimentos S/A e o Ministério Público em junho de 2017. O acordo estabeleceu uma multa de R\$ 1.750.000 destinada à FUNCEF, com recebimento previsto em um prazo de 25 anos, corrigida pelo IPCA. O reconhecimento inicial adotou a marcação na curva e uma taxa de desconto de 4,5% ao ano como ajuste a valor presente, conforme a NBC TG 12.

A FUNCEF recebeu cinco parcelas semestrais e uma parcela anual, totalizando R\$ 133.087 em valores nominais.

Em 2021, o grupo J&F iniciou uma série de disputas administrativas e judiciais questionando o valor da multa acordada.

Em função das discussões judiciais, o grupo J&F obteve a suspensão da exigibilidade das parcelas de 2021 e 2022, mediante a apresentação de seguro garantia. Para as parcelas seguintes, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão de 2023, suspendeu os pagamentos. Contra essa decisão, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a FUNCEF apresentaram recurso, que ainda aguarda julgamento.

Em dezembro de 2024, como não havia ainda decisão de mérito, e sim apenas a suspensão das prestações, a FUNCEF decidiu provisionar para perda os valores das parcelas suspensas referentes aos exercícios de 2021 a 2024, totalizando R\$ 340.830. Além disso, o saldo deixou de ser atualizado.

Em novembro de 2025, a decisão de mérito na Ação Revisional (10ª Vara Federal da SJDF) reconheceu vícios alegados pela empresa e determinou revisão/recálculo do valor da multa, com potencial redução significativa. Trata-se de uma decisão de primeira instância sujeita à revisão.

Diante disso, em dezembro de 2025, foi aplicada uma metodologia de avaliação e provisionamento, modelo de perda esperada (ECL) com abordagem jurimétrica por cenários ponderados, para mensuração da perda por imparidade deste recebível, em razão de aumento relevante de risco de crédito decorrente de decisões judiciais.

O novo modelo proposto recomendou o incremento de uma provisão de R\$ 558.232, totalizando R\$ 899.062 provisionados para perdas.

Além disso, em julho de 2023, houve o reconhecimento dos valores dos novos acordos de leniência realizados junto à Camargo Correia, derivado dos investimentos no FIP Sondas e na Norte Energia, nos montantes de R\$ 6.742 (R\$ 6.178, em 2024) e R\$ 17.015 (R\$ 15.595, em 2024), respectivamente, e um acordo vinculado a OAS, nos investimentos realizados no FIP OAS, no total de R\$ 53.307 (R\$ 50.238, em 2024). Estes valores são atualizados pela SELIC, com pagamentos anuais e vencimentos em 2046 e 2047, respectivamente.

Valores a receber, contém ainda, o valor de R\$ 53.301 referente ao processo de restituição de imposto de renda sobre o aporte de reserva matemática realizado pela Patrocinadora CAIXA à FUNCEF, em 2003, relativo à adesão ao REB dos assistidos advindos da Caixa Seguros, aguardando o levantamento do depósito judicial. Também, o valor de R\$ 721 a receber relativo ao Imposto de Renda retido na fonte indevidamente no precatório referente ao terreno Av. Recife Gleba A, Campo Jiquiá, Nº 6.250.

8.4 Títulos e Valores Mobiliários por Tipo de Classificação e Vencimentos

Os quadros a seguir incluem os ativos contabilizados em carteira própria e fundos de investimentos exclusivos:

8.4.1 Categoria de Títulos para Negociação

2025							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
	REG/REPLAN Consolidado	2.120.904	-	-	-	-	2.120.904
	REPLAN Saldado	1.907.953	-	-	-	-	1.907.953
	REPLAN Não Saldado	212.951	-	-	-	-	212.951
AÇÕES	Novo Plano Consolidado	3.898.807	-	-	-	-	3.898.807
	Novo Plano CD	3.898.807	-	-	-	-	3.898.807
	REB Consolidado	456.315	-	-	-	-	456.315
	REB CD	456.315	-	-	-	-	456.315
	PGA	22.685	-	-	-	-	22.685
	Consolidado	6.498.712	-	-	-	-	6.498.712

2025							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
AÇÕES – ALUGUEL	REG/REPLAN Consolidado	-	-	-	-	-	-
	REPLAN Saldado	-	-	-	-	-	-
	REPLAN Não Saldado	-	-	-	-	-	-
	Novo Plano Consolidado	-	1.241.641	-	-	-	1.241.641
	Novo Plano CD	-	1.241.641	-	-	-	1.241.641
	REB Consolidado	-	100.329	-	-	-	100.329
	REB CD	-	100.329	-	-	-	100.329
	PGA	-	4.099	-	-	-	4.099
	Consolidado	-	1.346.068	-	-	-	1.346.068
	CDB	REG/REPLAN Consolidado	-	9.031	-	-	-
REPLAN Saldado		-	6.983	-	-	-	6.983
REPLAN Não Saldado		-	2.048	-	-	-	2.048
Novo Plano Consolidado		-	6.563	-	-	-	6.563
Novo Plano CD		-	6.563	-	-	-	6.563
Novo Plano BD		-	-	-	-	-	-
REB Consolidado		-	925	-	-	-	925
REB CD		-	925	-	-	-	925
REB BD		-	-	-	-	-	-
PGA		-	18	-	-	-	18
Consolidado	-	16.536	-	-	-	16.536	

2025							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
CRA	REG/REPLAN Consolidado	-	4.140	-	9.155	-	13.295
	REPLAN Saldado	-	3.123	-	6.906	-	10.029
	REPLAN Não Saldado	-	1.017	-	2.249	-	3.266
	Novo Plano Consolidado	-	629	-	1.391	-	2.020
	Novo Plano CD	-	629	-	1.391	-	2.020
	REB Consolidado	-	126	-	278	-	404
	REB CD	-	126	-	278	-	404
	PGA	-	2	-	5	-	8
	Consolidado	-	4.897	-	10.829	-	15.726
	CRI	REG/REPLAN Consolidado	-	-	-	2.547	-
REPLAN Saldado		-	-	-	1.706	-	1.706
REPLAN Não Saldado		-	-	-	841	-	841
Novo Plano Consolidado		-	-	-	7.080	-	7.080
Novo Plano CD		-	-	-	7.080	-	7.080
REB Consolidado		-	-	-	1.657	-	1.657
REB CD		-	-	-	1.657	-	1.657
PGA		-	-	-	-	-	-
Consolidado		-	-	-	11.284	-	11.284

2025							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
DEB. INFRAESTRUTURA	REG/REPLAN Consolidado	-	794	55.960	165.047	-	221.801
	REPLAN Saldado	-	599	42.846	129.515	-	172.960
	REPLAN Não Saldado	-	195	13.114	35.532	-	48.840
	Novo Plano Consolidado	-	121	9.588	33.683	-	43.392
	Novo Plano CD	-	121	9.588	33.683	-	43.392
	REB Consolidado	-	24	1.629	4.449	-	6.102
	REB CD	-	24	1.629	4.449	-	6.102
	PGA	-	-	32	93	-	126
	Consolidado	-	939	67.209	203.272	-	271.420
	DEBÊNTURES	REG/REPLAN Consolidado	-	128.209	121.413	379.799	-
REPLAN Saldado		-	115.948	99.901	291.387	-	507.236
REPLAN Não Saldado		-	12.261	21.512	88.413	-	122.186
Novo Plano Consolidado		-	24.110	142.808	534.397	5.654	706.970
Novo Plano CD		-	24.110	142.808	534.397	5.654	706.970
REB Consolidado		-	4.758	11.084	36.815	485	53.141
REB CD		-	4.758	11.084	36.815	485	53.141
PGA		-	4	3.405	55.459	-	58.868
Consolidado		-	157.080	278.710	1.006.471	6.139	1.448.401

2025							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
DERIVATIVOS	REG/REPLAN Consolidado	-	(32.557)	(31.764)	(3.420)	-	(67.741)
	REPLAN Saldado	-	(25.537)	(25.079)	(2.758)	-	(53.375)
	REPLAN Não Saldado	-	(7.020)	(6.685)	(661)	-	(14.366)
	Novo Plano Consolidado	-	(57.852)	(36)	(8.766)	-	(66.654)
	Novo Plano CD	-	(57.852)	(36)	(8.766)	-	(66.654)
	REB Consolidado	-	(2.700)	1.689	(582)	-	(1.594)
	REB CD	-	(2.700)	1.689	(582)	-	(1.594)
	PGA	-	-	-	-	-	-
	Consolidado	-	(93.110)	(30.111)	(12.768)	-	(135.989)
	LETRA FINANCEIRA	REG/REPLAN Consolidado	-	356.767	1.636.166	2.403.092	-
REPLAN Saldado		-	317.655	1.456.796	2.139.645	-	3.914.097
REPLAN Não Saldado		-	39.112	179.370	263.447	-	481.928
Novo Plano Consolidado		-	343.949	1.577.381	2.316.754	-	4.238.084
Novo Plano CD		-	343.949	1.577.381	2.316.754	-	4.238.084
REB Consolidado		-	25.953	119.022	174.811	-	319.786
REB CD		-	25.953	119.022	174.811	-	319.786
PGA		-	1.296	5.942	8.727	-	15.964
Consolidado		-	727.964	3.338.510	4.903.383	-	8.969.858

2025							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
LFT	REG/REPLAN Consolidado	-	154.936	445.850	-	-	600.786
	REPLAN Saldado	-	140.791	396.568	-	-	537.359
	REPLAN Não Saldado	-	14.145	49.283	-	-	63.427
	Novo Plano Consolidado	-	97.129	449.734	-	-	546.864
	Novo Plano CD	-	78.675	406.907	-	-	485.582
	Novo Plano BD	-	18.454	42.828	-	-	61.282
	REB Consolidado	-	11.353	41.236	-	-	52.589
	REB CD	-	6.338	29.597	-	-	35.935
	REB BD	-	5.015	11.639	-	-	16.654
	PGA	-	16.904	39.230	-	-	56.135
	Consolidado	-	280.322	976.051	-	-	1.256.373
	LTN	REG/REPLAN Consolidado	-	-	15.865	501	-
REPLAN Saldado		-	-	12.577	454	-	13.031
REPLAN Não Saldado		-	-	3.289	47	-	3.336
Novo Plano Consolidado		-	-	45.211	182	-	45.393
Novo Plano CD		-	-	45.211	182	-	45.393
REB Consolidado		-	-	2.958	13	-	2.971
REB CD		-	-	2.958	13	-	2.971
Consolidado		-	-	64.035	697	-	64.731

2025								
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO								
Carteira Própria e Fundos Exclusivos								
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL	
NTN-B	REG/REPLAN Consolidado	-	314.398	674.762	5.208	6.102	1.000.470	
	REPLAN Saldado	-	230.446	465.023	4.078	4.778	704.326	
	REPLAN Não Saldado	-	83.952	209.739	1.130	1.324	296.144	
	Novo Plano Consolidado	-	1.029.756	2.414.393	374.601	712.368	4.531.118	
	Novo Plano CD	-	964.079	2.246.182	374.601	712.368	4.297.230	
	Novo Plano BD	-	65.677	168.212	-	-	233.889	
	REB Consolidado	-	87.703	203.349	30.178	57.572	378.803	
	REB CD	-	72.972	165.522	30.178	57.572	326.245	
	REB BD	-	14.731	37.827	-	-	52.558	
	PGA Consolidado	-	16.846	43.400	-	-	60.245	
NTN-O	REG/REPLAN Consolidado	-	1.902.479	-	-	-	1.902.479	
	REPLAN Saldado	-	1.731.805	-	-	-	1.731.805	
	REPLAN Não Saldado	-	170.675	-	-	-	170.675	
	Novo Plano Consolidado	-	1.423.915	-	-	-	1.423.915	
	Novo Plano CD	-	1.224.349	-	-	-	1.224.349	
	Novo Plano BD	-	199.567	-	-	-	199.567	
	REB Consolidado	-	162.772	-	-	-	162.772	
	REB CD	-	108.667	-	-	-	108.667	
	REB BD	-	54.105	-	-	-	54.105	
	PGA Consolidado	-	183.429	-	-	-	183.429	
TOTAL			6.498.712	7.561.995	8.030.308	6.533.154	782.182	29.406.350

2024							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
AÇÕES	REG/REPLAN Consolidado	2.510.009	-	-	-	-	2.510.009
	REPLAN Saldado	2.296.277	-	-	-	-	2.296.277
	REPLAN Não Saldado	213.733	-	-	-	-	213.733
	Novo Plano Consolidado	4.208.390	-	-	-	-	4.208.390
	Novo Plano CD	4.208.390	-	-	-	-	4.208.390
	REB Consolidado	522.598	-	-	-	-	522.598
	REB CD	522.598	-	-	-	-	522.598
	PGA	20.480	-	-	-	-	20.480
	Consolidado	7.261.478	-	-	-	-	7.261.478
	AÇÕES – ALUGUEL	REG/REPLAN Consolidado	-	-	-	-	-
REPLAN Saldado		-	-	-	-	-	-
REPLAN Não Saldado		-	-	-	-	-	-
Novo Plano Consolidado		-	1.559.611	-	-	-	1.559.611
Novo Plano CD		-	1.559.611	-	-	-	1.559.611
REB Consolidado		-	163.886	-	-	-	163.886
REB CD		-	163.886	-	-	-	163.886
PGA		-	1.140	-	-	-	1.140
Consolidado		-	1.724.637	-	-	-	1.724.637

2024							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
CDB	REC/REPLAN Consolidado	-	71.397	-	-	-	71.397
	REPLAN Saldado	-	64.933	-	-	-	64.933
	REPLAN Não Saldado	-	6.464	-	-	-	6.464
	Novo Plano Consolidado	-	49.026	-	-	-	49.026
	Novo Plano CD	-	37.770	-	-	-	37.770
	Novo Plano BD	-	11.256	-	-	-	11.256
	REB Consolidado	-	5.663	-	-	-	5.663
	REB CD	-	3.587	-	-	-	3.587
	REB BD	-	2.076	-	-	-	2.076
	PGA	-	6.050	-	-	-	6.050
	Consolidado	-	132.137	-	-	-	132.137
CRA	REC/REPLAN Consolidado	-	-	7.178	-	7.782	14.960
	REPLAN Saldado	-	-	5.415	-	5.870	11.285
	REPLAN Não Saldado	-	-	1.763	-	1.912	3.675
	Novo Plano Consolidado	-	-	1.782	-	1.932	3.713
	Novo Plano CD	-	-	1.782	-	1.932	3.713
	REB Consolidado	-	-	356	-	386	742
	REB CD	-	-	356	-	386	742
	PGA	-	-	4	-	5	9
		Consolidado	-	-	9.320	-	10.104

2024								
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO								
Carteira Própria e Fundos Exclusivos								
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL	
CRI	REG/REPLAN Consolidado	-	-	-	-	2.687	2.687	
	REPLAN Saldado	-	-	-	-	1.800	1.800	
	REPLAN Não Saldado	-	-	-	-	887	887	
	Novo Plano Consolidado	-	-	-	-	7.470	7.470	
	Novo Plano CD	-	-	-	-	7.470	7.470	
	REB Consolidado	-	-	-	-	1.748	1.748	
	REB CD	-	-	-	-	1.748	1.748	
	PGA	-	-	-	-	-	-	
	Consolidado						11.905	11.905
	DEB. INFRAESTRUTURA	REG/REPLAN Consolidado	-	638	44.581	-	151.132	196.352
REPLAN Saldado		-	481	34.191	-	118.100	152.772	
REPLAN Não Saldado		-	157	10.391	-	33.032	43.579	
Novo Plano Consolidado		-	158	13.393	-	54.504	68.055	
Novo Plano CD		-	158	13.393	-	54.504	68.055	
REB Consolidado		-	32	2.152	-	7.062	9.246	
REB CD		-	32	2.152	-	7.062	9.246	
PGA		-	0	26	-	86	112	
Consolidado		-	829	60.152	-	212.784	273.764	

2024								
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO								
Carteira Própria e Fundos Exclusivos								
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL	
DEBÊNTURES	REG/REPLAN Consolidado	-	6.252	225.141	-	365.132	596.526	
	REPLAN Saldado	-	4.711	194.224	-	281.671	480.605	
	REPLAN Não Saldado	-	1.542	30.917	-	83.461	115.920	
	Novo Plano Consolidado	-	3.559	97.031	-	414.283	514.873	
	Novo Plano CD	-	3.559	97.031	-	414.283	514.873	
	REB Consolidado	-	369	9.063	-	25.962	35.393	
	REB CD	-	369	9.063	-	25.962	35.393	
	PGA	-	311	4.230	-	45.321	49.862	
	Consolidado			10.491	335.465	-	850.698	1.196.654
	DERIVATIVOS	REG/REPLAN Consolidado	-	(20.255)	(64.721)	(574)	(7.373)	(92.923)
REPLAN Saldado		-	(16.055)	(50.776)	(449)	(5.735)	(73.015)	
REPLAN Não Saldado		-	(4.200)	(13.945)	(125)	(1.638)	(19.908)	
Novo Plano Consolidado		-	(62.013)	(195.717)	(1.747)	(22.510)	(281.987)	
Novo Plano CD		-	(62.013)	(195.717)	(1.747)	(22.510)	(281.987)	
REB Consolidado		-	(4.025)	(12.762)	(125)	(1.476)	(18.387)	
REB CD		-	(4.025)	(12.762)	(125)	(1.476)	(18.387)	
Consolidado		-	(86.292)	(273.200)	(2.446)	(31.358)	(393.297)	

2024							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
LETRA FINANCEIRA	REG/REPLAN Consolidado	-	211.814	1.588.133	-	2.296.269	4.096.216
	REPLAN Saldado	-	185.399	1.390.083	-	2.009.910	3.585.393
	REPLAN Não Saldado	-	26.414	198.050	-	286.359	510.823
	Novo Plano Consolidado	-	169.062	1.267.593	-	1.832.803	3.269.458
	Novo Plano CD	-	169.062	1.267.593	-	1.832.803	3.269.458
	REB Consolidado	-	12.285	92.108	-	133.178	237.571
	REB CD	-	12.285	92.108	-	133.178	237.571
	PGA	-	692	5.187	-	7.499	13.378
	Consolidado	-	393.853	2.953.021	-	4.269.749	7.616.622
	LFT	REG/REPLAN Consolidado	-	15.790	66.113	-	-
REPLAN Saldado		-	12.364	54.421	-	-	66.785
REPLAN Não Saldado		-	3.426	11.692	-	-	15.118
Novo Plano Consolidado		-	48.351	144.128	-	-	192.479
Novo Plano CD		-	48.351	144.128	-	-	192.479
REB Consolidado		-	3.165	9.475	-	-	12.640
REB CD		-	3.165	9.475	-	-	12.640
Consolidado		-	67.305	219.717	-	-	287.022

2024							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
LFT-OVER	REG/REPLAN Consolidado	-	4.467	-	-	-	4.467
	REPLAN Saldado	-	3.356	-	-	-	3.356
	REPLAN Não Saldado	-	1.111	-	-	-	1.111
	Novo Plano Consolidado	-	5.949	-	-	-	5.949
	Novo Plano CD	-	5.949	-	-	-	5.949
	Novo Plano BD	-	-	-	-	-	-
	REB Consolidado	-	363	-	-	-	363
	REB CD	-	363	-	-	-	363
	REB BD	-	-	-	-	-	-
	PGA Consolidado	-	745	-	-	-	745
	Consolidado		11.524	-	-	-	11.524
LTN	REG/REPLAN Consolidado	-	-	11.356	-	8.744	20.100
	REPLAN Saldado	-	-	8.990	-	6.847	15.837
	REPLAN Não Saldado	-	-	2.366	-	1.897	4.263
	Novo Plano Consolidado	-	-	32.623	-	26.778	59.401
	Novo Plano CD	-	-	32.623	-	26.778	59.401
	REB Consolidado	-	-	2.135	-	1.751	3.885
	REB CD	-	-	2.135	-	1.751	3.885
	Consolidado	-	-	46.113	-	37.273	83.386

2024							
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Carteira Própria e Fundos Exclusivos							
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL
LTN -OVER	REC/REPLAN Consolidado	-	215.670	-	-	-	215.670
	REPLAN Saldado	-	188.689	-	-	-	188.689
	REPLAN Não Saldado	-	26.980	-	-	-	26.980
	Novo Plano Consolidado	-	454.814	-	-	-	454.814
	Novo Plano CD	-	453.407	-	-	-	453.407
	Novo Plano BD	-	1.406	-	-	-	1.406
	REB Consolidado	-	45.091	-	-	-	45.091
	REB CD	-	44.775	-	-	-	44.775
	REB BD	-	317	-	-	-	317
	PGA	-	747	-	-	-	747
	Consolidado	-	716.322	-	-	-	716.322
	NTN-B	REC/REPLAN Consolidado	-	341.328	1.111.450	85	12
REPLAN Saldado		-	280.527	895.931	67	9	1.176.534
REPLAN Não Saldado		-	60.801	215.519	18	3	276.341
Novo Plano Consolidado		-	1.498.471	5.578.212	423.818	696.031	8.196.532
Novo Plano CD		-	1.453.545	5.412.772	423.818	696.031	7.986.165
Novo Plano BD		-	44.927	165.440	-	-	210.366
REB Consolidado		-	170.779	643.125	79.754	131.027	1.024.685
REB CD		-	163.144	614.964	79.754	131.027	988.888
REB BD		-	7.635	28.162	-	-	35.797
PGA		-	10.066	37.298	-	-	47.364
Consolidado		-	2.020.645	7.370.085	503.656	827.070	10.721.456

2024								
TÍTULOS CLASSIFICADOS PARA NEGOCIAÇÃO								
Carteira Própria e Fundos Exclusivos								
Títulos	PLANOS	Indeterminado	0 – 1 ANO	1 – 5 ANOS	5 – 10 ANOS	Acima de 10 anos	VALOR TOTAL	
NTN-O	REC/REPLAN Consolidado	-	1.857.597	-	-	-	1.857.597	
	REPLAN Saldado	-	1.709.162	-	-	-	1.709.162	
	REPLAN Não Saldado	-	148.436	-	-	-	148.436	
	Novo Plano Consolidado	-	1.251.166	-	-	-	1.251.166	
	Novo Plano CD	-	835.300	-	-	-	835.300	
	Novo Plano BD	-	415.866	-	-	-	415.866	
	REB Consolidado	-	109.168	-	-	-	109.168	
	REB CD	-	32.288	-	-	-	32.288	
	REB BD	-	76.880	-	-	-	76.880	
	PGA	-	224.223	-	-	-	224.223	
	Consolidado	-	3.442.154	-	-	-	3.442.154	
	TOTAL			7.261.478	8.433.605	10.720.672	501.210	6.188.224

8.4.2 Categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento

Os títulos classificados nesta categoria possuem estudos internos que demonstram a capacidade financeira para mantê-los até seu vencimento, conforme Resolução CNPC nº 43/2021.

2025								
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Carteira Própria e Fundos Exclusivos								
Títulos	PLANOS	0-1 ANO	1-5 ANOS	5-10 ANOS	ACIMA DE 10 ANOS	Valor Contábil	Valor Mercado ¹	Valor a Taxa do Passivo ²
Acordo de Leniência	REG/REPLAN Consolidado	-	-	-	795.561	795.561	795.561	-
	REPLAN Saldado	-	-	-	726.971	726.971	726.971	-
	REPLAN Não Saldado	-	-	-	68.590	68.590	68.590	-
	Novo Plano Consolidado				13.869	13.869	13.869	
	Novo Plano CD	-	-	-	13.869	13.869	13.869	-
	REB Consolidado				12.201	12.201	12.201	
	REB CD	-	-	-	12.201	12.201	12.201	-
	Consolidado				821.631	821.631	821.631	
DEBÊNTURES	REG/REPLAN Consolidado	2.428	-	-	-	2.428	2.377	-
	REPLAN Saldado	1.830	-	-	-	1.830	1.791	-
	REPLAN Não Saldado	598	-	-	-	598	586	-
	Novo Plano Consolidado	2.958	-	-	-	2.958	2.896	
	Novo Plano CD	2.958	-	-	-	2.958	2.896	-
	REB Consolidado	180	-	-	-	180	177	
	REB CD	180	-	-	-	180	177	-
	PGA	414	-	-	-	414	405	-
Consolidado	5.980	-	-	-	5.980	5.854		

2025								
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Carteira Própria e Fundos Exclusivos								
Títulos	PLANOS	0-1 ANO	1-5 ANOS	5-10 ANOS	ACIMA DE 10 ANOS	Valor Contábil	Valor Mercado ¹	Valor a Taxa do Passivo ²
LETRA FINANCEIRA	REG/REPLAN Consolidado	188.976	-	-	-	188.976	188.976	-
	REPLAN Saldado	168.259	-	-	-	168.259	168.259	-
	REPLAN Não Saldado	20.717	-	-	-	20.717	20.717	-
	Novo Plano Consolidado	182.186	-	-	-	182.186	182.186	-
	Novo Plano CD	182.186	-	-	-	182.186	182.186	-
	REB Consolidado	13.747	-	-	-	13.747	13.747	-
	REB CD	13.747	-	-	-	13.747	13.747	-
	PGA	686	-	-	-	686	686	-
	Consolidado	385.596	-	-	-	385.596	385.596	-
	NTN-B	REG/REPLAN Consolidado	1.099.130	10.139.530	14.361.599	25.356.551	50.956.810	46.472.816
REPLAN Saldado		913.411	9.175.094	12.945.810	22.895.443	45.929.758	41.923.672	51.313.390
REPLAN Não Saldado		185.718	964.436	1.415.789	2.461.109	5.027.052	4.549.144	5.523.462
Novo Plano Consolidado		326.317	3.262.224	7.202.612	10.738.755	21.529.907	19.740.200	3.926.267
Novo Plano CD		317.980	2.788.946	6.081.859	8.164.954	17.353.739	15.881.994	-
Novo Plano BD		8.337	473.279	1.120.752	2.573.800	4.176.169	3.858.206	3.926.267
REB Consolidado		5.196	576.761	927.585	1.214.294	2.723.836	2.542.354	716.527
REB CD		47	326.739	681.617	776.298	1.784.701	1.684.770	-
REB BD		5.149	250.022	245.968	437.996	939.135	857.584	716.527
Consolidado		1.430.643	13.978.515	22.491.795	37.309.600	75.210.553	68.755.370	61.479.646

2025								
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Carteira Própria e Fundos Exclusivos								
Títulos	PLANOS	0-1 ANO	1-5 ANOS	5-10 ANOS	ACIMA DE 10 ANOS	Valor Contábil	Valor Mercado ¹	Valor a Taxa do Passivo ²
NTN-C	REG/REPLAN Consolidado	-	-	2.049.703	-	2.049.703	1.946.963	2.094.697
	REPLAN Saldado	-	-	1.875.422	-	1.875.422	1.781.418	1.917.217
	REPLAN Não Saldado	-	-	174.281	-	174.281	165.545	177.480
	Novo Plano Consolidado	-	-	11.532	-	11.532	10.956	1.632
	Novo Plano CD	-	-	9.930	-	9.930	9.434	-
	Novo Plano BD	-	-	1.602	-	1.602	1.523	1.632
	REB Consolidado	-	-	26.192	-	26.192	24.887	26.681
	REB CD	-	-	-	-	-	-	-
	REB BD	-	-	26.192	-	26.192	24.887	26.681
	Consolidado	-	-	2.087.426	-	2.087.426	1.982.806	2.123.010
	TOTAL		1.822.219	13.978.515	24.579.221	38.131.231	78.511.186	71.951.257

2024								
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Carteira Própria e Fundos Exclusivos								
Títulos	PLANOS	0-1 ANO	1-5 ANOS	5-10 ANOS	ACIMA DE 10 ANOS	Valor Contábil	Valor Mercado ¹	Valor a Taxa do Passivo ²
Acordo de Leniência	REG/REPLAN Consolidado	-	-	-	1.336.080	1.336.080	1.336.080	-
	REPLAN Saldado	-	-	-	1.220.889	1.220.889	1.220.889	-
	REPLAN Não Saldado	-	-	-	115.191	115.191	115.191	-
	Novo Plano Consolidado	-	-	-	23.292	23.292	23.292	-
	Novo Plano CD	-	-	-	23.292	23.292	23.292	-
	REB Consolidado	-	-	-	20.491	20.491	20.491	-
	REB CD	-	-	-	20.491	20.491	20.491	-
	Consolidado	-	-	-	1.379.863	1.379.863	1.379.863	-
CDB	REG/REPLAN Consolidado	1.941	-	-	-	1.941	1.941	-
	REPLAN Saldado	1.360	-	-	-	1.360	1.360	-
	REPLAN Não Saldado	581	-	-	-	581	581	-
	Novo Plano Consolidado	2.857	-	-	-	2.857	2.857	-
	Novo Plano CD	2.857	-	-	-	2.857	2.857	-
	REB Consolidado	34	-	-	-	34	34	-
	REB CD	34	-	-	-	34	34	-
	PGA	-	-	-	-	-	-	-
Consolidado	4.832	-	-	-	4.832	4.832	-	

2024								
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Carteira Própria e Fundos Exclusivos								
Títulos	PLANOS	0-1 ANO	1-5 ANOS	5-10 ANOS	ACIMA DE 10 ANOS	Valor Contábil	Valor Mercado ¹	Valor a Taxa do Passivo ²
DEBÊNTURES	REG/REPLAN Consolidado	12.762	6.625	-	-	19.387	19.336	-
	REPLAN Saldado	9.587	4.977	-	-	14.564	14.526	-
	REPLAN Não Saldado	3.175	1.648	-	-	4.823	4.809	-
	Novo Plano Consolidado	16.997	8.824	-	-	25.821	25.743	-
	Novo Plano CD	16.997	8.824	-	-	25.821	25.743	-
	REB Consolidado	1.037	538	-	-	1.576	1.573	-
	REB CD	1.037	538	-	-	1.576	1.573	-
	PGA	2.128	1.104	-	-	3.232	3.225	-
	Consolidado	32.923	17.092	-	-	50.015	49.877	-
	LETRA FINANCEIRA	REG/REPLAN Consolidado	301.219	181.818	-	-	483.036	483.036
REPLAN Saldado		263.655	159.144	-	-	422.799	422.799	-
REPLAN Não Saldado		37.564	22.674	-	-	60.238	60.238	-
Novo Plano Consolidado		240.422	145.121	-	-	385.543	385.543	-
Novo Plano CD		240.422	145.121	-	-	385.543	385.543	-
REB Consolidado		17.470	10.545	-	-	28.015	28.015	-
REB CD		17.470	10.545	-	-	28.015	28.015	-
PGA		984	594	-	-	1.578	1.578	-
Consolidado		560.095	338.077	-	-	898.172	898.172	-

2024								
TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO								
Carteira Própria e Fundos Exclusivos								
Títulos	PLANOS	0-1 ANO	1-5 ANOS	5-10 ANOS	ACIMA DE 10 ANOS	Valor Contábil	Valor Mercado ¹	Valor a Taxa do Passivo ²
NTN-B	REG/REPLAN Consolidado	-	7.055.366	27.852.736	9.707.521	44.615.624	39.437.817	49.321.978
	REPLAN Saldado	-	6.322.737	24.960.520	8.625.817	39.909.074	35.287.324	44.147.795
	REPLAN Não Saldado	-	732.629	2.892.216	1.081.704	4.706.549	4.150.493	5.174.184
	Novo Plano Consolidado	-	638.814	9.778.662	1.222.196	11.639.672	9.623.262	12.195.578
	Novo Plano CD	-	569.781	6.890.822	596.086	8.056.689	6.432.228	8.680.242
	Novo Plano BD	-	69.033	2.887.840	626.110	3.582.983	3.191.034	3.515.336
	REB Consolidado	-	91.080	1.032.871	315.179	1.439.129	1.229.607	1.275.891
	REB CD	-	40.570	543.715	9.094	593.378	480.615	649.658
	REB BD	-	50.510	489.156	306.085	845.751	748.991	626.233
	Consolidado	-	7.785.260	38.664.269	11.244.895	57.694.425	50.290.686	62.793.448
NTN-C	REG/REPLAN Consolidado	-	-	-	2.128.919	2.128.919	2.101.380	2.295.410
	REPLAN Saldado	-	-	-	1.947.902	1.947.902	1.922.705	2.101.002
	REPLAN Não Saldado	-	-	-	181.016	181.016	178.675	194.408
	Novo Plano Consolidado	-	-	-	11.977	11.977	11.825	12.485
	Novo Plano CD	-	-	-	10.313	10.313	10.182	10.697
	Novo Plano BD	-	-	-	1.664	1.664	1.643	1.788
	REB Consolidado	-	-	-	27.203	27.203	26.861	29.226
	REB CD	-	-	-	-	-	-	-
	REB BD	-	-	-	27.203	27.203	26.861	29.226
	Consolidado	-	-	-	2.168.098	2.168.098	2.140.066	2.337.121
TOTAL		597.850	8.140.429	38.664.269	14.792.856	62.195.405	54.763.496	N/A

¹ Os valores de mercado são para fins comparativos com o valor contábil.

² Aplicável apenas para os títulos públicos atrelados à inflação, que fazem frente às obrigações dos planos.

8.5 Ativo Imobilizado e Intangível

É registrado exclusivamente no Plano de Gestão Administrativa.

Descrição	Saldo 2024	Aquisições	Baixas	Reavaliações	(-) Depreciação/ Amortização	Saldo 2025
Imobilizado	50.069	17.541	(626)	(14.414)	(2.296)	50.274
bens móveis	9.107	91	(626)	-	(1.738)	6.835
bens imóveis	40.962	17.450	-	(14.414)	(559)	43.439
Intangível	-	4.960	-	-	-	4.960
Total	50.069	22.501	(626)	(14.414)	(2.296)	55.233

Nos **Bens Móveis** foi registrado a baixa dos bens obsoletos ou em desuso e alienados por meio de leilão, arrecadando o total de R\$ 320 (R\$ 333).

Os **Bens Imóveis** correspondem às salas do 12º e 13º andares, lojas 125, 130, 135 e 82 e vagas de garagem do Edifício Corporate Financial Center, situado na quadra SCN 02 Bloco A, Asa Norte, Brasília/DF.

Em 2024, houve a reforma das salas do 12º e 13º andares, totalizando em R\$ 17.450, este valor foi acrescido ao valor do imóvel.

Porém, com a reavaliação, realizada pela empresa Avateng Comercio e Saneamento LTDA, obteve-se um resultado negativo de R\$ 14.414. Em 2024, foi reavaliado pela empresa P&F Arquitetura e Assessoria Ltda, com redução de R\$ 260.

8.6 Exigível Operacional

(a) Gestão Previdencial

DESCRIÇÃO	2025					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Benefícios a pagar	28.393	986	27.407	746	451	29.590
Retenções a recolher	69.723	63.897	5.826	9.939	654	80.316
Outras exigibilidades	164.185	35.889	128.296	10.872	706	175.763
Total	262.301	100.772	161.529	21.558	1.811	285.669

DESCRIÇÃO	2024					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Benefícios a pagar	28.542	823	27.720	4.131	406	33.080
Retenções a recolher	65.950	60.350	5.600	19.076	998	86.024
Outras exigibilidades	90.818	31.753	59.065	8.052	1.608	100.478
Total	185.310	92.926	92.385	31.259	3.012	219.582

Benefícios a pagar: composto em sua maior parte pelos valores de reserva de poupança a pagar a ex-participantes no valor de R\$ 27.337 (R\$ 27.639 em 2024), que se desligaram da CAIXA e não se enquadram na presunção do Benefício Proporcional Diferido, conforme Resolução CNPC nº 50/2022.

Retenções a recolher: representam as retenções de imposto de renda retido na fonte incidentes sobre as aposentadorias, pensões e resgates de contribuições.

Outras Exigibilidades: contemplam os valores repassados pela CAIXA relativos às condenações judiciais imputadas à Patrocinadora no valor de R\$ 41.839 (R\$ 42.143 em 2024).

E os valores referente as contribuições sobre as parcelas salariais não previstas no plano de custeio do REG/REPLAN Não Saldado no valor de R\$ 120.989 (R\$ 46.231 em 2024). O saldo é atualizado pelo INPC.

(b) Gestão Administrativa

Descrição	2025	2024
Contas a pagar	11.752	13.907
Retenções a recolher	7.407	7.373
Tributos a recolher	1.228	996
Outras exigibilidades	201	28
Total	20.588	22.304

Contas a pagar: registra principalmente, os valores devidos aos fornecedores no montante de R\$ 4.780 (R\$ 6.608 em 2024) e provisão para férias dos empregados FUNCEF valor de R\$ 5.884 (R\$ 5.952 em 2024).

Retenções a recolher: composto pelas retenções incidentes sobre a folha de pagamento de empregados e sobre serviços prestados por terceiros.

Tributos a recolher refere-se aos valores de PIS e COFINS recolhidos mensalmente na forma de depósitos judiciais.

(c) Investimentos

DESCRIÇÃO	2025						
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
Ativos financeiros de crédito privado	13	12	1	-	-	-	14
Fundos de investimento ¹	196.475	171.922	24.553	74.779	33.550	-	281.546
Investimentos em imóveis	5.848	5.282	566	72.087	1.510	-	79.445
Operações com participantes	744	713	31	890	79	-	1.713
Relacionados com o disponível	-	-	-	4	1	-	6
Taxa de administração a repassar	382	359	23	649	50	-	1.081
Retenções de tributos a recolher	49	44	5	5	1	-	55
Outras exigibilidades	3.101	2.618	483	23	27	6	3.157
Total	206.614	180.952	25.662	148.437	35.219	6	367.017

¹ Contém transferências entre planos

DESCRIÇÃO	2024						
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
Renda variável	498	444	54	120	22	-	640
Fundos de investimentos ¹	381.301	343.570	37.731	141.169	47.751	1.588	398.407
Investimentos em imóveis	3.030	2.736	293	826	116	-	3.971
Operações com participantes	1.374	681	693	1.829	108	-	3.310
Taxa de administração a repassar	591	549	42	965	68	-	1.624
Retenções de tributos a recolher	78	70	7	1	1	-	80
Outras exigibilidades	4.056	3.861	195	21	26	0	4.103
Total	390.927	351.912	39.016	144.931	48.091	1.588	412.136

¹ Contém transferências entre planos

Na rubrica de **Fundos de Investimentos** estão registrados os valores das cotas a integralizar dos fundos de investimentos FIP e FIMEE, e incluem os valores dos fundos com patrimônio negativo, no montante de R\$ 6.829 (R\$ 10.658 em 2024) relativo aos fundos FIP Brasil Equity, Fip Multiner, FIP Modal Óleo e Gás, RG Estaleiro e FMIEE RB Nordeste.

No grupo de **Investimentos em imóveis**, contém o valor a pagar referente à aquisição da participação no empreendimento Shopping Pátio Paulista em R\$ 73.365, que será pago em 2 parcelas anuais de R\$36.683, com vencimento em abril de 2026 e abril de 2027.

No grupo **Outras exigibilidades** consta o registro de R\$ 2.033 relativo a honorários advocatício a pagar, o restante, refere-se a créditos recebidos na conta bancária da Fundação, porém, pendentes de vinculação pelas áreas operacionais aos eventos que os originaram.

8.7 Exigível Contingencial

A FUNCEF é parte em processos judiciais e administrativos segregados, conforme a matéria, em previdenciais, administrativos e de investimentos. Com base em pareceres dos seus advogados, da jurisprudência e do histórico de condenações nos últimos 3 anos, a Administração constituiu provisão para a cobertura das perdas classificadas como prováveis, em montante suficiente para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

A FUNCEF e a CAIXA assinaram acordo no qual a Patrocinadora assume a responsabilidade pela cobertura de objetos específicos. Estes objetos são classificados com probabilidade de perda possível ou remota, sem impactar o provisionamento.

Em 2025, a FUNCEF respondia judicialmente a 14.553 ações judiciais (11.459 em 2024).

(a) Exigível Contingencial – Perda Provável

Gestão administrativa: refere-se a ações trabalhistas de ex-empregados relacionados à atividade laboral, de ex-prestadores de serviços e de processos de natureza tributária.

Investimentos: em sua maioria são ações relacionadas à carteira de investimentos imobiliários e mobiliários, tendo como principal objeto a relação contratual e a responsabilidade das partes.

Gestão previdencial: referem-se a ações ajuizadas por participantes, aposentados, sindicatos e entidades associativas relativas ao valor dos benefícios conexas à atividade laboral exercida na Patrocinadora ou a questões atinentes ao regulamento do plano de benefícios.

(a.1) Movimentação do Exigível Contingente – Perda Provável

Plano de Benefícios	Saldo 2024	Entrada	Baixa	Alterações /Reclassificação	Atualização	Saldo 2025
REG/REPLAN Consolidado	788.224	19.068	(92.152)	47.432	131.975	894.546
REG/REPLAN SALDADO	700.254	13.813	(71.857)	(36.753)	110.101	715.559
REG/REPLAN NÃO SALDADO	87.970	5.255	(20.295)	84.184	21.873	178.987
NOVO PLANO Consolidado	7.606	371	(589)	4.589	579	12.555
REB Consolidado	6.065	-	(529)	997	736	7.269
PGA	15.041	55	(1.721)	(3.978)	957	10.355
TOTAL	816.936	19.495	(94.991)	49.039	134.246	924.725

Houve **baixa** de 3.080 (2.508 em 2024) processos, que totalizaram em R\$ 94.991 (R\$ 1.542.737 em 2024). As baixas relativas ao exercício de 2024 foram impactadas pelo acordo com o FIP OAS, em R\$ 635.000 e pelas baixas decorrentes do aditamento do Acordo Operacional com a CAIXA.

A coluna relativa às **alterações/reclassificações** apresenta o valor das alterações da estimativa decorrentes da fase de execução, abertura dos litigantes, revisão das estimativas de valores e de probabilidade de perda para os processos.

(a.2) Saldo provisionado por plano de benefícios e PGA dos processos classificados como perda provável:

DESCRIÇÃO	2025						
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN SALDADO	REG/ REPLAN NÃO SALDADO	NOVO PLANO	REB	PGA	Consolidado
Gestão previdencial	695.872	536.206	159.666	7.823	3.654	-	707.349
Investimentos	198.674	179.353	19.321	4.732	3.615	-	207.021
Gestão administrativa	-	-	-	-	-	10.355	10.355
Total	894.546	715.559	178.987	12.555	7.269	10.355	924.725

Contingências	2024						
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN SALDADO	REG/ REPLAN NÃO SALDADO	NOVO PLANO	REB	PGA	Consolidado
Gestão Previdencial	645.736	571.652	74.084	4.619	3.466	-	653.820
Investimentos	142.489	128.602	13.886	2.986	2.599	-	148.074
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	15.041	15.041
Total	788.224	700.254	87.970	7.606	6.065	15.041	816.936

Na **gestão previdencial**, o aumento ocorreu devido à revisão das estimativas do provisionamento que é realizada anualmente. O impacto foi mais relevante no plano REG/Replan Não Saldado, em relação ao objeto efeito gangorra.

Nas ações relacionadas aos **investimentos**, o incremento nas ações judiciais, decorre do provisionamento do processo judicial que discute a taxa condominial de imóvel locado a terceiros, provisionada de acordo com laudo contratado pela Fundação, em R\$ 42.990.

(b) Passivo Contingente – Perda Possível

De acordo com as normas contábeis, não há constituição de provisão para essas contingências, apenas a evidenciação em Notas Explicativas.

(b.1) Movimentação do Passivo Contingente – Perda Possível

Planos	Saldo 2024	Entrada	Baixa	Alt/Recl	Atualização	Saldo 2025
REG/REPLAN Consolidado	4.967.473	7.547	(502.312)	(550.707)	326.295	4.248.295
REG/REPLAN SALDADO	4.374.026	6.177	(421.800)	(427.862)	290.120	3.820.661
REG/REPLAN NÃO SALDADO	593.447	1.370	(80.513)	(122.845)	36.175	427.634
NOVO PLANO CONSOLIDADO	67.553	4.261	(4.297)	(2.819)	5.597	70.295
REB CONSOLIDADO	70.909	624	(6.845)	(6.639)	5.090	63.139
PGA	8.921	438	(821)	(3.026)	426	5.939
TOTAL	5.114.855	12.870	(514.275)	(563.191)	337.408	4.387.668

Incluem na coluna de **reclassificação** as alterações de probabilidade de perda, valor e inclusão de litigantes, e decorrem, em sua maioria, dos processos que entraram em fase de execução.

Nas ações de investimentos, o processo judicial mais relevante é relativo ao Acordo de Leniência com o grupo J&F Investimentos.

(b.2) Saldo do passivo contingente por plano de benefícios e PGA dos processos classificados como perda possível:

2025							
Contingências	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
Previdenciários	1.146.953	994.578	152.375	2.856	14.908	-	1.164.717
Investimentos	3.101.342	2.826.083	275.259	67.439	48.231	-	3.217.012
Administrativo	-	-	-	-	-	5.939	5.939
Total	4.248.295	3.820.661	427.634	70.295	63.139	5.939	4.387.668

2024							
Contingências	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	PGA	Consolidado
Previdenciários	1.789.831	1.479.409	310.422	3.717	22.521	-	1.816.069
Investimentos	3.177.641	2.894.616	283.025	63.836	48.388	-	3.289.865
Administrativo	-	-	-	-	-	8.921	8.921
Total	4.967.473	4.374.026	593.447	67.553	70.909	8.921	5.114.855

8.8 Patrimônio Social

(a) Provisões Matemáticas

DESCRIÇÃO	2025					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Benefícios concedidos	78.353.183	71.667.963	6.685.220	4.494.840	846.991	83.695.014
Benefício definido- Programado	71.267.248	65.199.571	6.067.677	3.212.102	582.224	75.061.574
Benefício definido - Não Programado	7.085.936	6.468.393	617.543	1.282.737	264.767	8.633.439
Benefícios a conceder	7.901.198	6.844.585	1.056.614	37.825.558	3.553.108	49.279.865
Contribuição definida	-	-	-	37.825.558	3.553.108	41.378.666
Benefício definido- Programado	7.892.163	6.844.585	1.047.578	-	-	7.892.163
Benefício definido - Não Programado	9.036	-	9.036	-	-	9.036
(-) Provisões matemáticas a constituir	(6.868.222)	(6.813.180)	(55.042)	-	-	(6.868.222)
(-) Equacionamento de déficit	(6.868.222)	(6.813.180)	(55.042)	-	-	(6.868.222)
(-) Patrocinador(es)	(521.662)	(467.180)	(54.482)	-	-	(521.662)
(-) Participantes	(467.740)	(467.180)	(560)	-	-	(467.740)
(-) Assistidos	(5.878.820)	(5.878.820)	-	-	-	(5.878.820)
Total	79.386.160	71.699.368	7.686.792	42.320.398	4.400.099	126.106.657

DESCRIÇÃO	2024					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Benefícios concedidos	79.527.699	73.027.026	6.500.673	4.145.694	799.268	84.472.662
Benefício definido-Programado	72.464.730	66.560.030	5.904.700	3.034.008	553.730	76.052.469
Benefício definido - Não Programado	7.062.969	6.466.996	595.973	1.111.686	245.538	8.420.193
Benefícios a conceder	8.474.024	7.359.758	1.114.266	31.674.519	3.062.659	43.211.201
Contribuição definida	-	-	-	31.674.519	3.062.659	34.737.177
Benefício definido-Programado	8.468.620	7.359.758	1.108.862	-	-	8.468.620
Benefício definido - Não Programado	5.404	-	5.404	-	-	5.404
(-) Provisões matemáticas a constituir	(10.778.488)	(10.738.413)	(40.075)	-	-	(10.778.488)
(-) Equacionamento de déficit a integral	(10.778.488)	(10.738.413)	(40.075)	-	-	(10.778.488)
(-) Patrocinador(es)	(1.145.165)	(1.105.697)	(39.468)	-	-	(1.145.165)
(-) Participantes	(742.894)	(742.287)	(607)	-	-	(742.894)
(-) Assistidos	(8.890.429)	(8.890.429)	-	-	-	(8.890.429)
Total	77.223.235	69.648.371	7.574.864	35.820.213	3.861.927	116.905.374

REG/REPLAN modalidade Saldada:

Equacionamento de Déficit Técnico		
Descrição	REG/REPLAN Saldado	
	2025	2024
Saldo no início do período	10.738.413	11.008.642
Contribuições Recebidas e Atualização	(219.747)	(270.229)
Amortização PED Unificado	(3.117.849)	-
Amortização ETA	(181.989)	-
Transferência para o Ativo	(405.649)	-
Saldo no final do período	6.813.180	10.738.413

Amortização do equacionamento: em fevereiro de 2025, em decorrência da aprovação da alteração regulamentar pela PREVIC, conforme a Portaria nº 168/2025, publicada no Diário Oficial da União em 27 de fevereiro de 2025, foi realizada Avaliação Atuarial especial por fato relevante da modalidade saldada do Plano de Benefícios REG/REPLAN, posicionada em 28/02/2025.

Essa avaliação apurou os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais à luz dos novos regramentos aplicáveis à modalidade saldada do REG/REPLAN, permitindo identificar o impacto da redução das obrigações atuariais decorrente da revisão dos Benefícios a Conceder. O resultado foi utilizado para amortização de R\$ 3.117.849 referentes aos planos de equacionamento dos déficits dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, viabilizando a constituição de um novo PED ("PED Unificado").

A nova alíquota de Contribuição Extraordinária passou a vigorar a partir de janeiro de 2025, sendo reduzida de 19,16% para 10,80% nas contribuições mensais e fixada em 3,10% para o abono anual, incidindo sobre os benefícios saldados atualizados mensalmente, no caso dos participantes, e sobre os benefícios de prestação continuada, atualizados anualmente, no caso dos assistidos (atuais e futuros).

Em dezembro de 2025, foi amortizado o valor de R\$ 340.000 com recursos do Equilíbrio Técnico Ajustado positivo (ETAP) em conformidade com a Resolução nº 30/2018 do CNPC e com a Resolução nº 23/2023 da própria PREVIC, com segregação paritária entre participantes, assistidos e patrocinadora.

Essa utilização permitirá zerar a alíquota de cobrança incidente sobre o abono anual (13º benefício), mantendo-se apenas a alíquota mensal de 10,80%.

Os prazos e as taxas vigentes são os seguintes:

Descrição	Equacionamento de Déficit Técnico	
	31/12/2025 (Proposto)	31/12/2025 (Atual)
Equacionamentos	Unificado	Unificado
Taxas propostas	10,80% e 0,00% sobre 13º	10,80% e 3,10% sobre 13º
Prazo total	184 meses	184 meses
Prazo remanescente	172 meses	172 meses

REG/REPLAN modalidade Não Saldada:

Descrição	Equacionamento de Déficit Técnico	
	REG/REPLAN Não Saldado	
	2025	2024
Saldo no início do período	40.075	42.842
Contribuições Recebidas e Atualização	34.945	(2.768)
Amortização de Equacionamento	-	-
Transferência para o Ativo	(19.977)	-
Saldo no final do período	55.042	40.075

Anualmente, é realizada a reavaliação dos planos de equacionamento (PED) vigentes com base nos resultados da Avaliação Atuarial de fechamento do exercício, ocasião em que são revisadas as taxas de Custeio Extraordinário.

Observa-se que, a partir do exercício de 2023, houve o zeramento do Custeio Extraordinário dos Participantes e Assistidos, em razão da quitação de seus respectivos PED, decorrente da utilização do Equilíbrio Técnico Ajustado positivo (ETAP) de exercícios anteriores.

Dessa forma, permaneceu o Custeio Extraordinário apenas para a Patrocinadora, na contrapartida dos Participantes e Assistidos, com os correspondentes efeitos nas alíquotas de Contribuição Extraordinária, conforme apresentado a seguir:

▣ Plano de Equacionamento do déficit de 2015:

Alíquotas praticadas em 2025 com proposta de manutenção para 2026		
EQUACIONAMENTO 2015	PATROCINADORA (contrapartida Participante)	PATROCINADORA (contrapartida Assistido)
Faixa	Alíquota	Alíquota
Até ½ Teto INSS	0,99%	2,33%
De ½ Teto INSS até 1 Teto INSS	1,64%	3,88%
A partir de 1 Teto INSS	4,57%	10,79%

▣ Plano de Equacionamento do déficit de 2016:

Alíquotas praticadas em 2025 com proposta de manutenção para 2026		
EQUACIONAMENTO 2016	PATROCINADORA (contrapartida Participante)	PATROCINADORA (contrapartida Assistido)
Faixa	Alíquota	Alíquota
Até ½ Teto INSS	0,63%	1,49%
De ½ Teto INSS até 1 Teto INSS	1,05%	2,48%
A partir de 1 Teto INSS	2,92%	6,91%

Os prazos vigentes para cada equacionamento são os seguintes:

Descrição	REG/REPLAN Não Saldado			
	2025		2024	
Equacionamentos	2015	2016	2015	2016
Prazo total	237 meses	240 meses	237 meses	240 meses
Prazo remanescente	143 meses	148 meses	155 meses	160 meses

(b) As Principais Premissas e Hipóteses Atuariais Adotadas em 2025 e 2024:

Hipóteses Adotadas	2025			
	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	REB	NOVO PLANO CONSOLIDADO
Biométricas				
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F (Suavizada em 20%) segregada por sexo			
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO-58 (M&F)			
Tábua de Entrada em Invalidez	Light fraca			
Tábua de rotatividade	NA	Nula	Rotatividade_ REB__EXP. FUNCEF: 2014/2023_IV2024	Rotatividade_NOVO PLANO_EXP. FUNCEF:2014/2023_ IV2024
Econômicas e Financeiras				
Taxa de Juros	4,75%	4,85%	4,85%	4,85%
Taxa de crescimento salarial	NA	2,26%	3,12%	2,82%
Taxa de crescimento benefícios	Aplicável apenas às parcelas judiciais com reajuste vinculado ao Acordo Coletivo CAIXA: 0,35%			
Fator de capacidade salarial	98%			
Fator de capacidade benefício	98%			
Fator de capacidade benefício INSS	98%			
Indexador Monetário	INPC			
Demográfica				
Idade de entrada em aposentadoria	53 anos para homens e 48 anos para mulheres	Entrada Aposentadoria REG/REPLAN Não Saldado Exp. FUNCEF: 2020/2024 IV2025 (M&F)	61 anos para homens e 59 anos para mulheres	Entrada Aposentadoria Novo Plano Exp. FUNCEF: 2020/2024 IV2025 (M&F)
Composição Familiar	Ativos e assistidos com informação cadastral de casado, mas sem dados de dependentes: Tábua Composição Familiar PlanosBD_Exp. FUNCEF IV 2025 e PlanosCV_ Exp. FUNCEF IV 2025. Assistidos: Dependentes Reais			

Hipóteses Adotadas	2024			
	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	REB	NOVO PLANO CONSOLIDADO
Biométricas				
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 M&F (Suavizada em 20%) segregada por sexo			
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO-58 (M&F)			
Tábua de Entrada em Invalidez	Light fraca			
Tábua de rotatividade	NA	Nula	Rotatividade_ REB__EXP. FUNCEF: 2014/2023_IV2024	Rotatividade_ NOVOPLANO_Exp. FUNCEF:2014/2023_ IV2024
Econômicas e Financeiras				
Taxa de Juros	4,75%	4,85%	4,85%	4,85%
Taxa de crescimento salarial	NA	2,26%	3,06%	2,82%
Taxa de crescimento benefícios ⁽¹⁾	Rubricas judiciais com reajuste por: Acordo Coletivo CAIXA + INSS/FUNCEF: N/A Acordo Coletivo CAIXA: 0,35% INPC: Nula			
Fator de capacidade salarial	98%			
Fator de capacidade benefício	98%			
Fator de capacidade benefício INSS	98%			
Indexador Monetário	INPC			
Demográfica				
Idade de entrada em aposentadoria	53 anos para homens e 48 anos para mulheres.	Experiência Entrada em Aposentadoria REG/REPLAN Não Saldado 2020, segregada por sexo;	60 anos para homens e 57 anos para mulheres.	Entrada_em_ Aposentadoria_Novo Plano_Exp. FUNCEF: 2014/2023_IV2024 (M & F)
Composição Familiar	Ativos e assistidos com informação cadastral de casado, mas sem dados de dependentes: Composição Familiar_ PlanosBD/CV_ Exp. FUNCEF 2014/2023 IV 2024 Assistidos: Dependentes Reais			

⁽¹⁾ A forma de reajustes dos benefícios judiciais, nos períodos subsequentes, será realizada conforme indexador do plano, salvo se descrito ao contrário na sentença.

Foram realizados testes de aderência em 2025 para as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, para identificar a aderência/convergência das hipóteses vigentes ou a necessidade de redefinições nos seus valores. Os estudos foram realizados tanto no âmbito da entidade, quanto por consultoria atuarial externa, adotando as providências para a melhor certificação dos resultados para fins da Avaliação Atuarial. Quanto às premissas de rotatividade e crescimento real de salários, essas foram alvo de manifestação da patrocinadora CAIXA, de acordo com a Resolução CNPC nº 30/2018 e com a Resolução PREVIC nº 23/2023, e contempladas no estudo mencionado, a fim de analisar suas adequações.

No que se refere à taxa de juros, a análise foi conduzida conforme a portaria anual da PREVIC, considerando a duração do passivo do plano, a avaliação dos investimentos e as perspectivas de cenários macroeconômicos. Com base no estudo realizado, manteve-se a taxa real anual de juros de em 4,75% ao ano para o plano REG/REPLAN – modalidade Saldada, e em 4,85% ao ano nos demais planos.

(c) Equilíbrio Técnico

Descrição	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN SALDADO	REG/ REPLAN NÃO SALDADO	NOVO PLANO	REB	Consolidado
Equilíbrio Técnico Acumulado (2024)	(4.856.430)	(4.731.995)	(124.435)	109.467	238.778	(4.508.185)
Superávit/Déficit no ano	152.001	184.638	(32.637)	24.530	52.208	228.739
Amortização do Equacionamento (PED)	(340.000)	(340.000)	-	-	-	(340.000)
Equilíbrio Técnico Acumulado (2025)	(5.044.429)	(4.887.357)	(157.072)	133.997	290.986	(4.619.446)

Segue a tabela contendo as principais variáveis que impactaram no resultado dos planos de benefícios no exercício:

	REG/ REPLAN SALDADO	REG/ REPLAN NÃO SALDADO	NOVO PLANO ASSISTIDO	REB ASSISTIDO
Rentabilidade Bruta de Investimentos	6.015.329	696.866	482.473	109.786
Evolução do Passivo (RM + Fundos + Fluxo)	(5.563.825)	(607.141)	(446.582)	(56.709)
Contencioso (Previdencial + Investimento)	(142.833)	(114.691)	(3.424)	(390)
Taxa de Administração e Carregamento	(124.034)	(7.671)	(7.575)	(1.703)
TOTAL	184.638	(32.637)	24.892	50.985

REG/REPLAN SALDADO: o investimento registrou rentabilidade de 10,00%, acima da meta atuarial de 8,83%, impactando positivamente em R\$ 690.417. A evolução do déficit não equacionado impactou negativamente em R\$ 398.310. A evolução atuarial das obrigações do plano para com seus participantes variou em 8,76%, abaixo da meta atuarial, impactando positivamente em R\$ 49.210. O exigível contingencial registrou variação acima da meta atuarial, impactando negativamente em R\$ 107.126.

REG/REPLAN NÃO SALDADO: o investimento registrou rentabilidade de 9,95%, acima da meta atuarial de 8,94%, impactando positivamente em R\$ 63.264. A evolução do déficit não equacionado impactou negativamente em R\$ 11.287. A evolução atuarial das obrigações do plano para com seus participantes variou em 7,54%, abaixo da meta atuarial, impactando positivamente em R\$ 95.301. O exigível contingencial registrou variação acima da meta atuarial, impactando negativamente em R\$ 108.193.

NOVO PLANO BD: o investimento registrou rentabilidade de 11,23%, acima da meta atuarial de 8,94%, impactando positivamente em R\$ 95.922. O fato de o plano estar superavitário, gerou um ganho em relação a meta atuarial, no valor de R\$ 11.472. A evolução atuarial das obrigações do plano para com seus participantes variou em 9,57%, acima da meta atuarial, impactando negativamente em R\$ 25.734. O exigível contin-

gencial registrou variação acima da meta atuarial, impactando negativamente em R\$ 3.142. Houve, ainda a constituição do Fundo de Revisão de Benefícios – FRB, no valor de R\$ 47.217, com a metade do excedente da rentabilidade líquida anual acima da meta atuarial.

REB BD: o investimento registrou rentabilidade de 10,68%, acima da meta atuarial de 8,94%, impactando positivamente em R\$ 17.446. O fato de o plano estar superavitário gerou uma folga em relação à meta atuarial, de R\$ 21.765. A evolução atuarial das obrigações do plano para com seus participantes variou em 7,08%, abaixo da meta atuarial, impactando positivamente em R\$ 14.690. O exigível contingencial registrou variação acima da meta atuarial, impactando negativamente em R\$ 557.

Resultado de investimentos por segmento, vide Nota 8.10.

(c.1) Equilíbrio Técnico Ajustado

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado para fins de Equacionamento 2025			
Planos de Benefícios	Déficit Técnico Acumulado	Ajuste de precificação	Equilíbrio Técnico Ajustado
REG/REPLAN consolidado	(5.044.429)	5.998.132	953.703
REG/REPLAN Saldado	(4.887.357)	5.492.578	605.221
REG/REPLAN Não Saldado	(157.072)	505.554	348.482
Novo Plano ¹	133.997	569.751	133.997
REB ¹	290.986	79.359	290.986
Consolidado	(4.619.446)	6.647.242	1.378.686

¹ Ajuste de Precificação não é considerado para fins de destinação.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado para fins de Equacionamento 2024

Planos de Benefícios	Déficit Técnico Acumulado	Ajuste de precificação	Equilíbrio Técnico Ajustado
REG/REPLAN consolidado	(4.856.430)	4.873.011	16.581
REG/REPLAN Saldado	(4.731.995)	4.391.980	(340.016)
REG/REPLAN Não Saldado	(124.435)	481.031	356.596
Novo Plano ¹	109.467	500.368	109.467
REB ¹	238.778	65.612	238.778
Consolidado	(4.508.185)	5.438.991	364.827

¹ Ajuste de Precificação não é considerado para fins de destinação.

REG/REPLAN SALDADO: O equilíbrio técnico ajustado, após a utilização de R\$ 340.000 para amortização do plano de equacionamento, permaneceu superavitário em 0,84% das provisões matemáticas (PM) (-0,49% em 2024). O resultado considera a *duration* do plano de 10,36 anos (11,22 em 2024). Conforme fórmula disposta no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018:

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = 1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$$

REG/REPLAN NÃO SALDADO: o equilíbrio técnico ajustado do REG/REPLAN, modalidade não saldada, representa um superavit de 4,53% (4,71% em 2024) das Reservas Matemáticas.

NOVO PLANO BD: foi constituído superávit de R\$ 24.530 (R\$ 188.348 em 2024). Com a rentabilidade líquida de 2,20 p.p. (1,67 p.p. em 2024) acima da meta atuarial, foi possível constituir, pelo segundo ano consecutivo, o Fundo de Revisão de Benefícios, mediante a destinação da metade desse excedente de rentabilidade. O valor apurado foi de R\$ 47.217, totalizando R\$ 76.856, em conformidade com a previsão regulamentar.

REB BD: foi constituído um superávit, no exercício, de R\$ 52.208 (R\$

73.700, em 2024), sendo R\$ 9.965 provenientes da reversão do Fundo Mútuo para Garantia da Reserva de Cobertura. O excedente da margem legal para a reserva de contingência, no valor de R\$ 122.941, foi utilizado para a formação da reserva especial pelo terceiro ano consecutivo, conforme a fórmula a seguir:

$$\text{Limite da Reserva de Contingência} = 10\% + (1\% \times \text{duração do passivo}) \times \text{Provisão Matemática}$$

Por se tratar do terceiro encerramento de exercício com constituição de Reserva Especial, não há obrigatoriedade de promover sua utilização neste momento, em conformidade com resposta à consulta anteriormente formulada à PREVIC.

Isso porque deve ser observada a condição de manutenção da Reserva Especial apurada nos encerramentos dos exercícios de 2023, 2024 e 2025 por três anos consecutivos — 2024, 2025 e 2026 — para que, ao final desse período, sejam definidos os critérios de destinação e utilização no encerramento do exercício de 2026.

Adicionalmente, não se indica, neste momento, a adoção de medidas para revisão voluntária do Plano, tendo em vista que está em curso o processo de incorporação do Plano REB pelo Novo Plano. Esse processo envolve tratativas específicas quanto ao resultado do Plano, conduzidas de forma convergente e aderente à legislação aplicável.

Referida estratégia previdenciária já se encontra aprovada pelos órgãos colegiados da FUNCEF, da CAIXA e de seu órgão de controle (SEST), e atualmente está para apreciação e aprovação da PREVIC.

8.9 Fundos

(a) Fundos Previdenciais

DESCRIÇÃO	2025					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN SALDADO	REG/ REPLAN NAO SALDADO	Novo Plano	REB	Consolidado
Fundo de acumulação de benefícios	4.283.755	4.283.755	-	-	-	4.283.755
Fundo de revisão de benefícios	-	-	-	76.856	-	76.856
Fundo de benefício de risco	-	-	-	322.575	48.826	371.402
Fundos previdenciais	4.283.755	4.283.755	-	399.431	48.826	4.732.012

DESCRIÇÃO	2024					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Fundo de acumulação de benefícios	4.007.075	4.007.075	-	-	-	4.007.075
Fundo de revisão de benefícios	-	-	-	29.639	-	29.639
Fundo de benefício de risco	-	-	-	259.368	34.410	293.778
Total	4.007.075	4.007.075	-	289.007	34.410	4.330.492

Fundo Mútuo para Garantia da Reserva de Cobertura: previsto em regulamento do plano de benefício REB e constituído pela transferência da parcela do saldo de conta das contribuições da patrocinadora não resgatável pelo participante. Rentabilizado pelo resultado dos investimentos do plano e tem como objetivo garantir as reservas matemáticas dos benefícios concedidos. Em 2023, foi totalmente revertido no montante de R\$ 108.143, contribuindo para o superávit no plano, e desde,

então, está sendo revertido o valor formado durante os exercícios. Em 2025 foi revertido R\$ 9.965 (R\$ 11.904 em 2024). O valor excedente do limite da reserva de contingência foi utilizado para a formação da Reserva Especial.

Fundo de Revisão de Benefícios: Fundo previsto nos regulamentos do REG/REPLAN, modalidade saldada, e Novo Plano.

No Novo Plano, houve a constituição do fundo pelo segundo ano consecutivo, mediante a destinação da metade do excedente da rentabilidade líquida anual acima da meta atuarial, no montante de R\$ 47.217 (R\$ 29.639 em 2024). Esse valor será utilizado em conjunto com a reserva especial, nos termos do regulamento do plano.

Fundo de Acumulação de Benefícios: previsto no REG/REPLAN, modalidade saldada, corresponde à acumulação do valor individual dos benefícios devidos aos participantes elegíveis ao Benefício Programado Pleno enquanto não o requererem. O saldo é atualizado pelo INPC e convertido em benefício na concessão de aposentadoria no plano. Em 2025, houve a amortização do saldo em R\$ 106.126 em função das alterações regulamentações motivadas pelo plano de equacionamento 'PED Unificado'. No ano, houve o incremento de R\$ 451.293 relativo as prestações e atualização pelo INPC e utilização por aposentadoria ou falecimento no montante de R\$ 68.487.

Fundo de Benefício de Risco: mantido pelo resultado do fluxo de entradas (contribuições em função do custo normal apurado por meio do Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e parcela não resgatável da Patrocinadora, apenas no Novo Plano) e saídas (concessões), acrescido da variação do resultado de investimento, dado pela cota do Plano.

No NOVO PLANO, houve recebimento no período de R\$ 177.061 (R\$ 136.631 em 2024) e utilização de R\$ 113.854 (R\$ 84.511 em 2024). No plano REB, o valor arrecadado no ano correspondeu a R\$ 28.080 (R\$ 21.074 em 2024) e utilização de R\$ 13.664 (R\$ 7.750 em 2024).

(b) Fundo Administrativo

Evolução do Fundo Administrativo	2025	2024
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	407.253	373.315
1. Custeio da Gestão Administrativa	327.072	285.780
Taxa de carregamento	160.678	151.162
Taxa administração	97.568	93.934
Taxa de empréstimos	14.435	15.707
Receitas Diretas	371	310
Fluxo dos investimentos	53.852	24.658
Atualização de depósitos judiciais/recursais	161	3
Outras	7	7
2. Despesas	(281.348)	(251.843)
Administrativas	(283.004)	(250.679)
Pessoal e Encargos ⁽ⁱ⁾	(163.285)	(153.516)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(1.301)	(1.316)
Viagens e Estadias	(2.579)	(2.246)
Serviços de Terceiros	(59.228)	(52.026)
Despesas Gerais	(27.701)	(14.430)
Depreciações e Amortizações	(2.296)	(2.893)
Tributos	(26.613)	(24.252)
Despesas com Fomento (Plano Família)	(36)	-
Contingenciais	1.692	(1.164)
3. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (1+2)	45.724	33.937
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+3)	452.977	407.253
4. Ativo Imobilizado e Intangível	(55.233)	(50.069)
C) Fundo Administrativo destinado ao pagamento de despesas (B-4)	397.743	357.184

⁽ⁱ⁾ Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Diretoria Executiva, Conselhos e Comitês de assessoramento ao Conselho Deliberativo) em conformidade ao que determina a NBC TG 05:

Descrição	2025	2024
Benefícios de curto prazo (remuneração e encargos)	5.525	7.729

(b.1) Participação do Fundo Administrativo nos Planos

Plano	2025	2024
REG/REPLAN Consolidado	224.168	204.326
REG/REPLAN Saldado	210.929	192.158
REG/REPLAN Não Saldado	13.239	12.168
Novo Plano	211.910	187.767
REB	16.898	15.160
Total	452.977	407.253

(c) Fundo de Investimento – Fundo Garantidor de Quitação de Crédito – FGQC

2025						
DESCRIÇÃO	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Fundo FGQC	258.073	241.464	16.609	193.913	22.092	474.078
Total	258.073	241.464	16.609	193.913	22.092	474.078

2024						
DESCRIÇÃO	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Fundo FGQC	235.606	220.771	14.835	141.520	16.611	393.737
Total	235.606	220.771	14.835	141.520	16.611	393.737

Vide Nota 6.12 (iii)

8.10 Rentabilidades e Meta Atuarial dos Planos de Benefícios

Carteira	2025								
	REG/REPLAN Consolidado			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não Saldado		
	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%
Renda Fixa	61.985.483	6.111.712	10,97%	55.556.719	5.451.577	10,96%	6.428.764	660.136	11,06%
Renda Variável	1.887.776	247.757	10,78%	1.705.283	233.975	11,30%	182.493	13.782	5,95%
Investimentos Estruturados	321.223	(3.777)	(3,21%)	282.922	2.984	(1,18%)	38.301	(6.761)	(16,01%)
Investimentos Imobiliários	5.798.339	676.924	12,58%	5.243.200	611.824	12,57%	555.139	65.100	12,63%
Oper com Participantes	1.903.111	215.794	12,59%	1.786.325	205.134	12,78%	116.786	10.660	9,74%
Outros Investimentos	901.926	(535.815)	(37,27%)	823.928	(489.767)	-37,28%	77.998	(46.048)	(37,12%)
Total²	72.802.896	6.712.195	10,00%	65.403.266	6.015.329	10,00%	7.399.630	696.866	9,95%

¹ Valor do ativo de investimentos menos o respectivo passivo

² Contém os valores relacionados com o disponível.

Carteira	2024								
	REG/REPLAN Consolidado			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não Saldado		
	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%
Renda Fixa	55.769.832	4.903.950	10,16%	49.651.542	4.380.772	10,21%	6.118.289	523.178	9,79%
Renda Variável	2.736.089	(466.478)	(2,93%)	2.500.107	(436.348)	(3,25%)	235.983	(30.131)	0,73%
Investimentos Estruturados	419.711	(3.588)	(0,83%)	366.109	2.694	0,64%	53.603	(6.282)	(9,88%)
Investimentos Imobiliários	5.761.435	812.120	15,78%	5.209.536	734.891	15,80%	551.899	77.229	15,62%
Oper com Participantes	1.702.231	192.711	12,60%	1.594.396	179.660	12,52%	107.836	13.051	13,87%
Outros Investimentos	1.435.858	(180.655)	(12,96%)	1.311.575	(165.231)	(12,97%)	124.283	(15.425)	(12,85%)
Total²	67.827.118	5.257.580	8,16%	60.635.087	4.695.959	8,15%	7.192.031	561.621	8,20%

¹ Valor do ativo de investimentos menos o respectivo passivo

² Contém os valores relacionados com o disponível.

Meta Atuarial: 2025: REG/REPLAN Saldado: 8,83%; REG/Replan Não Saldado: 8,94%

Meta Atuarial: 2024: 9,48%

Carteira	2025								
	Novo Plano Consolidado			Novo Plano CD			Novo Plano BD		
	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%
Renda Fixa	33.455.793	3.283.143	11,83%	28.774.501	2.804.253	11,95%	4.681.292	478.890	11,22%
Renda Variável	3.816.776	1.269.993	30,87%	3.816.776	1.269.993	30,87%	-	-	-
Investimentos Estruturados	184.756	8.956	7,32%	95.390	8.813	7,32%	-	-	-
Investimentos Imobiliários	1.671.147	256.260	20,03%	1.671.147	256.260	20,03%	-	-	-
Oper com Participantes	1.860.558	154.319	9,90%	1.828.791	150.734	9,85%	31.768	3.585	12,85%
Outros Investimentos	25.488	(8.578)	(25,18%)	25.488	(8.578)	(25,18%)	-	-	-
Investimento no Exterior	1.866.213	922	0,05%	1.866.213	922	0,05%	-	-	-
Total²	42.881.848	4.964.788	13,48%	38.168.784	4.482.315	13,78%	4.713.064	482.473	11,23%

¹ Valor do ativo de investimentos menos o respectivo passivo

² Contém os valores relacionados com o disponível.

Carteira	2024								
	Novo Plano Consolidado			Novo Plano CD			Novo Plano BD		
	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%
Renda Fixa	26.226.155	1.902.221	7,48%	21.964.307	1.503.903	6,83%	4.261.848	398.318	11,27%
Renda Variável	5.433.104	(614.985)	(10,61%)	5.433.104	(614.985)	(10,61%)	-	-	-
Investimentos Estruturados	131.184	(7.503)	(5,45%)	131.184	(7.503)	(5,45%)	-	-	-
Investimentos Imobiliários	1.207.448	(16.242)	(0,94%)	1.207.448	(16.242)	(0,94%)	-	-	-
Oper com Participantes	1.353.573	104.826	8,97%	1.326.996	102.406	8,94%	26.576	2.420	10,62%
Outros Investimentos	34.070	(3.028)	(8,78%)	34.070	(3.028)	(8,78%)	-	-	-
Investimento no Exterior	1.865.292	493.835	37,35%	1.865.292	493.835	37,35%	-	-	-
Total²	36.250.835	1.858.945	5,33%	31.962.410	1.458.210	4,61%	4.288.425	400.735	11,27%

¹ Valor do ativo de investimentos menos o respectivo passivo

² Contém os valores relacionados com o disponível.

Meta Atuarial: Novo Plano BD (Assistido): 2025: 8,94% – 2024: 9,48%

Carteira	2025								
	REB Consolidado			REB CD			REB BD		
	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%
Renda Fixa	3.760.433	369.973	11,73%	2.658.711	262.178	12,17%	1.101.721	107.795	10,78%
Renda Variável	375.961	128.796	28,48%	375.961	128.796	28,48%	-	-	-
Invest. Estruturados	22.109	319	0,94%	15.320	308	0,94%	-	-	-
Investimentos Imobiliários	269.313	46.523	20,75%	269.313	46.523	20,75%	-	-	-
Oper. com Participantes	148.436	13.106	10,10%	126.292	11.245	10,32%	22.145	1.861	8,84%
Outros Investimentos	22.153	(7.990)	(26,51%)	14.691	(8.121)	(35,60%)	7.462	131	1,76%
Investimento no Exterior	136.521	67	0,05%	136.521	67	0,05%	-	-	-
Total²	4.735.717	550.750	13,27%	3.604.389	440.964	14,13%	1.131.328	109.786	10,68%

¹ Valor do ativo de investimentos menos o respectivo passivo

² Contém os valores relacionados com o disponível.

Carteira	2024								
	REB Consolidado			REB CD			REB BD		
	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%
Renda Fixa	2.989.966	209.626	7,36%	1.983.622	114.619	5,74%	1.006.344	95.007	10,91%
Renda Variável	605.818	(66.878)	(9,92%)	605.818	(66.878)	(9,92%)	-	-	-
Invest. Estruturados	20.613	21	(0,29%)	20.613	21	(0,29%)	-	-	-
Investimentos Imobiliários	229.114	5.900	3,51%	229.114	5.900	3,51%	-	-	-
Oper. com Participantes	120.043	11.861	11,07%	98.954	9.331	10,48%	21.088	2.530	13,99%
Outros Investimentos	30.034	(1.962)	(8,72%)	22.810	(2.941)	(12,48%)	7.223	979	-
Investimento no Exterior	136.453	31.369	37,35%	136.453	31.369	37,35%	-	-	-
Total²	4.132.049	189.885	4,81%	3.097.394	91.370	2,95%	1.034.656	98.515	11,08%

¹ Valor do ativo de investimentos menos o respectivo passivo

² Contém os valores relacionados com o disponível.

Meta Atuarial: REB BD (Assistido): 2025: 8,94% – 2024: 9,48%

PGA						
Carteira	2025			2024		
	Carteira ¹	Resultado	Rent.%	Carteira ¹	Resultado	Rent.%
Renda Fixa	374.100	46.516	14,28%	345.277	27.292	9,08%
Renda Variável	18.642	5.064	37,30%	13.577	-2.429	-15,03%
Invest. Imobiliários	10.789	2283	26,83%	8.531	-197	-1,58%
Total⁽²⁾	403.564	53.852	15,50%	367.393	24.658	7,59%

¹ Valor do ativo de investimentos menos o respectivo passivo

² Contém os valores relacionados com o disponível.

A diferença entre as rentabilidades obtidas pelas massas BD e CD dos planos REB e Novo Plano deve-se ao perfil distinto de suas carteiras de investimentos, segregadas desde 2018. Essas massas possuem políticas de investimento específicas, definidas de acordo com suas características. A carteira da massa BD é composta, majoritariamente, por títulos públicos mantidos até o vencimento, visando o alinhamento com o fluxo do passivo, além de empréstimos a participantes e ativos líquidos necessários para o cumprimento das obrigações atuariais do plano.

Já para as massas CD, o desempenho é influenciado pela oscilação dos ativos cotados a mercado como fundos de investimento imobiliário, investimentos no exterior e em renda variável.

As carteiras de investimentos dos planos de benefícios são independentes entre si e possuem gestão segregada, conforme a Resolução PREVIC nº 23/2023. Cada plano ou massa tem uma política de investimentos individualizada, alinhada às diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e às da PREVIC. A política de investimentos é divulgada no site da Fundação, garantindo transparência e conformidade com as melhores práticas contábeis e de governança.

(a) Renda Fixa:

A rentabilidade dos planos foi impulsionada pela estratégia de aquisição de títulos públicos federais, que apresentaram retornos superiores à meta atuarial.

(b) Renda Variável:

CLASSE ALM						
Carteiras	Valor Aplicado	Participação %	Resultado 2025	Rent. Acum. 2025	Resultado 2024	Rent. Acum. 2024
Ações a Mercado	3.925.152	3,25%	1.443.855	34,32%	(970.418)	(11,81%)
Carteira Ativa II	1.311	0,00%	77.532	40,49%	(259.265)	(22,31%)
Participações Diretas	2.172.691	1,80%	130.224	5,69%	78.937	3,81%
Total	6.099.155	5,05%	1.651.611	24,22%	(1.150.746)	(8,87%)

As ações a mercado registraram uma rentabilidade de 34,32%, enquanto o índice de referência IBRX-100 apresentou uma variação de 33,45%.

O fundo Carteira Ativa II é composto por ações de Vale, que registraram uma valorização de 31,92%, no ano, impactando o desempenho do fundo, bem como pelo recebimento de dividendos no montante de R\$ 51.270. No ano, houve resgate de R\$ 854.703, sendo reaplicado em títulos públicos.

Quanto às participações diretas, a rentabilidade foi de 5,69% (ante 3,81% em 2024). Cerca de 64% dessa carteira é composta por ativos precificados a laudo, como Invepar, Norte Energia e Hmobi, que registraram um resultado negativo de R\$ 196.095 (positivo de R\$ 230.565 em 2024), com uma rentabilidade de -12,40%. Por outro lado, Litela, Litel e Vale, que representam 27% da carteira, tiveram uma rentabilidade positiva de 23,56% (-22,81%, em 2024).

Vide Nota 8.3 (b).

(c) Investimentos Estruturados: Segue a relação dos principais fundos que contribuíram negativamente na rentabilidade:

Fundos de Investimentos	PL - R\$	Result. 2025			ALOCAÇÃO			
	2025				Result. 2025	Result. Ano - R\$	Rent. Ano	REG/REPLAN Saldado
FMIEE BBI Financeira I	24.838	(39.128)	(39.564)	(61,43%)	57,63%	26,20%	14,64%	1,53%
FIQ FIP Pátria Infraestrutura III	31.642	(2.795)	(12)	(22,60%)	73,66%	4,08%	16,97%	5,29%
FIP Brasil Equity	(4.624)	(159)	(10.878)	17,93%	77,77%	7,95%	12,29%	1,98%
FIP Brasil Portos e Ativos Logísticos	-	-	13.308	31,31%	58,60%	7,54%	30,11%	3,75%
FIP 2B Capital	46.845	(123)	23.582	13,75%	63,81%	6,68%	26,23%	3,28%
demais fundos	429.386	6.563	19.061					
Total	528.087	(35.641)	5.498	0,12%				

Fundos de Investimentos	PL - R\$	Result. 2024			ALOCAÇÃO			
	2024				Result. 2024	Result. Ano - R\$	Rent. Ano	REG/REPLAN Saldado
FMIEE BBI Financeira I	64.402	(46)	(40.539)	(38,63%)	57,63%	26,20%	14,64%	1,53%
FIP Brasil Inter. Empresas II	44.833	(2.266)	(24.207)	(35,04%)	48,46%	2,68%	45,38%	3,48%
FIP AG Angra Infra Estrutura	181.281	3.034	39.472	24,53%	72,28%	10,24%	15,21%	2,27%
demais fundos	280.993	7.985	14.204	-				
Total	571.509	8.707	(11.070)	(1,90%)				

As variações decorrem da avaliação dos ativos investidos que registrou desvalorização em relação aos valores contabilizados.

(d) Investimentos Imobiliários: o resultado da carteira imobiliária em 14,17% (12,28%, em 2024) foi impactado positivamente pelo registro da reavaliação em 3,49% no ano (4,54% em 2024), e o resultado relativo à renda da carteira, incluindo o ganho das vendas ocorridas no período foi de 10,09% (10,20% em 2024) Nota 8.3 (f).

(e) Outros Investimentos: o resultado foi impactado negativamente pelo incremento no valor da provisão para perdas em R\$ 558.232, totalizando em R\$ 899.062 do acordo de leniência da J&F Nota 8.3 (f).

8.11 Recursos Coletados e Utilizados do Programa Previdencial

(a) Recursos Coletados

DESCRIÇÃO	2025					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN SALDADO	REG/ REPLAN NÃO SALDADO	NOVO PLANO	REB	Consolidado
Contribuições Normais	112.062	63.298	48.764	2.894.082	157.902	3.164.046
Contribuições extraordinárias	1.234.342	1.168.358	65.984	14.456	3.315	1.252.113
Déficit Técnico Contratado	569.715	577.809	(8.094)	-	-	569.715
Outros	119.019	115.308	3.711	1.518	467	121.004
Portabilidade	-	-	-	2.038	1597	3.635
Recursos Coletados	2.035.137	1.924.771	110.366	2.912.094	163.281	5.110.512

DESCRIÇÃO	2024					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN SALDADO	REG/ REPLAN NÃO SALDADO	NOVO PLANO	REB	Consolidado
Contribuições Normais	110.301	58.957	51.344	2.757.562	154.155	3.022.018
Contribuições Extraordinárias	1.464.443	1.439.099	25.344	14.035	1.323	1.479.801
Déficit Técnico Contratado	836.305	805.731	30.574	-	-	836.305
Outros	21.691	15.345	6.346	1.100	2.850	25.640
Portabilidade	-	-	-	15.246	219	15.465
Recursos Coletados	2.432.739	2.319.131	113.608	2.787.942	158.548	5.379.229

Déficit Técnico Contratado refere-se à atualização do contrato de dívida com a patrocinadora, relativo ao equacionamento do déficit paritário dos assistidos, que, conforme a Resolução Previc nº 23/2023, passou a ser registrado no ativo. Foram recebidos R\$ 627.337 (ante R\$ 1.063.235 em 2024), referentes às contribuições extraordinárias cobertas por este contrato. A variação é em função da amortização do valor recebido pela CAIXA, conforme mencionado no item 8.1.

(b) Recursos Utilizados

DESCRIÇÃO	2025					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN SALDADO	REG/ REPLAN NAO SALDADO	NOVO PLANO	REB	Consolidado
Benefícios de prestação continuada	6.258.799	5.712.490	546.309	314.467	67.833	6.641.099
Benefícios de prestação única	31.557	29.852	1.705	17.200	1.460	50.217
Institutos	3.935	819	3.116	773.103	26.691	803.728
Provisão para perdas estimadas	382	301	81	-	-	382
Outras deduções	79.439	5.094	74.345	414	194	80.047
Total	6.374.113	5.748.557	625.556	1.105.184	96.177	7.575.474

DESCRIÇÃO	2024					
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN SALDADO	REG/ REPLAN NAO SALDADO	NOVO PLANO	REB	Consolidado
Benefícios de prestação continuada	5.749.548	5.248.039	501.510	263.487	59.983	6.073.018
Benefícios de prestação única	124.459	122.427	2.033	26.121	3.733	154.314
Institutos	5.361	394	4.967	1.863.012	46.008	1.914.381
Migrações entre planos	-	-	-	-	2.152	2.152
Provisão para perdas estimadas	1.659	1.369	289	-	-	1.659
Outras deduções	4.195	2.542	1.653	291	271	4.757
Total	5.885.222	5.374.771	510.452	2.152.911	112.147	8.150.281

Institutos: a variação foi em função dos valores de resgates dos participantes, do Novo Plano, que aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV ocorrido em 2024.

No grupo **Outras deduções** estão registradas as contribuições recebidas no REG/REPLAN Não Saldado, porém, não previstas no regulamento do plano, as quais aguardam definição de destinação e regularização.

9 Partes Relacionadas

(a) Sumário das Transações com a Patrocinadora CAIXA:

Estão destacadas como partes relacionadas com a patrocinadora, CAIXA, aquelas alheias ao contrato previdenciário:

COMPOSIÇÃO	2025						
	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	NOVO PLANO	REB	PGA	Consolidado
ATIVOS	68.190.520	61.447.141	6.743.379	38.434.400	4.268.390	403.460	111.296.770
Valores a Receber	6.190.857	5.878.820	312.037	329	143		6.191.329
Imóveis Locados à Patrocinadora ⁽¹⁾	1.730	1.563	167	13	21		1.763
Fundos Administração e Gestão CAIXA	36.716	33.161	3.554	12.464	1.326	-	50.506
Fundo de Investimento em Participações	(4)	(4)	-	(1)	-	-	(5)
Fundo de Investimento Imobiliário	12.963	11.703	1.260	3.694	678	-	17.335
Fundo de Investimento Multimercado	731	606	125	405	57	-	1.193
Fundo de Investimento em Renda Fixa	23.026	20.856	2.170	8.366	592	-	31.984

2025							
COMPOSIÇÃO	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	NOVO PLANO	REB	PGA	Consolidado
Fundos Administração CAIXA	61.961.217	55.533.597	6.427.620	38.421.595	4.266.900	403.460	105.053.172
Fundo de Investimento em Ações	1.311	1.234	77	3.585.898	320.612	18.642	3.926.463
Fundo de Investimentos em Participações	(1.410)	(1.272)	(138)	(76)	(27)	-	(1.513)
Fundo de Investimento Imobiliário	-	-	-	1.389.157	186.909	10.789	1.586.855
Fundo de Investimento Multimercado	876.474	736.770	139.704	825.764	72.735	3.018	1.777.992
Fundo de Investimento Referenciado	2.137.984	1.946.529	191.455	1.268.021	152.887	236.505	3.795.397
Fundo de Investimento em Renda Fixa	58.946.858	52.850.336	6.096.522	31.352.830	3.533.784	134.505	93.967.978
RECEITAS	23.642	21.355	2.287	250	283		24.174
Imóveis Locados à Patrocinadora	23.642	21.355	2.287	250	283		24.174

2024							
COMPOSIÇÃO	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	NOVO PLANO	REB	PGA	Consolidado
ATIVOS	65.579.513	59.066.701	6.512.812	31.793.526	3.618.035	368.342	101.359.415
Valores a Receber	8.871.726	8.529.068	342.657	419	53		8.872.197
Imóveis Locados à Patrocinadora ⁽¹⁾	1.912	1.727	185	18	23		1.953

2024							
COMPOSIÇÃO	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	NOVO PLANO	REB	PGA	Consolidado
Fundos Administração e Gestão CAIXA	10.981	9.912	1.070	3.516	622	-	15.120
Fundo de Investimento em Participações	(1.411)	(1.277)	(135)	(15)	(26)		(1.453)
Fundo de Investimento Imobiliário	12.393	11.189	1.204	3.532	648		16.572
Fundos Administração CAIXA	56.694.894	50.525.994	6.168.900	31.789.573	3.617.337	368.342	92.470.145
Fundo de Investimento em Ações	827.427	782.132	45.295	5.154.571	544.473	13.577	6.540.048
Fundo de Invest. em Direito Creditório	2.484	1.030	1.453	1.776	94	-	4.353
Fundo de Investimento em Participações	286	151	135	412	35	-	733
Fundo de Investimento Imobiliário	-	-	-	499.322	89.111	7.902	596.335
Fundo de Investimento Multimercado	829.121	694.749	134.372	800.503	68.526	228	1.698.377
Fundo de Investimento Referenciado	1.907.481	1.755.060	152.422	1.284.765	112.099	230.245	3.534.590
Fundo de Investimento Renda Fixa	53.128.095	47.292.872	5.835.223	24.048.224	2.803.000	116.390	80.095.709
RECEITAS	26.659	24.081	2.579	280,7709	318,93154		27.259
Imóveis Locados à Patrocinadora	26.659	24.081	2.579	281	319	0	27.259

⁰ compreende o valor de aluguéis a receber, relativos ao mês de dezembro, com vencimento nos primeiros dias de janeiro do ano seguinte.

Os custos de remuneração e outros benefícios com o pessoal chave da Administração consta na Nota 8.9 (b) (i).

Também são considerados partes relacionadas, nos termos na NBC TG 05, as operações com participantes (empréstimo) aos empregados da FUNCEF e o pessoal chave da administração – Diretoria executiva e Conselho Deliberativo – os quais estão sujeitos às mesmas condições descritas na Nota 6.4.4 (i).

Nos Fundos de Investimento Multimercado, Referenciado, Renda Fixa e em Ações, a taxa de administração/gestão varia de 0,004% a 1,004% ao ano. Nos Fundos de Investimento Estruturados, geralmente, há a cobrança de uma taxa única de gestão e administração, que varia de 0,125% a.a. a 1,70% a.a. Já nos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a taxa de administração é de 0,175% a.a., enquanto a taxa de gestão é de 1,3% a.a., totalizando 1,475% ao ano.

Esses valores são aplicados sobre o total do patrimônio líquido (PL) das cotas ou sobre o PL de referência em alguns fundos estruturados, sendo posteriormente proporcionalizados entre os cotistas.

O grau de dependência para com o patrocinador (percentual apurado pela soma de ativos financeiros e recebíveis juntos aos patrocinadores em relação ao ativo total) por plano de benefícios foram os seguintes:

2025					
COMPOSIÇÃO	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB
Ativo Financeiro	6.192.587	5.880.383	312.204	341	164
Ativo Total	80.471.187	72.545.442	7.925.745	43.442.199	4.823.201
Grau de dependência	7,70%	8,11%	3,94%	0,00%	0,00%

2024					
COMPOSIÇÃO	REG/ REPLAN Consolidado	REG/ REPLAN Saldado	REG/ REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB
Ativo Financeiro	8.873.638	8.530.795	342.842	437	75
Ativo Total	78.178.272	70.481.470	7.696.802	36.731.770	4.224.055
Grau de dependência	11,35%	12,10%	4,45%	0,00%	0,00%

10 Outras Informações

(a) Despesas Tributárias

No ano de 2007, a FUNCEF ajuizou uma ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária juntamente com Pedido de Repetição de Indébito, por entender que a alteração promovida pela Lei nº 9.718/1998, além de ser inconstitucional, ampliou a base de cálculo originária para alcançar a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. Em 2024, foi proferida a decisão do Tema nº 1.280 do STF quanto à exigibilidade do PIS/COFINS em face das EFPC's, com decisão por maioria que "é constitucional a incidência de PIS e COFINS em relação a rendimentos auferidos em aplicações financeiras das EFPC's".

Em 2025, foi apurado e depositado judicialmente o montante de R\$ 2.124 e R\$ 13.070, referente ao PIS/PASEP e à COFINS, respectivamente. O saldo depositado totaliza em R\$ 161.320, e corresponde ao montante integral dos valores relativos aos tributos em questionamento judicial, portanto, o insucesso processual não deve majorar os pagamentos relativos ao tema.

(b) Custódia dos Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários estão depositados em conta individualizada no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

Atendendo à exigência da Resolução CMN nº 4.994/2022, atualizada pela resolução CMN nº 5.202/2025, a FUNCEF utiliza os serviços de custódia do Banco Bradesco S.A., devidamente credenciado na CVM, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativo às operações no âmbito dos segmentos de renda fixa e renda variável.

11 Fatos Relevantes

(a) Incorporação de Planos de Benefícios

Encontra-se em andamento a estratégia previdenciária relacionada à incorporação do Plano REB pelo NOVO PLANO, já aprovada pelos órgãos colegiados da FUNCEF e da CAIXA, bem como por seu órgão de controle, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), encontrando-se atualmente em fase de apreciação e aprovação pela PREVIC.

No âmbito da versão proposta do Regulamento do NOVO PLANO, estão contempladas as adequações necessárias às inovações normativas supervenientes ao texto do regulamento vigente, em conformidade com o art. 152 da Resolução PREVIC nº 23/2023. Incluem-se, nesse contexto, os ajustes obrigatórios relacionados ao regramento dos Institutos decorrentes da Resolução nº 50/2022 do CNPC, bem como a implementação da Adesão Automática.

12 Eventos Subsequentes

(a) Reforma Tributária

Em janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que normatiza a unificação dos tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS em dois novos impostos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

O artigo 26 da nova legislação estabelece que as EFPC's, constituídas nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, não são contribuintes do IBS e da CBS, ressalvado o disposto no inciso II do § 1º do artigo 156-A da Constituição Federal.

Nos anos de 2025 e 2026, deverão ser elaborados normativos complementares, como leis ordinárias e instruções normativas, para regulamentar o tema.

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

JOSE RICARDO PONTES BORGES
Diretor Presidente

FABIANO NOGUEIRA ALVES
Diretor de Investimentos Interino

DIONISIO REIS SIQUEIRA
Diretor de Benefícios em Exercício

ROGERIO ANTONIO VIDA GOMES
Diretor de Administração e Controladoria

LUCAS FERREIRA DE CASTRO
Gerente de Controladoria – GECON

RODRIGO LEANDRO ANDRETTO
Coordenador de Contabilidade CRCDF
143390-2

MONIA ZUCCHETTI
Atuária MIBA: 1.462



Relatório Anual
de Informações
2025